

AGÁLIA

PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

números 63 | 64

DIRECÇOM:

Carlos Quiroga

CONSELHO DE REDACÇOM:

Carlos Garrido Rodrigues
Carmo Villarino Pardo
Félix Rodal-Fraga
Henrique Peres Rodrigues
Isaac Alonso Estraviz
Joel Gomes
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo
Júlio Diéguez
Óscar Dias Fouces
Paulo Valério
†Ricardo Carvalho Calero
†Jenaro Marínhas del Valle

GRAFISMO:

Ivam Cozinha

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
2. A revista nom se responsabiliza da devolução de originais.
3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.
4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerán com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitação desta norma.
5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.
6. Os trabalhos publicam-se na ordem alfabética do primeiro nome da autora ou autor.

Imprime: LITONOR artes gráficas
Santiago de Compostela
litonor@corevia.com

Dep. Legal: C-250 - 1985
ISSN: 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR:**GALIZA:**

José Agreló Ermo
Carlos Campoy
Alberto García Vessada
Luís Gonçalves Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio López Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeira
Ramom Reimunde Noreña
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pérez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:

†Ernesto Guerra da Cal
†Júlio García Santiago

BRASIL:

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Reynaldo Valinho

In memoriam:

†Sílvio Elia

MOÇAMBIQUE:

Fátima Mendonça

PORTUGAL:

Carlos Assunção
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira
Amadeu Torres

In memoriam:

†Manuel Rodrigues Lapa
†José A. Fernandes Camelo

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:

Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
Fax: 986 438 856 correio-e: fgtinta@usc.es

www.agal-gz.org

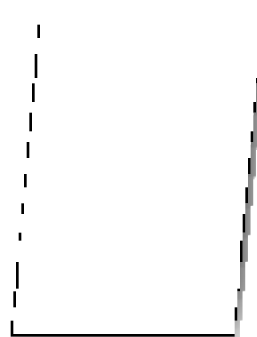
S U M Á R I O

ESTUDOS

- 7** **Pronome Pessoal: a dicotomia locutor vs interlocutor
como uma questão no Campo da Aquisição de Linguagem**
Glória M^a Monteiro de Carvalho
- 21** **O Encontro Humano e «Le petit prince» de Saint-Exupéry**
Isaac Alonso Estraviz
- 39** **A ortografia, campo de lutas
(sobre as grafias como índice ideológico e identitário)**
Mário J. Herrero Valeiro
- 75** **O dilema monarquia-república em Castela**
Ramón Varela Punhal
- 109** **Relatório sobre a Língua Galega nas Astúrias.
Aproximação Linguística e Literária**
Xavier Frías Conde

RELATOS

- 139** **Zefiro torna**
Félix Rodal-Fraga
- 147** **O neno suicida**
Rafael Dieste



NOTAS

- 151** **A contribuiçom de Joan Coromines à Filologia Basca**
José Luís Álvarez Enparantza, Txillardegi
- 159** **Umha receita de medicina popular, bilíngüe, em Cerdido no século XVIII**
José-Martinho Montero Santalha
- 167** **Algo sobre Brais Pinto e as minhas relaçons com o fato**
Luís Gonçalez Blasco
- 185** **O compromisso ético-político na literatura... (galega)**
Luís G. Soto
- 203** **Contributos para a análise da situação legal do galego em sentenças do Tribunal Superior de Justiça da Galiza e na praxe**
Nemésio Barxa
- 215** **Linguagem e Cultura dos Direitos Humanos em Portugal: Garrett, um doutrinador dos Direitos Humanos***
Rui Dias Guimarães
- 227** **A caracterização ideológica das personagens em *A noite*, de José Saramago**
Sílvia Capom
- 231** **O contencioso basco e o dilema do prisioneiro**
Xavier Vilhar Trilho

RECENSONS

- 243-276** Carlos Manuel C. Torres
Joám M. Araújo
Joel R. Gómez
Valentim Rodrigues Fagim

Pronome Pessoal: a dicotomia locutor vs interlocutor como uma questão no Campo da Aquisição de Linguagem*

Glória M^a Monteiro de Carvalho

(Univ. Federal de Pernambuco)

Pretende-se, neste artigo, levantar algumas questões, numa tentativa de atingir, de algum modo, a naturalidade com que a dicotomia *locutor vs interlocutor* tem sido projetada sobre a fala da criança no que diz respeito à produção do significante *eu*. Parece, contudo, que não se poderia iniciar esse questionamento sem um confronto com o problema relativo à posição que os pronomes pessoais ocupam na língua considerada como uma totalidade, isto é, como um sistema formalizado.

Do ponto de vista da teoria lingüística, é necessário o pressuposto de uma completude da língua, para que possa haver decidibilidade entre o possível vs impossível, o certo vs errado. E, como diz Milner (1987), é a descrição gramatical que garante essa totalidade a qual se apoia no fato de que a língua possui estratos –os fonemas articulam os grupos e os grupos, as frases– de que existem oposições complementares, como *som* vs *sentido*, *menção* vs *uso*; por sua vez, cada categoria limita e suspende a outra, formando todos.

Nesse sentido, segundo Milner (1987), a gramática constrói uma imagem: a exigência de completude toma, então, uma coloração imaginária e se transpõe em termos de totalidade não somente quantitativa, mas também totalidade qualitativa, a qual significa *perfeição*. Entretanto, esse autor aponta para a presença, na própria língua, de elementos heterogêneos, singulares, que suspendem seus estratos, suas oposições, ou seja, colocam em questão a razão mesma de sua existência enquanto totalidade. Como exemplo, é destacado o pronome pessoal que desestratifica a língua, desfazendo-lhe as divisões entre *som* e *sentido* –pois o sentido do *eu* é a proferição do próprio *eu*– ou entre *menção* e *uso* –pois a definição em menção do pronome exige seu uso – ou ainda entre *signo* e *coisa designada* –pois a coisa designada por *eu* não tem outra consistência, a não ser

* O tema enfocado neste trabalho também foi discutido na Tese de Doutorado *Erro de Pessoa: Levantamento de questões sobre o equívoco em aquisição da linguagem*, defendida pela autora (Carvalho, 1995) no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, sob a orientação da Dr^a cláudia Thereza Guimarães de Lemos.

um certo uso da palavra.

Por isso mesmo, por colocar em questão o todo da língua, é que esses elementos singulares são transformados –através de algumas noções, como por exemplo, a noção de *shifter*– naquilo que limita e, portanto, reforça o próprio todo. Em outras palavras, a noção de pronome pessoal (ou mais genericamente, a de *shifter*) resultaria da transformação, em previsível, daquilo (o heterogêneo, o singular) que denega alguns pontos do saber lingüístico, conferindo então a esse saber uma demarcação. Através de uma tal demarcação, o *shifter* confirmaria, pois, a existência mesma do todo, recuperando-lhe as oposições. A esse respeito, afirma Milner:

“Sem dúvida, para que através disso as funções denegadas sejam ao mesmo tempo garantidas como Todo, é preciso aceitar que os elementos singulares sejam inscritos em posição de limite: é para que serve o conceito de *shifter*. Que na operação alguma coisa se perca, isto é muito pouco duvidoso, mas as exigências do Todo são a esse preço.” (1987: p. 49)

Podemos dizer, contudo, que não seria, simplesmente, o conceito de *shifter* que recupera as oposições, mas sobretudo aquilo a que Benveniste (1988) se refere como a peculiaridade deste conceito. Dito de outro modo, o pronome *eu* perde seu poder de suspender as oposições da língua e se transforma naquilo que as confirma, quando, na noção de *shifter*, aquele pronome também passa a compor uma oposição (*eu* vs *tu*). Por sua vez, essa oposição se coloca no limite, não por sua condição mesma de polaridade, mas justamente por se destacar dentre as outras, isto é, por ser uma *polaridade peculiar*.

Assim, os *shifters* têm, no pronome pessoal *eu*, o centro, o eixo em torno do qual se organizam as instâncias do discurso. Esse pronome está presente, explícita ou implicitamente, em qualquer ato discursivo, dele dependendo os outros signos que se referem a instâncias do discurso, ou melhor, dele dependendo os outros *shifters*.

Quanto à polaridade das pessoas, trata-se de uma oposição muito peculiar, uma vez que se caracteriza, ao mesmo tempo, por uma *assimetria* e por uma *complementariedade*. Como coloca Benveniste (1988), essa polaridade não quer dizer simetria, desde que “*o ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu*” e, apesar disso, um dos termos não pode ser concebido sem o outro; são, portanto, complementares, “*mas segundo uma oposição interior/exterior*” (pp. 286-287).

Desse modo, *assimetria* e *complementariedade* se harmonizam na opo-

sição eu vs tu, através de uma peculiaridade que lhe é atribuída pelo par: centro (interior, locutor) vs exterior (interlocutor), o qual, por si só, já inscreve uma linha de demarcação.

É nesse sentido que se poderia dizer que a totalidade da língua seria recuperada pelo caráter peculiar da oposição, podendo-se, pois, indagar:

Não seria um tal caráter que, ao marcar o limite, faria com que o pronome *eu* escapasse à diferença, ao desvio, à heterogeneidade que o *eu* encarna? Não se poderia dizer também que a mencionada recuperação caberia, em última análise, à noção de centro vs exterior?

O erro de reversão do pronome pessoal

Apenas a título de exemplo, vamos citar um erro produzido por essa oposição (centro vs exterior) e que, portanto, estaria desempenhando o papel de reforçá-la. Trata-se do que se denomina, na literatura sobre o tema, *erro de reversão do pronome pessoal*, em que o *eu* pode se referir ao interlocutor ao invés do locutor, e o tu pode se referir ao locutor ao invés do interlocutor. Tais erros tocam, então, na noção limite de *shifter*, o que lhes confere uma maior complexidade.

Vejamos os seguintes fragmentos de diálogo, num estudo de Chiat, (1981), considerado clássico, na literatura da área, sobre esse tipo de erro:

(1) (M – Matthew, 2;5.11 e S – Adulto: Shula)

M: I'll go home without those.

S: Who will?

M: Shula.

(2) (M – Matthew, 2; 5.11 e L – Sua mãe: Lynden)

M: Shula's driving. (Lynden, Matthew's mother, is in fact driving)

L: Who's this then? Who am I? **M: I'm Shula. Mumum's Shula.**

(“And he continued to reverse in reference to himself occasionally”)

(Em Chiat, 1981, p. 368)

[(1) M: Eu vou para casa sem isso.

S: Quem vai?

M: Shula.

(2) M: Shula está dirigindo. (Lynden, a mãe de Matthew, está de fato dirigindo)

L: Quem é esta então? Quem sou eu?

M: Eu sou Shula. Mamãe é Shula.

(“E ele continuou, ocasionalmente, a reverter com referência a ele mesmo.”)]

Face a erros como o de Matthew: “I’m Shula. Mumum’s Shula” (“Eu sou Shula. Mamãe é Shula”), no diálogo acima (2), foi destacada a existência do fenômeno da *reversão do pronome pessoal*, na fala da criança, num momento inicial de sua trajetória lingüística, pois o termo *I(eu)* estaria se referindo, não à criança (locutor), mas sim, à mãe (interlocutor).

Pode-se sugerir, portanto, que a interpretação de que há *reversão do pronome pessoal*, no episódio 2, isto é, de que *I(eu)* - assim como *Mumum (mamãe)* - estaria designando um interlocutor (a mãe) e não um locutor (a própria criança), somente seria possível através da dedução, na qual *Shula* seria o intermediário que uniria aqueles dois termos. Tal dedução poderia ser expressa nos seguintes termos: Se “I’m Shula” e “mumum is Shula” então “I’m mumum” (Se “eu sou Shula” e “mamãe é Shula”, então “eu sou mamãe”).

Se, entretanto, nos deixarmos atingir pela fala da criança, enquanto significante e conseguirmos, portanto, suspender a noção de *shifter*, ou melhor, a dicotomia centro vs exterior que lhe é peculiar, poderíamos indagar:

Não seria justamente a introdução do significante *Shula* entre *I* e *Mumum (eu e mamãe)* que poria em questão a unidade entre esses dois termos?

Pergunta-se então:

A única justificativa para essa unidade não seria o pressuposto de que ambos os termos - *I* e *mumum (eu e mamãe)* - estariam nomeando um interlocutor, ou, em outras palavras, o pressuposto de uma intenção atribuída à criança que, de sua posição de centro/locutor, estaria designando um *exterior/interlocutor*?

Como se poderia indicar, a partir do que foi destacado antes, o mencionado estudo clássico teria se baseado no pressuposto da *reversão do pronome pessoal*. Explicando melhor, tal estudo teria sido planejado com base na suposição da existência de uma forma predeterminada com a qual a criança, concebida como locutor, expressaria sua intenção de se designar (enquanto locutor/centro) e de designar um interlocutor (exterior). Assim, ao que parece, o erro teria sido produzido pela oposição centro vs exterior, reproduzindo, em última análise, a noção de *shifter*.

Interroga-se, entretanto, se existiria, na própria fala da criança algo que desse apoio a essa intencionalidade designativa, ou, mais ainda, algo que desse apoio à existência de uma oposição locutor vs interlocutor.

Pode-se também indagar:

Não estaria esse apoio, previamente, localizado na própria noção de *shifter*? Não estaria, pois, essa noção produzindo uma comprovação para

si mesma, sem sequer tocar a fala da criança?

E ainda:

Não se estaria caindo numa circularidade, ao se pretender estudar a aquisição do pronome pessoal, o qual teria por base uma dicotomia que já seria, de antemão, atribuída à criança?

No entanto, esse *erro de reversão* produzido pelo saber lingüístico / formalizado retornaria ao próprio saber sob a forma de uma *inconsistência*. Nesse sentido, constata Chiat (1981):

“Como é evidente, as reversões do pronome de Matthew foram inconsistentes, não somente, através dos enunciados dentro de um turno conversacional; foram também inconsistentes *dentro* de um enunciado singular. O pronome da primeira pessoa foi usado inicialmente para o locutor e então para o interlocutor (...). Isto pode ser contrastado com enunciados análogos que são *consistentemente* corretos.” (pp. 367-378, tradução minha)

Uma tal inconsistência coloca, para o investigador, a seguinte questão: Por que a *reversão do pronome pessoal* não ocorre todas as vezes, em um determinado momento da linguagem da criança, para que se possa caracterizar uma fase de seu desenvolvimento?

Ou, redescrivendo seus termos: Se há, na criança, a intenção de designar o locutor e o interlocutor, por que essa intenção, tantas vezes, falha?

Se levada adiante, a questão acima formulada poderia provocar uma fenda no saber, suspendendo-lhe a regularidade, desferindo-lhe um golpe no ponto mesmo onde se produz o *erro de reversão*. Entretanto, com a noção de *inconsistência*, o investigador estaria reduzindo sua força, ou mesmo a estaria apagando. Longe de colocar em questão a oposição peculiar ao *shifter*, a *inconsistência* somente faria sentido na existência prévia de tal oposição. Pode-se até mesmo dizer que a *inconsistência* estaria fortalecendo a oposição centro vs exterior, quando convoca o investigador a recuperá-la. Esse fortalecimento, por exemplo, teria ocorrido, no estudo exemplificado, ao se admitir uma outra função subjacente à produção do pronome pela criança: a *função de deslocamento da perspectiva do falante para a do ouvinte*.

Propõe, portanto, aquela autora que Matthew “reverte o pronome com uma função semelhante ao deslocamento de perspectiva discutido no uso adulto” (p. 376, tradução minha), explicando, mais adiante, que:

“A reversão de *eu* e *meu* freqüentemente ocorre quando Matthew está dando informação sobre seu interlocutor que somente seu interlocutor realmente sabe, de tal modo que Matthew pode está assumindo a perspectiva do interlocutor, no sentido de predizer o que o interlocutor pode dizer ou fazer.” (p. 377, tradução minha)

Sobre a referida função, vale perguntar:

Não seria a noção de *deslocamento de perspectivas* um desdobramento dessa polaridade centro vs exterior, dando lugar a uma interminável reprodução dessa polaridade? E tal reprodução, por sua vez, não seria decorrente de um fechamento do saber lingüístico/formalizado à fala da criança enquanto significante?

Assim, sugere-se que, para escapar a essa reprodução, seria preciso, de acordo com De Lemos, M.T. (1994), tratar a fala da criança em sua condição de significante. Por sua vez, para tratar essa fala, em sua condição de significante, seria preciso atender ao desafio de não lhe atribuir uma intencionalidade implicada por um sentido único.

As produções e o estatuto do pronome pessoal na fala da criança

A fim de exemplificar como as questões, formuladas acima, são colocadas pela fala da criança, vão ser enfocados fragmentos de diálogo entre uma criança (C, na apresentação abaixo) e sua mãe (M, na apresentação abaixo). Tais fragmentos foram extraídos do Banco de Dados que faz parte do Projeto de Aquisição da Linguagem do IEL –UNICAMP/BRASIL:

- (3) (C - 2;0.15 - Depois do almoço, M. acorda C.)
M- Num pode não. Quando a gente levanta precisa... cê ficou descalça antes de dormir, é?
C- É.
M- Tá se vendo.
C- Tá se vendo.
M- Tá se vendo que você ficou descalça antes de dormir.
C- *Eu achuvia agu.*
M- Vai chover logo?
C- É.
M- Ahn.
C- Tá muito fio.

Mais adiante, ocorreu o seguinte fragmento de diálogo:

- (4) (C – 2;5.23)
M- A água tá guardada nas nuvens.
C - *Tá sovendo* ele num abiu.
M- Num abriu porque num tá chovendo.
C - Cumasu.
- (5) (C – 2;0.8 - Está pronta para ir ao aniversário de um amiguinho.)
M- De onde é essa chave?

C - Fom fom dá.
M- Da onde é essa chave?
C - Fom fom.
M- Do carro? Bonito esse chaveiro da Cristina. Verde.
C - *Deceu vede* /esse num é/ esse/ maon.
M- *Esse é marrom?*
C - É.
M- Não, *é verde*. Abre a boca prá tomar remédio.
C - Tô coçan/ tá coçando.

(6) (C – 2;3.7 e M, no final da sessão)
M- Então tá. Ó Mariana. Agora vamos acabar de gravar, fala tchau.
C - Tchau.
M- Prá quem que você vai falar tchau?
C - Ti/ au/ *agola eu tô com tade*.
C - Agola ele/ agola ele/ ele vai/ vai a remédio.
M- Quem vai tomar remédio?
C - Ele.
M- Então fala tchau. Prá quem que você vai falar tchau?
C - Tchau.

Destacam-se, nos exemplos acima, as seguintes cadeias produzidas, erroneamente, por C: “agola eu tô cum tadi” (6), “Deceu vede” (5) e “Eu achuvia agu” (3). Esse tipo de erro será, aqui, abordado segundo a concepção de *efeito de estranhamento* ou *efeito de enigma* provocado pela fala da criança sobre o adulto. Essa concepção foi formulada por De Lemos, M.T. (1994), tendo como referência a *experiência do estranho* (segundo Freud, 1919/ 1972), a qual é provocada pelo retorno de algo conhecido, mas que havia sido esquecido. Nesse sentido, o enigma produzido pela fala da criança consistiria numa possibilidade (ainda que esquecida) da língua, ou seja, decorreria de uma maneira singular de combinar significantes.

Nos episódios 3, 5 e 6, se recortarmos a interpretação da mãe em relação às produções estranhas, veremos que, no último caso, essa interpretação falta e, nos dois outros, ela segue um percurso de antecipação, pela via do sentido, da intencionalidade, do saber. Explicando melhor, a mãe antecipara, na produção estranha da criança (nos episódios 3 e 5), uma intenção que estaria baseada num saber sobre sentidos predeterminados, podendo, assim, interpretar essa produção.

No caso, por exemplo, do episódio 3, diante da produção estranha de C., “Eu achuvia agu”, M. lhe atribui um sentido predeterminado ligado ao tema da chuva. Vale indicar que uma tal atribuição estaria fundamentada, não apenas numa grande semelhança, quanto ao som - entre *achu* -

via e *vai chover* - mas também, numa relação com elementos do contexto ou do co-texto dialógico (ou seja, a presença, nesse fragmento, de termos ligados ao tema do clima frio).

Nesse episódio, sugerimos que a produção de C. (“Tá se vendo”) foi interpretada pela mãe enquanto reprodução de sua cadeia anterior (“Tá se vendo”). Assim, M. repete essa cadeia incluindo-a no enunciado completo “Tá se vendo que você ficou descalça antes de dormir”. Esse exemplo levantou, entretanto, a suspeita de que a interpretação da mãe em relação ao suposto caráter reprodutivo da cadeia da criança (“Tá se vendo”), provavelmente não coincidia com uma intenção da criança de repetir o mesmo enunciado, ou, pelo menos, de repeti-lo com sentido idêntico àquele que lhe foi atribuído. Tal suspeita, por sua vez, somente teria surgido em virtude da produção posterior (estranha): “Eu achuvia agu”, no episódio 3, bem como da produção “Tá sovendo”, no episódio 4 e em vários outros momentos da sessão de gravação. Desse modo, foi ao se deparar, posteriormente, com essas produções, que o investigador retroagiu à cadeia anterior (“Tá se vendo”), colocando em questão seu sentido de reprodução. Em outros termos, levantou-se a hipótese de que o “Tá se vendo” do enunciado da mãe, teria convocado as expressões “Tá chovendo” e “Tá sovendo” escutadas e produzidas pela criança, em outros momentos. A mãe, por sua vez, ao desempenhar seu papel de atribuir um sentido (ou uma intenção de comunicar sentidos) à fala da criança, faz o diálogo seguir adiante, isto é, faz o diálogo progredir. Trata-se, em outras palavras, de um movimento, predominantemente, de progressão, no diálogo, movimento esse que estaria ligado ao referido papel do interlocutor adulto (no caso, a mãe).

No tocante ao investigador, trata-se, como foi visto, de uma submissão a um movimento de retroação (para trás) diante da relação dialógica mãe/criança, o que lhe permitiu suspender o sentido ou a intenção atribuídos pela mãe. Dizendo de outro modo, esse movimento teria levado o investigador a suspeitar de que não poderia saber em que sentido a criança estaria usando seus significantes. Não poderia, enfim, afirmar a existência de uma intenção, na fala da criança, através do pressuposto de que a mãe conhece tal intenção. A partir daí, a única coisa que poderíamos propor, é que a intenção da criança é opaca, ou, no mínimo, diferente daquela que foi reconhecida pela mãe.

Disso decorre, por sua vez, a seguinte consequência: a criança, provavelmente, estaria retomando enunciados que fazem parte de suas

experiências discursivas partilhadas com a mãe, sobretudo do ponto de vista do significante, e não do ponto de vista do sentido preciso e predeterminado. Essa consequência fica um pouco mais clara quando se analisa o erro cometido pela criança “Eu achuvia agu”. Através do já mencionado movimento retroativo diante dos dados de seu sujeito, o investigador se deparou, várias vezes com o enunciado da mãe: “eu acho que vai chover”, como no caso do seguinte fragmento de diálogo:

(7) (C – 1;11.05 está conversando com M)

M - Nós vamos no Ibirapuera? Achei que a gente fosse para o zoológico. O Ibirapuera é mais perto, né? Só

queria comprar um pirulito, cê compra?

C - Compo. Intão vô no bilapuela / qui é muito puquinho.

M - Mas só que *eu acho que vai chover* e nós num podemos descer do carro. Então você sai e vai comprar o pirulito prá nós todos. O seu dinheiro dá? Se não, eu empresto um pouco do meu.

C - Num dá.

Sugere-se, por meio desse exemplo, que teria havido no erro (“Eu achuvia agu”), a fragmentação do enunciado “eu acho que vai chover”, bem como a recomposição de seus significantes, de forma imprevisível. A mãe estaria, assim, aproximando a produção estranha, singular, insólita da criança “Eu achuvia agu” à sua fala anterior “eu acho que vai chover”, atribuindo-lhe, então, um sentido predeterminado. Entretanto, sugere-se que o investigador (em sua função de investigador) aceitaria o desafio de não atribuir também um tal sentido. Desse modo, seria possível propor que a fala da criança, enquanto significante, ou enquanto combinações e recombinações imprevisíveis de significantes é diferente da fala do adulto (mãe ou investigador).

Portanto, ao que parece, a produção de C, “Eu achuvia agu”, decorreria de uma volta dos significantes da cadeia produzida pela mãe “eu acho que vai chover”. Por sua vez, essa volta teria sido provocada pela produção da cadeia “Tá se vendo”, a qual, na criança, teria convocado (metonimicamente) aquela outra cadeia (“eu acho que vai chover”). Não se trataria, entretanto, de uma volta concebida como uma reprodução do mesmo, do igual, uma vez que, na fala da criança, significantes se substituíram (metaforicamente) em alguns lugares da cadeia produzida anteriormente por M, dando lugar à combinação estranha (“Eu achuvia agu”).

Não parece demais lembrar que a suspeita do investigador, acima

referida, levou-o a um caminho inverso àquele tomado pela interpretação da mãe. Ou, como coloca De Lemos, C.T.G. (2000a), trata-se de um percurso de *retroação* pela via do significante, do não saber, inversamente ao de *antecipação* pela via do sentido, da intencionalidade, do saber. M., nos episódios 3 e 5 atribui a C. uma intenção de dar aos significantes das cadeias “Eu achuvia agu” (3) e “Deveu vede” (5) sentidos que lhes são previamente determinados, inserindo-os, desse modo, numa totalidade significativa e fechada.

Na outra via, os significantes retroagiriam a produções anteriores (tanto da mãe como da própria criança) e, desse modo, daria sentido àqueles produções estranhas. Trata-se, contudo, de um sentido produzido pelo significante, pela via do equívoco, do não sentido. No caso do fragmento 5, por exemplo, a análise das relações entre os significantes na produção da criança - “Deceu vede” - permitiu assumir segundo De Lemos, C.T.G. (2000b) que se trata de uma *cadeia manifesta*, apontando para cadeias latentes que permanecem sob aquela. Tais cadeias latentes seriam, por exemplo, “*deixe eu ver*”, “*quero ver*”, “*este é verde*”, produzidas, muitas vezes, tanto pela mãe como pela criança em momentos diferentes da gravação.

Nesse sentido, a homofonia (*ver* - *verde*) ou, de um modo mais amplo, a relação entre cadeia manifesta (a produção estranha) e cadeias latentes, pertencentes a outros discursos, atribuiu à produção de C. o caráter de equivocidade e, portanto, resistente à padronização lingüística. Pode-se dizer com De Lemos, C.T.G. (1995) que a interpretação da mãe, colocando uma palavra ou fragmento pronunciado pela criança em uma cadeia textual-discursiva, faz com que essa palavra ou fragmento “ganhem determinação semântica e textual, escapando da *homonímia* e *deriva* e lhe dá estatuto fonológico, morfológico e sintático” (p. 25, grifos meus).

Nessa direção, pela análise da relação entre os enunciados da criança e os do adulto, verificou-se que o sentido atribuído pela mãe, em sua interpretação - “Não, é verde” - separou os termos *ver* e *verde* que se amalgamaram, através de “*vede*”, na fala da criança. Houve, portanto, continuidade do diálogo, a partir de um daqueles termos - no caso, *verde* - o qual foi inserido na cadeia: “este é X (nome de cor)”, ou seja, a *produção errada* (*equívoca*) foi inserida numa totalidade completa e significativa, tendo sido, pois, atribuído à *produção equívoca* um sentido preciso e pre-determinado.

No caso do fragmento 6, destaca-se, na cadeia “agola eu tô com tade”, a relação entre significantes “com” e “tade” - os quais, juntos, não formam qualquer expressão possível na língua portuguesa - e também a heterogeneidade entre essa cadeia e a pergunta de M. (“prá quem que você vai falar tchau?”). A mãe, por sua vez, insiste em interrogar a criança sobre a pessoa a quem ela vai “falar tchau”, seguindo-se, na produção de C., o inesperado do termo “remédio”.

Propõe-se que a diferença, ou seja, a estranheza, a dificuldade de entender a fala da criança “agola eu tô com tade”, decorre do fato de possuir essa *cadeia manifesta* semelhança com *cadeias latentes*, de acordo com a concepção de De Lemos, C.T.G. (2000b), a partir da Psicanálise. Desse modo, a produção estranha possui a expressão “tô com” que já apareceu em várias cadeias formadas com termos da brincadeira de médico como em: M: “Tá com dor no ouvido”, C: “Tô com fébi”, M: “Ele tá com dodói”. Pode-se dizer, então, que a produção estranha *ecoa/espelha* várias cadeias, como as que foram mencionadas e, ainda, outras como, por exemplo: *Agora ele está curado, Estou com febre, Agora já está tarde, Agora eu não estou com vontade*, etc., proferidas em momentos diferentes pela mãe ou pela criança, trazendo à tona a impossibilidade de fixar-lhe um sentido único.

Dizendo com outros termos, a latência, ou seja, cadeias que permanecem sob a cadeia manifesta, deixando vestígios, é que atribui a esta última um sentido múltiplo (equívoco), uma possibilidade constante de tornar-se outra cadeia, causando estranhamento. (Sobre esse tema, ver Guerra e Carvalho, 2001)

Considerações finais

Indaga-se: não estariam os usos dos significantes, nas produções estranhas aqui recortadas, inevitavelmente, marcados pelo equívoco? Seria possível domá-los, fixando-lhes um eixo – para atender à demanda de univocidade do saber – sem eliminar a diferença que está na fala da criança?

A mencionada via do equívoco parece, portanto, implicar numa maneira de conceber os erros iniciais da criança como efeito de um movimento de repetição com diferença. Nesse sentido, vale insistir, relembrando os exemplos acima, que significantes de cadeias, anteriormente

produzidas, estariam constantemente se repetindo na fala da criança, em momentos iniciais de sua trajetória lingüística. Uma tal repetição, entretanto, não implicaria na reprodução do igual, posto que as cadeias que se repetem estariam sujeitas ao funcionamento estrutural da língua, ou seja, estariam sujeitas aos processos metafóricos e metonímicos (segundo a concepção de De Lemos, C.T.G., 1992).

Em relação ao pronome pessoal, pergunta-se, então: não estaria o *eu*, proferido por C., apenas ocupando um lugar nas cadeias que retornaram, com diferença, na fala da criança? Por sua vez, esse estatuto de *ocupar um lugar* não suspenderia a identidade do significante *eu* a si mesmo, não fazendo, portanto, sentido produzi-lo na dicotomia centro (locutor) vs exterior (interlocutor)?

E ainda mais: esse estatuto de *ocupar um lugar*, ao suspender a identidade do significante *eu* a si mesmo, não estaria trazendo, como consequência, também a suspensão de uma unidade produzida com outros *eu* proferidos pela criança?

Assim, a abordagem do *eu* concebido no âmbito do mencionado movimento de retorno (com diferença) de significantes, colocaria em questão a naturalidade com que a dicotomia locutor vs interlocutor tem sido projetada sobre a fala da criança, no começo de seu percurso de aquisição de linguagem. Em outras palavras, de acordo com essa abordagem, não faria sentido conceber que a criança - em seus usos iniciais do significante *eu* - estaria expressando a intenção de se designar como centro / interior / locutor em oposição a um exterior / interlocutor.

Desse modo, deixariam de fazer sentido também aquelas noções produzidas a partir de tal oposição, como, por exemplo, a noção de *pronome pessoal* (ou, mais genericamente, a de *shifter*), a de *reversão do pronome pessoal*, a de *inconsistência* nessa reversão, a de *deslocamento de perspectivas de falante e de ouvinte*, dentre tantas outras que pudessem ser associadas aos enunciados infantis.

Por fim, dois pontos poderiam ser destacados:

- O tratamento da fala da criança enquanto significante, como se pôde ver, consistiu num movimento constante de retroação / resignificação, segundo a concepção de De Lemos, C.T.G. (2000a).

- Por sua vez, para que esse tratamento ocorresse, seria preciso deslocar a análise da fala da criança para um nível onde a intencionalidade implicada por um sentido único fosse suspensa, ou melhor, para um nível

onde não se pudessem atribuir à criança dicotomias predeterminadas, como, por exemplo, a polaridade *centro* (locutor) vs *exterior* (interlocutor).

Referências Bibliográficas

- Benveniste, E (1988). *Problemas de Linguística Geral*. Campinas: Pontes.
- Carvalho, G. M. M. (1995). *Erro de pessoa: Levantamento de questões sobre o equívoco em aquisição da linguagem*. Tese de doutorado não publicada. Curso de Doutorado em Lingüística da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.
- Chiat, S. (1981). If I were you and you were me: The analysis of pronouns in a pronoun-reversing child. *Journal of child Language*, 9, 359-379.
- De Lemos, C.T.G. (1992). Los procesos metafóricos e metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, 1, 121-135.
- De Lemos, C.T.G. (1995) Língua e discurso na teorização da linguagem. *Letras de Hoje*, 30, 9-28.
- De Lemos, C.T.G. (2000). Questioning the notion of development: The case of language acquisition. *Culture & Psychology*, 6, 169-182.
- De Lemos, C.T.G. (2000, setembro). *Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos*. Trabalho apresentado na Mesa-Redonda sobre Aquisição e Patologia, coordenada por Lier-de Vitto, M.F. Quinto Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem e Primeiro Encontro Internacional sobre Aquisição da Linguagem, Porto Alegre, PUCRS.
- De Lemos, M.T. (1994). *A Língua que me falta: Uma análise dos estudos em Aquisição da Linguagem*. Tese de doutorado não publicada. Curso de Doutorado em Lingüística da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

Freud, S. (1925/1972) *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Imago Ltda.

Guerra, A.G. & Carvalho, G.M.M. (2001). Sujeito: singularidade no equívoco. *Psychê*, 7, 33-42.

Milner, J.C. (1987). *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas.

O Encontro Humano e «Le petit prince» de Saint-Exupéry

Isaac Alonso Estraviz

(Univ. de Vigo)

I.- O HOMEM E SEU ENTORNO

1.1.0. Enquadramento de Saint-Exupéry na literatura francesa.

1.1.1. A partir de 1930 dá-se na literatura francesa uma estreita relação entre o autor e o seu público. O público burguês aplaude aqueles romances que defendem os seus valores tradicionais como acontece com Duhamel em *Chronique des Pasquiers* (1932-1935) ou com Jacques Chardonne em *Le bonheur de Barbezieux* (1938) e também a aqueles que o divertem à sua custa. Tal é o caso de Mauriac, «romancier de classe» e ao mesmo tempo ídolo e verdugo da sua própria classe, a grande burguesia.

1.1.2. Claude Edmond Magny opõe à geração de romancistas de 1918, voltada sobre si mesma, a dos romancistas de 1930, desejosa de actuar sobre o mundo para o transformar valendo-se para isso da literatura.

1.1.3. Os escritores maiores olham para o passado. Os jovens fixam a sua atenção sobre os acontecimentos imediatamente contemporâneos e querem ser os historiadores do presente mais bem que os historiadores do passado: revolução de 1927 em Shangai (Malraux: *La condition humaine*, 1933), começos do nazismo na Alemanha (Malraux: *Le temps du mépris*, 1935), a guerra espanhola do 36 (Malraux: *L'Espoir*, 1937), o progresso dos transportes entre os continentes (Antoine de Saint-Exupéry: *Vol de nuit*, 1931). O romance nestes anos evolui para uma espécie de reportagens.

1.1.4. A Humanidade sofre grandes comoções que atingem o seu cume em 1939 ao rebentar a Segunda Guerra Mundial. Um pouco antes os romances de Celine *Voyage au bout de la nuit* (1932), *Mort à crédit* (1936), chegam já ao mais alto paroxismo. O herói de Celine, Bardamu, revive as experiências do autor.

1.1.5. Também Saint-Exupéry se inspira nas dificuldades e nos

perigos do seu ofício de aviador. Saint-Exupéry é o exemplo mais popular de uma literatura heroica.

1.1.6. O romance dos anos 30 reflecte o compromisso pessoal do escritor com a sociedade. Malraux participa nas revoluções que abalam o mundo. Aragon inscreve-se no Partido Comunista, que atrai por algum tempo inclusive a André Gide. Bernanos liquida o seu passado de homem de direitas no momento da guerra de Espanha. Brasillach e Drieu la Rochelle deixam-se fascinar pelos fascismos, fascinação que os levará ao fracasso.

1.1.7. Dentro desta literatura de compromisso temos que incluir a Saint-Exupéry. Saint-Exupéry trabalha e luta. E escreve. As suas primeiras obras são mais bem reportagens do que romances. É um escritor comprometido. «Junto a T.E. Lawrence y A. Malraux, Saint-Exupéry es el prototipo del escritor de quien se afirma que comprometió buena parte de su vida en su obra»(J.C.Ibert)¹.

1.1.8. O seu mesmo vocabulário está colhido da realidade vivida. Rejeita todo vocábulo que não responda a algo preciso da sua experiência. Procura a palavra exacta que não leve a confusão alguma. Exige que tenha um recorde na sua memória, uma pegada no segredo do coração, com frequência uma cicatriz no seu corpo, para poder empregá-la. De aí a claridade e a gravidade que semelham tomar as palavras na sua pena. Estas palavras utilizadas com tanta parcimónia e escrúpulos revestem-se nele de mais autoridade que nos outros escritores. Saint-Exupéry ama a vida. Estima sobremaneira todas as alegrias que pode dispensar a mesma. Sente pela vida um respeito infinito, sagrado. Por isso compreende-se a grande atenção que põe no mais mínimo detalhe: o sorriso, o esforço que alguém fez para melhorar a existência humana, um gesto qualquer vale para que este escritor filósofo e moralista, colha a sua pena e deixe constância do mesmo.

1.2.0. *A sua categoria como escritor*

1.2.1. Quando em 1939 Luc Estang tem que lhe fazer uma entrevista com motivo do prémio que lhe acaba de conceder a Academia Francesa «Le consideraba un autor de segundo orden: literatura de acción. Su prestigio no me atraía»... diz-nos². Mas é que ainda não o lera, como ele mesmo confessa.

(1) Luc Estang, *Saint-Exupéry visto por si mismo*, Ed. Magisterio Español, Madrid, 1971, p. 32.

(2) Ob. cit. pág. 20.

1.2.2. O crítico do romance, Andrés Amorós, diz-nos: «Recordemos algunos nombres clave de la novela contemporánea: Kafka, Henry Miller, Scott Fitzgerald, Saint-Exupéry, Camilo J. Cela... A partir de ellos, todos nosotros contemplamos el mundo de un modo diferente, con un nuevo punto de vista»³.

1.2.3. E páginas antes escrevera: «Limitándonos a la novela, parece interesante averiguar cuáles son los que más se venden: diecisiete autores han sobrepasado ya el millón de ejemplares vendidos en 'Le Livre de Poche'. Solo uno de ellos (Zola) pertenece a la novela clásica del siglo XIX. Los dieciseis restantes los podemos dividir, casi por partes iguales, en dos grupos: siete de ellos cultivan una novela relativamente tradicional, más o menos influida por las tendencias contemporáneas: Colette, Cronin, Benoit, Bazin, Pearl S. Buck, Pagnol y Montherland. Los otros nueve son grandes maestros de la novela de nuestro siglo: Gide, Hemingway, Saint-Exupéry, Malraux, Bernanos, Cocteau, Camus, Sartre y Graham Greene. Atendiendo al número de obras de cada uno, resulta que los autores más leídos son Camus, Saint-Exupéry, Malraux y Sartre»⁴.

1.3.0. *Faceta humana em Saint-Exupéry*

1.3.1. Há dous acontecimentos importantes na vida de Saint-Exupéry, que influíram decisivamente na sua vida e na sua obra literária: a morte do seu pai em 1904, quando tinha só quatro anos, a Primeira Guerra Mundial e o seu fracasso na Escola Naval.

1.3.2. A morte do seu pai e a sua conseguinte orfandade dão à sua obra esse tom de suave nostalgia unida a essa alegria sublime do que, passando polo sofrimento, sabe valorar tudo o que há de nobre e de boas cousas e nos homens. Olhada de nostalgia alegre e compassiva própria dos que passando por estas circunstâncias sabem erguer o espírito e contemplam depois a vida humana com olhos de simpatia.

1.3.3. A guerra e o seu fracasso na Escola Naval deram-lhe também outro aspecto à sua obra: a ironia e o humor perante a vida e as pessoas com as que se encontra a gente a cada passo.

1.3.4. E ambas cousas: esse amor franciscano às cousas. Esse amor ao humilde e o desprezo polo artificial e polos fantoches. Esse descobrir poesia na aviação, no deserto, nas estrelas, no universo, em tudo. «C'est

(3) Andrés Amorós, *Introducción a la novela contemporánea*, Cátedra, Madrid, 1974, Cap. XXVI: "Compromiso y evasión: Sartre", p. 177.

(4) Ob. cit. nota anterior, cap. XXIII: "Novela de Bolsillo", p. 159.

tellement mystérieux, le pays des larmes!»⁵.

1.3.5. Em *Le Petit Prince* estão juntas a mais refinada sátira, uma fantasia retouça, a filosofia e a poesia da vida, a ciência e a imaginação.

1.3.6. Aviador, deixa as suas primeiras experiências em *Courrier Sud*, depois em *Vol de nuit*, romance premiado em 1931 com o prémio Fémina. Em 1935 estraga-se-lhe o motor do avião e cai a terra em pleno deserto do Saara, nos confins da Líbia. Descreve esta aventura trágica em *Terre des Hommes* e faz alusão à mesma no livro *Le Petit Prince*: «à mille milles de toute région habitée»⁶.

1.3.7. Em *Pilote de Guerre* conta-nos as suas impressões da Segunda Guerra Mundial e o seu pensamento sobre estas semanas trágicas do seu país. Depois do armistício volta aos Estados Unidos onde escreve *Le Petit Prince* no ano 1941, que se publicará em 1943⁷ e *Lettre à un Otage*.

1.3.8. O 31 de Julho de 1944 morre num acidente de aviação deixando incompleta a sua obra *Citadelle*.

1.3.9. Em toda a sua obra literária dá-se a alternância entre a acção e a introspecção que terminam por se unirem sempre numa entidade de tipo superior como veremos mais adiante. Da acção passa à moral e dela à contemplação. Doi-lhe que a sua geração perdera «o respeito ao homem» indispensável nos encontros inter-humanos. «Je suis triste pour ma génération qui est vide de toute substance humaine... Je hais mon époque de toutes mes forces. L'homme y meurt de soif»⁸. Por isso ele dá-se conta de que é necessário encontrar-lhe sentido à vida. O seu «La vie crée l'ordre, mais l'ordre ne crée pas la vie»⁹, lembra-nos o dito de Cristo: «O sábado fez-se para o homem e não o homem para o sábado»¹⁰. Sabe que a pessoa conhece criando vínculos¹¹, fundando relações de amizade e convivência.

1.3.10. *Le Petit Prince* apareceu em Nova Iorque em 1943. Constituiu um bestseller. John R. Miller diz dele na edição escolar americana: «*Le Petit Prince* pertence à categoria de livros... que gostam às crianças e aos maiores. Em todas as idades o leitor acha nele encanto e proveito; a sua imaginação, a sua inteligência e o seu

(5) A. de Saint-Exupéry, *Le Petit Prince*, cap. VII, pág. 27 da ed. Gallimard, Paris, s.a. (Todas as citas serão por esta edição por ser mais maneável. Utilizo também a das obras completas como se verá mais adiante).

(6) Ob. cit. cap. II, p. 14.

(7) Cf. *Le Petit Prince*, caps. II, p. 13; IV, pp. 19-20; XXVII, p. 72.

(8) *Lettre au Général X*, citada na *Introduction de Le Petit Prince* que utilizo, p. 5, l. 13-15.

(9) *Lettre à un Otage*, em *Oeuvres*, éditions Gallimard, Paris, 1974, p. 403.

(10) Mc. 2, 27.

(11) *Le Petit Prince*, cap. XXI, p. 56.

coração encontram nele prazer e adestramento, descobrem sempre uma nova riqueza». Eu diria que, ainda que dedicado às crianças, é mais próprio para maiores do que para meninos.

II.- CONDIÇÕES PARA UM ENCONTRO HUMANO

2.0.1. Pretendo nesta segunda parte do meu trabalho examinar as condições exigidas para que se dê um encontro plenamente humano e assim deste jeito chegar a uma aproximação estética ao *Petit Prince* e lograr uma maior compreensão do seu conteúdo.

2.0.2. Para isso baseio-me nas condições que López Quintás postula para um verdadeiro encontro através das suas obras, de uma maneira especial no segundo tomo da sua *Metodología de lo Suprasensible*.

2.0.3. Antes de falar do encontro, acho necessárias umas matizações de conceitos para sabermos para onde vamos. O primeiro que vejo indispensável é distinguir entre homem e animal. Desde logo a definição escolástica não nos vale.

2.0.4. Por animal entende-se o ser que se encontra metido num contorno de meros estímulos mentres que o homem está aberto à realidade em quanto tal e capta os seres em quanto são e em quanto mostram tais modos concretos e determinados da realidade. Esta abertura -que não se dá no animal- situa o homem perante horizontes indefinidos de acção, de dignidade e de responsabilidade.

2.0.5. O animal não pode criar mundos, o homem, sim. Mas esta abertura não tem o sentido de sair de si mesmo fisicamente, mas o sentido de relacionalidade, de constelacionalidade.

2.0.6. Esta abertura, própria tão só do ser humano, com o seu conseguinte rompimento de limites fixos e impostos, leva o homem a criar projectos de acção pessoal, pois a comunicação humana cria, não se cinge a ser só canal transmissor.

2.0.7. O homem é, portanto, um ser aberto que carece de limites mensuráveis, já que a sua personalidade se afirma e acrescenta abrindo-se a outros seres e formando com eles séries de âmbitos diversos e complementários.

2.0.8. Por âmbito entende-se um complexo de relações móveis entre dous elementos que integram um ser ou entre dous seres já constituídos, não vinculadas a um módulo fixo, mas abertas a um horizonte de variedade dentro de certos limites. Indica margem de possibilidades,

campo de acção criadora de liberdade, capacidade de distensão ao nível de fundura própria de cada ser. Âmbito que não é realidade de tipo espaço temporal, senão analéctica, que pertence ao nível lúdico.

2.0.9. Mas o homem não é somente um ser aberto à realidade. O homem alcança a sua plenitude humana quando se abre à realidade com um tipo de abertura de participação por via de mergulhamento co-criador, co-criador de âmbitos de interacção que surgem nos fenómenos antropológicos do encontro, nos actos de criação e contemplação estética e em toda afirmação humana rigorosa¹².

2.0.10. Quando falamos do encontro é preciso distingui-lo bem do tropeço, tacto ou choque com um objecto. Pois nem o tropeço ou choque com uma realidade, nem a consideração de seu ser como meio para um fim, significam um encontro. Quando o homem se abre ao seu arredor de uma maneira co-criadora entra numa relação não de mero tacto ou choque com um objecto, senão de cruzamento ambital.

2.0.11. O acesso do homem ao real extra-subjectivo realiza-se simultaneamente através de dous níveis -o objectivo e o superobjectivo- que, longe de se oporem, se complementam por via de integração assumente.

2.0.12. Cumpre também não esquecer que os seres ambiais não limitam. O «eu» não limita com o «tu», mais bem se entrecruza co-criadoramente com ele. É que todo ser ambital só progride ambitalmente, ou seja, co-criando âmbitos mediante experiências submergentes que vinculam o poder criador e a participação reverente.

2.0.13. Chegados a este ponto, acho que já estamos em condições para estudar o fenómeno do encontro.

2.1.0. O encontro

2.1.1. O encontro pertence a um plano profundamente pessoal. O encontro transcende o simples espectáculo. «Yo soy -nos dice G. Marcel- uno de los que atribuyen a *los encuentros* un valor inestimable; hay en ellos un dato espiritual esencial». «*Je ne suis pas au spectacle*»¹³.

2.1.2. Que implica o fenómeno do «encontro»? Segundo o meu jeito de ver, é a relação íntima, dialógica de dous ou mais seres dotados de per-

(12) Alfonso López Quintás, *Metodología de lo Suprasensible*, Editora Nacional, Madrid, 1971, pp. 34-35.

(13) Alfonso López Quintás, *Pensadores Cristianos Contemporáneos*, B.A.C. Madrid, 1968, p. 297. Em nota 20 cita *Être et avoir* de Marcel.

sonalidade, que se reconhecem mutuamente numa atitude de *piedade*, definida como amor reverente e do mistério dos seres profundos. Por ser amor, a *piedade* une; por ser reverente, guarda a distância que impõe o respeito. A reverência funda *distância de perspectiva*, que indica um certo grau de domínio sobre a discursividade espaço temporal... É necessário um «coração puro» -em frase de Guardini-. Este é o que ama rectamente. Não começa com a cobiça mas com a reverência. O seu primeiro acto não é de acercamento senão de distanciamento. Rejeita fazer do amado uma peça do seu entorno, deixa-lhe espaço para desenvolver a sua personalidade. Aceita-o como algo autónomo¹⁴. «O homem -diz Heidegger- somente através de distâncias se instaura na verdadeira cernia das cousas».

2.1.3. Para que o encontro seja tal requiere-se a contraposição, a distância, a possibilidade de olhar ao longe e de acercar-se. A distância intelectual não implica afastamento, mas captação compreensiva dos conjuntos que se fazem presentes.

2.1.4. Não se pode dar um autêntico encontro senão entre duas ou mais realidades que, respeitando-se mutuamente e mantendo as suas próprias características, criam em comum um campo de interacção no que se potenciam os seus seres respectivos.

2.1.5. O encontro opõe-se, portanto, a todo anelo violento de assimilação fusional ou de entrega passiva. Exige personalidade e vontade de colaboração, firmeza no próprio ser e tensão criadora. Só é possível entre seres capazes de instaurar modos rigorosos de presença. Cumpre uma vontade recíproca de cooperação co-criadora.

2.1.6. O encontro exige em todos os elementos que se integram um certo grau de participação, um certo poder criador, um impulso diverso a respeito de uma mesma meta.

2.1.7. O encontro tem lugar num clima de comunicação autêntica graças ao poder fecundante que encerra nesta com a interna dialéctica de apelação e resposta.

2.1.8. Os fenómenos do encontro significam momentos de uma plenitude existencial sempre crescente e de uma patentização singular e de verdade.

2.1.9. Só se pode encontrar aquilo com o que é possível estabelecer relações de imediatez eminente, já que o encontro funda, por princípio, modos de unidade muito alta. A nível de objectos, as únicas formas de unidade possível são as de *fusão* -que anula a autonomia dos elemen-

(14) Ob. cit. nota anterior, p. 297.

tos que a integram- e a de *posse* que, por tirar-lhe independência ao objecto possuído, faz impossível os modos de inter-relação co-criadora que fundam os géneros superiores de unidade.

2.1.10. No nível ambital, toda actividade egoísta deve ser anulada, por ser ela infecunda e dissolvente. O encontro autêntico só pode dar-se entre seres que reconhecem reverentemente a sua liberdade e dignidade entitativas.

2.1.11. A liberdade exige libertação do exercício obsessivo de toda forma de posse. O homem é livre quando se deixa levar por uma realidade envolvente de sinal ascensional, domina os recursos da sua vida espiritual e sente-se dinamicamente instalado em amplos horizontes de criação. Só é livre o homem verdadeiramente criador.

2.1.12. O fenómeno do encontro não dilui fusionalmente o ser de quem o integram, antes o potencia, pois as realidades ambiais acrescentam-se ambientalmente co-criando âmbitos gradualmente superiores.

2.1.13. No nível ambital -que é no que nos movemos sempre que falamos do encontro- a grandeza alheia não resulta estranha nem hostil, e não desperta, por conseguinte, sentimentos de aversão e de ódio. Pelo contrário, acende a vontade de integração colaboradora.

2.1.14. O encontro autêntico sinala o cume na vida humana, não um ponto de partida. É próprio de pessoas muito maduras e denota uma maturidade e personalidade muito fortes.

2.2.0. Diversas classes de encontro

2.2.1. Quando o homem entra em contacto com alguma realidade que não seja humana, pode adoptar perante ela várias atitudes: a) contemplar essa realidade como meio para algo e então fica reduzida a simples objecto, ou b) como meio para um fim alheio à mesma e assim resulta uma falta de respeito a essa realidade ao não ter presente o fim para o que foi criada e esquecer-se da sua íntima constituição e dignidade entitativas pospondo-a ao interesse.

2.2.2. O encontro próximo ao humano pode dar-se entre um animal e uma pessoa, sempre e quando não esteja presente o egoísmo. Assim podemos falar de cenas maravilhosas entre o homem e o cão ou entre o homem e outra classe de animais em que ambos semelham entenderem-se e nos que se origina uma série de inter-relações criando-se por ambas partes âmbitos encavalgantes de grande tensão e fecundidade superobjectivas.

2.2.3. Tratando-se de seres humanos podem acontecer várias coisas:

a) Que se trate de um simples contacto físico, encontro ou choque casual, no que não se dá uma comunicação inter-humana e então as pessoas, mais que como pessoas consideram-se como objectos. Houvera dado o mesmo que no lugar de uma pessoa se tratasse de um animal, uma pedra ou algo semelhante. Entre eles não deu lugar à posta em movimento da vertente superobjectiva do ser humano.

b) Pode ser que por uma parte esse encontro se busque, que brote num dos componentes a simpatia, o respeito, a reverência, a tensão perante esse ser que aparece, mas que pela outra parte não haja resposta alguma, essa tensão se apague e isso que semelhava um encontro iluminador e criativo, fique numa frustração.

c) É possível que a chamada de um dos componentes ao diálogo seja escutada e que o outro responda. Que se estabeleça o diálogo, mas que um deles procure o domínio, o avassalamento, intente vencer o outro, não convencê-lo. Numa palavra: que num ou em ambos componentes se intente a manipulação da parte oposta. Aqui dá-se uma autêntica aberração do diálogo e um abuso das pessoas ao tratá-las como meros objectos. Profanação da linguagem ao desviá-la do seu fim de criadora de relações e de âmbitos inter-humanos e do homem que deixa de ser considerado como tal e passa ao nível de objecto manipulável.

d) Encontram-se as pessoas casual ou intencionalmente, começam por se distanciarem, surge uma atitude de reverência, ilumina-se toda a pessoa dos encontrados, respeitam as suas liberdades, acercam-se ludicamente -não fisicamente, que não houve distanciamento- sem perder cada um as suas próprias características, criam em comum um campo de interacção e de âmbitos no que a linguagem é um canal eficaz e começa um diálogo activo-receptivo no que ambos dialogantes vão co-criando âmbitos que se encavalgam, vibram em tensão, se comunicam e enriquecem mutuamente.

2.2.4. Enriquecimento e perfeição que não consiste em impor ao outro o seu ponto de vista vencendo, senão convencendo. Enriquecimento que respeita a individualidade e a liberdade da outra parte e na que ambos desempenham um papel activo-receptivo assumindo o que de positivo vai aflorando a medida que o encontro leva a aprofundizar mais.

2.2.5. O interesse, o egoísmo, a manipulação, a exploração não têm lugar aqui e surge entre os comunicantes um amor que vincula e libera, que cria e ilumina, que potencia o indivíduo e o humaniza.

2.2.6. Expostas já as características e as condições indispensáveis para que se dê um encontro autenticamente humano, é necessário passar à terceira parte deste trabalho: classes de encontros em *Le Petit Prince*. Creio poder oferecer assim uma leitura em profundidade desta obra de Saint-Exupéry que nos permita descobrir a sua filosofia e sentimentos profundamente humanos. Este mesmo exercício podia-se fazer com as outras obras de Saint-Exupéry, mas isso desbordaria a amplitude deste trabalho.

III.- CLASSES DE ENCONTRO EM «LE PETIT PRINCE»

3.1.0. Visão de conjunto

3.1.1. Consta o livrinho de 27 capítulos. Dos capítulos de que se compõe, nos nove primeiros trata do encontro do príncipezinho com o aviador e da vida do primeiro no seu asteroide. Do dez ao vinte, da sua viagem, as suas peripécias por distintos asteroides e o seu contacto com a terra. Do vinte e um ao vinte e sete, o tema dos encontros, sendo o miolo doutrinal do relato de todo o livro.

3.1.2. O transfundo literário no que está redigido é a conjunção e a fusão do mundo real com o mundo dos sonhos. Uma história que abrange e junta o mundo e o transmundo, que derruba o valado que separa a ambos. Um mundo irreal em que a nossa realidade recupera as suas medidas justas e verdadeiras.

3.1.3. Debaixo de todo o relato está o próprio Antoine de Saint-Exupéry que conta. Estão a criança e o homem que querem borrar idades e unir mundos. Mas não a criança tal e como foi, senão a criança tal e como a olha nostalgicamente desde a perspectiva de maior. Por isso também é mais próprio o livro para os maiores do que para as crianças às que parece estar destinado.

3.1.4. O protagonista é uma criança intuitiva e sensível, capaz de atravessar as cousas com a sua olhada ingénua, de descobrir seu fundo. Olha o elefante dentro da serpente boa e o cordeiro na caixa que lhe desenha o aviador, cousa que ele já não pode. Isto faz-lhe pensar que já deixou de ser criança e que se fez velho. «*Mais moi, malheureusement, je ne sais pas voir les moutons à travers les caisses. Je suis peut-être un peu comme les grandes personnes. J'ai dû vieillir*»¹⁵.

(15) *Le Petit Prince*, cap. IV, p. 20.

3.1.5. Seus olhos vêm a ser como o espelho do mundo, o ponto de intersecção entre o sonho e a realidade, entre a alma e a técnica, entre o tempo e a eternidade.

3.2.0. Visão de detalhe

3.2.1. Agora imos ir vendo um por um os encontros realizados ou frustrados que aparecem no livrinho e a doutrina que Saint-Exupéry expõe. Acho que é melhor, didacticamente, fazê-lo submetendo a exame uma por uma todas as personagens.

3.2.2. Em toda a narração aparece com muita claridade a distinção entre o mundo e as crianças: o mundo da compreensão, da espontaneidade e da vida, de uma humanidade talvez demasiado pura, demasiado “angelizada”; e o mundo dos maiores: um mundo demasiado artificial, estruturalizado, normalizado, etiquetizado, dissecado, estranho à vida real das pessoas, falto do amor que podia criar os vínculos necessários da convivência e que os leva a viver terrivelmente ilhados, numa sociedade trágica. Soedade que está muito bem expressada nos indivíduos que vivem no seu mundo pequeno do asteroide onde não cabe ninguém mais: encerrados no egoísmo pessoal. Mesmo quando o príncipezinho sente atracção por uma das personagens com as que se encontra -por exemplo com o faroleiro-, dá-se conta de que «*Il n’y a pas de place pour deux...*»¹⁶.

3.2.3. Será um animal, nada menos que um raposo, o de menos condições para uma convivência, o que lhe descubra os segredos da vida, o que lhe faça amável a convivência. Por quê escolheria a um raposo e não a outro animal? Pola sua astúcia ou por rebaixar ainda mais o homem incapaz de descobrir o essencial na convivência humana?

3.2.4. A existência do príncipezinho aparece toda ela centrada arredor de uma flor (VIII, 27-30). Ela constitui o centro, o eixo de toda a sua vida. Ele observou muito atento o seu nascimento e assombrado e cheio de emoção espiritual exclamou: «*Que vous êtes belle!*» Mas esta flor pola que se desvive é presumida e demasiado exigente, arrogante e um pouco mentirosa.

3.2.5. Decepcionado, decide abandonar o seu planeta. Neste relato Saint-Exupéry revela-nos de uma maneira simples e comovedora a tensão existente entre o ideal e a realidade, entre a ideia de formosura e a sua encarnação na matéria imperfeita. Tensão que pode levar-nos à

(16) Ib. cap. XIV, p. 45. (A partir de aqui todas as citas são de *Le Petit Prince*, sendo indicada a referência no corpo do texto –romanos para o número de capítulo, seguidos da página).

evasão da realidade e mergulhar-nos no ensonho e numa saudade inoperante como parece ser a sua saída final.

3.2.6. Mais tarde dará-se conta do seu erro o príncipezinho (VIII, 29); as flores basta com vê-las e recender o seu perfume. Também saberá porquê a sua flor é única. «*Je me croyais riche d'une fleur unique, et je ne possède qu'une rose ordinaire*» (XX, 54). Será, sem embargo, o raposo o que lhe descubra essa verdade: «*Va revoir les roses. Tu comprendras que la tienne est unique au monde*» (XXI, 58). «*Vous êtes belles, mais vous êtes vides, leur dit-il encore. On ne peut pas mourir pour vous. Bien sûr, ma rose à moi, un passant ordinaire croirait qu'elle vous ressemble. Mais à elle seule elle est plus importante que vous toutes, puisque c'est elle que j'ai arrosée... (-)... Puisque c'est elle que j'ai écouté se plaindre, ou se vanter, ou même quelquefois se taire. Puisque c'est ma rose*» (XXI, 59).

3.2.7. Será também o raposo o que lhe revele o segredo de tudo isso: «*On ne voit bien qu'avec le cœur. L'essentiel est invisible pour les yeux*» (XXI, 59). Convida-o a que procure com o coração. E será este o que o leve a descobrir as fontes da vida, simbolizada nos poços em meio do deserto (XXV, 64-65).

3.2.8. O importante, vem a dizer, é a dialéctica entre o ideal e a realidade, o equilíbrio entre ambos. Saber encarnar o ideal na realidade a pesar da imperfeição. Não devemos abandonar um ideal ainda que chegado à prática seja difícil a sua plasmação.

3.2.9. Como os maiores buscam o utilitarismo não compreendem a outra vertente da vida humana e leva-os a um trágico ilhamento sem ninguém com quem poder falar verdadeiramente (Cf. I, 12-13). Isto mesmo experimentou ele.

3.2.10. Depois de vários intentos de pintar o cordeiro, perante a caixa, símbolo da vertente superobjectiva da vida humana que vai até o essencial, o rosto do príncipezinho iluminou-se, passando ao nível da realidade superobjectiva e deu-se entre ambos o primeiro momento de um encontro, encontro que o levou ao conhecimento do príncipezinho (Cf. II, 15-16).

3.2.11. O avião tampouco pertence ao nível de mero objecto, para o aviador: «*Ce n'est pas une chose. Ça vole. C'est un avion. C'est mon avion*» (III, 16). Surge um desejo de liberdade ante a proposta de atar o cordeiro de noite (III, 17). Vão profundizando a medida que avança o diálogo. Estes olham mais alá das aparências, não como faz a gente: «*Mais per-sonne ne l'avait cru à cause de son costume*». «*L'astronome refit sa démonstration en 1920, dans un habit très élégant. Et cette fois-ci tout le monde fut de*

son avis» (IV, 18-19).

3.2.12. Os maiores não chegam ao íntimo das pessoas. Ficam no superficial. Não entendem de autêntica formosura nem das relações verdadeiramente inter-humanas, porque não esquadrinham a vida que foge ao puramente objectivo. As crianças, no entanto, sim: «... e qui avait besoin d'un ami...» diz-nos da maneira na que deveria ser percebida a história do príncipezinho. Ele mesmo decata-se do longe que pode ficar essa criança que foi ele: «Je suis peut-être un peu comme les grandes personnes. J'ai dû vieillir» (IV, 20).

3.2.13. O príncipezinho sente saudade e gosta do pôr do sol: «...quand on est tellement triste on aime les couchers de soleil...» (VI, 24). E assim: «Un jour, j'ai vu le soleil se coucher quarante-quatre fois!» (VI, 24) diz-lhe a seu amigo. Não coincidem na apreciação do que entendem por cousas sérias (Cf. VII, 25-26) porque partem de uma concepção distinta da vida (Cf. VII, 26-27). A vida, inclusive a de uma flor, tem importância. A de uma flor iluminou a sua vida. Por isso diz: «La mienne embau-mait ma planète, mais je ne savais pas m'en réjouir. (-) Elle m'embaumait et m'éclairait. Je n'aurais jamais dû m'enfuir!» (VIII, 29-30).

3.2.14. A pesar das primeiras dificuldades surgidas entre o príncipezinho e a flor, entre os dous -«personalizada» ela-deu-se um encontro. Amor por ambos e desinteresse nela ante a partida do príncipezinho. Neste momento deixa de pensar nela: «Tâche d'être heureux». Esqueceu-se dela para pensar nele (Cf. IX, 31-32).

3.2.15. O príncipezinho na sua viagem esquadrinhadora encontra-se com as seguintes personagens.

a) A primeira com a que se encontra é um rei. A caricatura do rei é perfeita. Com ele o encontro falha totalmente. Falta um plano de igualdade. Falha no vértice $\underline{c}$ e como consequência a sua presença é de domínio e manipulação. Entra dentro do esquema do triângulo da *Metodología de lo Suprasensible*, p. 83. As palavras «súbdito» (X, 32), «ordenote» (X, 33), «proíbo-te» (X, 32), «ordeno-te» (X, 34), «faço-te ministro» (X, 35), «faço-te meu embaixador» (X, 36), mostram-nos que se dá entre ambos uma imediatez de contacto sensível, mas que o rei é incapaz de passar à vertente superobjectiva e que a única presença que procura é manipular e dominar o príncipezinho como se fosse um mero objecto. Não se dão âmbitos de interacção. Há um intento de avassalamento por parte do rei que intenta privar de uma liberdade elemental o príncipezinho e que anula toda possibilidade de encontro.

b) Depois do rei, encontra-se com um vaidoso. Num princípio

creu que aqui as cousas ir-lhe-iam melhor do que lhe tinham ido com o rei: «*Ça, c'est plus amusant que la visite au roi*» (XI, 37). Mas depois dá-se conta de que esta classe de gente «*n'entendent jamais que les louanges*» (XI, 38), procuram admiração (XI, 38). Falta o pé de igualdade que deve dar-se no encontro. O vaidoso encerrado em si está incapacitado para olhar com perspectiva, para afastar-se saindo de si e acercando-se aos demais. Os demais valem em quanto me valem a mim para algo, não em quanto valem em si. Não se dá criação de âmbitos de interacção, tudo fica no *eu* não contando para nada o *tu*, inutilizando toda possível vida relacional.

c) Também o bêbedo resulta um indivíduo lamentável. É a evasão pola evasão. Aqui nem sequer foi possível o mais elemental intercâmbio de palavras (XII, 38-39). O homem reduzido e dominado pela paixão, falto de liberdade interior. A perplexidade embarga o príncipezinho. Este pode dizer-se que foi um simples choque ou encontro. Podia haver sido um animal.

d) O homem de negócios não lhe depara melhor sorte. Está dominado polos objectos que tão sequer pode manipular directamente e então manipula-os na sua imaginação. Está na linha do anterior. Ali era o vinho, aqui o dinheiro. Sem embargo o anterior causa maior compaixão. Outro encontro frustrado, porque este homem de negócios nem sequer tem a seriedade que pregoa (XIII, 41-42). Fica numa presença física. Não se dá distanciamento nem acercamento lúdico por nenhuma parte.

e) E chegamos ao simpático do faroleiro. Começa por chamar-lhe a atenção: «*Peut-être bien que cet homme est absurde. Cependant il est moins absurde que le roi, que le vaniteux, que le businessman e que le buveur. Au moins son travail a-t-il un sens*» (XIV, 42). Por ser bonita a ocupação do faroleiro, é verdadeiramente útil. «*Le petit prince le regarde et il aime cet allumeur qui était tellement fidèle à la consigne*» (XIV, 44). A pesar de que o faroleiro tinha um ofício terrível (Cf. XIV, 44), era um pouco preguiçoso: «*Ce que j'aime dans la vie, c'est dormir*» (XIV, 45). Mas o príncipezinho vê nele algo distinto dos outros: «*Cependant c'est le seul que ne me parais - se pas ridicule. C'est, peut-être, parce qu'il s'occupe d'autre chose que de soi-même*» (XIV, 45). «*Celui-là est le seul dont j'eusse pu faire mon ami*» (XIV, 45).

Aqui vê-se claro a impossibilidade do homem submetido a umas normas e costumes, escravo, não dono delas. Escravo do dever mal encaminhado. O homem sujeito a um ofício que não lhe vai. Também é

símbolo do homem metido numa cultura e numa sociedade que não percebe bem, e que prefere estar condenado na sua vida antes de fazer nada por mudá-la. Neste caso o encontro por um pouquinho não resulta plenamente humano e criador. Faltava que o faroleiro lhe desse um sentido ao seu trabalho e fosse desempenhado com um pouco mais de amor. Mas não teve lugar. No ponto de vista do príncipezinho «*Il n'y a pas de place pour deux...*» (XIV, 45). Isto podíamos encaixá-lo dentro do triângulo 6 de dito livro: *presença de mera manipulação, manejo controlado, disponibilidade funcional* (Cf. Ob. cit. p. 84).

f) Outro tipo é o do geógrafo. Nele personificados e ridiculizados os homens de ciência. Este considera-se demasiado importante para andar de um lado para outro (XV, 46-47). Símbolo do indivíduo encerrado em si mesmo e na formação recebida e incapaz de contactos humanos. «*Les géographies, dit le géographe, sont les livres les plus sérieux de tous les livres. Elles ne se démodent jamais*» (XV, 48). Trata-se de outro manipulador. O encontro também frustrado e o príncipezinho encaminhou-se à terra pensando na sua flor. Incapaz como os outros de prestar-lhe atenção à vida.

g) Já na terra, o primeiro que encontra é uma serpente. Responde obcecado deixando de lado a pergunta da serpente: «*J'ai des difficultés avec une fleur*» (-) «*On est seul aussi chez les hommes*» (XVII, 52) -responde-lhe a serpente com muita filosofia. A serpente aparecerá ainda mais adiante (XXVI, 66-67). Semelha ser a astúcia e a maldade em contra dos bons ideais dos homens.

3.2.16. Casualmente encontra-se com uma flor que nem tão sequer lhe lembra à sua. Em seguida a secura da terra leva-o a compreender a secura dos homens: «*Et les hommes manquent d'imagination. Ils répètent ce qu'on leur dit...*» (XIX, 54). A sua flor, contudo, falava sempre a primeira.

3.2.17. O seu encontro com o jardim de flores decepçiona-o fundamentalmente. Todas as suas esperanças vinheram-lhe abaixo. Será necessária a presença do raposo para erguê-lo desta prostração.

3.2.18. O encontro com o raposo resulta o mais importante. Nele é onde melhor aparece a doutrina do encontro e das relações inter-humanas. Começa por pedir-lhe ao raposo que lhe aclare o que significa «estar cativo». O raposo diz-lhe que significa «criar vínculos»: criar relações tão fortes que um necessite do outro, que o outro seja indispensável (XXI, 55-56).

3.2.19. As relações inter-humanas fazem que a vida já não apa-

reça monótona, que a vida esteja cheia de sol e que o que dantes era para nós obstáculo resulte motivo de alegria. Mudam as cousas: «*Je connaîtrai un bruit de pas que sera différent de tous les autres. Les autres pas me font rentrer sous terre. Le tien m'appellera hors du terrier comme une musique. (-) Les champs de blé ne me rappellent rien. Et ça, c'est triste! (-) Le blé, qui est doré, me fera souvenir de toi. Et j'aimerai le bruit du vent dans le blé...* » (XXI, 57).

3.2.20. As relações que se originam entre os homens são as únicas que nos permitem um autêntico conhecimento: «*On ne connaît que les choses que l'on apprivoise*» (XXI, 57). A técnica não lhe deixa tempo para o verdadeiro conhecimento: «*Les hommes n'ont plus le temps de rien connaître*» (XXI, 57).

3.2.21. Depois o raposo explica-lhe o procedimento. Primeiro deve afastar-se: «*Tu t'assoiras d'abord un peu loin de moi. (-) Chaque jour, tu pourras t'asseoir un peu plus près...*» (XXI, 57). A hora concreta influi: aumenta ou diminui a tensão do encontro. Tensão que potencia mais a presença desse encontro (Cf. XXI, 57-58).

3.2.22. Fala da necessidade dos ritos na vida humana porque um rito «*C'est ce qui fait qu'un jour est différent des autres jours, une heure, des autres heures*» (XXI, 58).

3.2.23. Entre o príncipezinho e o raposo «personificado» deu-se um verdadeiro encontro. Encontro criador que lhe ajudou a compreender melhor o porquê das relações existentes entre ele e a sua flor: «*Va revoir les roses. Tu comprendras que la tienne est unique au monde*» (XXI, 58). Compreende que a sua rosa é única no mundo e que «*on ne voit bien qu'avec le coeur. L'essentiel est invisible pour les yeux*» (XXI, 59).

3.2.24. Estes vínculos surgidos obrigam a ser responsáveis, a respeitar à outra parte: «*Tu deviens responsable pour toujours de ce que tu as apprivoisé*» (XXI, 59). E o príncipezinho dá-se conta disto: «*Je suis responsable de ma fleur*» (XXV, 65). Massa, descontento, incerteza nas suas buscas, a técnica leva à desumanização. Tal é a sensação que dá o ritmo de vida.

3.2.25. Cumpre buscar com o coração. E com o coração descobre as fontes da vida, simbolizadas nos poços do meio do deserto (XXIV, 61; XXV, 63-65). O mais importante na vida humana é o que não se vê, o que pertence à realidade superobjectiva. Di-lo com insistência: «*Les étoiles son belles, à cause d'une fleur que l'on ne voit pas...*» (XXIV, 62). «*Ma maison cachait un secret au fond de son coeur*» (XXIV, 62). «*Ce que je vois là n'est qu'une écorce. Le plus important est invisible...*» (XXIV, 62). «*Mais les yeux*

sont aveugles. Il faut chercher avec le coeur» (XXV, 65). «*Ce qui est important, ça ne se voit pas...*» (XXVI, 69).

3.2.26. Para o homem sensível os objectos já não são objectos. Revestem-se, cobram uma espécie de personalidade: «*Nous réveillons ce puits e il chante...*» (XXV, 63). A mesma água recupera uma nova luz, um novo ser: «*Cette eau était bien autre chose qu'un aliment. Elle était née de la marche sous les étoiles, du chant de la poulie, de l'effort de mes bras*» (XXV, 63).

3.2.27. As cousas mudam. Já não são as mesmas. As estrelas de agora em diante são distintas para Saint-Exupéry. Nelas verá a do príncipezinho e elas terão para ele uma significação especial: «*Tu auras, toi, des étoiles que savent rire!*» (XXVI, 70). Para o príncipezinho, no entanto, «*toutes les étoiles seront des puits avec une poulie rouillée. Toutes les étoiles me verseront à boire...*» (XXVI, 71).

3.2.28. A morte significa para ele deixar a pele como as cobras a camisa, a casca e subir para uma estrela, para o amor e para o dever (XXVI, 72; XXVII, 72). A morte aparece espida desse medo macabro que nos impõe. Termina o conto com uma saudade que o invade tudo.

CONCLUSÃO

Depois de lido e comentado devagar o livrinho, impõe-se um juízo e uma conclusão de conjunto que plenifique e potencie o meu encontro pessoal com a obra. Olhar as linhas fundamentais sobre as que se apoia a sua estrutura literária.

Nele surge continuamente o desejo inato do homem por conhecer o desconhecido, a luta entre os ideais e a triste realidade, o esquecimento em que se tem pola sociedade da parte mais importante da vida humana: da vertente lúdica superobjectiva, a amarga experiência dos maiores, incapacitados pela técnica e o mundo artificial em que vivem para a criação de fortes vínculos humanos no amor e compreensão da vida, o troco dos valores vitais polos utilitários, a consideração do homem como peça, não como realidade vital-espiritual, o desejo de uma transformação humana e de poder seguir a viver num mundo descon-

hecido, que pudera ser numa estrela: um desejo ingénuo, não uma crença. A doutrina cristã do além parece alheia à mentalidade do autor.

Estilo simples, claro, fácil, que encadeia e faz que se leia de uma só vez e que se volte a ler e que mais de uma vez nos faz surgir esse sorriso do que tão bem fala em «*Lettre à un Otage*». Mais próprio para maiores do que para crianças, pois estas não estão capacitadas para perceber a sua filosofia da vida.

A ortografia, campo de lutas (sobre as grafias como índice ideológico e identitário)

Mário J. Herrero Valeiro

(Doutor Filologia Hispânica pela Univ. da Corunha)

In politicized contests over the 'true' national language, standards, etc., which linguistic features are seized on, and through what semiotic processes are they interpreted as representing the collectivity? Is there a hierarchy of linguistic features open to such ideologization?

(Woolard, 1992: 243)

(...) la graphie droite, désignée et garantie par le droit, c'est-à-dire, par l'État, est un artefact social, très imparfaitement fondé en raison logique et même linguistique, qui est le produit d'un travail de normalisation et de codification tout à fait analogue à celui que l'État opère aussi en bien d'autres domaines.

(Bourdieu, 1994: 103)

Writing affects the social organization of practically all human institutions. But the potentialities of writing depend on the particular kind of writing system utilized in any given society, as well as on its institutions.

(Peñalosa, 1981: 27)

1. O VALOR DAS LETRAS: A INDEXICALIDADE IDEOLÓGICA DA ORTOGRAFIA

The written code in its own right is an important link in the historical relationship between language, culture and social structure. In the classical civilizations of the Ancient World the evolution of written codes from magic as well as economically and politically "rational" sources (...) was closely related to the development of centralized forms of government.

(Luckmann, 1975:25)

É já lugar-comum na sociolinguística que a *planificação linguística* (PlaL) se orienta fundamentalmente em duas direcções: a *planificação do status (ou estatuto) linguístico* (PlaS) ou "status planning", e a *planificação do corpus linguístico* (PlaC) ou "corpus planning" (Kloss 1969). Enquanto a primeira diz respeito à escolha institucional de uma língua (ou antes, de uma determinada variedade de uma língua) para um ou vários propósitos (desenvolvimento funcional), a segunda relaciona-se com a padronização de uma língua (ou antes, de uma variedade linguística) ou simplesmente com a ampliação dos seus recursos internos para poder cumprir algum propósito específico (desenvolvimento formal). Ambos os aspectos da PlaL aparecem com frequência relacionados de forma directa, e é também habitual que o segundo (PlaC) esteja determinado pelas

características particulares do primeiro (PlaS): quando institucionalmente se decide acrescentar a potencialidade funcional de uma língua (ampliação ou modificação do status), é preciso lhe fornecer os instrumentos formais que lhe permitam ocupar os novos espaços, isto é, desenvolver as novas funções (padronização global, ampliação ou reforma de corpus)¹.

Ferguson (1968b) definiu três aspectos básicos na PlaC: a *normativização* ou *fixação ortográfica*, a *modernização* e a *padronização*. A *normativização* —conceito habitual no discurso galego para referir a construção de um padrão global— procura (a) o estabelecimento de um sistema gráfico para uma língua ágrafa ou com variantes e/ou variedades gráficas não unificadas, e/ou (b) a reforma ou aperfeiçoamento da ortografia de uma língua de normativa única ou homogénea. A *modernização* (ou *elaboração*, Haugen 1983) consiste na ampliação de recursos formais de uma língua para esta poder desenvolver novas funções derivadas de uma modificação do seu status ou de novas necessidades comunicativas, como, por exemplo, as criadas pela tecnologização da sociedade. Por fim, a *padronização* procura a fixação de uma norma estável que actue como modelo linguístico e como variedade unificadora das diferentes variedades geográficas de uma língua².

Focaremos agora a nossa atenção na interpretação da normativização ortográfica em particular —e da padronização ou reforma e criação de sistemas gráficos em geral— como instrumento para a *planificação identitária*. Isto é, interessa-nos a questão da escolha ortográfica (que puder ser isolada, mas fundamentalmente como sistema gráfico completo) como marcador ou índice de uma determinada identidade grupal³. cremos, portanto, que se impõe uma aproximação que aprofunde nos aspectos

(1) A divisão de Kloss acabou por ser muito mais difundida do que a realizada previamente por Haugen (1966a, 1966b) entre *problemas de formas* e *problemas de função*. Como indicado por Fernández (1997:139, nota 1) ambas as distinções apenas coincidem de forma parcial. Para Haugen, enquanto os problemas de forma estariam vinculados à estrutura linguística, os problemas de função estariam vinculados à variedade de usos a que serve essa estrutura.

(2) Lembremos que no modelo de Haugen se diferencia enter a *selecção de norma*, numa primeira etapa de planificação, e a *codificação*, na fase de desenvolvimento. A selecção de norma consiste no conjunto de princípios gerais que definem ou orientam o que será a ulterior codificação.

(3) Por exemplo, como amostra de escolha ortográfica isolada podemos citar o uso em espanhol do *k* para substituir o *c* ante *a*, *o*, *u*, manipulação da ortografia normativa da língua em origem associada ao anarquismo ainda que com prontidão imitado por movimentos alternativos à cultura oficializada, como o da *okupación* (ou *okupación*) de prédios desabitados. Este uso passou ao português da Galiza, mesmo aos diferentes padrões em conflito, e destarte poderíamos documentar formas como *korunha* ou *koruña*, por *Corunha* em português ou *Conuña* no padrão legitimado. Cardona (1994:111 e 125) comenta como um elemento (uma letra, neste caso) em si neutro pode adquirir num momento determinado um valor positivo ou negativo. Também em italiano a letra *k* foi submetida a ideologizações diversas: em primeiro lugar, nas décadas de 1970 e 1960, unida a «connotaciones (chistosas) de modernidad», talvez provenientes de uma deformação burlesca da ortografia alemã; mais tarde, a partir do filme de Costa Gavras *O Amerikano* (1972) —título tomado a sua vez da *Amerika* de Kafka— passou a ser empregue para denotar o imperialismo, a repressão ou a violência. Por fim, os pressos políticos italianos adoptaram, em 1980, a grafia *kampi* para referirem os cárceres do circuito especial.

ideológico-identitários das opções ortográficas para compreender conflitos gerados pela normativização ortográfica, como o galego. Neste sentido, e a partir do estudo de Street (1984) sobre a alfabetização, Sebba (1998:20) define dous modelos de aproximação da questão da ortografia: um modelo *autónomo* e um modelo *ideológico*. Do ponto de vista do modelo autónomo, as escolhas ortográficas são consideradas como *ideologicamente neutras*. A *melhor* ortografia seria aquela que “balanced competing demands in terms of phonemic accuracy, learnability and (where relevant) transitional literacy for the intended community of users”. Pelo contrário, no modelo ideológico a ortografia é considerada como o lugar de “potentially intense struggles over identity and power, in which issues like the purpose of literacy and the status of languages are central, and orthographic characters (say, letters of the alphabet) may be imbued with a symbolic meaning which makes their phonemic symbolism and learnability of secondary importance”. Como considera Sebba para as práticas ortográficas dos escritores em crioulo britânico (*British Creole*), pensamos que é evidente que apenas a partir de uma aproximação ideológica se pode compreender um conflito ortográfico, padronizador, como o galego.

Destarte, a análise dos aspectos identitários e ideológicos das escolhas ortográficas (sempre no quadro da construção global do padrão ou de um sistema ortográfico de escrita) constitui uma esfera de trabalho que, nos últimos anos, produziu e continua a produzir resultados de grande interesse⁴. Mas o certo é que, como logo depois veremos, já desde há bastantes décadas podem-se encontrar diferentes alusões às implicações ideológicas e sociais da ortografia, e da escrita em geral, nomeadamente no que interessa as políticas, estatais ou não, de definição ou gestão identitária⁵. Por exemplo, como anunciava Hall (1952:15; também Hall 1966), ao definir os fundamentos da análise da intervenção institucional sobre as línguas e as comunidades linguísticas, a escolha da ortografia (nesse caso, para o crioulo haitiano ou *Krèyol*) representa um importante elemento tanto desta intervenção quanto da sua própria análise. No âmbito da directa relação entre a PlaL e a planificação ideológica-identitária, o controlo da ortografia de uma língua (a sua criação, a sua unificação, a sua reforma) desempenha um papel muito importante. Pensamos que esta importância pode entender-se em termos da *indexicalidade ideológica* da ortografia, isto é, atendendo à parte do significado desta que aponta para

(4) Citemos por exemplo os trabalhos de Winer (1990), Schieffelin e Doucet (1992), Brown (1993), Jaffe (1996), Sebba (1998) ou os incluídos em Jaffe (2000b), nomeadamente a Introdução da própria Jaffe (2000a).

(5) Numa perspectiva muito mais global da seguida aqui, Cardona (1994[1981]:218) informa-nos de um trabalho escrito em 1914, Waxweiler (1929), como o primeiro que «critica y abandona el habitual planteamiento evolucionista que sustituye por una teoría de los usos y de los valores sociales de la escritura».

a identidade colectiva ou grupal dos utentes de um determinado sistema gráfico (Álvarez Cáccamo e Herrero Valeiro 1996:146); ou também, de jeito mais restrito, em termos da *indexicalidade politográfica* (Hagège 1983:28), quer dizer, considerando que a diferenciação através da ortografia actua como um índice de afirmação nacional (ou, acrescentaremos, doutro tipo de definições de *comunidades imaginadas*, no sentido de Anderson 1989[1983]). Assim, para Schieffelin e Doucet (1992:427), o processo de criação de uma ortografia para o crioulo haitiano não é uma actividade neutra que, simplesmente, intenta reduzir uma língua oral a uma forma escrita, mas um “importante veículo simbólico” que representa os seus utentes do ponto de vista da identidade nacional e internacional. Portanto, os debates ortográficos devem ser abordados mais como índices de debates identitários com evidentes conteúdos ideológicos do que como simples combates académicos sem implicações sociopolíticas. E, neste sentido, concebemos a escrita e, portanto, a ortografia, como um instrumento de poder vinculado directamente ao, em palavras de Bourdieu (1994), “pensamento de Estado”, quer dizer, unido directamente ao actual aparelho máximo de poder centralizado, aquele que é conhecido como Estado.

É preciso apontar por fim, ainda que de forma muito breve, que, como assinalou por exemplo Haugen (1966c), dada a permanência e o poder que nalgumas sociedades chega a alcançar o padrão escrito, este pode chegar a ser também um instrumento que age sobre a língua oral, ajudando a modificar, consciente ou inconscientemente, alguma das suas estruturas, nomeadamente a fonológica, modelando destarte novos padrões de discurso. Como indica Fishman (1972:180), a escrita pode chegar a mudar o discurso através das chamadas “pronúncias ortográficas”. Tais possíveis modificações das estruturas orais podem agir também com um valor ideológico como marca de uma diferenciação grupal (o galego em frente do português, o galego “da televisão” em frente do galego “da rua” ou o galego “da aldeia”).

No caso galego podemos observar alguma amostra, decerto não sistemática, deste tipo de influências, com valor significativo pelo que significa de alteração da estrutura habitual da língua oral e construção de uma nova variedade da língua —unida muito especialmente ao desenvolvimento de meios de comunicação em galego— que pode ser analisada também em termos de ideologia e identidade⁶.

(6) Luckmann (1975:26): “Orthography can also have repercussions on the phonological structure of a language. It has been shown, for example, that the striving for “correct” pronunciation, based on the introduction of somewhat arbitrary rules of spelling, allowed the upwardly mobile Slovenian middle class to exercise a certain influence on phonological developments in standard “high” Slovenian”.

2. AS LÍNGUAS E O SEU NÍVEL DE FIXAÇÃO ORTOGRÁFICA

The creation of writing systems is itself necessarily an outgrowth of culture contact, if not of political and economic domination from outside.

(Fishman, 1972: 180)

(...) acceptance or rejection of an orthography has little to do with its linguistic adequacy.

(Berry, 1977: 4)

2.1. Da construção de sistemas de escrita (e ortografias)...

Saussure, parindo a linguística estrutural moderna, dedicava um capítulo, o sexto, e parte de outro, o sétimo, da *Introduction* do seu *Cours de Linguistique Générale* a analisar e criticar a importância adquirida pela língua escrita nos estudos linguísticos e o lugar de preeminência que chegara a alcançar na sua relação com a língua oral, para, por fim, relevar qual deve ser o objecto “real” da investigação linguística:

Incluso para nuestra lengua materna, el documento interviene a cada instante (...) aunque la escritura sea en si misma extraña al sistema interno, es imposible hacer abstracción de un procedimiento por el que continuamente se representa a la lengua; es necesario conocer su unidad, sus defectos y sus peligros. (Saussure 1991[1916]:52) Lengua y escritura son dos sistemas distintos; la única razón de ser del segundo es representar al primero; el objeto lingüístico no es definido por la combinación de la palabra escrita y de la palabra hablada; esta última constituye por si sola ese objeto. Pero la palabra escrita se mezcla tan íntimamente a la palabra hablada de que es imagen, que termina por usurpar el papel principal; y se llega a dar a la representación del signo vocal tanta y más importancia que al signo mismo. Es como si creyese que para conocer a alguien vale más mirar su fotografía que su rostro. (Saussure 1991:53)⁷

Para Saussure (1991:54-55), interessado em ultrapassar as distorções que a investigação linguística sofria por se centrar no código escrito e pôr de lado o oral, as causas deste lugar privilegiado ocupado pelo primeiro seriam as seguintes:

1.º En primer lugar, la imagen gráfica de las palabras nos impresiona como un objeto permanente y sólido, más idóneo que el sonido para constituir la unidad de la lengua a través del tiempo. Aunque este vínculo sea superficial y cree una unidad puramente ficticia, es mucho más fácil de captar que el vínculo natural, el único verdadero, el del sonido.

(7) Como diz Saussure em outro lugar, “(...) la escritura oculta la visión de la lengua: no es un vestido, sino un disfraz” (Saussure 1991:58).

2.1 En la mayoría de los individuos las impresiones visuales son más netas y duraderas que las impresiones acústicas; por eso se atienden preferentemente a las primeras. La imagen gráfica termina por imponerse a expensas del sonido.

3.1 La lengua literaria incrementa además la importancia inmerecida de la escritura. Tiene sus diccionarios, sus gramáticas; es según el libro y por medio del libro como se enseña en la escuela; la lengua aparece regulada por un código; pero ese código mismo es una regla escrita, sometida a un uso riguroso: la ortografía, y eso es lo que confiere a la escritura una importancia primordial. Se termina por olvidar que se aprende a hablar antes de aprender a escribir, y la relación natural resulta invertida.

4.1 Por último, cuando hay desacuerdo entre la lengua y la ortografía, el debate es siempre difícil de zanjar para quien no sea lingüista; *pero como éste no tiene voz en la disputa*, la forma escrita tiene casi fatalmente las de ganar, porque toda solución que se atenga a ella es más cómoda; por este motivo la escritura se arroga una importancia a la que no tiene derecho. [itálicos nossos].

Porém, Saussure, como finalmente fará também no caso da língua oral, não entrará no estudo das diversas implicações sociais da escrita — uma incômoda inimiga da linguística “correcta” — e as questões ortográficas — um aborrecido problema “necessário”, embora melhorável —, já que o seu interesse fica no epistemológico ao subjectivar o que é um objecto nas mãos de determinados interesses grupais, ao des-ideologizar a questão des-socializando-a (quer dizer, reideologizando-a). Postula-se, portanto, uma visão instrumentalista da ortografia, talvez para que o linguista também possa “ter voz” na disputa da sua hipoteticamente “necessária” acomodação à língua oral.

Haverá que esperar ainda algum tempo, para que alguém, desde a sociolinguística ou a análise histórica (ou desde a conexão entre ambas as perspectivas), comece a introduzir-se em tão espinhosos mas essenciais aspectos e se comece a perguntar se, para além de “representar a língua oral”, a língua escrita cumpre também outro tipo de funções sociais, se tem outras “razões de ser” acrescentadas pelo seu uso social. As transformações do mundo (evolução do processo colonizador e descolonizador, avanço nos processos de alfabetização maciça, construção de novos estados e novos padrões linguísticos, surgimento ou ressurgimento de movimentos nacionalistas que concedem especial importância à questão linguística, etc.) e o aparecimento de novos modelos de análise sociológica ou sociológico-política (pós-estruturalismo, construtivismo estruturalista, etnometodologia, etc.), linguística (sociolinguística, etnografia da comunicação, antropologia linguística, análise da PoL e a PlaL, glotopolítica) e histórica (nomeadamente nos mais influenciados pelo pensamento marxista), contribuíram, com probabilidade de forma decisiva, para

dirigir a olhada para esta já milenária forma de expressão privilegiada da dominação e a resistência, da reprodução das ideologias e a diferença social, da definição e gestão das identidades.

Situemo-nos no contexto geral da padronização, ao longo do século XX, das línguas ameríndias, africanas, etc., objectivo dos linguistas aplicados e antropólogos, principalmente norte-americanos. Numa obra já clássica, que na altura ajudava de forma decisiva a consolidar a nova linguística social, Fishman (1972:175-181)⁸ revisava a questão da ortografia (*spelling*), no quadro geral da criação ou reforma de sistemas de escrita (*scripts*), para nos lembrar, em primeiro lugar, que com Vachek (1945-1949, 1948) e Bolinger (1946), entre outros, se começa a considerar a escrita como um código que deve ser observado separadamente do código falado, isto é, que deve ser examinado não como uma “simples” transcrição fonética da fala mas como, basicamente, um *sistema visual* com as suas próprias regularidades. Nesta linha, Berry (1958) indicava que os novos alfabetos devieram menos fonémicos em sentido puro e mais inclinados para o “uso da razão e a experiência” na sua busca de aceitação⁹. Mas, como nota Fishman (1972:176), os linguistas ou linguistas aplicados (talvez por causa de a atenção deles ter estado dirigida principalmente para os factores internos do código) deram-se conta mais rapidamente dos factores externos ao código na adopção ou rejeição de sistemas escritos que indicavam preferências ou antipatias sociais a respeito de convenções da escrita associadas com alguma outra língua ou línguas. Assim, entre as “limitações práticas para uma ortografia fonémica”, Nida (1953) comentava o facto de os falantes de otomi e de quíchua “sofrer insegurança cultural” e desejar que as suas línguas não apenas se parecessem com o espanhol mas que operassem com as mesmas alternâncias grafémicas dessa língua, *for ou não necessário* com relação ao seu próprio sistema fónico¹⁰. Numa perspectiva “relacionada mas crucialmente diferente”, Fishman cita a consideração de Wolff (1954) de recomendar que as ortografias de Nigéria fossem criadas não apenas em termos de critérios linguísticos técnicos (economia, consistência...) mas também atendendo à semelhança com a ortografia de línguas aparentadas, que deveriam ser igualmente tomadas como modelo indicativo. Para Fishman, a posição de

(8) Veja-se também Fishman 1976[1971] e Fishman 1977; sobre os aspectos tratados nesta secção, veja-se também Coulmas 1989:225-240.

(9) Decerto Saussure (1991:63) já questionava a pertinência de buscar uma ortografia fonológica e indicava que a “exactidão fonológica não é muito desejável fora da ciência”. O interesse “instrumentalista” mas não «fonologicista» de Saussure observava-se com clareza quando diz aspirar unicamente “a ver a escrita usual libertada das suas mais grossas absurdidades; ainda que no ensino das línguas um alfabeto fonológico pode prestar serviços, o seu emprego não poderia generalizar-se”.

(10) Casos similares citados, por Coulmas (1989:227) encontrar-se-iam na construção da ortografia do aimara (Sjoberg 1964) ou do pidgin de Nova Guiné (Wurm 1977).

Wolff, entre outros aspectos, deve ser compreendida na tradição que situa o linguista, ou outro especialista, no lugar de autoridade que permite julgar não simplesmente “que línguas” estão o suficientemente aparentadas entre si para “merecerem” um sistema escrito comum, mas também para decidirem se essa semelhança no sistema escrito é ou não uma “boa cousa” ou se é ou não desejável para as comunidades linguísticas afectadas.

Fishman considera que uma vez que se sai do círculo “encantadoramente fechado” das considerações que afectam apenas a internidade do código, abre-se uma particular caixa de Pandora que nunca mais poderá ser fechada. Neste sentido, ele próprio (Fishman 1972:177 e ss.) oferece alguns exemplos das implicações externas ao código da criação (e reforma) de sistemas ortográficos. Assim, reproduzindo um exemplo habitualmente citado, deve-se lembrar a imposição “mais ou menos benévola” (Cardona 1994:115) do alfabeto cirílico como modelo para a criação de novos sistemas escritos para línguas da antiga União Soviética com a intenção de facilitar a aprendizagem do russo, o que representou o abandono do alfabeto latino por parte dos moldavos (alfabeto que desde 1863 os unia de forma simbólica aos romenos), o do alfabeto mongol por parte dos mongóis habitantes de território soviético ou o do alfabeto árabe-persa pelos povos islamizados da Ásia central. A interpretação de tal decisão planificadora parece clara:

No queremos negar que una grafía de base ciríllica puede ser fonéticamente más funcional o más económica, ni queremos desconocer que sólo con estas nuevas grafías muchos ciudadanos soviéticos salieron del analfabetismo; pero es indudable que el paso a la escritura ciríllica, comenzando en la década de 1930, tenía ante todo el fin de una unificación política en nombre de una nueva fidelidad (más gráfica que lingüística puesto que las lenguas mismas se conservaron, en tanto que fueron las grafías las que se unificaron) (Cardona 1994:115).

Igualmente, haveria que lembrar a significativa “conclusão” obtida pelo *Institut Français d'Afrique Noire*, na década de 1960, que indicava que os falantes das línguas vernaculares na África francófona desejavam que as suas ortografias estivessem o mais próximas que for possível da francesa. Assim, a questão do *prestígio* (“una suma de connotaciones, en este caso todas positivas, [que] se constituye por contigüidad precisamente como las connotaciones que lo componen”, Cardona 1994:111) das ortografias (quer dizer, das línguas) cobra um rol básico na construção ou reforma de novos sistemas gráficos. Como diz Cardona (1994:111), “la historia de la difusión de la escritura es también la historia de jerarquías de prestigio”.

Neste sentido parece muito significativo o exemplo citado por Hall (1966:143-144) relativamente à subordinação mostrada por muitos haitianos com relação às língua e cultura francesas que os levava a considerar que qualquer desvio das normas francesas resultaria uma “virtual traição cultural”: numa discussão centrada nos méritos do crioulo e a ortografia McConnell-Laubauch —realizada sobre a francesa mas de tipo etnofonémico e altamente foneticista, mas que topou com uma forte resistência por parte dos grupos sociais alfabetizados em francês que conduziu à reforma de Pressoir, de tipo francesizante e oficializada em 1961— uma francesa que mostrava a um grupo de professores haitianos a inveja dela por não possuir uma “ortografia racional” como a McConnell-Laubauch e exprimia o seu desejo de contar com uma ortografia semelhante para o francês, encontrou a seguinte resposta por parte de um dos professores: “Mas, senhora, como podemos esperar os haitianos mudarmos o nosso sistema ortográfico antes de os próprios franceses terem feito o mesmo com o seu?”.

Para Hall (1966:41): “(...) a phonemic transcription is extremely useful as the basis for an ethnophonemic orthography, that is, an orthography which follows the principle of having each grapheme (unit of written shape) correspond to a phoneme of the language and vice versa, but which makes free use of compounds graphemes and other orthographic devices found in the official language dominant in whatever region is involved. This facilitates the native’s later learning of the official language and its orthography”. Como exemplifica Hall, numa zona onde a língua de cultura dominante seja o espanhol, para uma língua nativa que possua o fonema /tʃ/ (Hall utiliza /c/ uma ortografia etnofonémica empregaria a grafia *ch* antes que, por exemplo, *tʃ* ou *c* ; pelo contrário, numa zona cuja língua cultural dominante seja o francês, *ch* usar-se-ia para representar /ʃ/ e *tch* para /tʃ/. No primeiro caso utilizar-se-ia *u* para /u/, enquanto no segundo se optaria por *ou*.

A ortografia de Pressoir resultava muito mais complicada e difícil de aprender por parte dos falantes monolíngues de crioulo haitiano mas, pelo contrário, apresentava grande atractivo para a minoria representada pelos alfabetizados em francês já que representava uma menor colisão com os seus “hábitos ortográficos estabelecidos”. Mas além disso esta nova ortografia tinha o crucial mérito de ter sido realizada por um haitiano e, portanto, não era observada como um produto estrangeiro. Balém de religiosamente protestante como no caso da proposta McConnell-Laubauch. Como nos indica Hall (1966:46-47), quando estão em jogo interesses socioeconómicos e políticos, a adopção de ortografias mais “racio-

nais” ou de “mais fácil aprendizagem” pode resultar muito mais complicada que se apenas estivessem implicados interesses de tipo intelectual. Assim, em Haiti, durante um grande período de tempo, o crioulo encontrou-se numa situação de subordinação social muito forte e o seu uso em qualquer contexto oficial estava proibido. As classes mais favorecidas (na altura cerca de 10% da população) eram mulatos e bilingues crioulo-francês regional padrão, enquanto a prática totalidade do resto da população eram negros de origem africana e, excepto talvez 15%, nem falavam francês. Neste contexto: “The ruling élite were opposed to any recognition of Creole, because its official use would have transferred power from the currently ruling minority to the people as a whole”. Por tal, a ortografia McConnell-Labauch, de mais fácil aprendizagem para os monolíngues de Krèyol, foi duramente atacada pelas elites e grupos sociais dominantes com argumentos variados, e ainda contraditórios: como instrumento da propaganda protestante; como truque do imperialismo e colonialismo ianque para separar Haiti da sua centenária relação com a França e o francês; como ardil comunista para ganhar o apoio das classes mais desfavorecidas através de uma ortografia de mais fácil aprendizagem¹¹. Juristas conservadores e hierarquia eclesiástica favoreceram uma ortografia rival muito mais difícil de aprender e repleta de critérios etimológicos e pseudo-etimológicos que tratavam de imitar o francês¹².

Em África, em 1966, o *Bamako Meeting on the Use of the Mother Tongues for Literacy*, subsidiado pela UNESCO, além de recomendar que os novos sistemas de escrita fossem similares aos de línguas que, embora não estivessem relacionadas estruturalmente, fossem importantes para os seus futuros utentes, chegava mesmo a avisar das possíveis repercussões de natureza técnica e económica derivadas da adopção de diacríticos não europeus ou letras especiais nas transcrições padrão das línguas do Oeste de África, já que tais caracteres acrescentariam o custo de imprimir ou dactilografar, além do próprio custo de fabricar o equipamento adequado. E tal haveria que compreendê-lo numas sociedades de alfabetização moderna que se não poderiam permitir o alto custo deste tipo de material com relação a um baixo número de utentes. O corolário desta pers-

(11) Não haveria que esquecer que McConnell era, simplesmente, um missionário metodista nascido em Irlanda.

(12) A situação actual do Haiti, estudada por Schieffelin e Doucet (1992), mostra que, dado o *continuum* de variedades faladas do *kreyòl* (por exemplo, *kreyòl swa* ou “crioulo suave”, *kreyòl rèk* ou “crioulo forte”, *kreyòl fransize* ou “crioulo afrancesado”), as diversas opções ortográficas adquirem valores quer de “mesmidade” (o “verdadeiro crioulo haitiano”), quer de “alteridade” de acordo como seu grau de afastamento maior ou menor do modelo colonial. Um exemplo paralelo mais próximo oferecem-no-lo Álvarez Cáccamo e Herrero Valeiro (1996:147): “em português as formas *povo* e *pobo* significam referencialmente o mesmo, e pronunciam-se basicamente igual ao norte do Douro (isto é, são a mesma palavra); porém, *povo* e *pobo* podem sinalizar *indexicamente* distintas e encontradas posições no campo do saber sobre a língua e no campo da própria prática da língua (Álvarez Cáccamo 1993:12-15)”.

pectiva tinha-o posto já em 1959 o próprio *Institut Français d'Afrique Noire* quando insistia em que qualquer símbolo adoptado deveria ser reproduzível com uma máquina de escrever francesa de tipo padrão. A adequação fonémica do sistema escrito desaparece sob os determinantes económicos, técnicos, mas também sob os interesses de manter uma dominação simbólica sobre as colónias ou ex-colónias.

Defronte do grande interesse, associado a questões de prestígio (por parte dos “dominados”) ou de manter um estado de dominação cultural (por parte dos “dominantes”), por aproximar um sistema escrito de outro ou outros já fixados e próprio(s) de línguas de grande projecção universal, Fishman refere o caso contrário: comunidades em que o novo sistema de escrita nasce com a intenção de ser mais *distintivo*, quer para o considerar como o sistema de escrita *próprio*, quer para o diferenciar *mais efectivamente* de outro ou outros sobre que se deseja marcar antes a *des-semelhança* do que a semelhança¹³.

Contudo, Fishman considera que a relativa renitência a documentar casos deste tipo estaria talvez relacionada com uma mais geral renitência por parte de quem pratica a linguística aplicada *sobre outros* a reconhecer os frequentes desejos dos povos ágrafos de serem eles próprios (ainda que *numa forma moderna*) antes que simplesmente imitações de *nós* (rusos, chineses, franceses, árabes, britânicos, estadunidenses, espanhóis ou portugueses) *próprios*. Por seu lado, Cardona entende que este tipo de casos se produz em tempos “relativamente recentes”, e que, apesar de os novos sistemas não imitarem outros preexistentes, pelo menos parece que se criaram “quase seguramente” estimulados por estes últimos. Deste jeito, a radicalidade do *ex novo* sempre deveria ser relativizada.

Enfim, a “solução ideal” para a criação e o sucesso de uma “nova ortografia” que nos mostra Coulmas (1989:238), seria que, “harmonizando” as questões “linguísticas” (estruturais, glotológicas) e as “extralinguísticas” (sociais, políticas, psicológicas, etc.), “aqueles” (leia-se, “aquelas eli-

(13) Assim, Fishman cita o caso de rejeição, em finais da década de 1930 e começos da de 1940, por parte dos ashantes do sistema escrito para o twi padrão fundamentado no sistema do akuapem. Igualmente, Fishman comenta a breve referência de Ferguson (1968a[1967]:259) ao interesse de Estevão de Perm para criar, no século XIV, um alfabeto diferente para o komi com a intenção de os seus utentes o considerarem como *distintivamente* deles e não como um alfabeto usado por outras línguas. Outros exemplos referidos por Fishman são os da criação da escrita arménia no século XV, empregando em parte caracteres próximos aos usados pelos cristãos menofisitas da Etiópia, ou a do silabário secuoia (criado aproximadamente por volta de 1821), não associado com outros estranhos mas desenvolvido dentro da própria comunidade linguística cherokee. Alguns outros exemplos deste tipo de sistemas criados *ex novo* (citados por Cardona 1994:119-120) são os silabários africanos vai (criado talvez no início do século XIX) e bamum (ideado pelo rei Njoya em meados de XIX e, de acordo com Cardona, ainda não abandonado completamente), o alfabeto somali de Cismann Yuusuf (década de 1920), conhecido como cismaaniyya e usado pelo menos até 1973, ou o silabário de Afaka (morto protestante e a sua necessidade de os evangelizados puderem ler a Bíblia na sua própria língua, e assim podemos citar os casos do sistema pictográfico de Kander para o micmac ou o silábico de Evans para o cree, mais tarde adaptado para outras línguas próximas (o esquimo, por exemplo). Hagège (1983:47) também cita os casos dos santos cristãos Mechrop, inventor no século V do alfabeto arménio, e Cirilo e Método, criadores no século IX do alfabeto glagolítico para o eslavónico.

tes”) que as desenham,

(...) must have not only analytic insight into the linguistic levels of the language in question, but they must also be ready and willing to apply those insights within the social, political and cultural confines of the external requirements imposed by the prospective users of the new orthography. Linguistics analysis can be of great service and should be the foundation of any new orthography but it can only serve, it cannot dominate; and its suggestions must be attuned to the variety of factors which constitute socio-cultural reality.

Assim, para Coulmas (ibídem) a “nova ortografia ideal” deveria ser:

(1) based on a variety of the language which is acceptable to the majority of the speech community; (2) easy to learn; (3) easy to write; (4) easy to read; (5) founded on a phonemic analysis of the language while affording access to the morpho-phonemic and lexical levels; (6) transcending the limitations of the sign inventory of the orthography of the respective major contact language as little as possible; and (7) in as much agreement with the available printing technology as the internal consistency of the system and the requirement of indicating the basic repertoire of phonemes will permit.

Juntamente com os critérios de tipo técnico e pedagógico, Coulmas oferece em (1) e (7) dois critérios “extralinguísticos”, designadamente a questão da “aceitabilidade” social, mas não de menor importância a “dependência” da “língua maior” de contacto —ainda que não se pode esquecer que poderia haver mais de uma “língua maior”. Porém, Coulmas não considera outros critérios socio-políticos que podem estar presentes tanto na criação de novas ortografias —também “ideais” para quem as constroem— quanto na reforma de outras (para as tornar mais adequadas fonemicamente, para facilitar a sua aprendizagem, etc., ou para as adaptar a novas situações sociais): por exemplo, os particulares interesses das elites construtoras ou reformadoras das ortografias —interesses que podem ir em direcção contrária às necessidades da maioria da comunidade discursiva, como no caso haitiano—, ou, simplesmente, as particulares condições de uma sociedade dada num momento histórico dado, que podem fazer mais ou menos “desejáveis” ou, nomeadamente, mais ou menos “factíveis” um determinado modelo ortográfico ou uma determinada reforma de certos elementos de um modelo velho. Sem desprezar nunca a importância dos critérios de adequabilidade linguística, pedagógica ou técnica, achamos que, se não “sempre” —como parece indicar Berry numa das epígrafes desta secção, algo que Coulmas (1989:238) considera “exagerado”—, sim muito amiúde a adequabilidade linguística tem pouco a fazer defronte dos critérios de tipo sociolinguístico ou glotopolítico na criação ou, da mesma forma, na reforma das orto-

grafias¹⁴. Segundo Fishman (1972:175):

More and more work on the creation of writing systems has shown awareness of the fact that such nonacceptance is only to a relatively minor degree governed by intra-code ambiguities, inconsistencies or irrelevancies (all of these being rampant characteristics of the most widely used writing systems today and throughout history)¹⁵.

Assim, como refere Fishman (1972:180-181), partindo de a alfabetização (e, acrescentamos, a realfabetização que implica a aprendizagem de um segundo padrão, criado *ex novo* ou procedente de uma tradição não unificada) transformar os falantes e as sociedades, impõe-se uma perspectiva que relacione os problemas de criação (e, acrescentamos, de reforma ou unificação) de ortografias com os problemas de “acceptance, of impact, of possible dislocation, of possible manipulation, of possible exploitation, of possible redistribution of power, and in general, of the dependency of the very best [sic] writing system on revolutionary processes at their most pragmatic as well as at their most symbolic”. Fishman considera que este tipo de “libertação e imersão” da investigação está mais avançada no estudo da planificação das reformas ortográficas.

2.2. ...à sua unificação ou reforma.

Como temos indicando na anterior secção, muitas das questões, tanto técnicas (a adequação fonémica e a, hipotética, fácil aprendizagem) quanto sociais (o prestígio e a diferença, os particulares interesses dos grupos), que se colocam aquando de construir uma ortografia, *ex novo* ou a partir de um ou vários modelos prévios, encontrar-se-ão também presentes nos casos e intervenções sobre a ortografia de *variedades linguísticas* que (a) já possuem uma tradição escrita mais ou menos ampla embora não contem com uma norma unificada, mas com diversas variedades melhor ou pior fixadas pelo uso por parte de indivíduos (escritores ou políticos) ou grupos de indivíduos agrupados em colectivos, ou que (b) já possuem uma norma estável e geralmente aceite —já conte com uma maior ou uma

(14) Num texto anterior, Berry (1958:737-738) indicava que um alfabeto apenas teria sucesso no caso de ser científica e socialmente aceitável. Como os dous interesses entram amiúde em conflito, seria uma falácia pensar que a escolha da uma ortografia pode estar determinada exclusivamente no linguístico ou pedagogicamente desejável. Seria esta “linguística sem sociologia” a que geraria fracassos como o de Haiti.

(15) Durante as décadas de 1950-1960, Fishman cita os seguintes trabalhos que prestaram uma maior atenção aos aspectos externos ao código na construção de sistemas de escrita e ortografia: Gelb (1952), Garvin (1954), Nida (1953), Sjoberg (1964, 1966), Smalley (1964), Bowers (1968) e Walker (1969), alguns deles directamente associados à questão da tradução da Bíblia. A estes haveria que acrescentar um dos trabalhos pioneiros e mais explícitos sobre o tema, o de Burns (1953), sobre a questão ortográfica do crioulo haitiano. Igualmente, nesta época haveria que situar os trabalhos de Hall e sem dúvida outros (por exemplo Valdman 1968).

menor tradição— mas que, num determinado momento histórico, é considerada como inadequada por algum sector social (grupos alfabetizados e ideologizados) por causa de muito diversos motivos de tipo técnico, ideológico ou identitário (falta de modernização, problemas de aprendizagem, diferenciação ou unificação a respeito de outras variedades padrão...), e que por isto precisa de uma maior ou menor transformação. Utilizamos de forma provisória um neutro *variedades linguísticas* já que, como imediatamente veremos, nalgumas ocasiões os problemas de unificação ou reforma ortográfica estão intimamente ligados a problemas de individuação como Língua (=língua de Estado ou legitimada estatalmente) da particular variedade; quer dizer, à sua consideração como “forma” de uma Língua de norma já estabelecida, o que poderia conduzir com probabilidade a uma unificação ou reforma ortográfica que apresente um alto nível de convergência para a ortografia dessa Língua, ou, pelo contrário, à sua consideração como Língua em si própria, o que conduziria com probabilidade a uma unificação ou reforma ortográfica que mantenha um significativo nível de divergência a respeito da ortografia da Língua ou Línguas que “questionam” o carácter diverso da particular variedade.

Se esse sector social alfabetizado e ideologizado a que acabamos de nos referir (os *planificadores culturais* de Even-Zohar 1999 ou os gestores da *engenharia cultural* de Fairclough 1998) consegue angariar o suficiente poder social como para implementar os seus postulados, proceder-se-á ao que se costuma etiquetar como *unificação ortográfica*, para o caso (a), e *reforma ortográfica* (um termo mais genérico, que em ocasiões adoptará as formas de *diferenciação ortográfica* ou de *convergência ortográfica* relativamente a outro ou outros modelos padrão), para o caso (b). Numas situações, o poder social atingido por esses grupos permite-lhes implementar, de formas diversas, os seus postulados de verdade (a Turquia de Atatürk ou a Galiza actual); noutros, no caso de existir uma aceitação não questionada do padrão (o castelhano, por exemplo) ou quando existir um contexto social em que os grupos que possuem a hegemonia social não estão interessados ou directamente se opõem à mudança ou reforma de um padrão ortográfico —nomeadamente se já existe um padrão legiti-

(16) Os postulados de “verdade linguística” podem implementar-se de forma autoritária ou de forma liberal; para as reformas ortográficas, já forem tremendas ou mínimas, parece que a política autoritária assegura mais claramente o sucesso das propostas: o contraste entre a revolução linguística turca e os dous padrões noruegueses serve como um exemplo reiteradamente citado de tal. Claro é que isto implicaria pensar que o caso norueguês é um exemplo de “fracasso” de uma intervenção planificadora, afirmação que, com probabilidade, mereceria pelo menos uma discussão reflexiva: ao menos, cabe dizer que Noruega não parece ter sofrido uma grave regressão social ou cultural por causa da existência de dous padrões (ou, antes, de duas línguas) em convivência mais ou menos conflituosa.

(17) Entre a numerosa bibliografia sobre esta última questão, podem ver-se, para o português Garcez (1995) ou Schmitz (1998), para o francês Arrivé (1994), para o alemão Augs (1983), e para estas duas últimas línguas Ball (1998).

mado, quer da mesma língua (as elites dirigentes galegas actuais), quer de outra, língua Alta da comunidade (as elites dirigentes galegas até à década de 1970)— os grupos que desejam a mudança ou a reforma não possuem o poder social suficiente como para implementarem globalmente os seus postulados (tal é o caso das elites galeguistas ao longo dos dous últimos séculos ou das contra-elites reintegracionistas na actualidade, ou das propostas nunca implementadas de reforma do castelhano e outras línguas, etc.)¹⁶. Mesmo se esses grupos chegarem a deter tal grau de poder social, esta condição necessária não tem por que ser suficiente para o seu êxito social (os acordos ortográficos do português, as recentes tentativas de reforma mínima de francês ou alemão...) ¹⁷. Além do mais, como indica Fishman (1972:181), as mudanças ortográficas (para reformar, para unificar, para divergir) partem necessariamente de uma tradição escrita prévia e, portanto, têm que fazer frente aos “guardiões” dessa tradição (poetas, clérigos, *notáveis* e professores) e às instituições e símbolos por eles criados e servidos, se não querem ver-se destinados ao esquecimento.

Estes processos com sucesso ou fracassados de transformação da língua escrita podem ir ou não acompanhados de processos similares noutros aspectos da língua (o léxico legítimo, a pronúncia padrão, etc.) como partes de uma mudança global na norma linguística. No caso da *unificação ortográfica*, é muito esperável que ao mesmo tempo se esteja a produzir um processo global de unificação do padrão, que interessará todos os níveis da língua. No caso da *reforma*, o leque de possibilidades vai de mínimas adaptações, como as que se tentaram recentemente no francês e o alemão, a transformações radicais da norma em procura de uma *diferenciação* a respeito de um modelo cultural, religioso ou político, como aconteceu com a mudança do alfabeto árabe pelo latino no turco (entre a amplíssima bibliografia pode consultar-se p. ex. Bazin 1983) ou o da escrita chinesa (fundamento do vínculo cultural entre as elites cultivadas do Noroeste de Ásia) pela Han’gul no coreano de Coreia do Norte (veja-se p. ex. Coulmas 1989) ou as tentativas de eliminar caracteres chineses e a sua implicação para o processo de romanização em Coreia do Sul (veja-se p. ex. Hannas 1995, Fouser 1998), ou em procura da *simplificação* que facilite a aprendizagem e em consequência ajude a fortalecer a *unidade nacional* como no caso chinês (que conta também com uma amplíssima bibliografia que vai de De Francis 1950 a Hagège, Métaillé e Peyraube 1984 ou Cheng 1986, p. ex.).

São numerosos —embora de alcance e intensidade muito diversos— os casos em que, em diferentes momentos históricos, os interesses do pro-

cesso reformador estão determinados, como nos exemplos turco e coreano, por intenções de tipo diferenciador que, de forma habitual, vão unidas a um purismo linguístico sempre próximo do purismo identitário, e que em ocasiões provoca uma convergência para outras normas quer pelo prestígio destas, quer como simples modelos que são observados como não-adversários. Vachek (1989:141-149) cita exemplos isolados muito significativos:

(a) No interior do Império austro-húngaro, em meados do século XIX o padrão checo que escrevia *obauwat* (calçar) passa a escrever, por um processo fonemizador, *obouvat* num movimento diferenciador a respeito do padrão alemão —que usava *au* /ow/ e *w* /v/— motivado pelo nacionalismo romântico checo. De forma geral, na construção da norma checa existe um evidente desejo purista que se exprime também na eliminação dos empréstimos germanos (veja-se Garvin 1983). Mesmo antes, nos começos do século XIX, a restauração escrita do checo em alfabeto latino foi maquinada pelo conde Sedlnitzsky, director da polícia do Imperador Francisco, através do subsídio às publicações de livros de oração ortodoxos como “an important device to fight the political danger of the pro-Russian Pan-Slav movement” (Fischel 1919:57, *apud* Fishman 1972:183), um dos mais graves problemas com que se encontrava o Império austro-húngaro. Um exemplo paralelo oferece-o Kolarz (1946, *apud* Fishman 1972:183): a mudança em romeno do alfabeto cirílico para o latino no ano 1863 foi acompanhada por um decreto que incitava a que as nações auto-definidas como latinizadoras e cristianizadoras desempenhassem um rol mais importante nos “alcãs Apagãos”, dominados por eslavos e muçulmanos.

(b) Durante mais de dous séculos, a Lituânia e Polónia estiveram unidas politicamente. A finais do século XVIII Polónia sofre uma das suas partilhas entre os estados vizinhos, ainda que uma parte do seu território histórico permaneceu junto a Lituânia sob o poder da Rússia czarista. Esta secular união política teve consequências linguísticas: um importante sector dos grupos lituanos socialmente mais poderosos adoptou as culturas polaca o bielorrussa e as suas respectivas línguas, enquanto eram os grupos com menor poder social os que mantiveram a língua e a cultura lituanas. Após a Primeira Guerra Mundial, estabeleceu-se um estado independente lituano mas a sua antiga capital, Vilnius, foi anexada pela nova República polaca. Por isto, a mútua inimizade entre as duas nacionalidades atingiu o seu mais alto grau. Mas já antes, durante a primeira grande guerra, os lituanos mostraram a sua oposição às tradições polacas através de uma reforma do seu inventário ortográfico: abandonaram os

dígrafos baseados na ortografia polaca *sz*, *cz* e *dz*, para além da grafia com diacrítico *z*, em benefício dos grafemas com diacrítico *s*, *z*, *c* e *dz*, formalmente idênticos aos utilizados no checo moderno.

Qualquer dos processos expostos até agora podem alcançar características decerto dramáticas e pôr em convulsão as sociedades em que se produzem, ou pelo menos alguns sectores, chegando a provocar transformações que mudam a história e a própria vida das sociedades interessadas. Se mesmo mínimas transformações como as que se tentaram nas últimas décadas para o francês ou o alemão ou a tentativa de unificar as escassas divergências gráficas entre sub-normas geográficas do português conseguiram provocar debates intelectuais e/ou sociais de certa intensidade, é fácil supor até onde podem chegar as consequências de factos como a reforma do turco ou o chinês ou os processos de diferenciação do hindi-urdu ou o servo-croata, em que se encontram inseridas comunidades enfrentadas pela religião ou por processos de construção nacional mutuamente excluintes. Porém, também não há que esquecer que nalguns casos podemos encontrar processos de reforma ortográfica que passaram com escassa repercussão pela história por se tratar de contextos em que existe falta de interesse social pela questão linguística: o caso da mudança em irlandês da grafia “de aparência irlandesa” para a grafia tradicional latina não provocou qualquer extraordinária oposição nem qualquer não usual interesse pela própria falta deste com relação ao movimento de restauração linguística (Macnamara 1969, *apud* Fishman 1972:183).

O certo é que nos casos de reforma de uma ortografia preexistente há que diferenciar com clareza entre aqueles que interessam apenas aspectos muito concretos que, em geral, parecem procurar só a simplificação e a consequente “facilitação” da aprendizagem (eliminar grafias improdutivas, procurar a adequação uma grafia/um fonema, eliminar símbolos diacríticos excessivos, etc.), e aqueles em que as mudanças são de maior profundidade (mudança de alfabeto ou transformação radical da ortografia sem mudar o alfabeto) em procura de transformações sociais também de muita maior profundidade: da autoritária desislamização ou laicização da Turquia de Atatürk aos litígios do moldavo e “os seus” afastamentos e aproximações alfabéticos do romeno relacionados com os altos e baixos identitários das elites moldavas, do pan-rumano e cristão (alfabeto latino) ao russo e mais tarde soviético e laico (alfabeto cirílico), do independente anti-russo e pró-romeno (alfabeto latino) ao independente anti-romeno (alfabeto cirílico), passando pelo tácito reconhecimento da impossibilidade de chegar a um padrão único na Noruega actual, caso a que em seguida aludiremos. Porém, como indica Fishman (1972:183), o

facto de a reforma linguística estar associada a mudanças sociais de tipo revolucionário também não tem por que assegurar o seu sucesso: o caso da “racionalização” soviética da ortografia do hidish seria um bom exemplo de tal (Szajkowski 1966, *apud* Fishman 1972:183).

Enfim, a análise das implicações ideológicas e identitárias e das consequências sociais deste tipo de processos de reforma foi amplamente abordado desde antes da metade do século XX. Porém, o nosso interesse centra-se nos casos de *unificação ortográfica* e especialmente nos casos em que a *questão linguística* está vinculada à *questione della lingua*, quer dizer, a processos de *construção (e diferenciação) nacional*. Agora tentaremos aprofundar um pouco mais neste tipo de contextos, ainda que tanto para uns casos como para outros parecem muito pertinentes os comentários de Fishman sobre como devem ser estudadas as intervenções sobre a ortografia:

It must seek detailed knowledge of how orthographic decisions (or script decisions, or national language decisions, or nomenclature decisions, etc.) are arrived at, how they are differentially reacted to or followed up by agencies inside and outside government, how they are differentially accepted or resisted by various population segments, how they are differentially evaluated, and how subsequent policies and plans are differentially modified as a result of feedback from prior policy and planning.

2.3. Delimitação/diferenciação das línguas e dos povos: reformas e unificações.

O conceito *digrafia* foi usado para definir a situação de uma língua que possui dous ou mais sistemas de escrita (Zima 1974, Dale 1980, De Francis 1984). De Francis (1984) diferencia três tipos de digrafia: *sequencial* (transição da escrita arábica à românica em turco), *concorrente* (uso de romaji, kana e kanji em japonês) e *genuína* (uso dos alfabetos românico e cirílico em servo-croata, ou arábico e devanagari em hindi-urdu). Zima (1974) realiza uma muito oportuna diferença entre *digrafia*, ou coexistência de dous tipos de escrita para uma só língua fundamentados em dous alfabetos diferentes, e *diortografia*, ou coexistência de dous tipos de escrita para uma única língua fundamentados no mesmo alfabeto. Desta última perspectiva, podemos dizer que o caso do servo-croata seria o de uma língua dígrafa, enquanto o do xosa (hausa), estudado por Zima, ou o do catalão-valenciano seria o de uma língua diortógrafa. Contudo, talvez seria mais conveniente falar de *pluriortografia* para as línguas em que possamos encontrar, nalgum momento histórico, *mais de duas* propostas

padrão sem implicar o uso de diferentes alfabetos (o galego-português na Galiza ou o haitiano actuais), e de *plurigrafia*, quando decerto implica esse uso (p. ex., o somali pelo menos até 1972, Andrzejewski 1983; o albanês de começos do século XX, Trix 1997; o luganda nalguns momentos da sua história escrita, Dewees 1977; o caxemira, Lal Handoo 1973 *apud* Cardona 1994:117, ou Shant 1997), e, por fim, *caos ortográfico* ou *multi(orto)grafia* com tendências melhor ou pior delimitadas mas não de tipo padrão (para situações deste tipo, podem ver-se, p. ex., para o crioulo britânico: Sebba 1998, e para o galego-português da Galiza no século XIX e boa parte do XX: p. ex. Hermida 1987, Kabatek 1994, Fernández 1997 ou Mariño 1998).

Cardona explica a existência no interior de uma mesma comunidade de diferentes sistemas gráficos através do critério da *fidelidade gráfica* associada a questões de tipo político ou religioso. Como exemplos, observemos brevemente três casos diversos geograficamente e com características particulares: os dois casos citados por Cardona (1994:115-116), caxemira e luganda, e um mais próximo, por ter sido amplamente analisado, o do norueguês, primeiro objecto de estudo da PlaL de Haugen.

(1) Em 1948, o governo caxemiro oficializou a ortografia de base árabe-persa para a língua caxemira (do grupo indo-ário), ainda que em anos ulteriores (1952, 1955, etc.) se realizaram diversas reformas. Mais esta grafia não foi aceite por alguns sectores sociais por estar directamente associada ao islamismo, o que leva a que também se usem outros três sistemas gráficos: uma grafia de base devanagari, outra de base latina e uma última, a sarada, utilizada apenas pela etnia pandit (que cronologicamente é a primeira usada para escrever o caxemira, Shant 1997).

(2) O contacto, em meados do século XIX, com os árabes que falavam árabe e swahili conduziu à islamização do território onde se falava o luganda (língua do grupo banto) e à adopção da escrita árabe ou árabe-swahili. Porém, mais tarde, por volta de 1878, com a evangelização de Uganda vão-se introduzir, de forma simultânea mas independente, dois novos sistemas ortográficos, de base latina e parecidos, mas com significativas divergências. Um (a ortografia anglicana) foi introduzido pelos missionários protestantes ingleses, e outro (a ortografia católica), por missionários católicos franceses. Ambos os sistemas acabaram por representar também opções políticas enfrentadas: os sectores de apoio ao rei, favoráveis ao catolicismo (partido realista), e os sectores opostos ao rei, favoráveis ao protestantismo (partido democrático):

De esta manera las elecciones gráficas revelaban de manera explícita e inmediata el tipo de educación y las adhesiones políticas del que escribía; de ahí la necesidad de encontrar un sistema de compromiso que[,] unifi-

cando los dos sistemas[,] garantizara el anonimato de los que escribían. Después de dos convenios (1944 y 1947) se escogió por fin una grafía unificada, pero las resistencias continuaron y hasta conflictos muy duros [sic]; se puede decir que esas resistencias se extinguieron en verdad sólo muy recientemente. (Cardona 1994:117).

(3) O caso da padronização do norueguês (ou antes, dos noruegueses), centrado na questão da grafia, é um bom exemplo de um jogo de oposições muito estudado e recorrentemente citado, que, além do mais, mostra a hipotética importância que, nalguns casos, pode possuir a figura do indivíduo particular que se transmuta num “construtor” de línguas¹⁸.

Quando, antes da sua independência, Noruega passa a ser administrada pelo estado sueco (1814), a situação linguística em que se encontra o país apresenta a convivência de cinco variedades bem diferenciadas (Haugen 1966a): (a) o dinamarquês puro (empregue no teatro); (b) um padrão literário (língua do sistema educativo e a religião) que seria o dinamarquês pronunciado com sotaque norueguês; (c) um padrão urbano (língua da burguesia); (d) um sub-padrão urbano (língua das cidades) com notórias variedades locais; e, por fim, (e) diversos dialectos noruegueses rurais. Entre a primeira variedade e as últimas existe um forte problema de inintercompreensibilidade. O processo de padronização vai começar já com duas perspectivas claramente diferentes. Por um lado, Knudsen parte da língua oral urbana (*byfolkets talesprog*) com a intenção de criar um padrão que norueguesize a pronúncia dinamarquesa. Pelo outro lado, Aasen parte dos dialectos rurais com o objecto de construir uma língua norueguesa unificada. Tal diferenciação de projectos oporá o dinamarquês (*dansk*), dano-norueguês (*dansk-norsk*) ou *rigsmål* (língua do governo) frente ao norueguês (*norsk*), língua nacional (*national språk*) ou

(18) Hagège (1983:47-49) denomina-os *bâtisseurs de langues*. Neste grupo entrariam os casos dos inventores de alfabetos já citados, ou os de Lomonosov (1711-1765) para o russo moderno, Arana-Goiri (1865-1903) para o basco, Lutero (1483-1546) para o alemão, Agricola (1510-1557) para o finlandês, Korais (1748-1833) para o grego moderno, Dobrowsky (1753-1829) para o checo, Karadzic (1787-1864) para o servo-croata unificado e Sulek (1816-1895) para o croata moderno, Aasen (1813-1896) para o neonorueguês, Ben Yehuda (1858-1922) para o hebreu contemporâneo, Aavik (1880-1974) para o estónio, Pompeu Fabra (1868-1948) para o catalão, ou Mustafa Kemâl, o famoso Atatürk (1880-1938), para o turco. A maior parte deles nem são linguistas profissionais mas “des écrivains et/ou journalistes patriotes attachés à leur langue comme moyen d’expression d’œuvres littéraires (pas nécessairement en style savant, cependant), et donnant l’exemple en appliquant leurs propositions dans leurs propres livres ou articles”. Porém, Hagège relativiza a importância dos apontamentos individuais, limitando-a a alguns aspectos concretos: (1) uns, como nos casos de Karadzic ou Korais, intentam unificar dois dialectos ou duas variedades, uma literária e outra popular; (2) outros, como Aasen ou Stúr (1815-1856) e Hattala para o eslovaco, seleccionam as variedades que consideram mais “puras” para constituírem a base de uma língua o mais diferente que for possível das línguas vizinhas e “rivaís” (o dinamarquês no primeiros caso, o checo no segundo); (3) outros, Aavik e Sulek entre eles, encontram-se entre os principais criadores da terminologia moderna das suas línguas; (4) em outros casos, como do chamado “Primeiro Gramático” (século XII) para o islandês, se se pode falar de uma verdadeira codificação da língua, ortografia incluída; (5) um quinto grupo, em que Hagège inclui Lutero e Agricola, tradutores de textos bíblicos, marcariam com a sua obra o léxico e a estilística da língua “meta” ou “destino”; (6) um grupo, em que se situariam Atatürk ou Kasvari, teria como interesse levar à prática um nacionalismo conservador no que diz respeito da língua; e por fim, (7) um último grupo, em que Hagège inclui Ben Yehuda, englobaria os casos de lexicógrafos que teriam como interesse o de continuarem uma reco-lha, já começada por outros, de um amplo léxico que, no caso hebreu, levaria à construção da língua moderna.

lansmål (língua popular). Actualmente, ambos os padrões são conhecidos como *bokmål* (língua dos livros), ou língua literária próxima do dinamarquês, e *nynorsk* (neonorueguês), ou língua padronizada sobre os dialectos rurais.

Desde a definitiva independência de Noruega em 1905, o Parlamento vai votar sucessivamente um altíssimo número de reformas ortográficas (1907, 1913, 1916, 1923, 1934, 1936, 1938, 1941, 1959, 1981) que, em cada caso, se correspondem com diferentes opções políticas¹⁹. De forma geral, pode-se dizer que os partidários do *bokmål* pertencem à *direita* política enquanto os do *nynorsk* se situam na *esquerda*. O certo é que na actualidade coexistem em Noruega duas variedades escritas muito divergentes (junto com seis variedades faladas, Gundersen 1985:286, *apud* Calvet 1996:86, que cita erroneamente o nome do autor do texto confundindo-o com o tradutor) e ambas são aprendidas no sistema educativo, o que significa investir uma grande quantidade de tempo para a aprendizagem da ortografia e o sistema flexivo. O próprio Haugen (1972[1966]:248) falava de que na realidade em Noruega existem duas línguas diferentes antes que dous padrões de uma mesma língua. Calvet (1996:87) situa de forma concisa mas também precisa a origem da questão e as formas que adoptou nas últimas décadas (vejam-se também p. ex. Jahr 1989, Bull 1993 ou Vestad 1999):

Cette situation, vieille donc de près de deux siècles, prend évidemment racine dans la volonté d'une partie de la population de construire une forme linguistique qui ne soit pas danoise, d'effacer dans la langue les traces de la domination danoise. Il s'agissait de la quête d'une forme identitaire rendue malaisée par le fait que tous les [Norvégiens]²⁰ n'avaient la même image de son identité. Par la suite le débat s'est légèrement transformé: il ne s'agit plus aujourd'hui d'affirmer par l'unification linguistique l'existence d'une nation norvégienne, qui n'est pas contestée, mais de savoir si l'on veut une norme unique ou si l'on admet la pluralité des formes linguistiques.

Contudo, os casos que acabamos de observar dizem respeito a línguas de delimitação pouco ou nada problemática²¹; quer dizer, são línguas geralmente consideradas como tais tanto pela ciência linguística —ainda

(19) Um exemplo muito significativo das implicações ideológicas das reformas ortográficas em Noruega é o caso da reforma de 1938, patrocinada por um Partido Comunista muito influente nessa altura, e que será acusada, durante a ocupação nazi de querer “introduzir a ditadura do proletariado no domínio linguístico”. Por tal realizar-se-à uma nova reforma em 1941, que a sua vez ficará revogada em 1945, após a derrota nazi.

(20) Numa evidente errata, o original escreve “Danois”.

(21) A estes casos poderíamos acrescentar outros exemplos que, apesar das suas experáveis particularidades, podem ser situados neste mesmo grupo: os já citados do xosa, o albanês ou o somali, e outros como o sami (lapão) (Fernández 1984) (um pertinente exemplo de como uma comunidade linguística quantitativamente pequena, espalhada por um imenso território, também sofreu os problemas das ortografias em conflito e a desejada unificação), o bretão, etc. Para os problemas ortográficos do bretão, pode consultar-se Fleuriot (1984), que escreve: “Les passions son déchaînées autour de sept à huit lettres; chaque orthographe e des partisans achainés qui ne bougeraient pas d'un iota” (Fleuriot 1984:42).

que em ocasiões combinando necessariamente critérios glotológicos e culturais— quanto pelas comunidades que as falam sem que haja segmentos sociais activos que questionem esta *individualização* linguística. E tal apesar de o próprio norueguês e outras línguas do grupo germânico setentrional como o sueco e o dinamarquês serem mutuamente inteligíveis sem grandes problemas (a *semicomunicação* de que falava Haugen 1966d).

Não tentaremos discutir aqui sobre os critérios para diferenciar o que é uma Língua plenamente individualizada do que é simplesmente uma variedade geográfica de uma Língua. Os modelos de Kloss e nomeadamente Muljacic (veja-se nesta mesma revista Diaz Fouces 1995) ao incluírem os aspectos sociopolíticos pertinentes, ajudam a ultrapassar a sempre conflituosa dicotomia língua-dialecto, apesar de que, inevitavelmente, continuam sem solucionar o problema de que uma variedade linguística possa ver-se de uma forma ou outra de acordo com os interesses de grupos diferentes. Apenas questionaremos desde já o que é um dos critérios básicos com que nos encontramos no caso galego: o uso por parte do diferencialismo ou isolacionismo da apelação à “concepção diferenciada do galego” por parte de uma maioria esmagadora da população galega (fale-o ou não).

Neste sentido, e sem negarmos o peso que pode chegar a alcançar em determinados contextos (sobretudo quando se vêem imersos de jeito activo grandes segmentos de população), cremos que pelo menos sim se deve relativizar a “suprema importância” atribuída a este critério por alguns discursos (por exemplo, Calvet 1997), como acabará por fazer mesmo um dos autores que no discurso galego o emprega em lugar principal (veja-se Monteagudo 1997). Ammon (1989:31) questiona a validade do critério do “auto-reconhecimento” para ser empregue numa classificação das línguas, que já se encontra em Weinreich (1953:69), da seguinte forma:

We do not consider this criterion very promising for the following reason. It would not be sufficient to find out (by which ever method) that the British, for instance, rate a linguistic system as a separate “language”, the Germans as a “Sprache”, the Chinese as a “yuyán”, etc. In addition we would have to show that all these words (*language*, *Sprache*, *yuyán*, etc.) are synonymous—at least in the case of the search for a general concept of “language”. This could, however, only be established on the basis of an independent conceptual explication. Since this is so, the rating-criterion is, in the end, circular. Over and above that, considering a (set of) linguistic system(s) a language because its speakers rate it accordingly would, for instance, be analogous to considering a political system a democracy because its population rates it as such. Political scientists would, as a rule, not be

very happy with such a solution. In natural sciences it is even more obvious than in social sciences that following the opinion of any population of laymen is not very helpful. No serious biologist would, for instance, consider an eel to be a snake because people rate it as such.

Contudo, bem é certo que também se submete a votação e que não se regula por Lei —a não ser talvez nalgum universo borgiano— o que é uma serpente ou uma enguia, e que tal decerto se faz, directa ou indirectamente, com as línguas. Em nossa opinião, o critério do “auto-reconhecimento”, e o seu oposto, o “des-reconhecimento” por parte dos próprios falantes do carácter de Língua da *variedade linguística* por eles e elas falada, deve ser considerado como um elemento de peso mas sem dúvida terrivelmente maleável aquando de definir o que é uma língua e o que não o é. Como nota Ammon, dificilmente pode entrar no terreno do científico, mas por acaso o processo de definição do carácter diverso de uma Língua é um processo científico? Os casos do neerlandês-flamengo ou o romeno-moldavo podem ser bons exemplos destas variações associadas a transformações nas ideologias e interesses identitários das elites dirigentes que se estendem a sectores mais amplos do corpo social. Assim, como refere Haugen (1972:186), enquanto o eslovaco se constitui em língua literária a partir de umas variedades dialectais incluíveis estruturalmente no sistema do checo, e chegará mais tarde a se constituir mesmo em língua de Estado após a divisão do estado checo-eslovaco, noutros casos, as tentativas por construir uma nova língua literária (um *Ausbau*) não prosperaram. Esse foi o caso do kashubiano, a que se tentou elevar sem êxito à categoria de língua diferente do polaco, e que acabou por ser considerado como um dialecto distante deste. A própria evolução do caso galego(-português) poderia também estar sujeita a variações que dificilmente se poderiam delimitar na actualidade.

Contudo, cremos pertinente pelo menos situar uma fronteira entre as dificuldades de padronização que afectam uma língua de delimitação (glotológico-cultural) não problemática —com todas as científicas reservas— e aquelas que se derivam, como no caso galego, da própria definição e diferenciação das línguas como entidades plenamente individualizáveis, sobretudo quando há grupos de falantes que negam a própria individuação da sua variedade a respeito de outras estruturalmente próximas. Junto a Kloss e outros autores, Haugen (1966d), a estudar a semi-comunicação entre as formas da *língua nórdica comum*, já chamava a atenção para o facto de que enquanto todas as línguas “maiores” de Europa apresentarem “dialectos” entre os que existe um muito baixo nível de intercompreensão,

Americans tend to be baffled by Cockney English and completely floored by broad Lancashire or Scots. A Berliner is lost in the Bavarian Alps, as is a Parisian in Gascony, or a Piedmontese in Sicily,

há também “línguas” aparentadas cujos falantes, “given only a little good will”, podem comunicar-se empregando as suas respectivas variedades. E como bem nota Haugen, tal acontece não apenas com as línguas que Kloss rotularia de *Ausbau* (checo e eslovaco, búlgaro e macedónico, ucraniano e russo) mas também entre línguas mais distantes estruturalmente como o espanhol e o italiano ou o checo e o polaco, o espanhol e o português ou o alemão e o holandês²².

O estudo deste segundo tipo de situações implica a análise dos fundamentos identitários e ideológicos de conflitos padronizadores derivados de conflitos de individuação linguística tão variados como os do búlgaro-macedónico e servo-macedónico (p. ex. Lunt 1984; Friedman 1989, 1998; Vidoeski 1998), servo-croata (p. ex. Franolic 1984; Katicic 1984; Garde 1992), neerlandês-flamengo (p. ex. Zolberg 1975; de Rooij e Verhoeven 1988; van de Craen e Willemijnis 1988; van der Plank 1988; Jakobs 1997), hindi-urdu (p. ex. Balbir 1983), romeno-moldavo (p. ex., Nissler 1999), catalão-valenciano (p. ex., Ferrando Francés, 1986; Neugaard 1995), checo-eslovaco, etc.²³.

No estudo destes casos de existência de mais de uma variedade de padrão para uma “língua”, têm-se proposto diversos rótulos que referem situações de por si bastante diferentes. De forma muito geral, Ferguson (1962) fala em *padronização bimodal* (ou *padronização multimodal* em Ferguson 1968b) para os casos de línguas que apresentam dois padrões mais ou menos diferenciados por diversas causas: (a) diferenciação *regio-nal*: arménio ocidental /vs/ arménio oriental; (b) diferenciação *funcional* (diglossia): katharevusa /vs/ demothiki (grego); (c) diferenciação *cultural e religiosa*: servo-croata (ou antes, sérvio /vs/ croata); (d) diferenciação de *outro tipo*[sic]: landsmal /vs/ boksmal (norueguês); e (e) diferenciação *regional* e diferenciação *cultural e religiosa*: hindi-urdu²⁴.

(22) Como escrevia Weinreich (1954:315) a respeito deste último caso, “(...) it is easy to formulate where standardized Dutch ends and standardized German begins, but it is a completely different matter to utilize for technical purposes the transition between folk Dutch and folk German”.

(23) Só no âmbito europeu, poderíamos citar também os casos alsaciano/alemão, carpató-ruténio/ucraniano, corso/italiano, gasão/ocitano, baixo-alemão/alemão, piomontês/italiano, valão/francês, etc. Em Clyne (1997) podem consultar-se, entre outros, trabalhos sobre o caso servocroata-bósnio (Katicic), modalvo-romeno (Gabinschi) e flamengo-holandês (Deprez).

(24) Ferguson (1962) propunha um esquema de classificação das línguas em relação com o seu grau de padronização (ST. 0, 1, 2) e o uso escrito delas (W. 0, 1, 2, 3). O nível 0 refere línguas sem padronização o uso escrito. No nível ST. 1, Ferguson inclui os casos citados de *dúpla padronização* (ainda que Haugen 1966c indicará em resposta ao modelo de Ferguson que no caso norueguês o que há são duas línguas); no ST. 2, situam-se os casos em que uma “single, widely accepted norm which the language is used”. Quanto ao uso escrito, as línguas W. 1 são as usadas para “usos escritos normais”, as W. 2, para investigação original em ciências naturais e as W. 3, para traduções e resumos de investigação científica realizada noutras línguas.

De jeito mais particular, Stewart (1962) fala em *padronização policêntrica* frente a uma *padronização monocêntrica* para a existência de duas (ou mais) variedades de um único padrão. Para Stewart (1962:24, n. 6), neste tipo de situações,

(...) the different sets of norms may represent independent codifications of dialectal or other linguistic differences (such as the use of different alphabets for writing the languages) which are related to differences in political or religious identity or in geographic location, or they may be the result of incomplete replacement of an older set of norms by a newer one.

Esta classe de padronização pode implicar casos em que as diferenças entre os dois padrões são pequenas (inglês britânico /vs/ inglês americano, português europeu /vs/ português brasileiro) ou em que são muito mais marcadas (romeno-moldavo, hindi-urdu) (Stewart 1962:24, n. 7).

Clyne (1992), por seu lado, fala em *línguas pluricêntricas*, num sentido similar ao de Stewart mas limitando-o para casos em que as diferenças não são muito marcadas, como o do mesmo português (veja-se Baxter 1992) ou o do inglês britânico-inglês norte-americano.

Por fim, como é sabido, é muito habitual o uso do critério que fala da existência de línguas *Ausbau* ou *por elaboração* (Kloss 1952, 1967) para indicar a existência de dois (ou mais) padrões baseados em variedades diferentes de uma língua *Abstand* ou *por distância* (casos, também diversos, como os do checo-eslovaco ou o islandês-feroês). De forma geral, Fishman (1972:182) situa com precisão que é o que há atrás destes processos de reforma ortográfica que visa a divergência de padrões “dialectais” (no sentido mais puramente estrutural) para fazer deles Línguas. Nos primeiros séculos do processo padronizador, como releva Fishman, parece que um grande número de reformas ortográficas se levaram a cabo de forma pacífica e com sucesso sem que nelas estivessem imersos grandes grupos humanos (ainda que Fishman esquece considerar que a grande massa de população era simplesmente analfabeta) nem outros colectivos humanos que não fossem as “autoridades” (os únicos letrados) “whose business it was to make wise decisions for the community”. Assim,

[t]he initial orthographic distinction between Serbian and Croatian, or between Ruthenian (Ukrainian) and Polish, were decided upon by representatives of God and/or Caesar who sought to cultivate differences between speech communities that were otherwise “in danger” of religious, political, and linguistic unification. Indeed, the Ausbau languages (...) are all instances of the success of applied linguistics and should be carefully studied as such.

3. UM MODELO CLASSIFICATÓRIO

Recapitulemos. Poderíamos realizar uma elementar classificação das línguas a partir do seu nível ou tipo de normatização ortográfica (o que é dizer, de forma geral, pelo seu nível ou tipo de padronização). Num esquema classificatório elaborado sobre este indicador, parece óbvio que haveria que fixar uma primeira fronteira entre línguas escritas e línguas ágrafas. Esquecendo estas últimas, deveríamos situar uma nova divisão entre as línguas que contam com uma longa tradição escrita e aquelas que só modernamente conheceram uma forma escrita. Por outro lado, e atendendo ao indicador do nível de fixação da norma ortográfica e independentemente da existência ou não de uma extensa tradição escrita, teríamos que traçar uma divisão entre aquelas línguas que na actualidade possuem uma normatização plena e aceite sem grandes fissuras pelas sociedades que as utilizam (com ou sem um prévio processo conflituoso) e aquelas que ainda apresentam uma fixação ortográfica conflituosa, não unificada ou rejeitada por segmentos numérica ou simbolicamente significativos dos que deveriam ser os seus utentes.

Dentro do subgrupo das línguas de normativa ortográfica homogênea, parece preciso diferenciar entre línguas de normativa única sem que exista qualquer tipo de divergências ou sub-padrões geográficos (*línguas monocéntricas*), línguas que apresentam mais ou menos pequenas diferenças ortográficas nas suas diferentes sub-normas geográficas (isto é, *línguas pluricéntricas* como o inglês e as suas mínimas diferenças gráficas ou o português e as suas mais visíveis diferenças) e, por fim, línguas de normativa ortográfica única apesar mesmo da existência de diferentes sub-normas geográficas facilmente diferenciáveis do ponto de vista estrutural (por exemplo, o francês ou o espanhol, também reconhecíveis como *línguas pluricéntricas*). No segundo caso podem existir tentativas de unificação ortográfica plena que procurem a solução de aparentes conflitos derivados da existência dessas pequenas divergências entre sub-normas (o caso do português é muito significativo deste tipo de processos); contudo, parece que esses aparentes conflitos obedecem fundamentalmente a outro tipo de causas muito diferentes dos hipotéticos problemas de compreensão comunicativa de textos escritos ou, por exemplo, da necessidade de representar *fielmente* a pronúncia: veja-se por exemplo o caso dos tradicionais problemas do português e o nacionalismo brasileiro em frente da ex-metrópole; assim, não é raro encontrar habitantes do Brasil que dizem não compreender o português falado em Portugal ou intelectuais que defendem a individuação linguística do “brasileiro”. As línguas de nor-

mativa única ou unificada (com ou sem sub-normas geográficas perfeitamente diferenciáveis) também não parecem estar isentas de problemas, que mesmo podem chegar a provocar grandes polémicas: por exemplo, as discussões, em ocasiões de grande virulência formal, em prol ou em contra dos processos de reforma para simplificar modernamente as ortografias do francês ou o alemão, ou a reforma gráfica do chinês na década de 1950. Por fim, não haveria que esquecer a já tradicional questão da reforma do inglês.

No subgrupo das línguas de fixação ortográfica conflituosa, ainda parecem precisas pelo menos mais duas subcategorizações. Em primeiro lugar, poderíamos diferenciar entre línguas que não atingiram uma unificação ortográfica plena embora não existam opções sistemáticas divergentes e enfrentadas mas apenas diferentes variantes ou soluções para um mesmo fenómeno (representação de um fonema, de um morfema, etc.), e línguas que apresentam um conflito explícito entre duas ou mais normativas ortográficas (fundamentadas, como víamos, no mesmo ou em diferentes alfabetos) claramente definidas, isto é, entre dous ou mais padrões elaborados e concebidos como tais.

Para finalizar, nesta última categoria, que é para nós de especial interesse, ainda poderíamos diferenciar, mas utilizando já outro tipo de traços definidores, entre conflitos existentes em línguas faladas por comunidades unitárias e que concebem “a sua” língua como um ente claramente diferenciado de outros “contíguos” sem que ninguém questione tal individuação, e conflitos derivados do uso de uma mesma língua (no sentido *Abstand*) por comunidades diferenciadas por traços culturais, religiosos ou étnicos (mais ou menos sublimados ideologicamente), e mesmo enfrentadas de forma violenta (lembrem-se os conflitos entre Índia e Paquistão ou entre Croácia e Sérvia). Neste segundo caso, pode dar-se também o caso de que sectores, maiores ou menores, dessas comunidades considerem como línguas diferentes as variedades faladas por cada uma (como o caso actual de Sérvia, Croácia e Bósnia após as guerras jugoslavas), embora do ponto de vista estrutural, glotológico, não existam critérios para tal e se tenham, portanto, que aplicar outro tipo de critérios já não estruturais mas sociopolíticos²⁵. Entramos, portanto, no terreno *Ausbau*, a procura da diferenciação, o terreno da *construção* de línguas associada à *construção* de nações e identidades “distintas”. A tábua

(25) Portanto, no caso de contarem com um padrão com plena fixação ortográfica, esses sectores incluiriam a sua língua dentro do grupo das de padronização ortográfica não conflituosa. Destarte, o galego estaria para uns (os sustentadores da tendência à diferenciação) neste último grupo, e para outros (os sustentadores da tendência à unificação) no grupo das línguas de padronização conflituosa ainda que eles próprios usem um padrão plenamente fixado.

reproduzida nesta página pretende representar de jeito muito esquemático esta elementar classificação.

Um modelo de classificação das línguas escritas

LÍNGUAS ESCRITAS				
LÍNGUAS COM AMPLA HISTÓRIA ESCRITA			LÍNGUAS COM RECENTE HISTÓRIA ESCRITA	
LÍNGUAS ESCRITAS				
FIXAÇÃO ORTOGRÁFICA PLENA		FIXAÇÃO ORTOGRÁFICA CONFLITUOSA		
Padrão ortográfico monocêntrico	Padrão ortográfico policêntrico	Línguas de individuação não conflituosa	Línguas de individuação conflituosa	
Problemas: reforma simplificação	Problemas: unificação reforma simplificação	Problemas: unificação	Problemas: tendência para a diferenciação tendência para a unificação	
(espanhol)	(português de Portugal e do Brasil)	(norueguês)	(português da Galiza, holandês flamengo, catalão de Valência)	

4. O EXEMPLO DAS LÍNGUAS PIDGIN E CRIOULAS

Por outro lado, alguns estudos fizeram-nos ver que resulta especialmente pertinente dirigir a atenção para o mundo da padronização das línguas pidgin e crioulas, que sem dúvida traz elementos de grande interesse à análise dos problemas linguísticos suscitados por conflitos sociais. Isto é que faz Joseph (1987) para nos indicar que a padronização de um vernáculo tem de se realizar tomando em consideração um modelo previamente existente, isto é, uma língua já padronizada que, habitualmente, será aquela que esteja a agir como língua Alta (High) da comunidade no modelo, adaptado, da diglossia de Ferguson (1959). Na padronização de um vernacular pode existir, e de facto em muitas ocasiões acontece, uma tentativa por imitar o modelo dominante em funcionalidade e status sociopolítico, e, potencialmente, ainda substituí-lo (Joseph 1987, Sebba 1998). Porém, será o próprio facto de empregar como modelo a língua dominante o que puder dificultar a padronização dos vernáculos, qualquer que for o seu tipo de relação com aquela ou qualquer que for a funcionalidade e status prévios que possuam.

No caso dos crioulos (Joseph 1987, Sebba 1998), o *candidato natural* para agir como modelo de padronização do vernáculo é a língua *lexificadora*, em especial em aquelas comunidades em que esta se mantenha ainda em contacto com a língua crioula. Seria este facto o que estaria na base do que Joseph e Sebba consideram como especiais dificuldades dos crioulos para se padronizarem. Parece que um critério similar poderia ser aplicado a outro tipo de línguas não crioulas, mas *línguas distanciadas aparentemente dialectalizadas* (Muljagic 1981) ou *dialectos por subordinação* (Montes Giraldo 1984, 1986) ou outro tipo de variedades linguísticas que pretendem ser elevadas à categoria glotopolítica Língua, quer em situações coloniais clássicas, quer em situações de conflitos entre nacionalismos (dominantes e dominados) no contexto europeu. Isto é, poderia ser aplicado a processos de construção linguística associados a processos de construção nacional. Se o *candidato natural* (por contacto directo, por ser a variedade em que se encontra alfabetizada a população, por ser a variedade social de prestígio, por oferecer um modelo fixado, etc.) para agir como modelo de padronização da língua em processo de construção é aquela que ocupa a posição de língua dominante (chamemo-la *padrão 2*), e se, como é habitual, este processo tem no seu horizonte a intenção de substituir esta última, formula-se o paradoxo de o modelo que se imita ser o mesmo que se deseja substituir e a respeito do que é preciso marcar

a *diferença*, sobretudo se “língua dominante” e “língua dominada” são estruturalmente próximas.

Por outro lado, na construção do padrão para uma *Ausbau* (chamemo-lo *padrão 1A*) coloca-se também outro complexo problema no caso de existirem outras variedades do *Abstand* de que a primeira faz parte, em especial se se mantém o contacto estrutural com alguma delas e, além disso, se esta última ocupa uma posição “dominante” no seu território (e mais se é uma língua “maior”), já que esta variedade também poderia servir como modelo (chamemo-lo *padrão 1B*). Estabelece-se então outra necessária dinâmica *diferencial*, já que se correria o risco de, tentando “fugir” do *padrão 2*, o *padrão 1A* se aproximar demasiado do *padrão 1B*. Com tal, o processo de *individuação* linguística (unido ao processo de construção nacional) poderia ver-se minado (e talvez também o próprio processo de construção nacional), por exemplo no sentido de que seria mais pertinente falar em todo o caso de língua pluricêntrica do que de uma *Ausbau* frente a uma *Ausbau-Abstand*. Porém, se o *padrão 1A* (mesmo se não existir um *padrão 1B* também em jogo) não se diferencia num dificilmente definível grau “necessário e suficiente” do *padrão 2*, correr-se-ia também o risco de manter um grau de dependência formal que, no terreno simbólico-ideológico, poderia ser interpretado como uma continuação mitigada do processo de dominação, ou uma “evocação simbólica” desta (como escreve Eckert 1983:296). Este é o caso de alguma das fases da padronização do ocitano, *padrão 1* (ou *1A* se se considerar o catalão como *1B*), frente ao francês, *padrão 2* (Eckert 1983).

Em nossa opinião, esta é também a situação do galego, *padrão 1A* frente ao castelhano, *padrão 2*, com o português europeu como *padrão 1B*. Neste caso, o português brasileiro ocuparia a posição de um *padrão 1C* que não se encontra em contacto directo com os outros (talvez no futuro os portugueses africanos acabem por configurar novos padrões de tipo 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez Cáccamo, Celso. 1993. The pigeon house, the octopus, and the people: The ideologization of linguistic practices in Galiza. *Plurilinguismes* 6: 1-26.
- Álvarez Cáccamo, Celso e Mário J. Herrero Valeiro. 1996. O *continuum* da escrita na Galiza: entre o espanhol e o português. *Agália. Revista da Associação Galega da Língua* 46: 143-156.
- Ammon, Ulrich. 1989. Towards a descriptive framework for the status/function (social position) of a language within a country. Em Ulrich Ammon. ed. *Status and Function of Languages and Language Varieties*. Berlin: de Gruyter. 21-106.

- Anderson, Benedict. 1989 [1983]. *Nação e consciência nacional* [título original: *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*]. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática.
- Andrzejewski, B. W. 1983. Language reform in Somalia and the modernization of the somali vocabulary. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, vol. 1. Hamburgo: Helmut Buske Verlag. 69-84.
- Arrivé, Michel. 1994. Un débat sans mémoire: la querelle de l'orthographe en France (1893-1991). *Langages* 114: 69-83.
- Augs, G. 1983. Spelling-reform in Germany and its implications in German-speaking countries: A historical overview and some recent trends. *Folia Linguistica Historica* 4.1: 81-99.
- Balbir, Nicole. 1983. La modernisation du hindi. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*. Vol. I. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 101-126.
- Ball, R. V. 1998. Parallel debates: French and German spelling reform in the 1980s and 90s. Relatório apresentado na sessão "Linguistic ideologies and orthographic debates" (Alexandra Jaffe, coord.) da 6th International Pragmatics Conference (Reims 19-24 Julho 1998).
- Baxter, A. N. 1992. Portuguese as a pluricentric language. Em Michael Clyne. ed. *Pluricentric Languages. Differing Norms in Different Nations*. Berlin / New York: Mouton & De Gruyter. 11-43.
- Bazin, Louis. 1983. La réforme linguistique en Turquie. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*. Vol. I. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 155-177.
- Berry, Jack. 1958. The making of alphabets. Em *Proceedings of the International Congress of Linguistics*. Oslo: Oslo University Press. 752-764. Republ. em Joshua Fishman. ed. 1968. *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton. 737-753.
- Berry, Jack. 1977. The making of alphabets. Revisited. Em Joshua A. Fishman. ed. *Advances in the creation and revision of writing systems*. The Hague / Paris: Mouton. 3-16.
- Bolinger, Dwight L. 1946. Visual morphemes. *Language* 22: 333-340.
- Bourdieu, Pierre. 1994. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil [trad. cast. Barcelona: Anagrama, 1997].
- Bowers, John. 1968. Language problems and literacy. Em Joshua A. Fishman, Charles A. Ferguson e Jyotirindra Das Gupta. eds. *Language problems of developing nations*. New York: Wiley. 381-401.
- Brown, Becky. 1993. The social consequences of writing Louisiana French. *Language in Society* 22.1: 67-102.
- Bull, Tove. 1993. Conflicting ideologies in contemporary Norwegian language planning. Em Ernst Håkon Jahr. ed. *Language Conflict and Language Planning*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter. 21-37.
- Burns, Donald. 1953. Social and political implications of the choice of an orthography. *Fundamental and Adult Education* 5.2: 80-85.
- Calvet, Louis-Jean. 1996. *La Politique Linguistique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Calvet, Louis-Jean. 1997. As políticas linguísticas, a liberdade dos falantes e o poder dos planificadores. Em Aula Castelao de Filosofia. ed. *Filosofia e lingua. A loita polas pala-bras*. Tradução de África López Souto. Santiago de Compostela: Laiovento. 55-66.
- Cardona, Giorgio Raimondo. 1994 [1981]. *Antropología de la escritura*. Tradução de Alberto L. Bixio. Barcelona: Gedisa.
- Cheng, Chin-Chuan. 1986. Contradictions on Chinese language reform. *International Journal of the Sociology of Language* 59: 47-72.

- Clyne, Michael. 1992. *Pluricentric languages. Differing norms in different nations*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Clyne, Michael. ed. 1997. *Undoing and redoing corpus planning*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Coulmas, Florian. 1989. *The writing systems of the world*. Oxford / Cambridge: Blackwell.
- Dale, I. R. H. 1980. Digraphia. *International Journal of the Sociology of Language* 26: 5-13.
- De Francis, John. 1950. *Nationalism and language reform in China*. Princeton: Princeton University Press.
- De Francis, John. 1984. Digraphia. *Word* 35.1: 59-66.
- De Rooij, Jaap e Gerard Verhoeven. 1988. Orthography reform and language planning for Dutch. *International Journal of the Sociology of Language* 73: 65-84.
- Deweese, John. 1977. Orthography and identity: Movement toward inertia. Em P. F. A. Kotey e H. Der-Houssikian. eds. *Language and Linguistic Problems in Africa: Proceedings of the VII Conference on African Linguistics*. Columbia: Hornbeam. 120-134.
- Diaz Fouces, Óscar. 1995. Os processos de elaboração lingüística. A propósito de "Aubausprachen". *Agália. Revista da Associação Galega da Língua* 41: 5-18.
- Eckert, Penelope. 1983. The paradox of national language movements. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 4.4: 289-300.
- Even-Zohar, Itamar. 1999. Planificación de la cultura y mercado. Em Montserrat Iglesias Santos. ed. *Teoría de los polisistemas*. Madrid: Arco. 71-96.
- Fairclough, Norman. 1998. Propuestas para un nuevo programa de investigación en el análisis crítico del discurso. Em Luisa Martín Rojo e Rachel Whittaker. eds. *Poder - Decir o El poder de los discursos*. Tradução de Carmen Valle. Madrid: Arrecife & Universidad Autónoma de Madrid. 35-54.
- Ferguson, Charles A. 1959. Diglossia. *Word* 15: 325-340.
- Ferguson, Charles A. 1962. The language factor in national developments. *Anthropological Linguistics* 4: 23-27. Republ. em A. S. Dil. sel. 1971. *Language Structure and Language Use*. Stanford: Stanford University Press. 51-59.
- Ferguson, Charles A. 1968a [1967]. St. Stefan of Perm and applied linguistics. Em Joshua A. Fishman, Charles A. Ferguson e Jyotirindra Das Gupta. eds. *Language Problems of Developing Nations*. New York: Wiley. 253-266.
- Ferguson, Charles A. 1968b. Language Development. Em Joshua A. Fishman, Charles A. Ferguson e Jyotirindra Das Gupta. eds. *Language Problems of Developing Nations*. New York: Wiley. 27-35.
- Fernandez, M.-M. Jocelyne. 1984. L=unification de la langue lapone ("same"): Le crépuscule des lapologues, ou une aube nouvelle pour la Lapophonie? Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, Vol. 2. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 1-25.
- Fernández, Mauro. 1997. Las primeras propuestas de 'selección de norma' para el gallego. Del Padre Sarmiento a fines del siglo XIX. *Historiographia Linguistica* XXIV.1-2: 139-157.
- Ferrando Francés, Antoni. 1986. La situació sociolingüística del català al País Valencià. Parallelismes amb el cas gallec. Em Maria do Carmo Henríquez Salido. ed. *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. A Corunha: Associação Galega da Língua. 151-159.
- Fischel, A. 1919. *Der Panslawismus bis zum Weltkrieg*. Stuttgart / Berlin: Cotta.
- Fishman, Joshua A. 1972. *The Sociology of Language*. Rowley, Mass.: Newbury House.
- Fishman, Joshua A. ed. 1976 [1971]. *Advances in the sociology of language. Vol. I. Basic concepts, theories and problems: Alternative approaches*. The Hague & Paris: Mouton.

- Fishman, Joshua A. ed. 1977. *Advances in the creation and revision of writing systems*. The Hague & Paris. Mouton.
- Fleuriot, Léon. 1984. Les réformes du breton. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, Vol. 2. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 27-47.
- Fouser, R. J. 1998. Nationalism and globalism in transliteration systems: Romanization debates in Korea. Relatório apresentado na sessão "Linguistic ideologies and orthographic debates" (Alexandra Jaffe, coord.) da 6th *International Pragmatics Conference* (Reims 19-24 Julho 1998).
- Franolic, Branko. 1984. The development of literary Croatian and Serbian. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, vol. 2. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 85-112.
- Friedman, Viktor A. 1989. Macedonian: codification and lexicon. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, vol. 4. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 299-334.
- Friedman, Viktor A. 1998. The implementation of Standard Macedonian: Problems and results. *International Journal of the Sociology of Language* 131: 31-57.
- Garcez, Pedro M. 1995. The debatable 1990 Luso-Brazilian Orthographic Accord. *Language Problems and Language Planning* 19.2: 151-178.
- Garde, Paul. 1992. Les langues. Em *Vie e mort de la Yougoslavie*. Paris: Fayard. 125-141.
- Garvin, Paul. 1954. Literacy as a problem in language and culture. *Georgetown University Monograph Series on Language and Linguistics*, vol. 7.
- Garvin, Paul. 1983. Le rôle des linguistes de l'École de Prague dans le développement de la norme linguistique tchèque. Em Edith Bédard e Jacques Maurais. eds. *La norme linguistique*. Québec / Paris: Gouvernement du Québec - Conseil de la langue française / Le Robert. 141-152.
- Gelb, Ignace J. 1952. *A study of writing*. Chicago: Chicago University Press.
- Gundersen, Dag. 1985. Le norvégien: des problèmes mais pas de crise véritable. Em Jacques Maurais. ed. *Les crises des langues*. Québec / Paris: Gouvernement du Québec - Conseil de la langue française / Le Robert. 281-293.
- Hall, Robert A. Jr. 1952. American Linguistics, 1952-1950 (continued). *Archivum Linguisticum* 4.2: 1-16.
- Hall, Robert A. Jr. 1966. *Pidgin and Creole Languages*. New York: Ithaca.
- Hagège, Claude. 1983. Voies et destins de l'action humaine sur les langues. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, vol. 1. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 11-68.
- Hagège, Claude, Georges Métailié e Alain Peyraube. 1984. Réforme et modernisation de la langue chinoise. Em Istvan Fodor e Claude Hagège. eds. *Language reform: History and future*, vol. 2. Hamburg: Helmut Buske Verlag. 189-209.
- Hannas, W. C. 1995. Korea's attempts to eliminate chinese characters and the implications for romanizing Korean. *Language Planning and Language Problems* 19.3: 250-270.
- Haugen, Einar. 1966a. *Language Conflict and Language Planning: The case of Modern Norwegian*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Haugen, Einar. 1966b. Linguistics and language planning. In William Bright ed., *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference*. The Hague: Mouton. 50-71. Republ. em A. S. Dil. sel. 1972. *The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press. 159-190.
- Haugen, Einar. 1966c. Dialect, language, nation. *American Anthropologist* 68.6: 922-935. Republ. em A. S. Dil. sel. 1972. *The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press. 237-254.

- Haugen, Einar. 1966d. Semicommunication: The language gap in Scandinavia. *Sociological Inquiry* 36: 280-297. Republ. em A. S. Dil. sel. 1972. *The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press. 215-236.
- Haugen, Einar. 1972. *The Ecology of Language. Essays by Einar Haugen*. Selección de A. S. Dil. Stanford: Stanford University Press.
- Haugen, Einar. 1983. The implementation of corpus planning: theory and practice. Em Juan Cobarrubias e Joshua A. Fishman. eds. *Progress in language planning: international perspectives*. The Hague: Mouton.
- Hermida, Carme. 1987. A polémica ortográfica a finais do século XIX (1888). *Grial* 97: 299-316.
- Jacobs, Dirk. 1997. Alliance and betrayal in the Dutch orthography debate. *Language Problems and Language Planning* 21.2: 103-118.
- Jaffe, Alexandra. 1996. The Second Annual Spelling Contest: orthography and ideology. *American Ethnologist* 23.4: 816-835.
- Jaffe, Alexandra. ed. 2000a. *Non-standard orthography and non-standard speech*. Número monográfico de *Journal of Sociolinguistics* 4.4.
- Jaffe, Alexandra. 2000b. Introduction: Non-standard orthography and non-standard speech. *Journal of Sociolinguistics* 4.4: 497-513.
- Jahr, Ernst Håkon. 1989. Limits of language planning? Norwegian language planning revisited. *International Journal of the Sociology of Language* 80: 33-40.
- Joseph, John E. 1987. *Eloquence and Power: The Rise of Language Standards and Standard Language*. London: Frances Pinter Ltd.
- Kabatek, Johannes. 1994. Galego escrito e lingua común na segunda metade do século XX. *Grial* 122: 157-179.
- Katicic, Radoslav. 1984. The making of the standard Serbo-Croat. Em Ricardo Picchio e Harvey Goldblatt. eds. *Aspects of the Slavic Language Question Vol. I*. New Haven: Yale Concilium on International and Area Studies. 261-295.
- Kloss, Heinz. 1952. *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen von 1900 bis 1950*. Munich: Pohl.
- Kloss, Heinz. 1967. "Abstand" languages and "Ausbau" languages. *Anthropological Linguistics* 9.7: 29-41.
- Kloss, Heinz. 1969. *Research Possibilities on Group Bilingualism: A Report*. Québec: International Center for Research on Bilingualism.
- Kolarz, Walter. 1946. *Myths and realities in Eastern Europe*. London: Lindsay Drummond.
- Lal Handoo, J. 1973. *Kashmiri phonetic reader*. Misore: Central Institute of Indian Languages.
- Luckmann, Thomas. 1975. *The sociology of language*. Indianapolis: Bobbas-Merrill.
- Lunt, Horace G. 1984. Some sociolinguistic aspects of Macedonian and Bulgarian. Em B. A. Stoltz. ed.. *Language and Literary Theory. Papers on Slavic Philology* 5: 1-50.
- Macnamara, John. 1969. Successes and failures in the movement for the restoration of Irish. Em Joan Rubin e Bjorn H. Jernudd. eds. *Can language be planned?* Honolulu: University Press of Hawai.
- Mariño, Ramón. 1998. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Montes Giraldo, José Joaquín. 1984. Para una teoría dialectal del español. Em *Homenaje a Luis Flórez. Estudios de historia cultural, dialectología, geografía lingüística, sociolingüística, fonética, gramática y lexicografía*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. 72-89.
- Monteagudo, Henrique. 1997. Modelos de lingua. Consideracións teóricas ó fío do debate sobre a estandarización do galego. *Cadernos de Lingua* 16: 5-33.
- Montes Giraldo, José Joaquín. 1986. Lengua – Dialecto una vez más. La persistencia de un

- viejo problema. *Thesaurus* 41: 1-19.
- Muljadic, Zarco. 1981. Il termine lingue distanziate apparentemente dialettalizzate e la sua rilevanza per la sociolinguistica romanza. *Studia Romanica et Anglica Zagrabensia* 25.1/2: 85-101.
- Neugaard, Edward J. 1995. The continuing valencian language controversy. *Language Problems and Language Planning* 19.1: 60-66.
- Nida, Eugene A. 1953. Practical limitations to a phonemic orthography. *Bible Translator* 5: 35-39 e 58-62.
- Nissler, Diana. 1999. 'Limba Noastra' - Essay on language in Moldavia. Publicação electrónica: <http://www.rrz.uni-hamburg.de/AEGEE/CST-MOLD/diana.htm>.
- Peñalosa, Fernando. 1981. *Introduction to the sociology of language*. Rowley, Mass.: Newbury.
- Saussure, Ferdinand de. 1991 [1916]. *Curso de Lingüística General*. Madrid: Akal.
- Schieffelin, Bambi. B. e Rachel Charlier Doucet 1992. The "real" Haitian Creole: Metalinguistics and orthographic choice. *Pragmatics* 2.3: 427-443.
- Schmitz, John Robert. 1998. Planejamento e difusão lingüística. O caso da Língua Portuguesa. *Language Problems and Language Planning* 22.3: 254-266.
- Sebba, Mark 1998. Phonology meets ideology: the meaning of orthographic practices in British Creole. *Language Problems and Language Planning* 22.1: 19-47.
- Shant, R. L. 1997. Devnagari script for Kashmiri: A study in its necessity, feasibility and practicality. Publicação electrónica: <http://fotedar.org/koa/Languages/devan1.html>.
- Sjoberg, Andree F. 1964. Writing, speech and society: Some changing interrelationships. Em *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguistics*. The Hague: Mouton. 892-897.
- Sjoberg, Andree F. 1966. Socio-cultural and linguistic factors in the development of writing systems for preliterate people. Em William Bright ed., *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton. 260-276.
- Smalley, William A. 1964. *Orthography studies: Articles on the new writing systems*. London: United Bible Societies.
- Stewart, William 1962. Outline of linguistic typology for describing multilingualism. Em F. A. Rice ed. *Study of the Role of Second Languages in Asia, Africa, and Latin America*. Washington: Centre for Applied Linguistics. 15-25 [trad. cast. "Un bosquejo de tipología lingüística para describir el multilingüismo", em Paul Garvin e Yolanda Lastra, *Antología de estudios de etnolingüística y sociolingüística*, México: UNAM, 1984. 224-233].
- Street, B. 1984. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Szajkowski, Zosa. 1966. *Catalogue of the exhibition on the history of Yiddish orthography from the spelling rules of the early sixteenth century to the standardized orthography of 1936*. New York: Yivo Institute for Jewish Research.
- Trix, Francis 1997. Alphabet Conflict in the Balkans: Albanian and the Congress of Monastir. *International Journal of the Sociology of Language* 128: 1-23.
- Vachek, Joseph 1945-1949. Some remarks on writing and phonetic transcription. *Acta Linguistica* 5: 86-93.
- Vachek, Joseph 1948. Written language and printed language. *Recueil Linguistique de Bratislava* 1: 67-75. Republ. em Joseph Vachek. ed. 1964. *A Prague School reader in linguistics*. Bloomington: Indiana University Press. 453-460.
- Vachek, Joseph 1989. *Written language revisited*. Selecção, edição e introdução de Philip A. Luelsdorff. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

- Valdman, Albert. 1968. Language standardization in a diglossia situation: Haiti. Em Joshua A. Fishman, Charles A. Ferguson e Jyotirindra Das Gupta. eds. *Language problems of developing nations*. New York: Wiley. 313-326.
- Van der Craen, Pete e Roland Willemijnis 1988. The standardization of Dutch in Frandens. *International Journal of Sociology of Language* 73: 45-64.
- Van der Plank, Pieter. 1988. Growth and decline of the Dutch standard language across the state borders. *International Journal of the Sociology of Language* 73: 9-28.
- Vestad, Jon Peder. 1999. Nynorsk in radio and television: When written texts are spoken. Publicação electrónica: <http://www.geocities.com/Athens/Academy/2946/nynorskas.htm>.
- Vidoeski, B. 1998. Five decades since the codification of the Macedonian language. *International Journal of the Sociology of Language* 131: 13-29.
- Walker, Willard 1969. Notes on native writing systems and the design of native literacy proposes. *Anthropological Linguistics* 11.5: 148-166.
- Waxweiler, E. 1929. L'élaboration sociale de l'écriture. *Revue de l'Institut de Sociologie* 9.2-3.
- Weinrich, Uriel. 1953. *Languages in contact*. The Hague: Mouton.
- Weinrich, Uriel. 1954. Is a structural dialectology possible? *Word* 14: 388-400. Republ. em Joshua A. Fishman. ed. *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton. 305-319.
- Winer, Lisa 1990. Orthographic standardization for Trinidad and Tobago: Linguistic and sociopolitical considerations in an English Creole Community. *Language Problems and Language Planning* 14.3: 237-259.
- Wolff, Hans. 1954. *Nigerian Orthography*. Zaria: Gaskiya Corp.
- Woolard, Kathryn A. 1992. Language ideology: issues and approaches. *Pragmatics* 2.3: 235-249.
- Wurm, Stephen A. 1977. The spelling of New Guinea Pidgin (Neo-Melanesia). Em Joshua A. Fishman. ed. *Advances in the creation and revision of writing systems*. The Hague / Paris: Mouton. 441-457.
- Zima, P. 1974. Digraphia: The case of Hausa. *Linguistics* 124: 57-69.
- Zolberg, Aristide R. 1975. Transformation of linguistic ideologies: the Belgian case. Em *Les états multilingues. Problèmes et solutions*. Québec: CIRB. 445-472.

O dilema monarquia-república em Castelao

Ramom Varela Punhal

(Santiago de Compostela)

A política foi um tema continuamente recorrente na actividade do «nosso genial artista», já a partir do ano 1910 em que participa na fundação do semanário satírico conservador rianjeiro *El Barbero Municipal*, em defesa do bando do seu pai, Mariano Rodríguez Dios, chefe da casa Mariano, enfrentado com o sector liberal, representado em terras de Rianjo polo cacique Viturro, apoiado nas alturas polos Gasset: Rafael Gasset e José Ortega Munilha, pai de José Ortega y Gasset. Neste artigo imo-nos cingir à evolução do pensamento de Castelao a respeito do tema monarquia-república.

Castelao evoluiu desde um posicionamento monárquico e tradicional a um posicionamento republicano e progressista. Podemos distinguir três etapas no posicionamento político de Castelao, a respeito do tema que nos ocupa. A primeira é a etapa monárquica, que se estende até 1916, em que ingressa nas Irmandades da Fala. A segunda, de inclinação pro-republicana, mas dentro da consideração da acidentalidade das formas de Estado, e, por conseguinte, dumha assunção passiva da República, que dura até o ano 1933; e a terceira, de 1934 para 1950, é umha etapa de combate em pro da República, como forma única de Estado respeitosa com as diferenças nacionais.

a) O CASTELAO MONÁRQUICO

Castelao criou-se num ambiente conservador —seu pai era o chefe local do bando conservador de obediência maurista— e monárquico. O crego de Rianjo pujo-lhe o nome de Alfonso em honor ao concebido mas ainda nom nato Alfonso XIII. Na sua casa pervivia o eco popular do fracasso da primeira República, como o demonstra o facto, testemunhado por Daniel, de que a sua avoa quando se "*anoxava pol-os desarranxos e barullos que eu armaba na casa, sempre decía o mesmo: «¡Esto é unha*

(1) Citaremos assim:

ANT = *A Nosa Terra*

CA = *Castelao. As cartas de América*, A Nosa Terra, A Nosa Cultura, nº. 12,

CPE = PALMÁS, RICARDO, *Castelao: Prosa do exilio*, Edicións do Patronato da Cultura Galega, Montevideo, 1976

SG = CASTELAO, *Sempre en Galiza*, Akal, Madrid, 1977.

República!»². No mês de Junho de 1910, umha vez terminada a sua etapa madrilenha, teoricamente com a finalidade de fazer o doutoramento, retorna a Rianjo, onde começa a atender os doentes, atençom que prestará, por espaço de quase cinco anos, com grande desinteresse e generosidade no caso das pessoas de modestos recursos, que lhe correspondem com o seu afecto e carinho.

A finais de Junho de 1910, funda, junto com Eduardo Dieste, e Ramon Rey Baltar, por alcunha «Verduguillo», o semanário conservador e maurista³, *El barbero municipal*, que tem como director o notário eclesiástico, D. José Arcos Moldes; responsável das funções literárias a D. Eduardo Dieste, irmão de Rafael Dieste; e das administrativas a D. Alfonso Rodríguez Castelao, que ademais colabora nas tarefas de redacçom, em que assina a secçom de «Guisados de mostaza» com o pseudónimo de «Miquis», e debuxa estampas, com influência principalmente goiesca, em que combate o caciquismo liberal tanto rianjeiro, especialmente de Manuel Viturro, como das altas esferas espanholas.

A ideologia do semanário era a típica conservadora do momento no âmbito tradicional espanhol, e daí que sejam a favor da *"España heroica y santa de Pelayo, de San Fernando, de Isabel la Católica, de Felipe II, de todos los piadosos reyes que elevaron nuestra nación al más alto grado de la gloria y de la prosperidad mediante la protección de la Cruz"*⁴. Identificam conservadores com *"amantes de la Justicia, de su patria y de su Rey"*⁵. O contexto político era o dos partidos turnantes; e eles atacam com dureza os radicais, considerados como a extrema esquerda institucional, julgando a socialistas e anarquistas, como a esquerda antissistema, e à «Institución Libre de Enseñanza» como origem das tendências laicistas e republicanas, que eles rejeitavam. Porém, certas leituras e preocupaçoms que mostra Castelao a esta altura propiciariam um giro decisivo na sua cosmovisom. O 5/08/1911, insere *El Barbero Municipal* um artigo seu assinado por «Asieumedre», em que pom em boca de Pedro de Aldám, fidalgo de Taboeja, umhas palavras dirigidas ao Senhor de Guimarei, que concordarã plenamente com o que el defenderá máis tarde: *"Sodes com'os demais nobres e fidalgos d'esta terra, vítima da iñorância, do desconocimento da nosa história, das verdadeiras necesidades de Galicia, do que nos convén para o noso*

(2) SG, p. 172.

(3) Como afirma Ramón Rey Baltar, isto nom significava que os redactores estivessem identificados com a linha do político malhorquim. *"O que pasaba era que, para loitar con probabilidades de éxito en contra do cacique de Rianxo, Don Manuel Viturro, segredario da Diputación provincial da Cruña e lugartenente de Gasset na mesma provincia, había que buscar amparo nun partido forte i enemigo dos liberales, i ese amparo douno o marqués de Figueroa, ex ministro conservador, a través do seu representante en Padrón, D. Ramón Toxo, home de gran cultura e abogado de fama, que había ocupado outros cárregos políticos"*. (REY BALTAR, RAMÓN, *El barbero municipal*, Primeiras caricaturas de Castelao, en DURÁN, J.A., *El primer Castelao*, Siglo veintiuno de España editores, Madrid, 1972, páx. 289.

(4) *El barbero municipal*, nº. 3, 13/08/1910.

(5) «Ha llegado la hora», em *El Barbero Municipal*, nº. 129, de 28/12/1912.

porvir, e coidades que n-esta guerra debemos tomar-o partido d'el-Rey Felipe. ¡Como esquencedes, ... esta terra que tantos desleigamentos e aldraxes sofre dos orgullosos casteláns! Portugal é moi semellante á Galicia, falan a mesma lingua, teñen os mesmos costumes, e pol-o tanto as mesmas leises. Portugal é sangue do noso sangue, vida da nosa vida. Os seus trovadores, os seus grandes poetas, a masa do pobo, encenderon a sua alma no mesmo verbe que Dios nos deixou en herdo. Non sabedes, meu nobre parente, que estades forxando os grilons de cadea que ten d'escravizar para sempre á nosa patria, que despois verá os seus costumes, a sua fala, as suas leises, todo canto é seu, aldraxado, perseguido por gentes que nos despreciam moito, que vos bem sabedes. Os reises de Castela gobernan as Españas a estilo extranxeiro, que tan mal cadra para defensa e conservación das nosas liberdades. As causas qu'erguerom a espada dos hermandiños repítense hoxe con mais gravidade, sin que os fillos da terra volvam pol-o seu honore. ...¡Eu teño que oír a voz da razón, que me di que Portugal é noso hirmán e que co'el debemos vivir baixo das mesmas tendas!. ¡Non fagamos que outro poeta lusitán do porvir teña razón, como a tivo Camoens, ô dirixirnos reprimendas que nos avergoñen, espertando un remordimento de cote duro e merecido!"⁶.

A partir de agosto de 1911, dá-se nel umha inflexom cara ao agrarismo de «Acción Gallega», que tem em Basilio Álvarez o seu líder mais destacado, pasando a defender un redencionismo moderado. Com todo, mantém os seus posicionamentos básicos conservadores e monárquicos, como se reflecte na suas colaboracións no semanário conservador e no facto de que no ano 1914 colabora numha monografía de Luis Antom del Olmet em homenagem ao Rei Alfonso XIII, junto com Sofia Casanova, Rey Soto, Lisardo Barreiro, Azorín, Ramom y Cajal, Benavente, Unamuno⁷.



b) ACIDENTALIDADE DAS FORMAS DE ESTADO

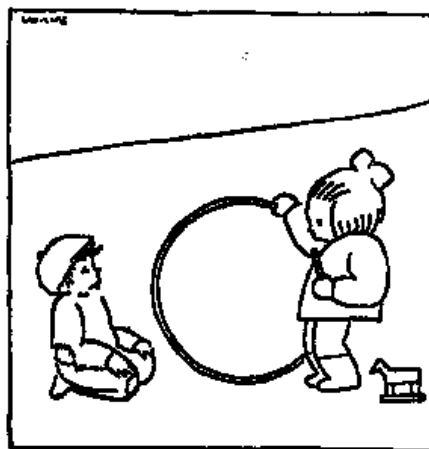
A finais de 1916, com trinta anos, participa, junto com um grupo de intelectuais na fundaçom⁸ das Irmandades da Fala, criadas por iniciativa

(6) ASIEUMEDRE, «A espada do fidalgo», em *El Barbero Municipal*, n.º. 58, de 5/08/1911

(7) DURÁN, J.A., *Cit.*, pp. 143-144.

(8) PIÑEIRO, RAMÓN, «Castelao, político», em *Anthropos*, n.º. 65 (00/10/1986) p. 39.

de Antom Vilar Ponte e formadas no seu início por "vinte persoas, coñecidas co nome de «Os felibres galegos», relembrando aos da Provenza"⁹. É, por conseguinte, interesante conhecer os posicionamentos desse movimento nacionalista em que Castelao se integra porque vam ser, sem dúvida, assumidos por el. Os dias 17 e 18/12/1918 celebra-se a I Assembleia Nacionalista na cidade de Lugo, organizada por L. Penha Novo, em que se fixa o programa político das Irmandades, e Castelao figura entre os asistentes, em representación, junto com Cabanilhas, de Ponte Vedra. Entre as conclusións aprovadas figura, no apartado II. 6.º a seguinte: "*Crendo na accidentalidade das formas de goberno, interésanos aclarar que non apelamos por ningunha, mais simpatizaremos, dende logo, con aquela que se mostre máis doada*



— A ti non se puxeron nada los Reyes, porque tu papá es republicano, ¿verdad?



—E o rei sabeá que os ministros xurran en falso?

(Galicia: 4/02/1923 e 5/09/1923)

para chegar á federación con Portugal". Nesta resolución, aínda que explicitamente hai unha opción pola neutralidade, para manter-se dentro da legalidade monárquica, incluíse unha preferéncia implícita pola República, pois se considerava que a federación con Portugal sería máis doada con unha forma de goberno republicana, pois, como di Vilas Nogueira, "*Non compre de gran esforzo mental pra se decatar de que non é que a Monarquía fixese tal federación máis difícil; a facía sinxelamente imposible*"¹⁰. Neste momento, pois, é plausíbel que Castelao assuma já sem reserva mental algunha a forma republicana como forma de goberno máis adecuada, posición

(9) LORENZANA, SALVADOR, «Limiar», em VILLAR PONTE, ANTÓN, *Pensamento e sementeira*, Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, s/d, p. 10.

(10) VILAS NOGUEIRA, Xosé, *O estatuto galego*, Edicións do Ruedo, Santiago, 1985, p. 86.

que seguramente se veria reforçada com a decantação da intelectualidade espanhola cara à forma republicana de governo durante a Ditadura de Primo de Rivera.

Na década dos vinte, Castela alude à Monarquia nalguma das suas vinhetas, mas não se manifesta nela uma tomada de posição clara sobre o tema. Assim, numa vinheta de *A Nosa Terra*, do 15/06/1920, que reproduz outra similar anterior a 1915, com meninas como protagonistas e que oferecem como resposta «azúcar», um menino pergunta que comerá o rei, respondendo-lhe o seu companheiro que comerá roscas. Ou seja, que o rei seria visto pelos pequenos como um ser distante que



—Yo soy republicano.
—¡Caramba! Pues entonces no es usted tan joven como parece.
(Galicia, 27/04/1923)

vive uma vida regalada, com uma dieta distinta da dos demais mortais, uma dieta de larpeiradas. Na vinheta "Contrastes, publicada em *Galicia* de Vigo o 17/01/1923, uma menina, rodeada de presentes de reis, suscita a inveja dum companheiro com a seguinte frase: "—*A ti no te pusieron nada los Reyes porque tu papá es republicano. ¿sabes?*", jogando com a identificação de monarquia com os Reis Magos. Numha terceira, com o título "Lérias de cozinha", publicada o 4/02/1923, em *Galicia*, um velho pergunta-lhe a outro, também paisano labrego: —*E o rey sabrá que os ministros xuran en falso*. Nela problematiza-se a discordância entre as promessas juradas dos ministros e as realizações práticas; com a cumplicidade da monarquia? Na intitulada "Inocentadas", publicada no mesmo jornal viguês o 21/04/1923, conversam dois homens de posição acomodada, um deles delgado e com pinta de intelectual e o outro grosso e com pinta de burguês; um deles diz ao outro: —*Yo soy republicano*, e o segundo responde-lhe: —*¡Caramba! Pues entonces no es usted tan joven como parece*, com o qual parece aludir a que o republicanismo era próprio dumha época já afastada, em referência ao último terço do século XIX.

O 27 de Abril de 1930, tem lugar a VI Assembleia Nacionalista, preparada por Vicente Risco, que suporia um profundo fracasso para os de Ourense, frente ao sector corunhês. Nela, os da Corunha empenharam-se —afirma Risco— numa declaração prévia e fundamental de republicanismo "que os de Ourense iam dispostos a fazer, mais que en vista de que muitos dos millores elementos do nacionalismo —Castela, Paz Andrade, Iglesias Alvarelle, Peinador, etc. etc.— sendo todos repubricanos, non considera - ban conveniente tal declaración coma fundamental do nacionalismo galego, eu

mesmo, desde a presidencia, declarando que a votaría, como a votei, combatina. ...—Ben. O que é, é que a actitude dos da Coruña, suxestionados polo instante político hespañol foi de tal xeito, que republicanos de toda a vida como Pei-nador, dixeron que non firmarían o manifesto do partido"¹¹. Despois desta Assembleia, Risco escribe-lhe a Blanco Amor com o propósito de desvincular os grupos galeguistas de América da direcção das Irmandades da Fala da Corunha e situa-los baixo a dos de Ourense. Na carta di-lhe que *"non vexo inconveniente en que Vds. actúen como republicanos, se cómpre, aínda que os grupos de aquí non teñan esa definición política"*¹². O republicanismo de Castelao é já manifesto no seio das Irmandades, mas ainda nom se declara abertamente combativo para impor esta forma como algo consubstancial com o galeguismo. Pola sua parte, os grupos ainda nom assumírom dum modo decidido o republicanismo, como definición do partido.

O dia 25 de Setembro de 1930 celebrou-se umha reunião de personalidades galegas no Paço de Barrantes, em que assinárom um documento, denominado pacto de Barrantes, onde em velada alusom à monarquia, declaram *"nuestra absoluta incompatibilidad frente a todas las hegemonías y regímenes políticos que no emanen de la soberanía popular"*¹³. Castelao é um dos assinantes deste Pacto, junto com Otero Pedrayo, Cabanilhas, Basílio Álvarez, Paz Andrade, etc.

O 1º de Abril de 1931, a poucas datas de instaurar-se a República, feito que se produz o 14 de abril de 1931, vários nacionalistas, entre os que se encontram Otero Pedrayo, Manuel Penha Rey, Florentim López Cuevilhas, etc., assinam umha declaração de fé republicana por considerar *"a república federal como a forma de governo mais axeitada pra lograren as arelas mínimas do nacionalismo galego, ... [estando dispostos] a colaboraren politicamente cós partidos repubricanos eisistentes en Galiza, na defensa da soberanía popular e dos elementales supostos democráticos, na implantación do réximen repubricano"*¹⁴. Castelao nom figura entre os assinantes, mas essa declaração de fé republicana estava amplamente difundida no seio do galeguismo, e, sem dúvida, Castelao, intimamente vinculado com muitos dos assinantes, participava também desse sentir comum. O 12/04/1931 tenhem lugar as eleições municipais que propiciariam a mudança de regime, que Castelao seguiu com curiosidade expectante. Ao berro de Bóveda ¡Viva a república federal! comentou: *"Si ¡Que viva e non morra a República se é federal, por riba de todo! ¡Que non morra por non selo, como lle pasou á do 73!"*¹⁵, se bem estava preocupado pola actitude que tomara Casares em quem pouco confiava.

(11) Carta de Vicente Risco a Eduardo Blanco Amor de 6/06/1930, em *Boletín Auriense*, T. XIV-XV, 1986, p. 48.

(12) Carta de Bicente Risco a Eduardo Blanco Amor de 6/06/1930, em *Boletín Auriense*, T. XIV-XIV, 1986, p. 49.

(13) «Novas da causa», em *A Nosa Terra*, n.º. 277 (01/11/1930), p. 4. Cf. tamén CASTELAO, SG, p. 471 (14) «O nacionalismo galego e o momento actual. Declaración de fe repubricana dos nacionalistas galegos», em *ANT*, n.º. 283 (01/05/1931), p. 2.

(15) ALVÁREZ GALLEGÓ, XERARDO, *Vida, paixón e morte de Alexandre Bóveda*, Promocións Culturais Galegas, Vigo, 1996, p. 101.

No 14/04/1931, Francesc Maciá proclama o «Estat Catalá». Um pouco depois das cinco da tarde o rei assina o documento de renúncia ao trono e apresta-se a abandonar Espanha. O 6/05/ 1931¹⁶, publicou o Seminário de Estudos Galegos un anteprojecto de Estatuto, elaborado por umha Comissom formada por Risco, Valentim Paz Andrade, Alexandre Bóveda, Lois Tobio e Ricardo Carvalho Calero, o mais ambicioso de todos os que se elaborárom durante a II República. Risco, juntamente com Otero Pedrayo, convertem-se nos líderes máximos do «Partido Nazonalista Repubricán Galego de Ourense».

Do anteprojecto de Estatuto do SEG, Castelao salienta o seu primeiro artigo: "*A Galiza é un Estado libre dentro da República Federal Hespañola*"¹⁷.

O 28/06/1931 é eleito deputado por Ponte Vedra para as Cortes espanholas. Conta José Sesto, que "*Cando as Cortes Constituïntes da Repúblicha, paréceme que xa o primeiro día, ergueuse pra pregar que sacaran do Salón de Sesións as estatuas dos chamados Reises Católicos que alí se erguían. Xulián Besteiro, tamén galego, preguntoulle: —¿Puede S.S. dar razones para su petición? Castelao contestou: —No, para nada. Es un asunto particular y privado que yo tengo pendiente con ellos*"¹⁸.

Os dias 5 e 6 de Dezembro de 1931, aprova-se na VII Assembleia Nacionalista, celebrada em Ponte Vedra, à que concorrem 32 grupos, a declaração de princípios que dá lugar ao nascimento do **Partido Galeguista**, com a concorrência dos deputados das Cortes Constituintes: Castelao, Otero Pedrayo e Suárez Picalho, "*que levaron a representación de Antón Villar Ponte*"¹⁹. Na II Declaração de Princípios estabelece-se: "*Galicia pobo autónomo.— A autodeterminación política de Galicia dentro da forma de goberno republicana*"²⁰. Portanto, pede-se para Galiza, o direito de autodeterminação política dentro da forma de governo republicana. No Programa de acção para os grupos galeguistas, aprovado na II Assembleia do Partido, celebrada em Santiago os dias dez e onze de Dezembro de 1932, estabelece-se no seu apartado «II. Galiza, povo autónomo», o seguinte: "*O Partido Galeguista defende pois, o recoñecimento da personalidade xurídica de Galicia pra a sua autodeterminación política, sen que esto poida representar un quebrantamento da solidariedade que nos avencella natural e libremente co Estado Hespañol, dentro do réxime repubricán, garantía das nosas liberdades e da democracia da nosa política*"²¹. Propom-se aos grupos que defendam as "*institucións de democracia política, especialmente da forma*

(16) CASTELAO, «A Vountade galega», em *Nova Galiza*, nº. 18 (xunho-xulho/1938), p. 10. Ver tamém CASTELAO, SG, p. 69 e 471.

(17) SG, p. 69, 471. Cf. tamém «La posición ideológica de Galicia», em PE, p. 104, e «Historia Sintética do autonomismo Galego», em PE, p. 174.

(18) SESTO, XOSÉ, «Notas autobiográficas», en VV.AA., *Castelao e Bóveda irmáns!!*, Promocións Culturais Galegas, Vigo, 1977, p. 42.

(19) «A Asambreia de Pontevedra», em ANT, nº. 291 (01/01/1932), p. 3.

(20) «Programa do Partido Galeguista», em ANT, nº. 291 (01/01/1932), p. 4.

de Gobierno republicán, como garantía de atinguir a libertade do noso pobo"²².

c) ETAPA DE MILITÂNCIA REPUBLICANA

No 2/04/1933, Castelao participa, junto com o deputado catalán de Esquerra, Riera i Punti, e vários líderes anevvistas: Arrien, Urrengoetxea e Bastera, num comício de «Acción Nacionalista Vasca» (A.N.V.) no frontom «Euskalduna» de Bilbao por motivo da inauguración da Casa Basca (Eusko-Etxea), em que o dirigente de Esquerra Riera i Punti lançou a ideia de renovação do pacto da Tripla Aliança de 1923, acolhida favoravelmente tanto por parte de Arrien como de Castelao. Este pronunciou um emotivo discurso em que exaltou a função da língua, equiparou a monarquia com centralismo e república com autonomia, *"los republicanos que nos combaten a nosotros son monárquicos disfrazados..., son viudos de la monarquía y casados en segundas nupcias con la república"*²³. Termina o discurso repetindo unha ideia que já defendera Vicente Risco, que atribuíra, em 1920, o afogamento das nacionalidades ibéricas polo imperialismo castelhano ao centralismo monárquico que iniciam os Reis Católicos e culminam as Cortes de Cádiz²⁴: *"Desde que reinaron en España las dinastías extranjeras de los Austrias y de los Borbones, importadores del cesarismo unitario y centralista, que vino romper la verdadera tradición de la península ibérica, los españoles no han podido sentirse identificados con la misión histórica de la monarquía, porque la política de los reyes tenía por fin la doma y castración de la voluntad popular, porque la violencia de los Austrias y de los Borbones tenía por objeto ahogar la libre respiración de espíritu aherrajando mejor así las libertades colectivas y el espíritu popular. Pero el republicanismo, traducido literalmente del francés, a pesar de su simpático amor a las libertades individuales, tampoco llega a la conciencia popular, porque no llena los anhelos democráticos de los hombres de la península"*²⁵.

No 23/05/1933, interveu nas Cortes do Estado sobre diversos problemas que afectan a Galiza: camiños de ferro, estradas, caciquismo e Estatuto de Autonomía e terminou lamentando-se de que o Ministro de Facenda, *"al contestar a los discursos no tuvo siquiera la bondad de hacer alusión al mío como si yo me hubiera dirigido a las estatuas de esos reyes católicos, que ya me están molestando, en el retablo presidencial"*²⁶.

Em Dezembro de 1933, os socialistas lançam duros ataques contra o

(21) "Programa de acción pra os Grupos Galeguistas aprobado na II asamblea - 1933", en ANT, nº. 300 (09/07/1933).

(22) «Programa de acción pra os Grupos Galeguistas aprobado na II asamblea - 1933», en ANT, nº. 300 (09/07/1933).

(23) GRANJA, JOSÉ LUIS DE LA, «La alianza de los nacionalismos periféricos en la II República: Galeuzca», en Congreso Castelao, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, p. 326.

(24) RISCO, VICENTE, *Teoría do nacionalismo galego*, Akal, Madrid, 1981, p. 52.

(25) «Castelao en el frontón», en ESTÉVEZ, XOSÉ, *Impenitencias ...*, p. 140.

(26) CASTELAO, OTERO PEDRAYO, SUÁREZ PICALLO, VILLAR PONTE, *Discursos parlamentarios (1931-1933)*, Edicións do Castro, Sada, 1978, p. 83.

Partido Galeguista e os seus principais dirigentes, motivados por unha certa indefinición nos seus posicionamentos sobre a forma de Estado. De Castelao dímos que é *"buen artista, pero nada más. Politicamente jamás ha actuado. Actúa ahora dentro del Partido Galleguista. ¿Republicano? ¡Ah! el no sabe. No sabe si es republicano o monárquico. A él sólo le interesa saber que es galleguista. Lo demás la posición política, debe ser para él algo insignificante cuando no sabe si es republicano o no. Claro que los hechos siempre evidencian lo que uno es. Y los hechos han probado hasta aquí que Castelao es enemigo de la República... Nos encontramos con Otero Pedrayo. Como los dos primeros galleguista. Su significación política es, al igual que Castelao ignorada"*²⁷.

Em Maio de 1934, critica as greas patrioteiras de «Acción Popular», que fôrom ao Escorial *"remexer o bandullo que tragou as enerxías acumuladas da Península. Foron a invocar as somas dos reis extranxeiros que causaron a ruína e a decadencia das nacionalidades hispánicas para rebaixar o Estado á parva categoría de abstracción momificada."*

*Alá foron a fozar nos tópicos da falsa hestoria. Foron a resucitar tempos abolidos e a revivir a política suicida que fixo de Hespaña unha potencia subordinada"*²⁸.

No domingo 22/06/1934 tem lugar um importante comício no Teatro Rosalia Castro da Corunha em que intervinhérom Plácido R. Castro, Álvarez Galhego, Castelao, Bóveda Gómez Román. Nel o político rianjeiro combateu o sistema centralista, que, importado em «Hespanha» por duas dinastias estrangeiras, é o que se opom ao triunfo da democracia e da liberdade²⁹.

No domingo, 8 de Julho de 1934³⁰, tem lugar outro comício em Ourense en que participa *"o noso xenial dibuxante"*, Castelao, junto com González Salgado, Álvarez Galhego, Bóveda e Gómez Román. Castelao fai unha valorización das noções de monarquía e república. *"Monarquía é igual a monotonía, unidade, absolutismo. A República é variedade, liberdade, autonomía, democracia"* (sic)... *A primeira República morreu por ser centralista, contra o criterio de Pi i Margall que non foi escoitado cando decía que era preferíbel unha Monarquía federal a unha república unitaria. A segunda República estivo a piques de cair no mesmo erro, apesar das promesas que se fixeran e do espírito republicán popular do 14 de abril, que plasmou no feito de que a bandeira da República non sexa a que Lerroux levaba no sombreiro. A unidade de Hespaña é soio unha ficción oficial, que o unitarismo é incapaz de manter"*³¹.

(27) «Renovación», de decembro de 1933. Tomado de SIXIREI, CARLOS, *Alfredo Somoza. Encuadramento histórico dunha figura esquecida do galeguismo*, Edicións do Castro, Sada, 1987, p. 59.

(28) CASTELAO, «Dous feitos», en *ANT*, nº. 332 (20/05/1934), p. 1.

(29) «O gran mitin galeguista de A Cruña», en *ANT*, nº. 337 (23/06/1934), p. 3.

(30) LOIS GARCÍA, XOSÉ, «Castelao en Catalunya, no período da guerra civil. 1937-1938», en *Congreso Castelao*, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, p. 101, di que foi o 14/07/1934, pero se foi um domingo, como se recolle em *ANT*, nº. 339 (07/07/1934) no que se di que vai ser manhá domingo, e *ANT*, nº. 340 (14/07/1934), no que se fai a sua resenha, non pudo ser o 14 que foi um sábado. Tivo que ser o 8.

Suscitou o tema do federalismo nas Constituintes Otero Pedrayo, quando todos se dispunham a votar favoravelmente, por indicação de Alba volvérom-se atrás. Impediu que fosse federal o fantasma da soberania levantado polos juristas castelhanos, mas conseguiu-se polo menos que fosse autonomista. "*Gracias a iso, non temos xa novamente reinando a un Borbón, inda que como están poñendo os falsos republicáns históricos, fora de Catalunya, non pasa d-unha República monarquizada na que se descubren os picos da coroa*"³². Afirmar que os pactos de Lestrove e Sam Sebastián ficaram sem cumprir polo que di respeito à Galiza e disso derivam-se todos os males que sofreu a nossa Terra e também o facto de que Galiza não seja, como Catalunha, outro baluarte da República³³.

Em Setembro de 1934 critica aos republicanos históricos, quicá os mesmos que denomina repetidas vezes como viúvos da monarquia casados em segundas núpcias com a república, pola sua falta de convicções republicanas. Eram republicanos de Riestra em Ponte Vedra, republicanos de Bugalhal em Ourense, ...e tinham como sumo pontífice a Lerroux. Nom fôrom estes os que trouxérom a República, senom que a trouxérom "*os profesores e mocedades universitarias, as organizacións de traballadores, os políticos desengañados e os cidadáns feridos pol-a dictadura. Compre decir que a opinión trasumante axudou a derrubar a monarquía, xa podre e revellida*"³⁴. Estes republicanos, que colaboravam com os monárquicos numha oposição arbitrária e convencional, fôrom os que se apoderárom do Governo da República. Agora buscam umha ajuda dos monárquicos que se prestem a colaborar na oposição. "*Eles comprométense a seguir a política de parches e de remendos, e a non estrenar endexamáis un traxe novo, tal e como se viña praiticando nos derradeiros tempos da monarquía. ... Velahí com-os monárquicos recoñecerán o novo réxime e como se «ensanchará» a República de Lerroux*"³⁵. As forças da oposição, que não seguem a dinâmica dos republicanos históricos e dos monárquicos ilusos, som Catalunha, Euskadi e Galiza, que "*defenderán as esenciais da República pra defender o seu espírito, a súa economía e a súa liberdade. ...A verdadeira República virá*"³⁶.

Em 1935 critica os senhoritos reaccionários espanhóis, porque querem renovar os sonhos imperialistas da monarquia absoluta, caracterizada polo «quero e mando»³⁷, e, por conseguinte, por imitarem as tendências centralistas desta³⁸, "*porque en nome de Deus nin se pode afogar a libre respiración do espírito dos homes nin se pode coutar o anseio dos povos que loitan pol-*

(31) «Mitin de Ourense», em ANT, nº. 339 (14/07/1934), p. 2.

(32) «Mitin de Ourense», em ANT, nº. 340 (14/07/1934), p. 2.

(33) «O mitin de Ourense», em ANT, nº. 340 (14/07/1934), p. 2.

(34) CASTELAO, «Os históricos», em ANT, nº. 350 (29/09/1934), p. 1.

(35) CASTELAO, «Os históricos», em ANT, nº. 350 (29/09/1934), p. 1.

(36) CASTELAO, «Os históricos», em ANT, nº. 350 (29/09/1934), p. 1.

(37) SG, p. 276.

(38) SG, p. 24.

o seu propio ser"³⁹. Teste-munha também que no seio da República abroham os vezos da monarquia, aos que a poda lhes deu vitalidade⁴⁰. A monarquia deixou umha esteira de falso patriotismo, ainda presente no ambiente espanhol, "porque ainda sobrevive na concencia de moitos homes o culto â memoria de Isabel a **Católica**"⁴¹. Consoante este patriotismo, "Os que non queríamos someternos â violencia asimilista, que iniciaron os Austrias e Borbóns, éramos uns insurrectos"⁴².

O domingo 17/11/1935, num comício em Vila-García, afirmou que os galeguistas pregam umha nova relixiom para Galiza, que é o galeguismo. "A democracia ainda en Hespaña é unha aspiración. Fai unha invocación a soberanía popular e ataca o sistema centralista-monárquico introducido na República"⁴³.

No domingo 1/12/1935 celebrou-se um importante comício de Izquierda Republicana com a participaçom de Serrano Batanero, Victória Kent e Casares Quiroga, apresentados por Elpidio Vilhaverde, seguido dum jantar no salom de «Casa Blanca» ao que também assistiu Castelaio, junto com o secretário geral do Partido Galeguista Gómez Román, e em que, a pedimento do público, pronuncia, na hora dos brindes, umhas palavras. Criticou a monarquia, encarnada por duas dinastias estrangeiras, por desconhecer a variedade dos povos de Espanha, e o republicanismo unitário, que tampouco soubo chegar à medula dos povos, "porque tanto como as liberdades individuaes importan as colectivas: o direito dos pobos a gobernarse de seu.

O federalismo e as fórmulas de auto-determinación viñeron a posibilitar un entendimento armónico dos pobos que conviven no Estado hespañol.

A Monarquía forxou un sistema, absolutista e unitario, pra impoñerse, a República debe modifical-a e construír o seu sobor da base das autonomías. Esíxeo o instinto de conservación"⁴⁴.

Num comício celebrado em Muros, no 15/12/1935, em que compartia cartaz com Víctor Casas, Álvarez Galhego e Suárez Picalho, defende as autonomias e o federalismo "decindo que non pode ser bon repubricán que non sexa autonomista e viceversa. Califica de divorciados da monarquía e casados en segundas nupcias coa República aos que chamándose repubricáns fán canto poden porque a República non troque a súa estrutura centralista"⁴⁵.

(39) SG, p. 24.

(40) SG, p. 24.

(41) CASTELAO, «Verbas de chumbo», em ANT, n.º. 371 (22/06/1935), p. 1.

(42) CASTELAO, «Verbas de chumbo», em ANT, n.º. 371 (22/06/1935), p. 1.

(43) «Actividades galeguistas. O mitin de Vilagarcía», em ANT, n.º. 391 (22/11/1935), p. 2. A referência que figura unida ao n.º. 306 de ANT, (18/08/1933), p. 3 é incorrecto.

(44) «Os importantes actos de Vilagarcía», em ANT, n.º. 393 (06/12/1935), p. 3.

(45) «Aitivities galeguistas. O grandioso mitin de Muros», em ANT, n.º. 395 (20/12/1935), p. 2.

Em 1937, considera que a Constituição de 1931 foi um projecto frassado, porque os parlamentares nom fôrom suficientemente generosos para estabelecer umha república federal, pois no fundo continuavam a ser monárquicos. A República nom foi federal porque "os viudos da monarquía —casados en segundas nupcias coa República— non consentiron que a **Soberanía** baixase do seu trono imperial. Se o Estado, sentíndose xeneroso, concedese unhas migallas do seu Poder a certas rexións descontentas, entón a mesma **Soberanía monárquica** convertiríase en **Soberanía republicán**; pero se os povos diferenciados acordaran unirse voluntariamente para constituíren unha **nova Soberanía de Hespaña**, entón —¡que catástrofe!— a República non tería ningunha semellanza coa monarquía"⁴⁶. Os Áustrias e os Borbons, importadores do cesarismo unitário e centralista, provocárom o desarraigo dos espanhóis com a missom histórica da monarquia. "Desde reinaron na Hespaña as dinastias estranxeiras dos Austrias e Borbóns —importadores do cesarismo unitario e centralista—, os hespañoes non podían sentirse identificados coa misión histórica da monarquía, porque a política dos reis tiña por norte afogar a libre respiración dos povos, tradicionalmente autónomos"⁴⁷. A primeira República morreu por nom ser federal, e desde entom "«monarquía» quer decir «imperialismo», «uniformismo», «centralismo», e «república» quer decir «descentralización», «autonomías», «liberdade»"⁴⁸. Contodo, o problema de fundo mais que monarquia/república é o de centralismo/descentralizaçom. "Co sistema unitario e centralista —liberal ou despótico, monárquico ou republicán— teremos sempre unha participación no reparto das miserias, das fames, das deudas e demais alifaces xeraes"⁴⁹. Os patrioteiros centralistas comungam com a «sagrada integridade da pátria», perdêrom o império colonial, causárom a desintegraçom peninsular e dispunham-se a perder as melhores regions espanholas. "Así foi a patriotería monárquica; pero a República tampouco comprendeu os problemas hespañolísimos de Cataluña, Euzcadi e Galiza. Tamén a República foi incomprensiva e torpe, negándose a ser federal"⁵⁰. O centralismo monárquico "podería persistir na teima de corromper e assimilar a alma dos povos da periferia, valéndose de escolas dissociadas do ambiente e dissociadoras da vontade colectiva; pero esta nosa República, que retra - sa canto pode a liberdade política dos idiomas rexionaes, non ten dereito a retra - sar a solución do problema pedagógico planteado nos povos bilingoes de España"⁵¹. O republicanismo é um regime em si mais puro, e daí que o republicano verdadeiro nom se deve contagiar dos vezos revelhidos e deformadores do caciquismo: «pucheirazos», actas falsificadas,...⁵². O

(46) SG, p. 60.

(47) SG, p. 61.

(48) SG., p. 61.

(49) SG, p. 64.

(50) SG, p. 73.

(51) SG, p. 108.

(52) SG, p. 182.

agrarismo galego foi o primeiro caso de organización camponesa em «Hespanha», e ia dirigido contra os foros "*pero principalmente ía contra o sistema caciquil da Hespaña monárquica*"⁵³.

No 14 de Abril —di em 1937— caíu a monarquía mas nom chegou a república, porque nom se pode chamar tal a um regime que nom soubo controlar os militares monárquicos⁵⁴. O seu derrubamento, conseqüência do desprestígio⁵⁵, foi obra de monárquicos, revirados contra Dom Alfonso, "*e como proba velahí tendes a unha Hespaña sen rei e sen republicáns*"⁵⁶. Frente á intransigência cerril dos monárquicos e a tolerância regateira dos republicanos, Castelao advoga pola solidariedade fraternal dos federalistas porque a questom catalá, basca ou galega nom é um delito que deva reprimir-se nem unha doença que poda curar-se, mas "*unha proba da vitalidade d-un órgao que reclama garantías leaes para funcionar dentro do Estado. E tal Estado non pode ser o artefacto, xa descomposto, que a República recibeu da monarquía, senón a resultante funcional dos seus varios órgaos nacionaes*"⁵⁷. Os estadistas da República, "*obedecendo â lei de sucesión de feitos contrarios, querían asentar o novo réxime en principios de liberdade..., principios que a monarquía vulnerara e desvirtuara por seren incompatibles co sistema unitario e centralista*"⁵⁸, sistema este defendido nom só polos monárquicos, mas também polos republicanos, cegos —dirá em 1940—, para nom ver que umha «Hespanha» única, sem liberdades regionais, já nom é a «Hespanha» dos grandes feitos⁵⁹. No retábulo das Cortes Constituintes da segunda República, a figura de Besteiro estava diminuída pola presenza dos Reis Católicos, porém, ademais, o salom de sessons tinha mai centralista. "*Con todo é preciso recoñecer que o vello sistema unificador e centralizador da monarquía —infiltrado solerminamente no corpo recen nacido da República— non tivo máis remedio que pactar algunhas aspiracións contrarias, insobornables e invencibles. Así se abriron as portas da Constitución para iniciarse en Hespaña unha época renovadora. O centralismo quedou ameazado de morte pol-a virtude d-unhas verbas estampadas na Constitución*"⁶⁰.

Galiza cometeu um erro —segue dizendo Castelao em 1937— em nom organizar umha política própria e egoísta para defender os seus intereses e impor respeito às suas demandas. "*Por falla d-unha política galega abusou de nós a monarquía e tamén abusou a República*"⁶¹. Por um excesso de

(53) SG, p. 199.

(54) SG, p. 64.

(55) SG, p. 183.

(56) SG, p. 174.

(57) SG, p. 73. Esta ideia vai ser reiterada na conferência sobre «Federalismo espanhol» pronunciada na Universidade de La Habana, o 17 de dezembro de 1938. (MONTEAGUDO, HENRIQUE, *Castelao: Conferencias e Discursos*, Fundación Castelao, 1996, p. 181).

(58) SG, p. 75.

(59) SG, pp. 156-157.

(60) SG, p. 81.

(61) SG, p. 97.

generosidade aceitamos o sistema nivelador do ensino, "*coma nos tempos máis recuados da monarquía borbónica*"⁶². Foi esta também a que nos tempos da restauração criou o falso caciquismo, por necessidade vital sua e do centralismo, "*para disimular os xeitos antigos con aparencias de democracia parlamentaria*"⁶³.

Nas intervenções públicas de Castelaio durante a Guerra Civil e nomeadamente nos anos 1938-1939, também se contêm alusões referentes à monarquia espanhola, que tem como aliados os inimigos do povo: militarismo, clericalismo e feudalismo, que "*se sienten orgullosos de conservar en los pliegues de su carne los piojos de Felipe II y marchan hacia la muerte tras la camisa sucia de Isabel convertida otra vez en enseña de la Patria*"⁶⁴.

Numa conferência proferida no 17/12/1938 na Universidade de Havana fixo um tratamento histórico do tema monarquia-república, defendendo que desde que reináram em Espanha as dinastias dos Áustrias e dos Borbons, importadoras do cesarismo unitário e centralista, "*los españoles no podían sentirse identificados con la misión histórica de la monarquía porque la política asimilista de los reyes tenía por fin la doma y castro de la voluntad popular. Por esto la voluntad del pueblo opuso a los propósitos de la monarquía su fuerza mágica e invencible y la unidad española no llegó a ser más que una de tantas ficciones oficiales*"⁶⁵. Por conseguinte, a monarquia estrangeira que governou em Espanha tivo sempre um ideal centralista e unitarista, umha política opressora, "*encamiñada a matar, por asfisia, todo canto non fose castelán*"⁶⁶, política prosseguida nos nossos dias polos castelhanos. Porem isto mesmo aconteceu também com o republicanismo dos primeiros tempos, de origem francesa, respeitoso com os direitos individuais mas nom com os colectivos, que seriam acarretados polo federalismo, ao que adherirom os republicanos dos povos diferenciados, "*y desde entonces monarquía quiso decir «centralismo» y república quiso decir «descentralización»*."

Por tanto, aquellos republicanos que todavía defienden el sistema unitario y centralista parecen monárquicos disfrazados, o lo que es peor: viudos de la monarquía casados en segundas nupcias con la república"⁶⁷.

O republicanismo em Espanha naceu federal e ainda o foi no 73, por efeito dos princípios filosófico-políticos que sustentavam os seus iniciadores, em oposição ao despotismo monárquico. Na história do republicanismo sobressai Pi i Margall, que dizia que preferia umha monarquia

(62) SG, p. 110.

(63) SG, p. 114.

(64) «Fragmentos sobre a Guerra de España (1938-1939)», en MONTEAGUDO, HENRIQUE, *Castelaio: Conferencias e Discursos*, Fundación Castelaio, 1996, p. 157.

(65) CASTELAO, «Federalismo español», em VV.AA., *Castelaio, 1886-1950*, Ministerio de Cultura, Madrid, 1986, p. 25.

(66) SG, p. 293.

(67) CASTELAO, «Federalismo español», em VV.AA., *Castelaio*,...p. 25.

federal a umha república unitária, pois, segundo el, as repúblicas podem ser tam detestáveis como a monarquia, se nom asseguram sobre bases sólidas a liberdade e a autonomia dos grupos que constituem umha naçom. A república do 73 morreu porque conservou os moldes da monarquia, do unitarismo e do centralismo, ademais de ser um ensaio de anarquia, da qual o recorde nom propiciava novas revoltas libertárias, o qual facilitou a consolidaçom da monarquia da restauraçom⁶⁸. Quando a monarquia borbónica ruíu todos os republicanos históricos, incluído Lerroux, se declarárom pimargalianos porque sabiam que o unitarismo e o centralismo eram próprios dum regime autoritário e monárquico dentro do qual umha república ficaria desvirtuada nas suas essências. Mas a república do 14 de Abril nom se estruturou conforme a princípios federais, polo qual se pode dizer que esse dia nom veu a república, senom que caiu a monarquia, *"porque se pudrieron los soportes que la sostenían y nadie se atrevió a levantarla o a sostenerla"*⁶⁹. Frente à intransigência dos monárquicos e à tolerância dos republicanos, está a solidariedade que apregoam os federalistas como Castelaio, que considera que a república unitária prolongou a ficçom unitária que inventou a monarquia e nom se liquidou ao seu devido tempo o uniformismo monárquico. Os velhos republicanos, do seio dos quais sairia Antom Vilar Ponte e Lois Porteiro Gareia, ensuados no morrinhoso ambiente dos Concelhos municipais, ficárom ociosos e sem capacidade para ferirem a monarquia⁷⁰. Muitos republicanos — afirma em 1940 —, *"sentiron o derrubamento da monarquía, porque vivían exclusivamente para combatila"*⁷¹. Em concreto, os republicanos da Corunha eram *"pezas do xogo monárquico, que os enquistou i enervou para que endexa máis foran capaces de enviaren ás Cortes da monarquía un Diputado de filiación republicán"*⁷². Os republicanos nom tivérom aços para minarem o campo da monarquia nem ardimento para republicanizarem «Hespanha»⁷³. Em caso contrário, e se tivessem fé no advento da República e nom colaborassem com os monárquicos, os republicanos galegos tomariam a posiçom de Pi i Margall, *"que por ser catalán sumouse ao catalanismo"*⁷⁴. Contodo, — dirá em 1943 —, *"non se pode negar que o republicanismo galego era federalista e incompatible co herdo unitario da monarquía"*⁷⁵. Os valedores da República cometêrom o erro de nom fortalecer a governaçom civil para contrapô-la à militar, e *"deixaron a República sobor dos soportes en que se sostiña o despotismo monárquico"*⁷⁶. No que di respeito à língua, no arti-

(68) SG, p. 172.

(69) CASTELAO, «Federalismo español», em VV.AA, *Castelao*,... p. 29.

(70) SG, p. 172.

(71) SG, p. 197.

(72) SG, p. 173.

(73) SG, p. 174.

(74) SG, p. 175.

(75) SG, p. 327.

(76) SG, p. 212.

go 4º da Constituição do 31 sobrevivia a intransigência monárquica⁷⁷.

No 25/07/1942, *A Nosa Terra*, publica um artigo seu intitulado «A Liberdade», em que desenvolve a concepção risquiana, defendida em *Políteca do noso tempo*, de que a democracia em Espanha procede das democracias comunais das vilas e cidades da Idade Média com as suas autoridades elegíveis e as suas cartas de direitos⁷⁸. Segundo Castelao, os sistemas democráticos e liberais de governo em Hespanha som anteriores ao despotismo, e chamavam-se Pardo de Cela em Galiza, Padilha em Castela e Lanuza em Aragom. As liberdades de Espanha foram exercidas polos governos livres e representativos dos vários grupos institucionais. *"Foron liberdades coleitivas, pero capaces de daren liberdade aos homes e â súa concencia.*

O absolutismo violou as tradicións democráticas e liberaes para que todol-os asuntos foran dar ao despacho do Rei —única autoridade— e así vemos que un proceso absolutista, en esencia, non se diferencia do proceso unitario e centralis - ta, importado da veciña Franza"⁷⁹.

Em 1943, manifesta ter esperança em que depois de Franco se chegue a suprimir o regime unitário e centralista, pois é doado crer que Franco mate o regime unitário, como Primo de Rivera matou a monarquia⁸⁰. Esta monarquia dispunha dos estados como se fossem a sua quinta particular e só com a revolução francesa chegou a nação a protagonizar a história do próprio país. Os *"Estados europeos eran a resultante do dereito de conquis - ta ou do dereito de sucesión monárquica, e que sóio dispóis das guerras napoleó - nicas se sinteu, por primeira vez, o estremecimento das nacionalidades"*⁸¹.

Para Castelao a monarquia espanhola dos Áustrias e dos Borbons, veu romper a antiga tradição das liberdades dos povos hispanos, mas a República *"conservouse nos vellos moldes da monarquía e a orgaización unitaria da República orixinou, â súa vez, a orgaización unitaria do alzamento"*⁸², e, por isso, o republicanismo tampouco chega a colmar os anseios democráticos dos homes da península, sem dúvida por ser renitente a reconhecer as liberdades dos povos de «Hespanha». Fernando VII criou a divisom provincial, um sistema arbitrário e irracional⁸³, com umhas Deputaçons provinciais e uns Governos civis, dos que a *"nulidade e incapacidade eran pro - verbiais"*⁸⁴. *"No tempo da monarquía os Gobernadores eran uns homes vellos, esca - rolados e fracasados, que por seren amigos d-un Ministro e non serviren para nada*

(77) SG, p. 243.

(78) RISCO, VICENTE, *Políteca do noso tempo*, Akal, Madrid, 1981, p. 102.

(79) CASTELAO, «A liberdade», em *ANT*, nº. 426 (25/07/1942), p. 1.

(80) SG, p. 281.

(81) SG, p. 297.

(82) SG, p. 207.

(83) SG, p. 210.

(84) SG, p. 210.

mandábanos a rexir unha provincia; pero esixíanselles condicións que supoñían unha certa esperencia da cousa pública"⁸⁵. A Constitución de 1931, pola sua parte, responde aos "*moldes unitarios borbónicos*"⁸⁶.

A luta que levamos —di em 1943—, com os falangistas, requetés e monárquicos, fai preciso que nos asociemos com os restantes republicanos, em amálgama circunstancial, mas nom estamos dispostos a voltar à falsa democracia do 31, "*para «continuar a hestoria»*"⁸⁷. O absolutismo dos reis estrangeiros, avassalou as liberdades locais e corporativas, que representavam a sabedoria e a prudência de «Hespanha». Os povos de «Hespanha» exaltáron o poder real, entregando-se a reis absolutos para fugir do desbarajuste ao que os levarom os nobres, mas esta entrega ao centralismo só provocou pobreza e apoucamento. Por outro lado, o constitucionalismo que impugérom os liberais nom foi mais que umha grosseira mistificação da liberdade, umha tapadeira de métodos absolutistas⁸⁸. "*¡Que máis dá absolutismo que centralismo! ...A monarquía de dereito divino entregoulle os seus poderes a un Estado absoluto, rexido por homes de **clase media**, que en vez de iren ao povo imitaban a nobreza*"⁸⁹. Castelao nom só condena a monarquia absoluta, como também o republicanismo anarquista e o federalismo estado-unidense. "*Imperialismo católico, monarquía absoluta, despotismo ilustrado, constitucionalismo francés, liberalismo centralizador, republicanismo anarquista, federalismo estadounidense...; todo eso é palla morta. O período absorbente que vai da camisa suxa de Isabel I a camisa perfumada de Isabel II, deixounos unha Hespaña inconstituida e sen sentido común, inepta políticamente, pero capaz das máis tolas violencias*"⁹⁰. Discorre —neste ano de 1943— como se vivesse em vésperas dum novo período constituinte, afastado por um lado do legulegismo republicano e por outro do constitucionalismo monárquico⁹¹. Cita um texto de Azorín, que julga um canto à diversidade em Espanha e manifesta que coincide com a sua language, que seria condenada com sanha de inquisidores polos responsáveis da política espanhola, tanto monárquicos como republicanos⁹².

No 18/04/1943, no acto republicano celebrado em Montevideu, dixo que o republicanismo espanhol tem a obrigação de lutar contra "*el cesarismo unitario y centralista, importado en España por déspotas extranjeros, de los cuales sólo Franco merece ser representante; y que las instituciones republicanas habrán de ser verdaderamente españolas cuando sobre la cabeza de nues*"

(85) SG, p. 211.

(86) CASTELAO, «Verbas limiares» a *Co pensamento na patria galega*, em CPE, p. 56.

(87) SG, p. 254.

(88) SG, pp. 304-305.

(89) SG, p. 305.

(90) SG, p. 305.

(91) SG, p. 324.

(92) SG, p. 331.

*tros legisladores descienda el espíritu de don Francisco Pi i Margall*⁹³. No terceiro livro do *Sempre en Galiza*, escrito em 1943, repete noções já expostas no artigo «A liberdade», segundo as quais em Espanha, o sentimento de liberdade e de independência, não é produto da Revolução Francesa, mas —como já dixeram em Julho de 1942—, um eco distante das velhas tradições espanholas, que foram violadas pelo absolutismo, que consolidou o centralismo⁹⁴.

O 29/11/1943, em carta a José Antonio Aguirre, presidente do Governo basco, manifesta-lhe que considera irracional o que se diz sobre a restauração da monarquia em Espanha, porque *"con doce años de república ya se ha perdido el respeto a la realeza y sin ese respeto no hay monarquía posible"*⁹⁵. Só é possível achar o sossego que buscamos na democracia republicana, baseada na liberdade.

No mês de Outubro de 1944, num artigo publicado em *A Nosa Terra*, com o título «O problema ferroviário de Galiza», referido à marginalização em estruturas ferroviárias que sofre a nossa Terra, diz: *"Calquera comprende, dispois do que relatamos, que o centralismo, sexa monárquico ou republicán, liberal ou despótico, non romperá endexamais o bloqueo comercial dos portos galegos e, por ende, a preterición de Galiza"*⁹⁶.

Conhecidos os acordos do Governo basco presidido por José Antonio Aguirre, reunido em Nova Iorque o 2/03/1945, em que ratificou o programa do Governo de Euskadi aprovado em Gernika em Outubro de 1936 e ampliado em Paris em Maio de 1940, o Conselho de Galiza, presidido por Castelao, celebrou uma reunião em Montevideo no 19 de Abril de 1945, em que mostra a sua compenetração com o Governo basco e as Forças Organizadas de Catalunha e convida as agrupações e personalidades republicanas no exílio a depor as suas diferenças, pois as forças do interior reclamam a união dos exiliados. *"Las bases de unión fijadas por las fuerzas del interior, son las siguientes:*

1.º *Recuperación del orden republicano, y simultáneamente establecimiento de las autonomías de Euzcadi, Cataluña y Galicia.*

2.º *Compromiso formal para la implantación de una República Federal...*

*El Consejo de Galicia, ante la dictadura de Franco y la Falange y ante las pretensiones monárquicas que ahora se agitan, reafirma una vez más su inquebrantable fe republicana y democrática*⁹⁷.

Na cidade de Montevideo, Galeuzca de Montevideo, celebrou em 1945 um acto comemorativo do 8º ano do martírio de Guernica, cidade bom-

(93) «O grandeiro Aito Republicán de Montevideo Fixose Baixo o Sino Federal», em *ANT*, nº. 428 (25/07/1943), p. 6.

(94) *SG*, p. 258.

(95) Carta de Castelao a José Antonio Aguirre de 29/11/1943, em *CA*, p. 20.

(96) CASTELAO, «O problema ferroviário de Galiza», em *ANT*, nº. 431 (00/10/1944), p. 5.

(97) *Crónicas. Castelao y los vascos*, Ikatz ekintza, Bilbao, 1985, p. 246.

bardeada intensamente polas tropas nazis o 26/04/1937, ao que assistiu, por parte galega, unha delegación de Galeuzca de Buenos Aires representada por Castelao, que tamén pronunciou un discurso, ao igual que Vicente de Amézaga, presidente da agrupación uruguaia de Galeuzca, o deputado vasco José María de Lasarte e Francisco Bergós Ribalta em nome da colectividade catalá. Nel Castelao, despois de sinalar como culpados da masacre os alemáns en conivencia con os franquistas e de subliñar que Gernika con a súa árbore lendaria simbolizou através dos séculos a liberdade e a santa democracia, que as súas árbores velha e nova son símbolos respectivamente das velhas e da nova liberdade que dentro de pouco desfrutará o pobo basco e todos os povos de España⁹⁸, afirmou que dizer *"que Galeuzca es una organización ilícita por separatista vale tanto como defender la forma absoluta y totalitaria de la Monarquía regida por los Austrias o condenar la esencia originaria del republicanismo español que ha nacido federal y sólo como federal podrá consolidarse"*⁹⁹.

No día 30 de Junho celebrou-se un comicio no Ateneu de Montevideo, em que fixo a súa presentación pública o Consello de Galiza, e no qual proferíron discursos o presidente da Casa de Galiza em Montevideo, Sr. Luna; o Dr. Guisande e os deputados Alonso Ríos e Castelao. Este, num importante discurso, dixo que o home nom é um ser abstracto, senom um ser concreto enraizado numha realidade nacional. *"Ahora bien: la libertad sólo es posible en la democracia, y es por eso que nosotros somos partidarios decididos de la democracia. Pero en España, además, la democracia sólo es viable dentro del sistema republicano, y es por eso que nosotros somos partidarios incondicionales de la República; pero la República tiene la obligación de resolver el problema de la verdadera libertad para todos los españoles, y esta libertad de todos los españoles sería falsa y engañosa si los gallegos no fuésemos libres, o los vascos y catalanes no fuesen libres. Y la República no tiene más que una manera de garantizar esta libertad de todos los españoles y es uniendo a los pueblos diferenciados dentro de un Estado armónico, en el cual estos pueblos tengan la misma intervención y dentro de cuyo Estado el hombre se sienta protegido y satisfecho con su ley, que en España ha de ser varia, como son varias sus realidades nacionales"*¹⁰⁰. Pi i Margall afirmou que preferia umha monarquia federal a umha República unitária, mas *"nosotros no decimos lo mismo porque creemos que una monarquía española jamás sería federal y siempre sería más intolerante y más intransigente que cualquier República"*¹⁰¹.

Nesse acto, Castelao critica duramente a discórdia dos repúblicos espanhóis, especialmente, aínda que sem citá-los polo seu nome, a que

(98) ESTÉVEZ, XOSÉ, *Impenitencias ...*, p. 122. Cf. tamén CASTELAO, «El martirio de Guernica», em *CPE*, p. 96.

(99) *Crónicas. Castelao y los vascos*, Ikatz ekintza, Bilbao, 1985, p. 251, e *ANT*, n.º 437 (00/04/1945), p. 5. Cf. tamén CASTELAO, «El martirio de Guernica», em *CPE*, p. 96.

(100) «O presidente do Consello de Galiza Alfonso R. Castelao fixa a posición política do galeguismo n-iste intre hestórico. Discurso no Ateneo de Montevideo», em *ANT*, n.º 440 (00/07/1945), p. 11.

(101) CASTELAO, «La posición ideológica de Galicia», em *CPE*, p. 115.

sustentam Indalecio Prieto e Negrín, numha guerra de injúrias que só pode beneficiar a Franco "y a los monárquicos en acecho"¹⁰². Se nom se cria umha soluçom republicana solvente e responsável e, por deficiências orgánicas do republicanismo espanhol, se figer possível a restauraçom monárquica em Espanha, deixando latente a guerra civil e estéril toda esperança renovadora, os republicanos exiliados assumiriam umha grande responsabilidade ante os espanhóis do interior¹⁰³.

Aguirre responde a umha missiva da Pasionária com data 21/12/1945, por mediaçom de Leizaola, propondo como soluçom a ampliaçom do Governo sem exclusom de nengumha força pola esquerda e pola direita, em vez do Governo de coaligaçom nacional proposto polos comunistas¹⁰⁴. Castelao, já conhecedor da posiçom de Aguirre, responde-lhe a Dolores Ibarruri com data 9/01/1946, desautorizando a ideia do plebiscito, "...y menos para dilucidar si España es monárquica o republicana. Esa no fue la cuestión que originó la guerra civil y de haberlo sido, ya quedó bien dilucidada con solo ver que Franco no se atrevió a restaurar la monarquía"¹⁰⁵.

No 15/01/1946 responde-lhe a Pi i Sunyer, presidente do Consell Nacional de Catalunya, aclarando-lhe que Galeuzca nom funcionou na tramitaçom da crise, ao formar-se o Governo Giral, pois sob pretexto dumha cautela desnecessária, desprezou-se a oportunidade de fazer valer a força política do galeguismo, tal vez decisiva, frente ao desarranjo dos demais grupos. Só na solidariedade de cataláns, bascos e galegos reside a garantia, já de por si relativa, das nossas futuras liberdades. Mas "yo veo que siempre cedemos a las exigencias de los centralistas nosotros, los iguales, para crear una acción salvadora. Por cautela o complejo de inferioridad soportamos cualquier disparate, como el consustanciar la Constitución con la República, siendo ésta anterior y superior, ocultando que nuestro verdadero ideal está en una Confederación de Repúblicas hispanas o ibéricas y no en el régimen de estatutos"¹⁰⁶. Manifesta que se se opom à componenda monárquico-republicana nom o fai só por puro republicanismo ou esquerdismo demagógico, mas por defender o interesse nacional de Galiza, Catalunha e Euskadi, "pues cualquier convenio que se celebre con las fuerzas del otro lado, incluso las que ahora se dió en llamar «neutras», sólo nos conduciría a una simulación democrática, para consolidar el totalitarismo de Franco"¹⁰⁷.

O 28/06/1946 celebrou-se um grande comício no Centro Asturiano, patrocinado pola Federaçom de Sociedades Galegas, os Centros ouren-

(102) CASTELAO, «La posición ideológica de Galicia», em CPE, p. 117.

(103) CASTELAO, «La posición ideológica de Galicia», em CPE, pp. 117-118.

(104) «Telegrama del Presidente Aguirre a Jesús de Leizaola», em ANT, nº. 444 (00/01/1946), p. 5. Cf. tamém Crónicas. ..., pp. 373-375.

(105) Contestación de Castelao a «La Pasionaria», em ANT, nº. 444 (00/01/1946), p. 4.

(106) ESTÉVEZ, XOSÉ, *Antología del Galeuzca en el exilio (1939-1960)*, Nova Galicia Edicións, Carlos del Pulgar, Vigo, 1994, p. 245.

(107) ESTÉVEZ, XOSÉ, *Antología* ..., p. 245.

sán, lucense, pontevedrés e corunhês, e o Centro Galego de Avelhaneda, em comemoração do décimo aniversário do plebiscito estatutário, com assistência dumha grande multitude de gente, com a presença do ministro da República, Castelao; os demais membros do Conselho de Galiza; o Dr. Aldasoro, basco; o Dr. Serra Moret, catalán; os delegados das entidades galegas de Rosário, Mendoza, La Plata e do Uruguai e as autoridades das entidades organizadoras e aderentes ao acto. Pronunciáron discursos o Presidente do Comité organizador, D. Antom Alonso Pérez; o Dr. Núnhez Bua; o Dr. Ramon M. Aldasoro, polos bascos, que negou que fossem separatistas; o Dr. Serra Moret, polos cataláns, que afirmou que o que importa é que as pátrias sejam livres e fagam os seus próprios destinos; José B. Abreira, membro da Comissão organizadora, e logo «o grande líder Castelao». «*A nosa Patria —dixo— é completa, é perfeita; non é grande nin pequena, é como o sentimento que dela temos no corazón*». «*Miña patria Galicia, meu estado Hespaña*»¹⁰⁸. Acrescentou que hai que buscar umha solução política para Espanha, falou da pretendida imoralidade de consultar o povo sobre o que este quer e dixo que o problema de Espanha é um problema de democracia e de liberdade. A monarquia nom pode dar a autonomia mas si a República, desde que seja democrática.

Em 1947 dirá Castelao que é dificultoso converter o centralismo em federalismo, mas tam esencial como «*pasar do absolutismo ao constitucionalismo, da monarquía á república, da opresión á liberdade*»¹⁰⁹. A monarquia sempre se opujo aos movimentos autonomistas de Espanha¹¹⁰, mas também fôrom mal compreendidos pola República¹¹¹.

No 21/01/1947, Castelao fijo, no Conselho de Ministros, umha árdua defesa do Governo presidido por Giral, nesse momento ameaçado de continuidade, defesa em que quedou só apesar de que —dirá máis tarde—, tinha toda a razão¹¹². Lamenta que nom se pudesse ter chegado a umha união pactada e sentida de todos os elementos republicanos em base a: «*primero derribar a Franco y después establecer en España una democracia republicana*»¹¹³. Crítica, em referência a Prieto, os que se burlam da legitimidade do Governo e se atrevem a declarar caducas todas as instituições republicanas, desejando que este Governo se suicide para que poda ressuscitar a Junta Espanhola de Libertação. Considera que se comete um gravíssimo erro para com o Governo com umha crise, justo quando acaba de conseguir um grande êxito na ONU e obteve o reconhecimento diplomático de vários países, e o maior de todos: «*el reconoci -*

(108) «A colectividade de Boa Aires celebra o 10 aniversario do plebiscito. Acto do centro Asturiano», em ANT, n.º. 448 (00/06/1946), p. 4.

(109) SG, p. 460.

(110) SG, p. 211.

(111) SG, p. 473.

(112) Carta a Manuel de Irujo, em Castelao, CA, p. 47.

(113) «Galiza asume a defensa da República», em ANT, n.º. 455 (00/04/1947), p. 4.

miento que hizo Franco desde los balcones del Palacio de Oriente, ante una muchedumbre de fanáticos"¹¹⁴. Considera que a queda do Governo pode trazer males irremediáveis e declara que para el este Governo é sagrado. Umha crise, posicionada nestes momentos, nom só serviria para reavivar no exílio as discórdias senom que nom fariamos honra aos reconhecimentos diplomáticos que temos solicitado e obtido. Este governo deve durar até que se implante em Espanha umha democracia republicana, evitando que, despois da queda de Franco, se implante em Espanha umha política pseudodemocrática, monárquica, monarquizante, reaccionária ou impopular. A queda do Governo vai propiciar, segundo Castelao, que se produza o derrubo da fé dos republicanos exiliados e que muitos comecem a repatriar-se, perdendo a vergonha que antes tinham de entrar num consulado espanhol. *"A muchos emigrados les oía decir: «Quiero ir allá, pero mientras no se restablezca la República no debo hacerlo»; pero ahora van, y vienen a despedirse de mi, ofreciéndoseme a llevar alguna carta, en cargo o lo que sea*"¹¹⁵.

Em Outubro de 1947, Prieto e Gil Robles reúnem-se em Londres com objecto de lograr um acordo de socialistas e monárquicos com objecto de derrubar Franco.

Em carta a Manuel de Irujo de 6/10/1947, declara-lhe que considera que a política monarquizante fracassou em Espanha ao igual que, despois do referendo franquista, a ideia claudicante dum plebiscito para dilucidar se Espanha é monárquica ou republicana. *"Ahora sólo queda en pie la idea norteamericana, expuesta por Hayes, contra el restablecimiento de la República y contra la restauración de la Monarquía, pues para sus planes sólo le conviene la continuación de Franco mediante cualquier promesa de evolución hacia el régimen democrático"*¹¹⁶. Num arrouto de decepção manifesta-lhe que se terminou a complacência do galeguismo militante. *"Y las Cortes nos parecen tan deleznable como los partidos políticos, los prohombres de la República o de la Monarquía y toda la España gitana, fenicia, ibérica y berebere, que todo tiene menos europea y limpia"*¹¹⁷.

Em Junho de 1948, a colectividade galega celebrou, como nos anos anteriores, o aniversário do plebiscito de Autonomia de Galiza, e este ano fixo-o reunindo umha magna assembleia, organizada pola Federação de Sociedades Galegas, os Centros provinciais da Corunha, Lugo, Ourense e Ponte Vedra, o Centro de Betanços, a Sociedade A.B.C de Corcubiom e a Irmandade Galega. A comemoração consistiu num banquete que tivo lugar no salom da Federação de Sociedades Galegas, ao que assistiu o *"máis seleito da nosa colectividade e a destacadas persoalidades vascas e catala -*

(114) «Galiza asume a defensa da República», em ANT, nº. 455 (00/04/1947), p. 4.

(115) Carta a Manuel de Irujo, em CA, p. 48.

(116) Carta de Castelao a Manuel de Irujo, em CA, p. 44.

(117) Carta de Castelao a Manuel de Irujo de 6/10/1947, em CA, p. 49.

nas"¹¹⁸, arredor de mil pessoas que enchiam o local. Presidiam Castelaio com a sua dona, Antom Alonso Ríos e Elpidio Vilhaverde, as delegaçõs de Euskadi e Catalunya presididas polos Drs. Basterrechea e Pelaio Salas, Maruja Boga, os representantes da Comissom organizadora, presidida polo Sr. Ucha e os representantes da imprensa galega e argentina, especialmente convidados. Enviárom a sua adessom grande número de entidades galegas da América. Pronunciárom discursos, D. Manuel Ucha, presidente da Comissom organizadora, que dixo que o galeguismo nom é património de nengum partido político, "*é un vello e vasto movemento espiritual, que involucra todo un rimeiro de problemas políticos, económicos, lingüísticos, culturales, sociales, etc.*"¹¹⁹, e a «esgrévia figura galega», Castelaio, que dixo que o discurso que devia pronunciar está contido de forma sintética mas completa no preámbulo do Estatuto de Galiza, que acaba de ser distribuído entre a concorrência, recomendando a sua leitura porque nel están compendiados os factos básicos que fundam o direito de Galiza à autonomia¹²⁰. Acrescentou que el "*é un home de todol-os partidos, un patrio - ta galego e republicán «inatacabel pol-os ácidos e infusibel ao soplete»... todo canto nós fagamos ten que ser a base de republicanismo; coa monarquía, nada; os nosos anceios esperan a terceira república. ... Hai quen está desexando a restauración da monarquía, pero nós non aceptamos máis réxime que a república. ... «Abrácese Prieto con Xil Robles ou pase o que se queira, a Monarquía na Hespaña non se podería restabrecer. ¡Pobre de quen faga a restauración!»*"¹²¹. A seguir, afirma que na terceira república os galegos tomaremos a iniciativa para implantar a República Federal e incita todos os galegos que se juntem numha estreita irmandade, «que nom seja um partido —recalca—, mas um movimento patriótico»¹²².

No 25/08/1948 tem lugar a entrevista entre Franco e Dom João para tratar da formaçom de João Carlos, e no 30/08/1948 assina-se o «Acordo de Sam João de Luz» entre socialistas, representados por Prieto, e monárquicos, representados polo Conde dos Andes. Este pacto, de 8 pontos, deixa a organizaçom política definitiva de Espanha para umha consulta à «naçom»¹²³.

Este pacto entre socialistas e monárquicos era mal visto por Castelaio, que o qualificará de «contubérnio».

Em carta ao seu curmám Ramom Somoça de 20/09/1948, reconhece que as relaçõs com os governos basco e catalám están em crise, que el explica dum modo distinto a Ramom Pinheiro, que considerava que o Conselho de Galiza nom cabia no esquema desenhado polos americanos

(118) «Commemoración do 12º Aniversario do Plebiscito Galego», em ANT, nº. 462 (00/06/1948), p. 4.

(119) «Commemoración do 12º Aniversario do Plebiscito Galego», em ANT, nº. 462 (00/06/1948), p. 4.

(120) Publicado em ANT, nº. 462 (00/06/1948), pp. 1, 6 e 7.

(121) «Commemoración do 12º Aniversario do Plebiscito Galego», em ANT, nº. 462 (00/06/1948), p. 5.

(122) «Commemoración do 12º Aniversario do Plebiscito Galego», em ANT, nº. 462 (00/06/1948), p. 5.

(123) SUEIRO, DANIEL e DÍAZ NOSTY, B., *Historia...*, T. I, p. 260.

para depois da guerra, que incluía a recuperaçom das instituicoms republicanas e o abandono da ideia da República confederal ibérica, o que motivaria a rejeicòm de Pi i Sunyer a formar um governo catalám e a assinar o Pacto Galeuzca. Castelao explica que esta crise se deve a que Galeuzca nom é do agrado dos socialistas, agora integrados no Governo basco, que consideram os galeguistas um lastre em Galeuzca por nom ter-se promulgado o seu estatuto de autonomia, e ademais em que pujérom as suas esperanças no convénio ou contubérnio monárquico-republicano de Prieto. "*Calisquera pacto tripartito -vasco, catalán e galego- non consentiría o libre xogo que veñen realizando os nosos amigos, a favor do direi -to que lle foi recoñecido, e resultábelles máis cómodo prescindir de nós, que somos a parte aínda non recoñecida. A hestoria de Galeuzca no desterro puxo en evidencia o egoísmo dos vascos e cataláns, que xogan á política de posibilidades anque presuman de gran pureza nacionalista*"¹²⁴.

Em Novembro de 1948 insere *A Nosa Terra* o discurso que Castelao pronunciou com motivo do XXVII aniversário da criaçom da Federaçom das Sociedades Galegas, em que louva o seu liberalismo que a levou a abraçar a causa republicana, quando a monarquia estava em pé e sustida por um respeito tradicional. Hoje o republicanismo já nom é privativo da Federaçom mas foi ela a que republicanizou a nossa colectividade, que é hoje o melhor puntal da causa republicana. "*E que todos seipan que para nós hai duas verbas sagras: República e Galiza*"¹²⁵.

Em Junho de 1949, por motivo do 13º aniversário, Castelao, já vítima dumha dor física, produzida polo cancro que o tem prostrado no leito desde Março, que nom lhe permite coordenar bem as ideias, dirigiu umha mensagem aos galegos de Buenos Aires em que promete falar dos acaecimentos que padece a colectividade galega, "*pois estou no segredo das maniobras, e coñezo ben aos alacráns que as dirixen. O ataque vai contra o galeguismo orgaizado da nosa coleitividade i en beneficio dos franquistas e monárquicos. ...é un ataque dirixido principalmente contra o republicanismo. ...Velahí por qué eu, no día de hoxe, denuncio como traidores a cantos sementan a discordia na nosa coleitividade, inxuriando e calumniando ao galeguismo, co único obxeto de servir aos enemigos da República democrática e liberal*"¹²⁶. Termina sublinhando a importância do galeguismo organizado nom só para defender os interesses de Galiza, como também as essências do republicanismo, "*que non poden ser outras que a democracia e a liberdade*"¹²⁷.

(124) Carta de Castelao a Ramon Somoza de 20/09/1948, em CA, p. 54.

(125) «Eloxo da Federación de Sociedades Galegas», em ANT, nº. 465 (00/11/1948), p. 1.(126) «Mensaxe do Presidente do Consello de Galiza D. Alfonso R. Castelao», em ANT, nº. 469 (00/06/1949), p. 1.

(127) «Mensaxe do Presidente do Consello de Galiza D. Alfonso R. Castelao», em ANT, nº. 469 (00/06/1949), p. 1.

d) VALORIZAÇÃO DOS DIVERSOS REIS ESPANHÓIS

Os suevos criaram a primeira monarquia católica de Espanha¹²⁸, e, por conseguinte, Galiza foi a primeira monarquia espanhola¹²⁹, mas antes de ser estado já foi nação e antes de ser monarquia já foi república, porque *"Galiza nunca foi prédio de Reis porque dende tempos inmemoriaes estaba en poder dos seus fillos"*¹³⁰, e *"denantes de eisistiren estas xerarquías xa os galegos cobrían a súa terra en amorosa posesión, e practicaban o principio que en 1931 recolleu o programa galeguista: «A terra para o Traballo; o traballo para a Terra»"*¹³¹. Leovigildo seria quem despojou do seu trono ao derradeiro rei de Galiza, e, mais tarde, o rei Garcia morreu encarcerado por seu irmão Alfonso VI, mas a incorporação de Galiza ao reino godo foi só eclesiástica. *"O derradeiro rei de Suevia foi despojado por Leovigildo e rematou a súa vida no servizo da Eirexa, como dispóis o rei García de Galiza había de morrer aprehendido no castelo de seu irmán Alfonso VI (tal é sempre a infelicidade política do noso país); pero a incorporación de Galiza ao reino godo de Toledo foi meramente eclesiástica. Conservou o esquema de Estado e non se alteraron as demarcacións da propiedade rústica"*¹³². Alfonso VI seria quem dividiria Galiza em dois condados¹³³, atribuídos a Raimundo e a Henrique de Borgonha, casados respectivamente com Urraca e Tereija¹³⁴. O imperador Alfonso VII é apresentado em "Alba de glória" na comitiva dos imortais galegos *"con cetro na destra, espada na sinistra e coroa de ouro e pedrerías nas sens"*¹³⁵. Alfonso IX, escreveu, ao igual que Alfonso X, seu neto, e outros engenhos castelhanos, em galego¹³⁶, e tanto Alfonso IX, como o seu filho Fernando III e o seu neto Alfonso X, educáram-se em Galiza¹³⁷. Alfonso X, avô de Dom Dinis de Portugal, foi o compositor das *Cantigas*. Do reinado de Alfonso XI provém a anomalia da falta de representação de Galiza em Cortes, *"nas que falaba Zamora por nós e sen o noso consentimento"*¹³⁸, por ter limitado este monarca, nas Cortes de Alcalá de 1348, a dezassete o número de deputados. Com Juan II começaram os reis a fomentar o espírito popular, organizando Irmandades de vilãos, com a finalidade de mermar o poder dos nobres e acrescentar o próprio. Durante o seu reinado, tem lugar, em 1431, a primeira revolução irmandinha¹³⁹, capitaneada por Roi Xordo que seria sufocada pelas tropas reais e episcopais. A política dema-

(128) SG, pp. 36, 375.

(129) SG, p. 273.

(130) «Xeiras de Galeguidade», em *ANT*, nº. 426 (25/07/1942).

(131) SG, p. 274.

(132) SG, p. 263.

(133) SG, p. 335.

(134) SG, p. 224.

(135) SG, p. 429.

(136) SG, p. 51.

(137) SG, p. 350.

(138) SG, p. 378.

(139) SG, p. 368.

gógica de Juan II seria continuada por Henrique IV e depois por Isabel I. "*Os reinados de Juan II i Enrique IV decorrerón para Galiza n-un espantoso desconcerto, no que se malgastou a enerxía acumulada en séculos de paz e con fianza*"¹⁴⁰. No reinado de Enrique IV estalou, em 1467, a segunda sublevação dos irmandinhos, capitaneada por fidalgos, em que a "*xente das vilas e cibdades libres confradouse cos campesiños para formaren un grande exército e abateren os Señoríos*"¹⁴¹.

O testamento de Isabel a Católica, da qual o culto sobrevive na consciência de muitos homes¹⁴², foi unionista e nom uniformista¹⁴³, pois nel nom existe o afâm de unificar politicamente Espanha; nom revela umha unidade de Estado e muito menos de nação. Castela e Leom eram a metrópole dum império em que Galiza nom era serva de Castela senom que figurava como um membro aderido, "*como pode selo agora calquera Estado libre da Comunidade Británica. A Coroa de Castela non tiña máis atribucións das que Felipe II ostentou máis tarde sobor de Portugal, cando ante as Cortes de Tomar, en 1583, xurou «gardar os foros e costumes da nación portuguesa, e que o seu goberno, administración i economía marcharían separados do resto das de Hespaña»*". Galiza, pol-o tanto, seguía en liberdade, existindo de por si, e con máis categoría que o Señorío de Vizcaya ou o Condado de Barcelona, posto que era un Reino"¹⁴⁴. Isabel nom era rainha de «Hespanha», mas dos diversos reinos particulares, por mais que nunca houvesse umha «Hespanha» mais grande e mais verdadeira. Considerava perigoso que os seus sucessores violassem a liberdade dos povos de «Hespanha», em que cada reino tem leis, foros, direitos, usos e costumes próprios e diferentes e goberno próprio, que deve ser ostentado polos seus naturais. Os espanhóis nom "*ven que os nosos anceios autonomistas caben folgadamente nos preceptos da Carta testamentaria de Isabel, establecendo só a relixión católica como base común, como pensamento unificador*"¹⁴⁵. Ainda que passam por ser os forjadores da unidade espanhola, Fernando casou em segundas núpcias para dar-lhe um descendente a Aragom e só á "*esterilidade da segunda muller de Fernando se debe a soldadura de Castela e Aragón*"¹⁴⁶. Um jeito de actualizar a sabedoria de Isabel, seria a instauração, nos nossos dias, dumha República federal¹⁴⁷. "*Nós atopamos no testamento de Isabel algo que debe ser respetado e que pode ser cumprido. Somos federalistas e non esnaquiza - dores da realidade hespañola, i en acatamento dos feitos que o tempo creou, xa non discutimos que a Capital de Hespaña estea no Centro ou que a lingua do Estado sexa o idioma de Castela. O que negamos é o Estado unitario e centralis -*

(140) SG, p. 371.

(141) SG, p. 370.

(142) SG, p. 65.

(143) SG, p. 23.

(144) SG, p. 310.

(145) SG, pp. 311-312.

(146) SG, pp. 313.

ta, sen porvir de xusticia nin asomos de normalidade, cuio poder sóio se presenta aos hespañoes en figura de guarda-civil ou de recaudador de contribucións"¹⁴⁸. Os Reis Católicos nom logrârom a unidade espanhola¹⁴⁹, só a começârom, e seria levada a cabo por Felipe II¹⁵⁰.

Contodo, do Estado de feitura isabelina, provén a decadência de Galiza. O período que vai de Isabel I a Felipe IV é de escravatura política¹⁵¹. O Estado espanhol, que enarvora como insígnia a camisa suja de Isabel, produziu a miséria moral e material da nosa terra¹⁵². Galiza foi "vencida e asoballada polos Reis Católicos"¹⁵³. Nom se pode negar que os Reis Católicos "venceron e aferrollaron a Galiza, e que a política centralizadora produxo un esvaimento da nosa persoalidade, reducindo a nosa língoa culta a unha língoa rústica, pero apta para calquera renascencia cultural"¹⁵⁴. O catolicismo castelhano leva a impronta de Isabel e Fernando, um catolicismo exclusivista, que se aproveita do catolicismo enquanto fomenta o seu egoísmo e orgulho. "O catolicismo de Castela non é ecuménico, senón esclusivo. Os casteláns son católicos ao xeito de Isabel e Fernando, que nomeaban Bispos e Diñidades, que anulaban bulas e decretos pontificios e que se convertiran en xueces supremos de toda causa canónica"¹⁵⁵. A paulinha dos Reis Católicos contra nós foi umha consigna de Estado, produto do maquiavelismo castelán¹⁵⁶, e "unha de dúas: ou nós tronzamos a pauliña dos **Reis Católicos** ou non somos diños de chamarnos galegos; é decir, ou impomos o respecto que se nos debe ou nos declaramos merecedores de todo canto se dixo contra nós"¹⁵⁷. É falso que os Reis Católicos abatessem a tirania dos senhores para buscarem o sossego e bem-estar da plebe, porque a paz só pode provir dos caminhos da liberdade¹⁵⁸. A morte de Henrique IV, os nobres galegos levantárom-se, se bem o figérom em defesa dos seus foros¹⁵⁹, contra Isabel, a *Usurpadora*¹⁶⁰, apoiada polo Conde de Lemos e a cidade de Santiago¹⁶¹, e em prol dos direitos de Dona Joana, a *Beltraneja*¹⁶², a quem Isabel lhe usurpara a coroa valendo-se da intriga e da mentira¹⁶³, respondendo os Reis Católicos a estes actos de rebeldia com a "doma e castración do reino de Galiza"¹⁶⁴, por tropas cas-

(147) SG, p. 313.

(148) SG, p. 314.

(149) SG, p. 283.

(150) SG, p. 314.

(151) SG, p. 407.

(152) SG, p. 133.

(153) SG, p. 102. Cf. também p. 259.

(154) SG, p. 67.

(155) SG, p. 193.

(156) SG, p. 372.

(157) SG, p. 240.

(158) SG, p. 372.

(159) SG, p. 37.

(160) SG, pp. 371, 240, 309.

(161) SG, p. 372.

(162) SG, p. 240. Cf. também p. 372.

(163) SG, p. 309.

(164) SG, p. 371.

telhanas lideradas por Ladrom de Guevara, que acabaria com o poder senhorial com a decapitação de Pardo de Cela o 17 de Dezembro de 1483. A partir dessa «doma e castração», a língua galega ficou proibida na Administração, nos Tribunais, no ensino, e a Igreja mesma evitou que nós, os galegos, rezássemos na nossa própria língua¹⁶⁵. Como resultado dessa repressão, Galiza ficou incorporada à Coroa de Castela, nom como um reino qualquer, mas "*sometida a un réxime de colonia conquistada e indi - ña de exercer dereitos políticos. Os Reis Católicos domaron a nobreza e castra - ron ao povo para trocaren deste xeito unha forza de touros en forza de bois*"¹⁶⁶. Nomearam Presidente e Governador do reino de Galiza ao Conde de Alba de Liste, um Vice-Rei com poderes absolutos, tratando "*a Galiza e ao noso povo pior que às Indias e aos índios*"¹⁶⁷; enviaram a Galiza dous magistrados que "*«con ajusticiar al Mariscal Pardo de Cela y otros hidalgos» deixa - ron a autoridade real no seu punto*"¹⁶⁸, criaram em 1480 a Audiência de Galiza "*«para gobernar e mantener nuestros pueblos en toda quie tud»*"¹⁶⁹, encomendando-lhe a pacificação do nosso país aos juizes Fernando de Acunha e López de Chinchilha. Os Reis Católicos "*apagaron os incendios i ensumiron a Galiza nunha noite de séculos, que algúns cronistas chaman de paz e sosego*"¹⁷⁰, "*tronzaron a nosa gran revolución, a que, co benestar social, nos daría indepen - dencia política*"¹⁷¹. Mais ruim que o império político foi o império religioso polo que ficamos submetidos espiritual e disciplinariamente a Valhadolid. "*A catolicidade de Isabel foi a ganzúa con que Castela entrou a furto en Galiza, sometendo a nosa Eirexa à súa tutela e impóndonos, dende o altar, a lingua, a cultura, a intransixencia e o fanatismo dos casteláns*"¹⁷². Ainda que a rainha Isabel estabelecera no seu testamento que os cargos eclesiásticos deveriam ser para naturais do reino, "*Fernando e Isabel conculcaron arreo esta manda*"¹⁷³.

Os Reis Católicos —falsificadores de Bulas apostólicas—¹⁷⁴, aferrolhárom Galiza servindo-se de artimanhas inobres. Levárom para Castela todo quanto significava riqueza, valimento e poderio. Ordenárom que os grandes senhores de Galiza fossem levados a Castela sob pena de morte, com o qual se iniciou a desventura de Galiza. "*a desventura de Galiza iniciouse co ausentismo dos grandes señores, imposto pol-os Reis Católicos para engrosasen a grandeza de Castela e, de paso, eliminaren as nosas arelas de inde -*

(165) CASTELAO, OTERO PEDRAYO, SUÁREZ PICALLO, VILLAR PONTE, *Discursos* ..., p. 16.

(166) SG, p. 373.

(167) SG, p. 374.

(168) SG, p. 374.

(169) SG, p. 374.

(170) SG, p. 375.

(171) SG, p. 375.

(172) SG, p. 375.

(173) SG, p. 376.

(174) SG, p. 378.

pendencia. A súa política arteira e maquiavélica, levounos a ensalzar aos nobres galegos cando se trataba de aproveitálos para combater en Granada"¹⁷⁵. O "deste - rro dos grandes aristócratas galegos foi un acto alevoso propio dos **Reis Católicos**, que así decapitaban a unha nación sen que a mesma nación se ente - rase, burlando ao mesmo tempo o xuicio da hestoria"¹⁷⁶. Di-se que a política dos **Reis Católicos**, com as suas intrigas, deslealdades, a sua carência de escrú - pulos, a sua habilidade para conseguir os objectivos da sua retorcida polí - tica, foi a que inspirou as cínicas teorias de Maquiavelo. Afundarom o divórcio do povo com os seus aristocratas, apuntalárom a estrutura feu - dal do nosso país, decretárom o absentismo dos senhores galegos, impu - gérom a lei do «pau e tente teso» para que a paz fosse a que convinha a Castela, confiscárom a voz e o voto de Galiza em Cortes, e "para que en Galiza non poidera xurdir unha **élite** natural, capaz de substituir a nobreza do sangue, cegaron as fontes patrimoniaes do noso espírito e da nosa cultura, some - téndonos á reitoría moral de Castela"¹⁷⁷. Umha vez submetidos os nobres galegos, os **Reis Católicos** procurárom contenta-los para procurar a sua adesom para utilizá-los nas empresas do império. "Ocorreu que os monar - cas casteláns, en vez de premiaren ao povo galego, pol- os **servicios** que lles pres - tara, «reavivaron a condición feudal con que viña constituída a propiedade», trocando deste xeito a precaria tiranía dos señores en perdurable e irreprimible tiranía do Estado. E n-esto consistiu a verdadeira **doma** de Galiza"¹⁷⁸. A justiça de Castela declarou caducados umha grande quantidade de foros, devolvendo-os aos donos de domínio directo, que despojárom os míseros labregos ou lhes impugérom um cánom tam subido que fazia impossível o traba-lho da terra. "Se os **Reis Católicos** liberaran ao povo galego do seño - río feudal, xa que decretaran a súa doma, ou se Galiza poidera seguir rexíndose por propias leis, usos e costumes, é seguro que o noso campesiño daría o proto - tipo da xusticia social que en Hespaña se necesita, en vez de ser unha vítima constante dos usos, costumes e liortas de Castela. Pero, a decir verdade, o noso país era dono de fondas tradicións e mal podía caber no Estado vandálico, que cre - aron os **Reis Católicos**"¹⁷⁹. Os nossos labregos, por si sós, fôrom capazes de aligeirarem a carga das suas terras, "pero endexamáis nos consolaremos de ter caído baixo o xugo e as frechas de Isabel e Fernando "¹⁸⁰.

Os **Reis Católicos** entendiam que governar era mandar e que um país estava bem governado quando obedecia cegamente. Com esta finalidade, criárom a Audiência de Galiza, com letrados castelhanos e presidida polo Governador, representante da Coroa. Como complemento da Audiência, o Governador ajuntava o Reino, do qual faziam parte os procuradores

(175) SG, p. 379.

(176) SG, p. 381.

(177) SG, p. 382.

(178) SG, pp. 282-283.

(179) SG, p. 385.

(180) SG, p. 386.

elegidos polos concellos capitais de provincia. "De modo que os **Reis Católicos** consideraban que Galiza estaba d-abondo representada na vontade de cinco concellos e con cinco concellaes"¹⁸¹.

Os Áustrias recebêrom em herdo dos Reis Católicos, o antigo reino de Galiza, "coma se fose unha colonia de salvaxes amansados, sóio apta para obedecer. A proba da nosa escravitude está en que carecíamos de representación en Cortes"¹⁸². Os Áustrias e os Borbons fôrom os iniciadores da violência assimilista¹⁸³, os importadores do cesarismo unitário e centralista¹⁸⁴. Castela e Leom eram, em tempos dos Reis Católicos, "a metrópoli dun Imperio, claramente confesado por Isabel sen a hipócrita declaración de **unidade hespañola**, que, baixo a pouta dos Austrias e Borbóns, se trocou en «**pingajo de León**»"¹⁸⁵.

Carlos I impujo-lhes aos castelhanos funcionários flamengos¹⁸⁶, e "entrou nas terras hispánicas, acompañado de insolentes forasteiros, para abolir, coa decapitación dos vencidos de Vilhalar, a política tradicional de Castela. «**Con la España austríaca** —dinos Cánovas del Castillo— **pereció la verdadera, la antigua, la gran España de los Reyes Católicos, no quedando más que el odio, que, a causa de lo pasado, nos han profesado hasta ahora unánimemente los extranjeros**»"¹⁸⁷. Antes de embarcar-se para Alemanha, convocou a Cortes em Santiago, abertas o día 31 de Março de 1520, "e nelas foron eliminados os procuradores de Galiza, estando presentes os do resto de Hespaña; e, coma se esto fose pouco, obrigábase ao noso país a respetar e acatar o que Zamora acordase por nós. Todal-as cibdades de Hespaña tiñan voz e voto nas Cortes de Compostela, menos a propia Compostela e demais cibdades galegas, pasando pol-a infame degradación de ver chegar ao procurador de Zamora para representarnos ao seu antoxo"¹⁸⁸.

Felipe II, um "rei triste, cruel e indixesto que fuxeu do mar e da i-auga para facer do seu sepulcro co centro matemático d'un cero enorme"¹⁸⁹, cometeu o sacrilégio de converter o "pudrideiro do seu corpo en templo de Xesús"¹⁹⁰. Galiza quer abrir o caminho da hispanidade, que tronçárom os governantes do Centro, por ser o caminho que pode unir os dous Estados peninsulares. "O camiño d-unha unión natural e verdadeira. A unión que nos dará vida e saúde. A vida e saúde que se afogou no Escorial. O Escorial de onde saíron os piollos de Felipe II para faceren esta guerra noxenta"¹⁹¹. Felipe II serviu de guía ao afâm imperialista de Castela, o Império do nada¹⁹². Foi

(181) SG, p. 388.

(182) SG, p. 391.

(183) SG, pp. 24, 65.

(184) SG, p. 61.

(185) SG, p. 310.

(186) SG, p. 259.

(187) SG, p. 312.

(188) SG, p. 393.

(189) CASTELAO, «Dous feitos», em ANT, nº. 332 (20/05/1934), p. 1.

(190) CASTELAO, «Dous feitos», em ANT, nº. 332 (20/05/1934), p. 1.

(191) SG, p. 34.

(192) SG, p. 231.

Felipe II quem ordenou a última corta dos nossos montes, antes povoados de árvores e agora "enteiramente calvos i «en maldita esterilidad» cando podían constituír a nosa fonte principal de riqueza"¹⁹³. A unificação espanhola nom foi realizada polos Reis Católicos senom por Felipe II, que a considerou realizada com a anexom de Portugal. "Somentes Felipe II creeu ter consumado a unificación política da Península ao sentarse no trono portugués. Este feito singular ensanchou politicamente a realidade federalista anterior, convertíndose n-un réxime confederal, que se reflexa no prudente tíduo de «Rey de las Españas», adoptado por Felipe II e os demais Felipes até a separación de Portugal. Así, pode decirse que os Reis Católicos comezaron a unión dos povos hispanos, cuia unión levou a cabo Felipe II, o Prudente...; pero a unidade hespaña, ou sexa, a Hespaña única, comeza en 1640, coa perda de Portugal e o robustecimento do pulpo madrileño. Dispóis veu o demais"¹⁹⁴.

Felipe II reinou em Portugal, como fruto de alianças matrimoniais, pois "As dinastías portu guesas, enlazándose por meio das súas mulleres coas de Castela, fixeron posible o reinado dos Felipes en Portugal (Felipe II sentouse no trono de Alfonso Enriques como sucesor do Maestre de Avis, aínda que detrás d-el axexasen, as armas de Castela). Así, o dualismo político da Península — causa e orixe da hexemonía castelán en Hespaña— foi decote unha anécdota matrimonial, inzada de adulterios, na que Castela era o varón e Portugal a femia"¹⁹⁵. Governou a nação portuguesa dum modo descentralizado, pois nas "Cortes de Tomar, en 1583, xurou «gardar os foros e costumes da nación portuguesa, e que o seu goberno, administración i economía marcharían separados do resto das de Hespaña»"¹⁹⁶, mas aínda que a fórmula de juramento feita em Tomar fosse tam equitativa como a do Tanto Monta de Aragom e Castela "faltáballe a Portugal a seguridade e garantía que, en fin de contas, sóio repousa na propia forza"¹⁹⁷. A estruturação federal de «Hespanha» esvaeria os temores de absorção de Portugal, que saíria beneficiada pola aliança ou uniom hispana. "Seríanos doado alviscar a prosperidade que Portugal alcanzou no período de alianza hispana (período que inaugurou Felipe II como pudo ser inaugurado por un monarca portugués que se sentase no solio de Castela)"¹⁹⁸. A quimera imperialista de «Os Lusíadas» desaparece na pessoa de Dom Sebastião, e é entom quando Felipe II, á par da soberba de Castela, "representou o altivo e intransigente Portugal, realizando así, mal ou ben, a custodia do «intrés peninsular». En troques o dualismo restaurado en 1640 ensumeou a Portugal nunha situación de dependencia denigrante, a mercede de potencias eisóticas, sen esvaer definitivamente o «perigo castelán»"¹⁹⁹. Portugal, unida

(193) SG, p. 273.

(194) SG, pp. 313-314.

(195) SG, pp. 336-337.

(196) SG, p. 310.

(197) SG, p. 339.

(198) SG, p. 339.

(199) SG, p. 341.

com Galiza, estaria em situação de "*proscribir a política absorbente de Castela e, no pior dos casos, sempre contaría c-unha base lexítima para reivindicar as avantaxes do pacto xurado por Felipe II ou da fórmula liberal que sempre se lle acredita ás verdadeiras nacionalidades*"²⁰⁰.

Em 1557, reinando Felipe II, fíxo-se umha capitulação em Valhadolid, assinada ante escribáns polos regedores de Santiago, Corunha, Betanços, Lugo e Mondonhede, em que se pede ao Rei que repare a injustiça de que o Reino e as referidas cidades nom tivessem voto em Cortes, oferecendo vinte mil ducados por esta representação, petição que Felipe II desatendeu²⁰¹. A «Junta Geral do Reino de Galiza», nom surgiu durante o reinado dos *Reis Católicos* senom que nace como corporação permanente ao inaugurar-se o reinado de Felipe III²⁰². Durante o seu reinado, o Conde de Lemos protesta por negar-se este monarca a conceder a Galiza voz e voto em Cortes²⁰³, desouvindo as petições dos procuradores das cidades galegas que em 1599 "*acordaron mandar dous delegados â Corte con obxecto de redimir o voto en Cortes e xestionar outros asuntos*"²⁰⁴.

Em 1640, reinando Felipe IV, tem lugar a independência de Portugal, motivada pola torpeza do Conde-Duque de Olivares, que quíxo converter Portugal em província espanhola²⁰⁵. No seu reinado, em 1623, Galiza vê restituído o seu voto em Cortes, douscentos setenta e cinco anos despois da sua injusta confiscação e dum século de reiteradas demandas. "*A concessión fíxose por consello do primeiro ministro de Felipe IV, que era o Conde de Monterrei, para afogar con este favor o desasosiego que se sentía en Galiza por contaxio de Portugal*"²⁰⁶. O importe do resgate elevou-se à exorbitada quantidade de cem mil ducados que, teoricamente, seriam investidos na fabricação de seis navios para a armada que serviriam para defesa das nossas costas²⁰⁷, mas que na realidade se utilizarom para defender as costas de Guipúscoa²⁰⁸.

A lei única perverteu a instituição galega dos foros mas a Real Provisom de Carlos III, de 1783, foi umha nova estafa jurídica, pois limitou-se a estabilizar o "*dereito dos perceptores e pagadores de rendas, sen abrir ningunha possibilidade â redención forzosa das terras, deixando nas mans de Deus, e non do Estado, a doada liquidación do problema*"²⁰⁹. Só deixou em suspenso a tramitação e execução das demandas e, "*lonxe de abolir a inxusticia que*

(200) SG, p. 342.

(201) SG, p. 395.

(202) SG, p. 388.

(203) SG, p. 393.

(204) SG, p. 395. Cf. tamém p. 396.

(205) SG, p. 340.

(206) SG, pp. 396-397.

(207) SG, p. 397.

(208) SG, p. 400.

(209) SG, p. 272.

pesaba sobor de Galiza, equiparou os dereitos anacrónicos do señorío feudal aos vixentes da propiedade"²¹⁰.

Os monarcas espanhóis, desde Isabel I a Felipe V, outorgavam títulos honoríficos cada vez máis excelentes ao noso Reino, à medida que acrescentava a pressom contributiva sobre o noso país²¹¹.

Fernando VII, por quem piavam os espanhois²¹², foi um rei pior que José I²¹³, e o criador da arbitraria e irracional divisom administrativa do provincialismo²¹⁴. A sua "insofrível tirania"²¹⁵ produziu no noso país, "xa non dúvida amorosa, senón o franco desexo de arredarse de Hespaña para ingre - sar en Portugal"²¹⁶.

O período que vai de Isabel I a Isabel II foi um período absorvente que nos deixou umha Espanha inconstituída e inepta politicamente, "pero capaz das máis tolas violencias"²¹⁷. Umha vez destronada Isabel II, os homes da revolução setembrina buscavam um rei que nom fosse um Áustria nem um Borbom, mas um home dumha dinastia liberal, eleiçom que recaiu em Amadeo I, um rei "leal e cabaleiro até o intre que veuse obrigado a renunciar"²¹⁸.

Alfonso XIII é o representante de Fernando VII, como dizia umha caricatura do *Simplicissimus*²¹⁹, que buscava um pretexto para invadir Portugal. "Este teimoso propósito quixo realizalo Alfonso XIII, a quen non se lle ocorreu mellor cousa que mandar ao Embaixador polos Cafés de Lisboa a cata d-unha labazada, e, por ende, do pretesto para invadir Portugal; pero Canalejas tronzou a manioobra"²²⁰.

e) CONCLUSOM

A evoluçom ideológica de Castelao, a respeito da forma de Estado, estivo fortemente influenciada polo movimento galeguista, tanto das Irmandades como do Partido Galeguista, ao que pertenceu. Defensor num princípio da monarquia afonsina, passa a seguir por umha etapa em que a sua praxe nom está isenta de certa ambigüidade, ou polo menos falta de combatividade, para converter-se, a partir do ano 1933, num dos máis decididos defensores da legalidade republicana. A ideia reitora que

(210) SG, p. 386.

(211) SG, p. 390.

(212) SG, p. 406.

(213) SG, p. 407.

(214) SG, p. 210.

(215) SG, p. 464.

(216) SG, p. 464.

(217) SG, p. 305.

(218) «12º Aniversario do Plebiscito Galego», em ANT, nº. 462 (00/06/1948), p. 5.

(219) «12º Aniversario do Plebiscito Galego», em ANT, nº. 462 (00/06/1948), p. 5.

(220) SG, p. 225.

vai condicionar a aceitação ou a rejeição da monarquia ou república é a sua idoneidade para contribuir á *libertação nacional de Galiza*, pois o problema central não é monarquia ou república, senão centralização ou descentralização. Para Castela, em princípio, a República respeita melhor os direitos colectivos que a Monarquia, lastreada esta por uma longa história centralista e incapaz de estabelecer um sistema ancorado nas realidades vivas do país. A Monarquia é sinónimo de monotonia, unidade, absolutismo, imperialismo, uniformismo, centralismo, enquanto que República é igual a variedade, liberdade, descentralização, autonomia e democracia, e, por conseguinte, a República, se é democrática, é um sistema que, em princípio, deve ser preferido. Com todo, a República do 31, traduzida do jacobinismo francês, ainda que respeitosa com os direitos individuais, defraudou também as esperanças que nela tinham depositado os representantes das nacionalidades periféricas, pois em vez de constituir-se como uma República federal, como Castela defendeu teimudamente, ficou meramente em federável. Esta forma concreta de república, produto dos monárquicos disfarçados de republicanos, também pouco responde à variedade espanhola, mas é útil enquanto que pode servir de trampolim para a sua conversão numa República federal, única forma de governo que responde plenamente às exigências dos diversos povos peninsulares. Daí que, como afirmou em 1948, República e Galiza são duas palavras sagradas.

A valorização dos monarcas espanhóis centra-se principalmente nos *Reis Católicos*, reconhecendo que no testamento de Isabel lhe outorgavam amplas liberdades a Galiza, ainda que, com respeito da praxe política do seu reinado, o seu juízo é marcadamente negativo, distinção que explica, ainda que só parcialmente as opiniões díspares que emite sobre a sua política não isentas de contradição, pois, por uma parte, afirma que Galiza era uma espécie de membro aderido do império castelhano e, por outra, diz que Galiza ficou submetida a um regime de colónia conquistada e indigna de exercer os seus direitos políticos, tratada pior que os índios e as Índias; por uma parte, Galiza desfrutava de liberdade e, por outra, não se regia pelas suas próprias leis, usos e costumes. Também incorre em contradição ao sinalar o momento em que Galiza perdeu o voto em cortes, que umas vezes situa no reinado de Alfonso XI, outras no dos Reis Católicos, e outras no de Carlos I.

Relatório sobre a Língua Galega nas Astúrias. Aproximação Linguística e Literária

Xavier Frías Conde

(Univ. Complutense de Madrid)

1. O EONAVIEGO: INTRODUÇÃO

1.1. Sobre o nome de *eonaviego*

Primeiro que tudo, é necessário explicar o que é este nome de *eonaviego* que encabeça este relatório e que para muitas pessoas é uma coisa nova de todo. Eonaviego é uma denominação erudita (X. FRÍAS; 1997, 1999a) empregue para fazer referência à língua galega tal como é falada nos dezoito concelhos mais ocidentais do Principado das Astúrias, na zona compreendida entre os rios Eo e Návia, daí *eo-naviego*, visto que *naviego* sim é uma denominação popular que se aplica aos habitantes das vilas de Návia, tanto à asturiana (antiga Návia de Luarca) como à luguesa (Návia de Suarna, A Prova).

Ainda que o termo tenha sido cunhado para fazer referência aos dialectos mais particulares desta área linguística galega nas Astúrias, porque existem falares próprios do galego oriental, como veremos depois, o facto é que se usa eonaviego para fazer referência ao galego falado nas Astúrias, e também às pessoas que habitam nesta comarca entre os dois rios, é dizer, os asturianos de língua galega.

1.2. Transcrição

Para a transcrição dialectal, sobretudo na primeira parte, emprego um alfabeto quase fonológico, que permitirá ter uma ideia bastante exacta de qual é a pronúncia das palavras oferecidas.

Usarei <k> diante de /e/ e /i/, mas no resto dos casos <c>, <z> indica o som interdental /θ/ em todos os casos, <i> para indicar /λ/, <ñ> com o valor de <nh>, /s/ vai marcado <#> e <t#> representa /tʃ/. Não distinguimos e <v>, mas tudo é , do mesmo modo que suprimimos <h>. Empregaremos o símbolo <l> para indicar que se trata de uma dupla pronúncia: /l/ na zona não palatalizadora e /λ/ na

palatalizadora (veja-se depois).

As vogais abertas e fechadas irão marcadas com <`> e <´> respetivamente.

1.3. Dados geográficos

O galego eonaviego é falado por umas cinquenta mil pessoas na Terra Eo-Návia. O seu número exacto é difícil de precisar, dado que, como acontece na Galiza, boa parte da população mais jovem já não tem esta língua como a sua materna e também não se têm feito levantamentos oficiais sobre esta questão.

A língua galega fala-se nos seguintes concelhos asturianos: Tápia de Casarego, Castropol, A Veiga, El Franco, Coanha, Boal, Santiso de Abres, Taramúndi, Vila Nova de Oscos, Santalha de Oscos, Sam Martim de Oscos, Eilao, Pezós, Grandas de Salime, e também na metade ocidental de Návia, o terço ocidental de Vilaíom (paróquia de Ponticela e o lugar Lendequintá), os dois terços ocidentais de Allande (zona del Tras-el-Palo, também chamada *Para aló del Palo*) e praticamente todo o concelho de Ibias, excepto a paróquia oriental de A Astierna (nome oficial espanhol Sisterna).

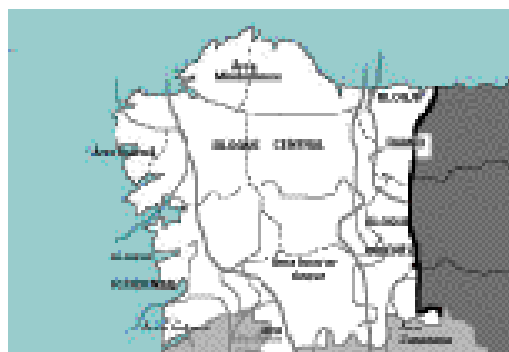
O limite entre o galego e o asturo-leonês começa na vila naviega de Frexulfe e estende-se face ao interior até alcançar as serras de El Ranhadoiro, El Palo, El Valledor e Valdebois. Em definitivo, quase toda a bacia do Návia nas Astúrias é linguisticamente galega.

1.4. Divisões dialectais e subdialectais

Todo o galego eonaviego não faz um falar uniforme. De facto, é preciso ubiqüar o galego eonaviego dentro do córpus linguístico galego.

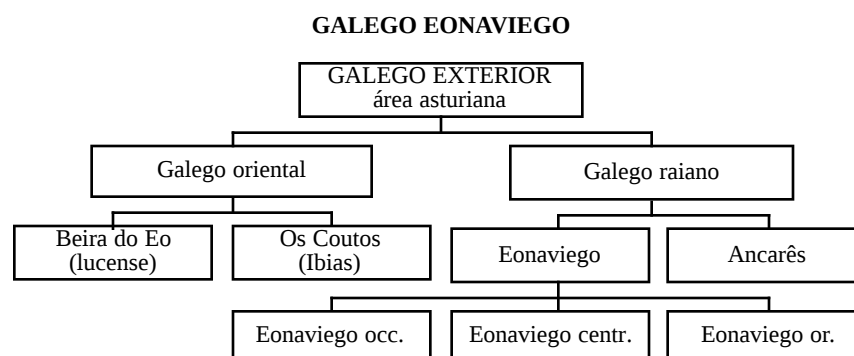
Em primeiro lugar, a maior parte dele não pertence ao bloco conhecido como galego oriental (x. FRÍAS; 1997, 1999a). Uma pequena zona ocidental sim faz parte do galego oriental próprio de Lugo, tal que os concelhos de Taramúndi, Santiso de Abres e a zona sul do concelho de A Veiga (paróquia de Abres), cujos falares são iguais aos dos vizinhos concelhos de Ribadeo, Trabada ou A Pontenova.

Pode comprovar-se a sua ubiqüação no seguinte mapa (FRÍAS;1997):



Porém, o resto dos falares galegos das Astúrias não podem ser emoldurados dentro do dito bloco por apresentarem uma longa série de traços que lhes dão uma identidade muito marcada dentro do cûrpus galego e que teremos ocasião de ver ao longo deste relatório. Estes falares, junto com o de Negueira de Muniz (concelho luguês ao longo do rio Návia entre os Ozcos e Ibias) e os falares galegos do vale leonês dos Ancares, formam o chamado **bloco raiano**, que serve de transição para o asturo-leonês e ao mesmo tempo apresenta uma dilatada série de arcaísmos de tipo gramatical e léxico que lhe fornecem essa originalidade à qual me venho referindo, mas não até o ponto de o converter num falar híbrido –disso está muito longe– como se pretende fazer a partir de determinados âmbitos linguísticos asturianos.

Portanto, para estabelecer uma classificação dialectal destes falares, é preciso atender não só ao galego propriamente das Astúrias, mas também aos falares vizinhos de Lugo e Ancares, achegando-nos a dois blocos:



Quanto aos elementos mais significativos que caracterizam cada falar, o primeiro é compreender que concelhos abrange cada uma das zonas subdialectais (X. FRÍAS; 1999a):

1. **Eonaviego ocidental:** Ibias, Negueira, Vilanova e Santalha de Oscos
2. **Eonaviego central:** sul de Alhande (Valhedor), Grandas, Pezós, São Martim de Oscos, Eilao, A Veiga (norte) Castropol, ocidente de Tápia.
3. **Eonaviego oriental:** oriente de Tápia, El Franco, Coanha, Návia, Boal, norte de Allande (Berduedo)

Os elementos que caracterizam estes falares como traços próprios de cada um deles, são estes em resumo:

RASGOS	OCIDENTAL	CENTRAL	ORIENTAL
-L-	(cai)	/l/	/l/
-LL-	/l/	/l/	/í/ /y/
L-	/l-/	/l-/	/í-/
-C'L-, -LJ-	/í/	/í/ /y/	/ y /
ILLE, ILLO	el/o	el/o	el/o
-lo (assimilado)	-lo	el/o	el/o
qua-	ka-	ko-	ko-
digo-o	dígo(e)l	dígolo	dígolo
camíneiro	camíñeiro	camiéiro	camiéiro
comprou-a	compróua	compróula	comproula

1.5. Límites entre o galego e o asturiano nas Astúrias

Mais acima (cf. 1.2.) já citei por onde corre a fronteira linguística entre o galego e o asturiano. Para isso baseei-me, como D. Catalán (1989), em três elementos fundamentais:

- a) perda de /n/;
- b) tratamento de -LL-;
- c) tratamento de -i- e -o- latinos.

Junto a estes três elementos é preciso acrescentar uma longa série doutros (X. FRÍAS, 1999c) de carácter fónico e morfossintáctico aos quais não me referirei por ser esta uma questão que vai mais longe de uma apresentação do eonaviego como falar galego-português.

2. ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS PRÓPRIOS DO EONAVIEGO

Nesta secção poderemos ver que elementos meramente linguísticos dão a sua particular fisionomia ao galego eonaviego dentro do córpus galego. Distinguiremos os elementos fónicos por um lado e os gramaticais por outro.

2.1. Fonologia

2.1.1. Vocalismo

O eonaviego tem um sistema vocálico igual ao do resto do galego, com sete vogais tónicas¹.

2.1.1.1. Vogais abertas com nasal

Dentro do **vocalismo tónico**, chama a atenção que quase todo o eonaviego apresente vogais abertas em quase todos os casos de entonação com nasal. Assim, são vogais abertas as de *fônda*, *dêntro*, *frênte*, *côncra*, mas curiosamente, em muitos casos de perda da nasal, tal como os plurais, a vogal continua a ser aberta, especialmente no caso de /o/: *ocasiois*. Ocorre o mesmo com o verbo *ser* no mais-que-perfeito e no perfeito do conjuntivo: *fôra*, *fôras*, *fôra...*; *fôse*, *fôses*, *fôse...* Por outro lado, não se dá em eonaviego metafonía de fechamento por influência da vogal final, como em bastantes áreas do galego, mas produz-se sim outra metafonía exclusiva da área norte e central, devido às antigas vogais nasais.

2.1.1.2. Metafonía por antiga nasal

Segundo esta **metafonía por antiga nasal**, os grupos <-ea->, <-oa->, <-eo-> sofrem um fechamento de dois graus quando a vogal final é /-a/ ou /-os/ (não simplesmente /-o/. Mas como indicava anteriormente, tal fechamento de dois graus apenas se produz na zona Norte e Central do eonaviego, mas não no resto, que só conhece um grau de fechamento. Tal fenómeno grafa-se com acentos circunflexos que permitem não usar duas ortografias diferentes, porém aqui seguimos o nosso critério fonológico:

(1) Podem-se considerar oito se atendemos a certos casos em que é possível distinguir entre /a/ e /α/, nos quais agora não entrarei.

	ÁREA SUL	ÁREA CENTRO-NORTE
/ E /	tsèn	
	tséa	tsía
	tséos	tsíos
	tséas	tsías
/ O /	roubòn /O/	
	roubóa	roubúa
	roubóis	
	roubóas	roubúas

2.1.1.3. Tratamento de /ay/ e /ái/

Outro elemento típico de quase todo o eonaviego é o constante fechamento que faz de /ay/ e /ái/ para /ey/. Este é um processo conhecido no galego comum, mas que em eonaviego (e também nalgum outro dialecto exterior, como o galego da Estremadura) se desenvolve muito mais, porque, excepto numa pequena franja para o sul, os resultados são geralmente /ey/: *béile*, *méiz* (=milho), *réiz*, *geitéiro*, *eskeizér* (mas no Sul *eskaezér*; galego comum *esquecer*), *béi* (no sul *bái*), *eínda*, etc.

2.1.1.4. Monotongações

Existem duas classes de aditongação; a primeira é uma redução /ey/ > /e/ e a segunda é /wa/ > /O/.

Dão-se em certos casos de –EKT–/–IKT– na zona norte e central: *direito* > *deréto*; *estreito* > *estréto*; *léito* > *léto*; normalmente em palavras acabadas em –o/–a, porque tal acontece quando rematam em –e: *léite*~*iéite*.

Por outro lado, os grupos /kwa-/ e /gwa-/, que no galego comum –não em todo o galego– costumam reduzir-se a /ka-/ e /ga-/ respectivamente, apresentam /ko-/ e /go-/ no eonaviego centro-oriental, ainda que não seja solução desconhecida no galego comum², mas aqui desenvolveu-se muito mais: *corènta*, *agordár*, *còndo*, *cònto*, etc.

2.1.1.5. Perda e conservação da vogal final

Há casos de perda da vogal final que não são os normais do galego comum. Em eonaviego cai <–o> nas terminações –ENU e –INU: *tsèn*, *centèn*,

(2) São formas da língua comum *coresma*, *gorecer* e *corenta*.

sèn, frèn, subrín, camín, padrín, –ín (diminutivo), etc.

Em troca, há conservação após lateral, mas não é uma coisa exclusiva do eonaviego, fazendo parte de uma zona conservadora de toda a área oriental: *bále* <vale>, *mòle, fòle*, etc.

2.1.1.6. Ditongações na presença de /g/

É um fenómeno verdadeiramente curioso, no qual na presença de /g/ se desenvolve um /w/: Assim, temos: *áugua, fráugua, léugua, éugua, lóugo, ougáno, bougár, fóugo*, etc. Não se pode pensar que as duas primeiras pertenceram ao galego comum num primeiro momento, para logo se reduzirem, porque isso explicaria *auga*, mas não *fraga* a partir de **frauga*.

No caso de /og/ > /owg/ é muito mais interessante, mas é curioso observar como certas palavras patrimoniais não sofrem a ditongação: *sòga, sògo*.

2.1.1.7. Conservação de antigos ditongos

O eonaviego, geralmente muito conservador, chega por vezes até extremos incríveis. Tal acontece na conservação de ditongos que o resto do galego-português perdeu em épocas pré-literárias, em casos como estes: *maóio* (=mólho), *paóia* (cf. cast. *panoja*, ast. *panoya*), *mióla* (=mola, de MEDULA), *ameizér* (=amencer), *escaizér~eskeizér* (=esquecer, de *EXCADECERE).

2.1.2. Consonantismo

2.1.2.1. Conservação de /l/

Característico do eonaviego centro-oriental é a conservação de /l/, com bastantes casos também em eonaviego ocidental (chegando mesmo ao ancarão), porém não é uma coisa exclusiva destes falares, encontrando-se também em Calabor (Samora) e espontaneamente no português trasmontano (especialmente nos plurais). Assim, são normais formas como: *pálo, abòlo, dolór, calènte* (mesmo *caïènte*), etc.

Porém, nos plurais localizam-se formas coincidentes com as do galego comum: *animáis, ráis, atafáis*, não só em eonaviego ocidental, onde são normais, mas em todo o resto.

2.1.2.2. A palatalização

Desde um ponto de vista diacrónico, o que mais chama a atenção é a palatalização que se produz no eonaviego oriental. Tal fenómeno afecta L- e -LL-. Em princípio, salvo no concelho de Návía e parte de Coanha, os resultados palatalizantes coincidem com os do asturo-leonês, enquanto que os de -C'L-, -LJ-, -G'L- dão /y/ (também como em asturiano central): *iéite, iõnse, ióugo, iimuéiro, iér, martèio, aió, farèio, peiéya, bña, gríio*, etc. Na zona de Návía e Coanha a pronúncia de todos eles é, em troca, /y/. No resto do eonaviego, houve primeiramente /λ/ para os resultados de -C'L-, -LJ-, -G'L-, mas hoje em dia só se ouve /y/ em todos os casos, devido ao avanço do ieísmo desde o castelhano, que afecta também o asturiano³.

Pela toponímia sabemos que as zonas que praticavam a palatalização eram há séculos muito mais extensas, chegando ao oriente de Lugo (cf. Llencias em Fonsagrada, os varios Lhen- em Taramúndi, Castropol, etc⁴) que seguramente têm a sua origem em LIMITE > LEMDE.

2.1.2.3. Tratamentos de /n/

Em eonaviego, o /n/ intervocálico cai como no resto do domínio, mas nem sempre o faz em concordância com o resto do galego-português. Para começar, a nasalidade, conservada vivamente em ancarão, existe ligeiramente ainda na raia com o asturo-leonês nas Astúrias. Quanto ao resto dos casos, eis os mais curiosos:

1. O latín UNA não dá, na maior parte do galego, o resultado *uma*, mas *ua*, que é mais coerente com a história da língua. Compare-se o gascão, língua na qual também se dá a perda de /n/, onde o artigo é *ua* (pronunciado /'üo/)
2. A metafoia por antiga nasal, à qual já me referí em 2.1.1.2.
3. A perda de /n/ na terminação -INA, que corre paralela a -ENA: MATRINA > *madría*, SARDINA > *sardia* ~ *ardía*, mais coerente que o /ñ/ anti-hiático do resto do galego-português. Logicamente, o eonaviego apresenta soluções particulares em *diéiro, muliéiro, sar - diéira*, etc., que alternam frequentemente com as correspondentes com <nh>, sobretudo no subdialecto ocidental.

(3) Em poucos anos, todos os falares galegos e asturianos só conhecerão /y/ para todos os casos. A perda de /λ/ qualquer que for a sua origem é uma realidade apreciável também em espanhol.

(4) Também com a variante Lhan-, por dissimilação, favorecida pela posição átona.

4. A velarização de /n/ > [N] nalgum caso isolado: *eNalár ~engalár*, *eNaiár.N*
5. A terminação verbal –MINARE tem em eonaviego coincidência com o asturiano: *semár* por *semea*, *alumár* por *alumea*, e paralelamente o substantivo *féma* em lugar de *fémea*.

2. 2. Elementos morfossintáticos

No campo morfossintático, o galego das Astúrias apresenta também um grande feixe de particularidades que acentuam ainda mais o seu carácter especial dentro do galego-português.

2.2.1. Artigos

2.2.1.1. Artigo definido

<i>el~o</i>	<i>a~el</i>	<i>el~o</i>
<i>os</i>	<i>as</i>	

Tem umas formas únicas dentro do galego-português, visto que o seu paradigma não se encontra em nenhures, excepto nalgum dialecto asturo-leonês raiano (xeavrês). A peculiaridade mais grande é o artigo masculino e neutro *el*, equivalente sempre ao literário *o*. Em consequência, as contracções de *el* com as preposições são diferentes das do resto do idioma. Assim, dão-se casos como estes:

- *el meu néno báí na escòla*
- *fái el que t~~le~~ pareza bèn*
- *tèn todo l ke prezísa*
- *bái à casa del ~ do bizín*
- *bíbe no cámpo*

Este artigo *el* convive, na maioria do dialecto, com *o*, sendo ambos formas alomórficas históricas (X. FRÍAS; 1993); na fala moderna praticamente desapareceu o seu uso alomórfico, mas está perfeitamente documentado. Apenas se conserva a alternância *a~el* no feminino, quando a palavra seguinte começa por vogal tónica:

- *esta néna i el óutra sòn mias fñias*
- *éso è del època dos tous abòlos*
- *tšegaréi al òra de šantár*

Na zona ocidental dá-se a assimilação do artigo com o verbo, como na maioria do galego comum:

- *kèren bebé-lo bíño*
- *tu còme-lo ke tše bóten*

2.2.1.2. Artigo indefinido

O paradigma mais comum é:

<i>un</i>	<i>ua</i> <i>un</i>
<i>us</i>	<i>uas</i>

A forma *ua* convive nas zonas mais ocidentais com *uNa*. Para o plural masculino, na zona do Eo usa-se também *uNos*, como em muitas zonas da Galiza; mais para o leste é frequente *uos*.

Quando a palavra seguinte começa por vogal tónica, *ua* toma o alomorfo *un* (alomorfo paralelo ao de *a~el*):

- *Tšegaréi dentro dun òra*
- *Èra ua néna bèn tolía*

2.2.1.3. Outros determinantes

Dentro dos outros determinantes (possessivos, demonstrativos) existem alguns elementos que vale a pena citar.

Nos **possessivos**, existem formas próprias como *mía*, tal como é de esperar segundo o tratamento exposto em 2.1.2.3, com mera perda da nasalidade respectivamente à forma medieval *mina*. Para a segunda e terceira pessoas, masculino de um só possuidor, dão-se os arcaísmos *tou*, *sou*, comuns com o asturo-leonês ocidental e com o sardo logudorês, no lugar de *teu* e *seu*.

Quanto aos **demonstrativos**, cumpre assinalar que o masculino plural tem a forma etimológica latina em vez da analógica própria do galego-português: *éstos*, *ésos*, *akélos~akéios*, e paralelamente, como é natural, o pronome pessoal *élos*. É preciso observar que este paradigma responde a uma evolução muito conservadora do singular e do plural que abrange todos os derivados dos deícticos. A comparação entre o português e o eonaviego neste quadro pode dar uma ideia do fenómeno, onde se pode apreciar uma lei de harmonização da vogal final:

GALEGO E ONAVIEGO		PORTUGUÊS	
Singular	Plural	Singular	Plural
<i>el</i>	<i>os</i>	<i>o</i>	<i>os</i>
<i>éste</i>	<i>éstos</i>	<i>este</i>	<i>estes</i>
<i>ése</i>	<i>ésos</i>	<i>ese</i>	<i>eses</i>
<i>akél</i>	<i>akélos</i>	<i>aquela</i>	<i>aqueles</i>

2.2.2. Género e número

No substantivo e no adjectivo os paradigmas de género e número são bastante diferentes relativamente aos do galego comum, sobretudo quanto às formas afectadas por uma terminação nasal. Eis os paradigmas, onde se pode apreciar a riqueza que apresentam em eonaviego (não se perca de vista, porém, que há formas iguais às do resto do galego):

<i>táo</i>	<i>tà</i>	<i>táos</i>	<i>tàs</i>
<i>folgazán</i>	<i>folgazà</i> ⁵	<i>folgazàis</i>	<i>fogazàs</i>
<i>tén</i>	<i>téa~tía</i>	<i>téos~tíos</i>	<i>téas~tías</i>
<i>cán</i>		<i>cães</i>	
<i>almazén</i>		<i>almazéis</i>	
<i>sobrín</i>	<i>sobríá</i>	<i>sobríos</i>	<i>sobrías</i>
<i>ruín</i>	<i>ruíá</i>	<i>ruíos</i>	<i>ruíás</i>
<i>fin</i>		<i>fis</i>	
<i>bón</i>	<i>bóa~búa</i>	<i>bós~bús</i>	<i>bóas~búas</i>
<i>adokín</i>		<i>adokíos</i>	
<i>adulón</i>	<i>adulóa~adulúa</i>	<i>adulòis</i>	<i>adulóas~adulúas</i>
<i>algun</i>	<i>alqua</i>	<i>alqus</i>	<i>alguas</i>
<i>común</i>	<i>común</i>	<i>comúis</i>	<i>comúis</i>

(5) Forma que explica as gerais eonaviegas *galbá* (frente à *galbana* do gal. com.) ou *semá*, já em desuso.

Os plurais em –l– costumam conservá-lo: *animales, atafales, rales*, ainda que, como já foi assinalado, se registem plurais sem ele, e sejam bem frequentes no sub-standard: *animais, atafais, cereais*, etc.

2.2.3. Quantificadores e indefinidos

Existe em eonaviego uma classe de partitivos que se usaram nalgumas áreas, mas não em todas, com o paradigma *dél, déla, délos, délas*, especialmente no plural e muito raras vezes no singular, com o valor de *alguns, algumas*. É curioso, porém, o seu uso em expressões como esta:

A: *Kéres pàn?*

B: *Kéro **dél***

Por outro lado, existem alguns destes determinantes que têm formas comuns com o asturo-leonês, como *dakèn* e *daké*, que convivem com *algèn* e *algo* respetivamente, e junto com eles *aiüres*, cujo oposto é *niniüres* (cf. o português *alhures* e *nenhures*).

2.2.4. Pronomes pessoais

Dentro destes é preciso assinalar a grande variedade de formas que existem segundo os três dialectos eonaviegos no que respeita aos pronomes de terceira pessoa átonos, como se pode apreciar:

- *Non a béŕo* (oc.), *non a béŕo* (resto)
- *Non o séi* (oc.), *non lo séi* (resto)
- *ŕa el dóu* (Ibias), *ŕa o dóu* (Ozcos), *ŕa lo dóu* (resto)
- *Béŕuel* (Ibias), *béŕol* (Ozcos), *béŕolo* (resto)
- *Béŕola* (oc.), *béŕola* (resto)
- *Sábeno* (oc.), *sábenno~sábenlo* (resto)

Quanto a outros pronomes, regista-se nas zonas fronteiriças, como nos Ancares e oriente de Návia e Vilalhom, *iou*, que é um leonesismo. Conserva-se o arcaico neutro *élo* e recorde-se que o pronome da terceira pessoa de plural é *éllos*.

2.2.5. Diminutivos

O sufixo diminutivo por excelência em eonaviego é –ín/–ía, que apresenta um paradigma: *rapazín, rapazía, rapazíos, rapazías*. É a forma esperável em eonaviego equivalente à do resto do galego-português

–inho/-a.

O que já não é comum com o resto do idioma é o sufixo –uco, que tem a sua máxima força na Cantábria, mantém uma grande vitalidade nas Astúrias e chega ao Eo-Návia, mas não como forma habitual, e sim própria de algumas palavras: *rapazúco*.

3. UMA LITERATURA DIALECTAL COM MAIS DE UM SÉCULO DE HISTÓRIA

Ainda que pareça estranho, desde finais do século passado vem-se fazendo uma literatura modesta mas cada vez mais importante na Terra Eo-Návia, usando, na maioria dos casos, o galego local. Não pretendo dar uma visão profunda da literatura neste século xx, mas sim assinalar alguns momentos e autores que pertencem à literatura galega, por escreverem neste idioma, mas são asturianos, pelo que estão fora das antologias e dos estudos dedicados aos escritores em língua galega.

Os mais deles, até os últimos anos, nunca tiveram consciência de escreverem em galego, mas isso não implica que a literatura galega não tenha de se ocupar deles. Em qualquer caso, é sim preciso que tenham um tratamento especial, ao menos os autores nascidos antes dos anos cinquenta.

3.1. Começos da literatura

Mais que de literatura criativa (poesia ou narrativa), nestes primeiros momentos cumpre falar de articulismo, é dizer, do uso literário do artigo, em publicações locais, onde por vezes aparecem também poemas ou narrações de marcado sabor local. Em geral, a qualidade literária destes artigos é pouca. Os artigos dos jornais e dos folhetos são habituais desde o começo do século xx até aos inícios da Guerra Civil Espanhola em 1936. Foram, amiúde, elementos de uso partidário e deram-se na zona que naquele tempo, e ainda hoje, se pode considerar a de maior movimento cultural: a beira do Eo desde A Veiga até Tápia. Para citarmos só uns nomes, estão **Manuel Fernández García** (Séranes 1888-?), **Pedro G. Arias** (1877-?) e **José de Villalaín** (Návia 1878-Salinas 1939). É preciso salientar o jornal *El Castropol* como o mais importante dessa jeira, semelhante a tantos e tantos jornais galegos coetâneos e de vida também efémera. Não se deve buscar em nenhum destes casos uma mínima

procura de um sub-padrão para o galego asturiano. Cada um escreve como quer, ficando assim os autores locais à margem das tendências estandardizadoras que existiam na Galiza e nas Astúrias.

No terreno poético, o primeiro soneto escrito na comarca eonaviega é de **Bernardo Acevedo** (Boal 1849- Oviedo 1920), grande estudioso do ocidente asturiano, que não só se fixou nos costumes locais, mas que se interessou mesmo pelo dialecto galego das Astúrias, embora não o tenha considerado galego, mas asturiano; ele foi o primeiro recompilador do léxico galego asturiano. Destaca-se também a sua faceta de poeta, geralmente em bable, mas com uma única composição em galego de Boal, este soneto escrito na memória do ilustre Jovellanos:

*Você era um grão senhor, eu era um pobre;
Você era um sábio; eu era um ignorante;
Eu era um anãozinho, você um gigante;
Pedra fina você, e eu um adobe.*

*Deus ajuntou-nos!... E se a mim me move
A Pieda' pra ir de Jove até Levante,
A traição e a injustiça, malandante,
Trazem-no a você desde Levante a Jove.*

*Serve a Espanha leal, e ao soberano
E pagam-lhe em traições os tramosos:
Sírvo-o eu a você... E chama-me irmão*

*Se lhe erguem uma estátua, generosos
Amanhã em Gijom, suplique a seus paisanos
Que façam a pilastra cos meus ossos...!*

Injustamente esquecido pela crítica literária galega, houve outro magnífico poeta da beira do Eo. Trata-se de **Antolín Santos Mediante Ferrarila** (Taramúndi, 1880- Piantón -A Veiga-, 1944). Foi galardoada a sua composição *A un moinho desfeito* no 1925 pelo Círculo das Artes de Lugo. Os eixos temáticos da sua obra são contos e tradições orais, canções ao estilo popular, cantos às festas da comarca e a tipos populares (o gaiteiro, o soqueiro, o albéitar), poemas à paisagem, aos trabalhos e à vida camponesa, denúncia da situação do camponês e anti-caciquismo.

Há outros autores também anteriores à Guerra Civil cuja poesia merece ser citada. A diferença entre estes e Santos Ferraria encontra-se

sobretudo no padrão que eles empregam, visto que as temáticas coincidem: denúncia do caciquismo, gosto pelo popular e canto à paisagem, elemento este que se achará ao longo de toda a poética deste século. Eis uma brevíssima mostra da sua poesia, neste caso com um claro sabor popular:

*A Parca⁶ prestou-lhe ajuda,
Segando-lhe o fio da vida
Ao marido, alma perdida,
que o quilo no inferno sua,
E Luzia, já viúva,
Rezou com fervor crescido:
Meu São António querido!
Mália me surre a badana
Já na primeira semana,
Concede-me outro marido.*

Estes poetas coetâneos aos quais me venho referindo são **Ramón García González** (Castropol 1870-1938) que tentou pela primeira vez na literatura galega das Astúrias alcançar uma lírica genuína de carácter modernista. A sua obra mais conhecida é um longuíssimo poema que leva por título *O jardim*, do qual este é um fragmento:

*Cubertos já de folhas
Se mostravam luxosos os rosais;
Tal qual botão entre elas
O cálice entreabre
E assomavam as rosas com apuro
De abrir-se e de soltar-se.
O ar era quente; já dos bosques
gostava bem a friagem.*

O outro poeta conhecido é **Conrado Villar Loza** (Taramúndi 1873-Tapia 1962), que ainda foi dramaturgo, inaugurando uma tradição de teatro popular arredor da vila de Tápia de Casarego que ainda subsiste hoje em dia. Conhece-se-lhe pela sua poesia da emigração, tema muito recorrente também no resto da literatura galega. A sua composição mais popular é um poema intitulado *Longe daqui*, as palavras de uma mãe que reclama a volta do seu filho emigrante.

(6) A morte.

*Longe, longe daqui,
Onde lhe chamam A Havana,
Tenho a meu filho querido,
Tenho ao meu filho da alma!*

* * *

*Que Deus te oiça, meu filho,
E te traga pra esta terra,
Onde te esperam os braços
E os carinhos desta velha.*

* * *

*Longe, longe daqui,
Onde lhe chamam A Havana,
Tenho a meu filho querido,
Tenho ao meu filho da alma!*

3.2. A literatura eonaviega de 1939 até 1975

Como é fácil de supor, a comarca ultraocidental das Astúrias sofreu o mesmo retrocesso na criação literária que o resto das áreas espanholas com língua própria. Sem embargo, há certos autores que continuam a tradição começada havia alguns anos e mantêm um cultivo do poético no galego local que não terá, logicamente, as conotações sociais e políticas que se podiam achar anteriormente. A temática será sempre de canto à terra e uma manifestação da *senhardade* (=saudade) quando o poeta se acha longe da sua terra natal.

No estritamente literário, novamente a poesia é o único género que merece ser citado. O primeiro autor conhecido é o boalês **Benjamín López**, cuja obra literária está recolhida num único livro *Montanhas da Costa Verde* (1960). Trata-se de uma breve obrinha publicada postumamente de só 28 páginas. O carácter de canto à terra abrange desde a primeira até a última página, misturando-se poemas em castelhano e galego, como também ocorreu com Daniel Vargas.

Com uma poesia mais refinada mas também muito tradicional, escreveu **Daniel Vargas Vidal**, originário de Tapia de Casarego e cuja obra literária está recolhida no livro *Añoranzas y recuerdos de Tapia de Casarego* (1967). Este livro, de 335 páginas, consta de duas partes, a primeira é um percurso por momentos da vida do autor em T·pia, com

textos em castelhano onde com frequência aparecem parágrafos inteiros em galego. Aqui usa-se muito a lembrança narrada como elemento que provoca uma espécie de confissão do autor, já adulto, ao leitor quando ele era criança, com o seu peculiar estilo ligeiro e com o conhecimento óptimo da língua sobretudo nos níveis populares. É um fino observador da gente e do contorno em que se move.

Como poeta tem uma longa colecção de poemas dentro do seu único livro. Também aqui há composições em galego e em castelhano, mas cumpre ver nele que aquilo que quer cantar num tom mais elevado fá-lo empregando o espanhol, enquanto que o galego deixa-o para cantar elementos relacionados com o seu passado, com a sua infância, com a paisagem de Tápia, com jogos infantis.

*Como o leite de burra, o “mestrim”,
levava a sua ciência a domicílio
pra esses poucos que querem departir
com algo, sobre as coisas, de bom juízo.
Pobre em roupas, mas rico em coração,
e com alto conceito da virtú’,
ninguém lhe dera faltas de atenção;
nem à própria mulher consente o “tu”.*

.....

*Aí também ‘tava eu, meu bom fidalgo.
Nenhuma confiança co’a plebe;
mália o saber se vista con roupagens
o mais alto respeito se merece.
Mas quanto à mulher já discrepamos,
porque vale bem pouco esse respeito
que à própria mulher tu lhe demandas.
Lá morreu Xantipa,
mais forte, é mais forte, segue a raça...*

Não deu muito mais de si esta época. Haverá que aguardar os anos oitenta para que volte uma literatura mais viva. Ainda assim, estes dois autores que vimos de citar servem de ponte entre os primeiros autores e os actuais. Trata-se duma tradição muito local mas que já vai a caminho de fazer um século.

3.3. A época actual

Desde 1975, como já dissemos, as circunstâncias mudaram. O Eo-Návia não foi alheio a esse despertar que se deu tanto na Galiza como nas Astúrias. Mas este recuperado interesse pela língua e culturas autóctones teve novamente dois referentes distintos: de um lado, alguns autores olharão para a Galiza, como parte de uma cultura que vem desde a comunidade vizinha e que atravessa o Eo para chegar até os limites linguísticos; doutro lado, Oviedo servirá como único referente de dinamismo cultural, de modo que a literatura eonaviega seja parte da asturiana.

É agora que a literatura galega das Astúrias é mais abundante e abrange diversos gêneros e temáticas, como veremos mais adiante. Encontram-se, mesmo, amostras de literatura infantil.

3.3.1. Três gerações

Os escritores que começaram a escrever depois de 1975 correspondem a três épocas muito distintas. Entre os primeiros estão todos aqueles nascidos nas décadas dos anos vinte e trinta; entre os segundos os nascidos nas décadas de quarenta e cinquenta; na terceira e última, os nascidos já na década de sessenta para adiante. Estes três grupos são aproximativos e não possuem características muito marcadas. Provavelmente, os melhores autores na literatura galega das Astúrias são os últimos, escritores todos eles com uma formação universitária e conhecedores doutras realidades culturais vizinhas.

Do primeiro grupo podemos citar a **Manuel García, *El Galano*** (Tapia, 1925), autor muito prolífico mas fazedor de uma literatura muito popular e de escasso valor literário. Escreve tanto prosa (relatos curtos, os mais deles recolhidos no livro *Parzamiques*). Cultiva também o sainete localista, cuja colecção completa está recolhida no livro *Mariaxes tapiegos*.

Cándido Sanjurjo (Abres, A Veiga, 1919) é autor de poemas e contos publicados em geral nos jornais e revistas da beira do Eo. Muito ancorado também no tradicional, usa porém o galego lucense (mais próximo, portanto, do galego comum). Tem mais valor literário que muitos dos seus coetâneos, com uma prosa mais rica e viva, apesar ser também muito localista.

Adela Conde Valledor (S. Salvador del Valledor, Allande, 1925) é uma mulher autodidacta cuja sensibilidade poética esquisita se transmite deliciosamente através de uma poesia muito singela quanto à forma, mas carregada de intensidade. Escreve temas de intimidade, de amor filial e de

saudade, com verso livre, o que não é muito normal em poetas com a sua idade, muito sujeitos ainda ao verso com rima e métrica definidas. Toda a sua obra poética (uns vinte poemas) está publicada na revista *O Espello* e figura na colectânea de poesia do Eo-Návia *Carreiros* (1998). Como narradora, tem o livro de literatura infantil *Contos à tardinha* (2000).

Dentro do segundo grupo não há grandes escritores e continua a abundar uma literatura de festas que não chega a ter quase valor literário. Na poesia posterior está **Teresa López** (Boal, 1950), filha de Benjamín López, que tem uma série de versos de louvança à terra natal nos quais continua o estilo do seu pai. Mostra-se muito tradicional a respeito do metro e com um marcado sabor localista.

Com uma temática semelhante está **César Cimadevilla**, que publicou alguns dos seus poemas na revista *A Freita*. O eixo que inspira os seus versos é o río Návia, como noutros autores (como Cándido Sanjurjo) é o río Eo (ou bem a ría).

Provavelmente o melhor narrador deste segundo grupo é **Xosé Máximo Fernández** (Campos, 1947), autor de três contos de alto conteúdo fantástico, com um estilo muito pessoal e enormemente atraentes, todos situados na Marinha eonaviega. Estes relatos são *Cultivos de humanos em Arret*, *A saga dos Bauer* e *Alto segredo de mal estado*. O primeiro e o terceiro estão publicados n' *O Espello*.

A chegada do terceiro grupo geracional, os autores nascidos a partir do 1960, supõe uma rotura imensa de temas, modos, filosofia e compreensão geral da literatura galega nas Astúrias tal como a concebiam os autores anteriores. Sem renunciarem a uma certa herança, estes autores procuraram novos rumos para desenvolverem uma literatura moderna e de qualidade. Deles falarei mais adiante aprofundando o que são e significam para a literatura galega. Também deles incluímos uma breve antologia literária de trabalhos em português.

3.3.2. As revistas

Devido à dificuldade que supõe a edição de livros, as revistas são o meio mais comum de expressão literária no ultra-ocidente asturiano. De todas as maneiras, não têm como objectivo ser um elemento de difusão da literatura da zona, mas da cultura em geral, pelo que as revistas existentes, excepto *O Espello*, recolhem toda a casta de artigos, os mais deles relativos à região.

Existe uma para-literatura que vem da tradição jornalística de começos de século. Trata-se de contos, relatos e lembranças que se editam em publicações periódicas locais e mesmo em livros das festas. Estas

mostras são muito numerosas mas o seu valor literário costuma ser escasso. Existe, porém, uma certa trajectória de escrita de artigos. Este género, o **articulismo**, tem cabimento nas duas publicações periódicas em galego da zona e às quais passo a me referir agora.

A revista de maior antiguidade é **A Freita**, da que até agora apareceram onze números. Esta revista, de carácter geral, começou-se a publicar em 1992, dando cabida a artigos de toda a casta e de toda a temática. Pela primeira vez, plumas galegas escrevem numa publicação eonaviega. Entre os articulistas habituais desta revista cumpre citar Benigno Fernández Braña, Xan Castañeira, Xosé Máximo Fernández, Susa Argul Muniz, Xosé Antonio Ron Tejedo, etc. Até agora leva dezasseis números publicados.

Esta revista começou a ter um suplemento literário a partir de 1995, **O Espello**. Esta publicação nasceu como um projecto para dar difusão aos autores eonviegos através de uma edição menos formal que o livro. Até agora apareceram sete números da revista e graças a ela se deram a conhecer alguns dos escritores que agora fazem a sua obra em galego das Astúrias. Ao mesmo tempo, pela primeira vez estão a traduzir-se autores em asturiano para o galego (seja em padrão ou seja em sub-padrão eonaviego) e escritores de fama galegos participam nesta publicação.

A outra revista de carácter geral da zona é **Entrambaságuas**, onde têm cabida sobretudo artigos de carácter local. Não se marca objectivos literários e só faz artigos singelos dirigidos especialmente ao público da zona.

No ano 2000 nasceu uma outra revista de carácter literário, **Pontigo**, promovida pelos membros do Colectivo Cotarelo Valledor e que será o seu meio de expressão literária. É importante fazer notar que tanto **O Espello** como **Pontigo** têm edição virtual na internet, o que supõe que podem chegar a uma grande quantidade de público em qualquer parte do mundo.

Junto com as revistas, acham-se os livros de festas editados pelos concelhos que apresentam aqui e acolá textos em galego asturiano, que em geral não têm valor literário. É possível encontrar contos (mais ou menos populares ou eruditos) e até versos, passando por reflexões do mais variegado. Neles aparecem também as lembranças, um elemento literário muito frequente.

3.3.3. *Últimos autores*

Já entro no último grupo de autores, aqueles que nasceram a partir do 1960 e que deram uma importante viragem à literatura galega das

Astúrias quanto à qualidade e à quantidade (especialmente a primeira). O género que provavelmente alcançou mais qualidade é a poesia. Quase todos os autores jovens a cultivam com maior ou menor sucesso. Quem primeiro publicou em galego de entre estes autores foi **Crisanto Veiguela** (A Veiga del Eo, 1959). Toda a sua obra poética está espargida em revistas, utilizando tanto o galego padrão como o galego eonaviego. A sua poesia é muito intimista, saudosa e de canto à terra e à paisagem que o viram nascer. Crisanto Veiguela é também tradutor para o galego, estudioso literário e escreveu algum relato em prosa, seguindo a tradição da lembrança (*O leite mouro*). Participa na colectânea poética *Carreiros* e publicou o poemário *A vida sempre e sobretudo* (2000).

Autor polígrafo é **Xavier Frías Conde** (Béjar, Salamanca, 1965), originário do concelho de Allande. Escreve em todos os idiomas das Astúrias, ainda que o grosso da sua obra esteja em galego. Junto com Crisanto Veiguela leva a revista literária *O Espello* e como ele alterna o uso do galego padrão com o subpadrão do galego asturiano, situando-se eles dois na linha que já começara Cotarelo Valledor. A sua obra em galego asturiano consta de vários livros; o seu primeiro poemário é *Ontem foi cavalo de cinza* (1990), seguido do livro infantil *O javali que queria voar* (1991), e vários poemários breves em revistas: *Quando se ergue a noite* (1992), *De costume impossível* (1996) participante na colectânea *Carreiros*, e ultimamente o poemário *Azul e Terra* (2000). Tem um relato breve intitulado *Na companhia dos lobos*. É quem até agora mais profundamente estudou a literatura galega das Astúrias.

Xosé Miguel Suárez (Mántaras, Tápia, 1965) é um autor muito preocupado pelo idioma. O seu primeiro poemário que apareceu publicado em galego asturiano foi *Vidoeiras de Inverno* (1990). Este mesmo escritor deu ao prelo em 1994 *Nas arribadas*, outro excelente poemário onde trata de se procurar a ele próprio que corre paralelo ao tempo que lhe foge, combinando-o com um canto à paisagem do país e à mulher amada. Ambos os livros seguem esa mesma linha, escritos num galego muito cuidado e rico quanto ao léxico. Suárez publicou, também, outros poemas soltos em revistas.

Um dos últimos poetas que chegou ao panorama eonaviego foi **Quique de Roxíos** (Boal, 1965), pessoa muito comprometida com a recuperação e promoção da língua galega das Astúrias. Durante 1999 deu-se a conhecer como escritor através da revista *O Espello*, com um poemário breve intitulado *Tenho dó do teu riso*. Ao mesmo tempo, tem publicado alguns contos para nenos.

Um quarto poeta é **Alfredo González Fernández (Fredo de Carbexe)** (El Franco, 1967), autor do poemário *Mourém dos fundais*, obra em que há,

já desde o título, onnipresença das sombras. O poeta procura a iluminação, a luz, através dos versos percorrendo assim, como nos casos anteriores, a paisagem, a terra e a língua. Tem alguns poemas mais na obra *Muestra de nueva poesía*. Alguns dos seus poemas estão publicados na antologia *Milenio* de Basilio Rodríguez Cañada.

Viqui Veiguela (Leão, 1979) é a última incorporação ao panorama literário eonaviego. Originária de A Veiga, começou a publicar em galego em Madrid através do grupo literário *Bilbao*, onde conheceu a Crisanto Veiguela e Xavier Frías. Até agora publicou o poemário *Velaivém* n' *O Espello* (recolhido depois no caderno colectivo *Simbiose* 2000), e participa na colectânea poética *Bilbao*. Recentemente também alguns dos seus poemas aparecem na revista **Pontigo**. A sua poesia é fresca, erótica e sensual, na linha das poetisas galegas da sua geração (Yolanda Castaño, Emma Couceiro, Olga Novo), mas com um seu estilo pessoal que faz dela uma grande esperança de futuro.

Entre os narradores cumpre citar **Xosé Carlos Álvarez Blanco**, autor do livro *Nêvoas no lousado*, uma recompilação de várias lembranças pessoais da infância e escritos com um vigor pouco comum. Cada conto, muito breve, transmite um momento do passado em que o porvir do autor ficou para sempre marcado.

3.4. Conclusões

Estes são os autores e os momentos mais importantes da literatura galega das Astúrias ao longo do século xx. Há uma importante diferença entre os autores que citei neste último período e o resto. Os elementos que os distinguem, e que portanto os caracterizam, são fundamentalmente:

a) consideração do idioma galego como um veículo de expressão cultural ao qual há que dar uns mínimos fundamentos normativos;

b) conceito sério, moderno e realista da literatura devido à formação académica de todos eles. Percebem-se influências de todo o tipo, desde autores em espanhol das gerações de 98 à de 50, poesia latino-americana, portuguesa e, sobretudo, galega clássica desde o Ressurdimento (Rosalia, Curros e C. Emilio Ferreiro, principalmente), algum autor considera-se mesmo devedor do basco Aresti;

c) alguns dos escritores têm já contactos fortes com o resto de escritores em galego (nem só porque usam amiúde o galego padrão) e tendem a espalhar o conhecimento da sua realidade linguística e cultural fora do seu âmbito geográfico. Não vêem a literatura como um elemento folclórico mas como uma realidade que por vezes lhes surge vital.

Desgraçadamente, a literatura galega deste lado das Astúrias é ainda

muito desconhecida. É lamentável ter de dizer que a partir do centro das Astúrias algumas instituições culturais, jornais, partidos políticos e outros fazem todo o possível por tirar credibilidade a esta realidade emergente que enriquece o panorama cultural nem só do Principado das Astúrias mas da Galiza e até da Península Ibérica. O que pretende ser um movimento literário pode acabar sendo uma manifestação folclórica por razões políticas. Porém, fica-me a esperança de que os autores eonaviegos sejam cedo considerados parte do mundo literário galego, ao qual fornecem muitas coisas, entre outras, um precioso dialecto que é tão velho como o resto do idioma.

4. ELEMENTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

4.1. A consciência linguística dos falantes eonaviegos

Existem muito poucos inquéritos feitos sobre a percepção que os falantes eonaviegos têm da sua fala e, por cima, as que se fizeram até a data, tanto a respeito do galego como do asturiano nas Astúrias são pouco de fiar. Certamente, a opinião que os falantes eonaviegos têm da sua fala é uma coisa muito difícil de precisar, mas há certos elementos que podemos dar por válidos apesar de tudo:

- a) a consciência linguística galega é maior quanto mais novas são as gerações. Isto quer dizer que os avós e os pais raramente reconhecem que a sua língua é galega, enquanto que os filhos já são mais abertos face a esta questão.
- b) a fala eonaviega não se identifica com o bable (=asturiano), ainda que isso não implique que os seus falantes o reconheçam como galego.
- c) o desprestígio que durante muitos séculos sofreu o galego nas Astúrias (o mesmo que na Galiza ou o asturiano no resto do Principado) é agora muito mais reduzido. As novas gerações, à margem da consciência que tenham da sua fala, não se envergonham de falar publicamente eonaviego.
- d) o binómio língua-território não funciona no Eo-Návia. O reconhecimento do galego como língua própria, nos casos nos que se dá, não implica um sentimento de pertença à Galiza.

- e) a TVG está a ter um papel muito positivo em todo este processo, porque o que não se consegue com campanhas, publicações e outros meios, sim se logra com a televisão. São muitos os meninos da zona que seguem as emissões infantis da TVG e está constatado que bastantes deles são membros do clube infantil desta estação de televisão.

Em definitivo, enquanto os falantes mais jovens têm menos problemas em se identificarem com os seus homófonos do outro lado da ria do Eo, os maiores são mais reacios a tal identificação. Porém, não se pense que as novas gerações são receptivas a respeito desta identidade linguística, porque a partir do Principado pie-se toda a espécie de obstáculos para evitar que seja assim. Dum lado, os últimos governos asturianos promoveram o chamado *galego-asturiano* como língua própria da zona, reconhecendo-lhe uma identidade distinta do asturiano-bable, mas sem chegar ao reconhecimento do eonaviego como galego, visto que isso implicaria um estatuto especial para esta língua, por ser uma das quatro co-oficiais segundo a Constituição Espanhola de 1978. Desde a Administração do Principado apenas se promovem cursos de *galego-asturiano* dentro do currículo do Ensino Primário e como matéria optativa, sem para isso ter formado um professorado em mínimas condições.

Doutro lado, o nacionalismo asturiano combateu e combate a existência do galego nas Astúrias. Os distintos grupos movem-se entre o reconhecimento do híbrido *galego-asturiano* e a afirmação de que o eonaviego é uma variante mais do asturiano.

Dentro deste panorama tão escuro, quando a própria língua asturiana se acha num estado de abandono lamentável. Uma instituição que cada vez ataca com mais força a língua galega nas Astúrias é a Academia da Língua Asturiana. Ao longo da sua história (foi criada em 1980), ela foi tomando posturas cada vez mais beligerantes com a língua galega, até que já nos últimos tempos afirma que é uma variante mais do asturo-leonês, um falar de transição no qual, segundo os seus dirigentes, se misturam elementos de um domínio e do outro. Tanto é assim, que a Academia criou uma chamada Secretaria Técnica com o fim de se ocupar da língua galega das Astúrias, e tal secretaria obteve o reconhecimento do governo asturiano no ano 2000. A Academia é consciente que não pode lograr nada com o asturiano no Eo-N-ria, pelo que procura novas fórmulas que lhe permitam ter uma presença num âmbito linguístico que não é o seu.

Afortunadamente, vozes da Universidade de Oviedo vêm protestando por esta questão desde não há muito tempo. Desde os departamentos de filologia são mais e mais as vozes no sentido de que se reconheça que o galego é a língua própria da franja ocidental do Principado, e

o reconhecimento de ser um falar galego-português já tem mais apoios.

4.2. As condicionantes sociológicas

É importantíssimo compreender a situação sociológica dos eonaviegos no contexto das Astúrias e sendo fronteiriços com Galiza. Esta é a realidade que se pode descrever rapidamente do seguinte modo: A Terra Eo-Návia pertence a Astúrias desde a Idade Média (século XIII), quando por um acordo entre o bispo de Oviedo e o de Mondonhedo, estas terras passam a pertencer ao primeiro deles. O seu peso nas Astúrias, desde aquela, é praticamente nulo. Apenas a zona da Marinha tem mais contactos com o resto das Astúrias, favorecido pela sua disposição geográfica de ser terra ch., e permitir o trânsito de viajantes e mercadorias. Ainda assim, toda a zona mantém-se num estado de isolacionismo, que, ao mesmo tempo, é o mesmo que sofre a franja montanhosa oriental de Lugo e todas as Astúrias ocidentais. Quando no século XIX começa a exploração mineira das Astúrias, esta só afecta o centro da região, de modo que todo o processo de industrialização e posterior desenvolvimento das grandes cidades do centro (Oviedo, Gijón e Avilés) não terá qualquer repercussão sobre o Eo-Návia.

Mesmo durante o processo de tomada de consciência das literaturas asturiana e galega no século XIX, o Eo-Návia manter-se-á alheio quase de todo a este ressurgimento das culturas minorizadas. Ainda assim, não podemos deixar de assinalar que certos escritores da zona tomaram consciência da sua galeguidade linguística (lembre-se antes Armando Cotarelo Valledor e Antolín Santos Ferraría; vid. 3.1.) Com a chegada da etapa democrática na Espanha, o asturianismo político ignora esta realidade e pretende desde muito cedo fagocitá-la, mas à vista de que não é possível, recorre à confusão com a população da zona, como venho explicando.

Os galego-falantes das Astúrias não tiveram consciência de falarem galego até há muito pouco tempo, e de facto só uma pequena parte da população tem tal consciência, havendo uma maioria que não tem uma opinião clara de qual é a sua língua, segundo expus j. em 5.1. Durante séculos creram falar alguma variante do asturiano ocidental, variante muito estremada, mas asturiano enfim, visto que se tendeu a identificar o território geográfico com o território linguístico. Esta pertença geográfica às Astúrias levou os intelectuais da zona, sem formação filológica evidentemente, a voltarem os seus olhos para o centro das Astúrias. Dessa maneira, não deve estranhar que houvesse autores do Eo-Návia que

escrevessem em asturiano padrão da sua época e que as antologias da literatura asturiana incluam autores em galego como escritores em bable ou asturiano.

Porém, o elemento sociológico de uma comunidade de asturianos junto com o linguístico de um dialecto galego muito afastado do resto do idioma, dão a esta área umas características de isolamento dentro não só das Astúrias mas também das áreas vizinhas galegas. De facto, hoje o culturalmente galego tem muitas dificuldades de penetrar, quase tantas como o que vem do centro das Astúrias. Isso explica porque existe uma literatura própria, ainda que seja escassa e de desigual qualidade. O galego asturiano ser claramente diferente de qualquer outro dialecto galego e falar-se fora da Galiza administrativa faz com que os falantes não tenham interesse por se integrarem no mundo cultural galego, ainda que não se possa afirmar que rejeitem tudo aquilo que lhes vem da Galiza. A dificuldade para aceder ao mundo literário galego, a fronteira política que tem muito peso e a singularidade do dialecto galego fazem com que a cultura (nela inclui-se a literatura) da zona tenha uma autonomia com muita força.

4.3. Uma política linguística própria

É evidente que a comarca eonaviega precisa de uma política própria. Existem referentes noutras partes do Estado, tal que o Vale de Arán na Catalunha ou A Franja de Ponent em Aragão.

Dever-se-ia partir do reconhecimento dos eonaviegos como uma minoria linguística própria do Principado das Astúrias, e, certamente, galegófono, não asturianófono. A partir daqui é preciso que o Principado promova uma escolarização em galego diferente da que se faz no resto das Astúrias, o que implica que a formação de um professorado competente não se pode fazer com cursinhos de várias sessões a cargo de pessoas cuja competência linguística não é a ajeitada.

Isto vai acompanhado por um processo de reconhecimento de um sub-padrão próprio para o galego das Astúrias, como já disse anteriormente, no qual o galego eonaviego fique dentro do galego-português, ainda que se reconheçam as suas peculiaridades. É evidente que esta é a única possibilidade viável a curto e médio prazo, visto que o galego “da Galiza”, pelos motivos antes exprimidos, teria sérios problemas para ser admitido por uma boa camada da população.

Não podemos esquecer que no ano de 1998 se aprovou uma lei autonómica asturiana que reconhecia o asturiano como língua das Astúrias, e não lhe deu um reconhecimento de co-oficialidade. Nessa

mesma lei fazia-se uma menção ao galego, lá chamado, como é costume no governo, *galego-asturiano*, onde se lhe reconheciam os mesmos direitos e procedimentos do que ao asturiano. Até hoje essa lei não teve qualquer aplicação e só resta esperar que uma boa parte da sociedade asturiana mude a sua atitude quanto ao galego, segundo esse início de reconhecimento que está a ocorrer em muitos vultos do asturianismo cultural, cada vez mais longe do político, a que me referia mais acima.

4. 4. A questão do sub-padrão

Já deixámos testemunho de que o processo de recuperação do galego das Astúrias se move hoje em dia em duas tendências. A primeira, a que poderíamos chamar *integradora*, pede que se reconheça a galeguidade da língua, e a segunda, *isolacionista*, pretende normativizar o galego desde o asturiano (daí que para eles seja válida a denominação de *galego-asturiano*)⁷.

A partir da Conselharia de Cultura do Principado promoveu-se no princípio dos anos 90 uma normativa para o eonaviego que estava toda baseada na normativa asturiana, à qual se fizeram adaptações. Mas por razões nunca explicadas, o livro em que ia redigida toda a normativa não tem visto a luz. Chama a atenção que em tal proposta se achem apostrofações e grafias alheias de todo ao galego-português, favorecendo todos aqueles aspectos que se afastam do núcleo central da língua, tentando fazê-la o mais irreconhecível que seja possível.

Essa proposta, não distribuída mas sim conhecida, é a que se emprega a partir da Academia Asturiana e alguns outros âmbitos. É preciso compreender que surgiu como uma resposta à normativa que desde a Mesa para a Defesa do Galego das Astúrias (MDGA) se publicara uns anos antes, no fim dos anos oitenta. A proposta integradorista que defende este movimento baseia-se na normativa vigente do galego padrão do ILG, mas reconhecendo as características próprias do galego das Astúrias.

Porém, tal proposta foi precisada e ampliada em muitos aspectos pelo Colectivo Cotarelo Valledor, e é ela a que empregam os escritores desta associação. O critério que se segue é manter o difícil equilíbrio entre a pertença a um âmbito linguístico maior e o respeito a um certo número

(7) A denominação de *galego-asturiano* foi cunhada por Dámaso Alonso, que em nenhum momento pôs em dúvida a galeguidade da fala entre o Eo e o Návía, porém admitiu que tinha, desde o ponto de vista dialectológico, um interesse imenso por ser área fronteira. Ele percebeu que as isoglossas que separam o asturiano do galego começam em Lugo e acabam muito dentro das Astúrias, mas reconheceu à fala a sua verdadeira identidade, como anos atrás já fizera Ramón Menéndez Pidal. Porém, a desgraçada denominação de *galego-asturiano*, com que pretendia falar do galego *falado nas Astúrias* foi tomada como sinónimo de híbrido, manipulando o que está escrito pelo ilustre filólogo a respeito disto (1971; t.I: 397).

de formas características do eonaviego. Para isso, desde o Colectivo faz-se uma proposta elástica de normativa maximizadora e normativa minimizadora para poder chegar-se ou afastar-se da língua padrão segundo os gostos dos escritores mas sem chegar a uma desintegração da unidade linguística.

4.5. O movimento cultural de recuperação da língua

Desde o lado integrador, e à falta de uma política institucional, os meios para promover a língua são escassos, mas centram-se em:

Edição da revista *A Freita* e de alguns livros, tanto literários como de outros géneros;

Presença na Rede com materiais tanto literários e informativos como de consulta linguística;

Edição de livros; neste aspecto, é fundamental promover a edição de livros de literatura infantil;

Promover actos culturais e académicos que tenham a língua e literaturas da zona como elementos de estudo;

Promover todo o tipo de estudos de aspectos culturais (fundamentalmente linguísticos e literários) sobre a comarca eonaviega;

Dar eco na Galiza ao labor difusor e literário das pessoas que trabalham no e pelo galego das Astúrias.

É preciso compreender que o futuro do galego nas Astúrias não é uma coisa que dependa exclusivamente dele próprio, ou mais bem dos seus falantes, ainda que a responsabilidade seja deles. O futuro do galego nas Astúrias está indissolivelmente unido ao futuro do asturiano (como, de facto, acontece em Aragão, onde a lei de regularização linguística abrange por igual ao aragonês e ao catalão). O entendimento com os defensores do asturiano –o asturianismo cultural– é necessário. Neste sentido, há perspectivas de bom agouro sobre as atitudes abertas de bastantes intelectuais asturianos que incorporam o galego como um elemento mais da cultura das Astúrias (muitos deles são escritores ou filólogos), apesar da atitude da Academia Asturiana. Com tudo, editoriais como *vtp* de Gijón apostam por publicarem em galego eonaviego e em breve poderemos ver como resulta a experiência.

Em todos os casos, precisamos do apoio de todos, defensores do galego e do asturiano, para sobrevivermos como comunidade galaicófona nas Astúrias.

roxavi@teleline.es

BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO HUELVES, B. e FERNANDEZ FERNANDEZ, M. *Vocabulario del bable de occidente*. Centro de Estudios Históricos. Madrid, 1932.
- ALONSO, D. *Obras Completas*, tomo 1, *Del Occidente Peninsular* Ed. Gredos, Madrid 1972., pp. 291-533. Inclui os artigos: “Enxebre”, “El gallego leonés de Ancares y su interés para la dialectología portuguesa” (em colaboraçã com Valentim García Yebra), “El saúco entre Galicia y Asturias (nombres y supersticiones)”, “Junio y julio entre Galicia y Asturias”, “Notas sobre léxico y etimología”, “Dos voces portuguesas: *estiar*, *sotaque*”, “Gallego-asturiano *engalar* «volar» (casos y resultados de velarización de -n- en el dominio gallego)”, “Gallego *bordelo*, *abordelar* (sobre el par de encuarte em el Nordeste Peninsular)”, “Dos palabras gallego-asturianas”, “Narraciones orales gallego-asturianas”, “Ganado vacuno en San Martín de Oscos”.
- BABARRO GONZALEZ, X. *Galego de Asturias. Delimitación, caracterización e situación sociolingüística*. Universidade de Santiago, 1994.
- CATALAN, D. *Las lenguas circunvecinas al castellano*. Paraninfo, Madrid, 1989.
- CORRIENTES, F. *Diccionario de arabismos*. Gredos, Madrid. 1999.
- FRÍAS CONDE, F.X. “Proposta de notas normativas do galego de Asturias”. In *A Freita* nº10 (I parte, pp. 40-50, 1997) y nº 11 (II parte, pp. 46-55, 1998). Eilao, Astúrias.
- FRÍAS CONDE, F.X. “Sobre os bloques dialectais do galego: unha nova proposta”, in *Revista de Filología Románica. Homenaje a Pedro Peira*, vol 1, 241-256, Madrid, 1997.
- FRÍAS CONDE, F. X. “Subestándar versus castrapo no galego das Astúrias”. In *A Freita* nº 10. pp. 32-39. Eilao (Astúrias), 1997.
- FRÍAS CONDE, F.X. *O galego exterior ás fronteiras administrativas*. VTP ed. Gijón, 1999a.
- FRÍAS CONDE, F.X. “A lingua galega en Asturias: o difícil camiño cara ao subestándar”, in *Revista de Lenguas y Literaturas catalana, gallega y vasca*, VI, 1999b.155-168.

- FRÍAS CONDE, F.X. “Os límites entre galego e asturleonés en Asturias”, in *Revista de Filología Románica*, 1999c.
- GARCIA DE DIEGO, V., *Manual de Dialectología Española*, Centro Iberoamericano de Cooperación, Madrid, 1978.
- GARCIA GARCIA, J. *El habla de El Franco*, Instituto Bernaldo Quirós, Mieres del Camino, 1983.
- HERNANDEZ, A. “Algunas características del habla de As Figueiras”, in *Estudios y Trabajos del Seminariu de Llingua Asturiana (II)*. Universidad de Oviedo, 1979.
- MENENDEZ GARCIA, M. “Cruce de dialectos em el habla de Sisterna (Asturias)”. in *Boletín de Tradiciones Populares* VI, 1950. pp. 355-402.
- MENENDEZ GARCIA, M. (1951): “Algunos límites dialectales em el ocidente de Asturias”, in *BIDEA* 5:14
- MENENDEZ GARCIA, M. *El Cuarto de los Valles (Un habla del Occidente Asturiano)*. BIDEA, Oviedo, 1963. Tomos I e II.
- MENENDEZ PIDAL, R. *El dialecto leonés*, I.D.E.A., Oviedo, 1962.
- MENENDEZ PIDAL, R. *Manual de Gramática Histórica Española*. Espasa Calpe, Madrid, 1967.
- MUÑIZ, C. *El habla del Valledor*. Academische Pers., Amsterdam 1978.
- RODRIGUEZ-CASTELLANOS, L. “Palatalización de L- inicial en la Asturias de habla gallega”. *Verba* 2, 1975.
- RODRIGUEZ-CASTELLANOS, L. *Aspectos del bable occidental*. IDEA, Oviedo, 1954.
- VV.AA. *Contos populares da Terra Navia-Eo*. MDGA-Ambitu, Oviedo, 1993.
- VV.AA. *Normas ortográficas e morfolóxicas do galego de Asturias*. MDGA, Eilao, 1991.
- ZAMORA VICENTE, A. *Dialectología Española*, Gredos, Madrid, 1970.



ESTAMPAS DA BIRMÂNIA - 1

4 de Agosto

**No pagode Shwedagon. Yangon. Capital da Birmânia
Festividade da Lua Cheia**



Arquitectura sagrada para o silêncio. Detrás o tempo, os pés descalços para a conquista do paraíso. Na altura, luz para abrasar a frente.

Deter-se. Silêncio. Arde a lua cheia nos cabelos negros das raparigas enquanto erguem maos cheias de água sobre as flores. Arde a lua cheia no labirinto de mármore branco, nos olhos rasgados que me olham.

Deter-se. Silêncio. Arde a lua cheia para alumiar todos os gestos. Silêncio. Não há brêtemas.



RELATOS

ESTAMPAS DA BIRMÂNIA - 2

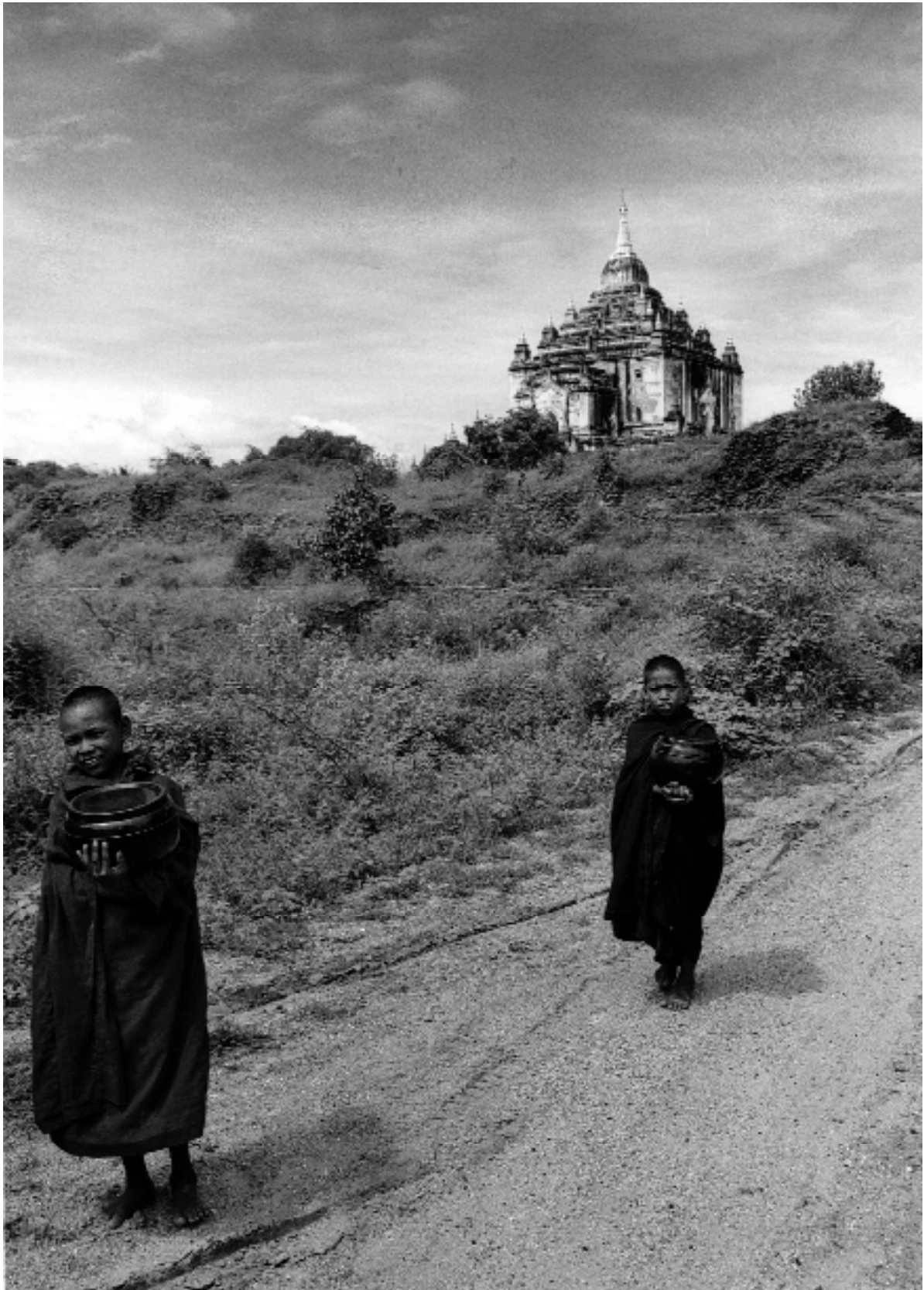
11 de Agosto

Na periferia do Irrawaddy. Sul da cidade de Mandalay



A sua terra está sobre o rio afundida. Não há um bocado de beleza para o olhar triste dos meninos, a beleza livre que Suu Kyi sonhou um dia. Perdidos como os cans da chuva de Tom Waits, como a beleza morta de Bombai.

Deteremo-nos nesta margem, sobre o grande rio que esconde na sua memória o sangue entre os desperdiços, a noite das longas facas que deixou a ruína sobre a ruína. O rio lento guarda na memória os lotos destruídos. No rumor, o grande rio esconde a malária.



15 de Agosto

Templos de Bagám. Val de Bagám. Sudeste da Birmânia



No ar está a ocre luz que te alumia, como umha profecia. Templos, centos de templos como relicários. Nom transcorrem as horas na sombra.

Entro na grande Ananda, atravesso o limiar para entrar no sono como Idra, ébria de soma, para purificar o corpo, as roupas, os utensílios.

Revela-se o sonho Theravada na geometria que me acolhe para desaparecer, desde dentro. Ananda.



RECENSONS

ESTAMPAS DA BIRMÂNIA - 4

21 de Agosto

**Aldeia de Nanthe. Recolhida do arroz nas margens do Lago Inle
Leste da Birmânia**



Agora sei que trás as montanhas aguarda a quietude do grande mar interior e imóvel. Contemplamos a água, o vigor caloroso de umha luz que se instala para ficar. Arde este mar sulcado de canais e barcas floridas, som silêncio que nos leva aos delicados jardins flutuantes.

As mulheres em roda, aguardam. Cantam a fortuna de umha nova colheita.

De repente, o arrozal descobre novos brotes, resplandece como o olhar vigilante, dulcificado do grande Buda.

Nas margens, as mulheres em roda, cantam.

O fulgor do paraíso tem a forma da criatura que trabalha em silêncio.



NO FINAL

ESTAMPAS DA BIRMÂNIA - 5

23 de Agosto
Mercado flutuante de Ywana. Lago Inle



Amo tanto os mercados como os livros.

Acode o mundo para palpitar imenso na branca torta de arroz, em turbantes e chapéus, em longyis de intensas cores, cegadoras, em comedidos gestos.

Som os filhos mudos da água numha geografia de desordem ordenada, que descobre certezas, crónica de umha memória que ainda recorda. As formas nascem da água como ritos sagrados, prolongamento sossegado de si próprios. Nom há linha divisória para a sabedoria que projectam.

Nas margens umha mulher está deitada sobre as flores, sonho que estou ao seu lado.

Zefiro Torna

Félix Rodal-Fraga

Ao tuaregue da cagiva

Abrim o jornal à procura do relato. Vinha de outro café onde um empregado careca de casaco branco, a quem chamo *petit garçon* (porque é baixo de estatura e tem mau humor de maneta, de *bamon* francês) acabava de botar-me, à força de olhares oblíquos e gestos afiados. Eu queria tomar um café, ler o conto e ver, mais bem imaginar, sob as transparências das roupas de estio das belas estrangeiras que cruzariam sem demora o passo de peons. Neste segundo bar, baixo os arcos de pedra, o empregado tem duas vezes a altura do *petit garçon*, mas a mesma presença de ânimo. O troco à bulga. Seja como for, ignoro se será a seriedade consequência do mau humor ou vice-versa. Ante o rictus de ambos não sei a quê ater-me quando chega a minha anémica água sem gás, natural, se faz favor, ou o diurético chá preto com resseca rodela de limom, rodela que aguardou dura todo este tempo por nós. Enfim, pola rua do Vilar também hám de passar lindas raparigas que saúdem o calor e o bom tempo ligeiras de roupa, ou isso desejo. A limpar a vista.

Abrim o jornal à procura do relato. Era o primeiro dumha série de novos relatos que o autor publicaria depois todos juntos, num livro. Explicava, antes de entrar no miolo, algo dumha teoria literária que lera num jornal espanhol que precisamente eu também lia. O escritor espanhol augurava o final dos géneros literários: *“En el futuro se llamará literatura a la escritura sin géneros, porque creo que esa literatura en estado puro es aquella a la que aspira todo escritor genuino. Me reservo una futura etapa de mi creación literaria para la literatura pura que espero alcanzar (...) no estoy hecho para las grandes novelas, pues sus grandes escenas, cóleras, pasiones y momentos trágicos, lejos de entusiasmar me llegan como míseros estallidos.”* O escritor galego estava conforme com o escritor espanhol e com a sua teoria, ele também achava que os géneros literários estavam acabados, como que aquilo dos géneros literários era umha trapalhada, quê era a Odisseia, um poema, um romance, um pretexto para um irlandês bêbado e miope? Se aqui nunca houvera géneros literários, por quê acatá-los agora que findavam em toda a parte? Reparei em que justo quando o escritor espanhol decidia prescindir deles, agonizavam os géneros literários. Que

casualidade! Talvez acabava com eles porque não tinha coisa melhor que fazer, ou não sabia se escrevia para homens ou para mulheres; a ver se tinham que continuar respeitando-se os géneros e aquilo só era uma trampa.

Dava-lhe voltas à história quando umha parelha de raparigas sentou à mesa do lado. Apareceu o empregado com o café e a copa de conhaque. O escritor galego publicara aquele conto de *Prosa Matemática* (assim baptizou o novo género que acabava de inventar) e seguia depois umha parte aborrecida e pretenhiosa, onde explicava todo aquilo. As duas raparigas do lado não paravam de rir e já tinham as bebidas diante; quando é que vinhera o empregado, que não reparara? Fumavam como duas galinhas chocas e bebiam como se os líquidos nunca fossem acabar. A que provocava o riso da outra continuou com a história. A história dum escritor famoso. Em síntese era algo assim e passava-se na casa de quem contava:

O escritor famoso tinha que participar num chat com os seus leitores. Mas chegou a casa da empregada da empresa multimédia antes de tempo. A empresa multimédia tinha a sua sede principal noutra cidade. Era por isso que o lar da empregada era também o seu local de trabalho. Ela abriu a porta e topou com o escritor de quem tanto gostava. Ele entrou impávido e distante. Sentou sem aguardar a que lhe fosse oferecido lugar e dixo, Não teras um porro, não?

O escritor famoso tem um problema: ninguém dos trapicheiros de Compostela lhe quer vender chocolate. Por quê. O problema vem de antes de ser famoso e mesmo de ser escritor. De quando era simplesmente fumador de canutos. Daquela não andava com tanto dissimulo entre os camelos, ninguém se importava se fumava ou não (agora também não). Mas tinha um medo: não se fiava nem de quem vendia, nem do produto. Essa desconfiança provocava a fuga dos camelos cada vez que o viam. Fazia muitas perguntas, regateava o preço e sopesava o material antes de decidir-se. Não são modos. Então começou a pedir aos colegas que comprassem para ele, com o qual sempre estava pedindo-lhes. Os colegas ao princípio ofereciam (melhor dar que sentir umha das piores sensações do mundo: que che devem e não che vão pagar). Quando se ficou famoso o problema aumentou. Continua a desconfiar e não quer que se saiba que é fumador de porros. Estou a favor da legalização das drogas, Dizia num colóquio da TV, E o senhor fumou marihuana alguma vez? Eu atendo-me ao que escreviam os danieis vermelhos nas paredes de Paris em '68: A tua liberdade para mover o nariz acaba onde começa o meu dedo, Que cada quem faça o que quiser.

Quando se ficou famoso cresceu nele o medo a ser descoberto, estafado, chantado; ninguém os colegas dispostos a passar-lhe até desapaecer todos. Viu-se sem amigos e o que é mais importante: sem chocolate. O resultado disto

foi que pedia chocolate a todo o mundo. Quase era o primeiro que perguntava antes de perguntar-lhe o nome à pessoa. Fumava muito e nunca tinha.

Sem tirar os óculos dixo-lhe à rapariga, Téns un porro?

Nesse preciso instante a rapariga quedou KO, os olhos como pratos de Sargadelos:

Já nom era só que aquele a quem ia ajudar a chatear dentro de umha hora chegara à sua casa—local de trabalho umha hora antes e a encontrara (seu escritor preferido, seu bode!) em bata de casa e chinelos de pata de tigre, o café arrefecido a meio beber na porta, nom era só isso, nom senhor, ainda por cima, antes de entrar ou desculpar-se por chegar adiantado, antes de dar a mão ou dous beijos, apresentar-se... eu que sei (dava por suposto que todo o mundo o conhecia) perguntava,

Téns un porro?

Nesse instante ecoou o telefone na casa de banho. Era o chefe. O chefe era um empresário empreendedor. Feito a si próprio. Um dia, sacando na veiga bateu com o sacho em algo duro e enterrado entre as patacas, despejou a terra toda. O que havia no buraco era um computador de colo. O computador ligou-se nada mais levantar o ecrã. Reparou em que havia um cabo, um fio. Seguiu-no até dentro dumha casa onde umha velha de noventa e tantos anos fazia contas noutro computador de colo ligado ao seu. Estava corrigindo parâmetros, analisando estatísticas, consultando valores da bolsa para encerrar as contas do ano anterior. Ficara um máster em Massachusetts e facturava quantidades extraordinárias vendendo janelas de alumínio puro de Lugo a Líbia. Se algo falhava, lá estava seu filho, que foi quem abriu à porta ao nosso futuro empresário. O filho ensinou-lhe ao chefe todo o que este sabia de informática, de redes, de linguagem html, javascript, animação 3D... Resulta óbvio dizer que ele apreendera aquilo da sua mãe. Se queres ser um empresário de êxito pensa na fama que têm os mais ricos, quantos mais empregados explores legalmente (digo-cho em confiança e por experiência) menos enriqueces. Há que ter poucos empregados e muito trabalhadores melhor do que muitos e pouco trabalhadores. Ótimo se som as duas coisas. Parece complicado mas é simples. Isto é um dous-mais-dous. Dous legais e quatro ilegais. Quatro horas extras e duas pagas. Com as novas tecnologias, que trabalhem em casa, que assim sai mais barato; estão ao teu dispor a qualquer hora do dia, qualquer dia da semana. Se pedirem aumento, quando os rendimentos da companhia o permitirem, agora é o momento de juntar o ombro e pelejar pela companhia. É importante examinar-lhes bem os dentes e a ossamenta, a ver se vam pedir baixa ou invalidez.

Está contigo o inútil que vai chatear?

O empresário oferecera umha página web ao escritor. Desenhada por ele mesmo, com motivos rurais, rodas de carro de bois, gaitas, zocas e por aí fora. Em troca, o escritor publicitaria o último negócio de telemóveis –subliminalmente, é claro— nos chateos que patrocinaria o empresário. O escritor também tinha de aparecer –segundo o contrato assinado— na fotografia da contracapa dos seus cinco próximos livros com umha gorra de béisbol na qual se via claramente o anagrama da compahia de telefonia móvel.

Pois se esta aí esse inútil, começades dentro de meia hora, diz-lhe que se ponha um instante. Sim senhor K., sim senhor K., sim, sim, claro senhor K., klaro, klarísim, simo, senhor K. O escritor, algo murcho, deixou o telefone no seu sítio Merda. A rapariga fregou as maos e dixo, Faz bom dia, nom é? É hora de começar a trabalhar, nom é? Tem hora, quiere um pouco de água para o chat? O escritor olhava para ela aguardando a que pararam as perguntas. Bom, dixo ela, vou preparar isto, enfim, ligar à Internet, essas cousas, já sabe, a parte técnica.

O escritor famoso tirou os óculos e apertou os lábios esticando a linha da boca,

E esse parro que che pedim antes, quê, vem ou nom vem?

Chocolate nom tenho, mas tenho mariguana, dixo finalmente a rapariga, suspirando vencida. Mariguana? Fijo um gesto de nojo, Eu normalmente fumo chocolate, más se nom há outra cousa. Ela indicou que a seguira. Entrárom num quarto cheio de plantas. As paredes estavam folhadas de papel de alumínio colado. O tecto também. Havia umhas quantas lâmpadas de baixo consumo que foram discretamente roubadas, umha a umha, num hipermercado. Som a minha paixão, em cultivo hidropônico controlado. Temporizadores Chronos, made in U.S.A.; lá de basalto, made in Japan; a que som lindas, é semente holandesa cento por cento. Tirou da algibeira da bata umha saquinha de celofane cheia. Ele regressou frente ao computador e começou a fazer como que quecia os dedos e ensaiava poses de mecanógrafa de oposição. Da mesma algibeira a rapariga tirou um papel de enrolar. O escritor famoso consultou o seu relógio. Ainda tenho tempo. Pediu à rapariga mudar de programa para escever a coluna diária que publicava num jornal. Hoje nom tivera tempo de fazê-la, algo simples, nada de quebrar a cabeça, era umha coluna onde contava as desventuras da sua iguana Juana, ou era Gwana o nome da iguana. Era umha antiga iguana de Tijuana ou do Guaraná, era igual, nom recordava nem de onde era a iguana e nom guardava recibo.

Quando escreveu a coluna, a rapariga sentou ante o computador e tamborilou nas teclas. Deixou a única cadeira que havia na casa ao escritor. Começa o chat.

Téns um copo de água. Aquela rapariga parecia umha cegonha, umha gaivota. O escritor tomou outro porro novo bem feito vendo ainda a saliva húmida, O que purifica o lume que purifica todo. A rapariga duvidara se passar a língua mas, Que caralho que o tivera feito ele. A mariguana que o escritor fumara até esse momento fora sempre de má qualidade. Secretamente sonhava com alcançar os estados de ebriedade que permitiam aos seus colegas escrever as mais grandes páginas. Queria ultrapassar as portas da percepção, This is the end, ~~cantou~~, this is the end my only friend, the end, fumar a planta verde e escrever e rir, the end, mais e melhor, the end, que todos aqueles... Mas sucedia igual que com o chocolate, a erva que lhe vendiam era a pior do mundo. This is the end, my friend, o escritor fumou com fruição e ânsia, the worst is the best porque chegava a hora e aquilo não fazia qualquer efeito.

A nossa amiga fijo outro para ela, depois de comprovar que o escritor que pior impressor começava a produzir-lhe não tinha intenção de partilhar o seu cigarro. Mas antes de dar-lhe o golpe de língua ao seu canuto, contemplou como o sangue fugia todo ao mesmo tempo do escritor e deus sabe para onde. O escritor levava umha camisola vermelha de sorte que o conjunto pronto se transformou na bandeira da Polónia. Ui, que malito estou, estou muito doente, há que suspender o chat, há que suspender o chat. E começou a dar saltos pela sala como umha cabra louca,

*Estou
anjoado
tenho
náusea,*

diz que para que o sangue, com os saltos, volvera à cabeça e subir assim a ténson, que caíra em picado. Explicou todo isto sem deixar de saltar,

*Não
tens
algo de
álcool
forte
para
levantar
a ténson,*

dixo sem deixar de saltar. Tenho patxarán da casa, feito em Amurrio, Pois pom-me um copo. Deixou-se cair na cadeira que rolou até deter-se numha cunca de flocos ressecos do pequeno—almoço do dia anterior. Agora parecia a bandeira da União Soviética, piscava os olhos e ticava celhas e mandíbula sem parar. Um copo? Sim, um copo cheio. Ela pujo sobre a mesa a garrafa

de patxarán que Patxi Kaixoetxea lhe regalara no xxx Encontro Galaico—Euskalduna de Luta Urbana—Kale Borroka. For a um curso interessante aquele. Aprendias a fazer pintadas no casco urbano histórico. Mas primeiro havia que controlar os horários da polícia. As pintadas apenas duravam uns dias. A brigada municipal de pintores apagava-as recém escritas. Se justo pintavas quando passava a polícia, ficavas detido e já era outra coisa, havia julgamento, fotografias no jornal, enfim, o caso tinha outro contrastamento social. Além disso, um companheiro de luta armada conseguira vaga no Corpo Municipal de Pintores e nom era justo pôr em perigo aquele emprego tam necessário para a auto-financiação. A Causa estava clara. Patxarán, nom, nom patxarán, nom, patxarán. Bom resistiremos e se nom há outra coisa, conhaque, nom téns conhaque, Nom, nom tenho, Pois entom patxarám, bota, bota. Ela encheu o copo até o bordo. Ele bebeu todo dumha vez. Aj, dixo, limpando os morros na manga do casaco de Adolfo Domínguez que a sua mulher comprara nos saldos —nunca saberemos realmente para quem, se para ele ou para ela—, recuperando a sua cor amarelada de sempre. Começou a conversar com os primeiros leitores, assim até que ficou dormido. Ele nom recorda se chegou a dormir antes ou depois do final, acha que foi depois de acabar, porque todo o mundo coincidiu em que depois dos quinze primeiros minutos, algo vacilantes, estivera muito inspirado, realmente brilhante. Nom há nada melhor no mundo que o chocolate.

“Nom havia nada melhor no mundo do que o chocolate.” No café, a rapariga que contava repetiu a frase e as duas pugérom-se novamente a rir.

Eu volvim abrir o jornal à procura do meu relato mas nom podia ler todas aquelas palavras teorias prosas matemáticas relato conto pacato zero nada infinito Zefiro torna Zero linda palavra que segundo o Aurélio vinha do árabe *sifr* vazio a palavra levava viajando desde a Idade Média através do *zephyrum* latino do italiano do francês regressou como o vento regressa aquele vento ponderado e incessante eu sou silencioso como o vento Zefiro torna torna zefiro z-zero **agura** o final do bóson de massa literária carga eléctrica nula mediador das correntes neutras nas interações fracas do último verbete do Aurélio últimas palavras fa danzar al bel suon sul prato i fiori torna torna torna Zefiro as raparigas levantárom o acampamento e fôrom-se embora deitando por terra todas as prosas matemáticas do mundo Zefiro torna a dar voltas na cabeça Veneza Ovídio Monteverdi Catalina de Medici Gonzaga Sám Luís Gonzaga santo do irlandês bêbado e miope Zefiro torna toma zefiro dolce color d'oriental zaffiro che s'accoglieva nel sereno aspetto del mezzo puro infino al primo giro dando paus de cego na procura dum pugatório. Zefiro torna torna Zefiro.

(Compostela, 05-23/06 e 21- 22/07/2000)

O neno suicida*

Rafael Dieste

Quando o taverneiro rematou de ler aquela nova inquietante –um neno suicidara-se pegando-se um tiro na sém direita–, falou o vagabundo desconhecido que acabava de jantar mui pobremente num curruncho da tasca marinheira, e dixo:

– “Eu sei a história desse *nenos*”.

Pronunciou a palavra *nenos* dum jeito mui particular. Assim foi que os quatro bebedores de aguardente, os cinco de alvarinho e o taverneiro calárom e escutárom com gesto inquiridor e atento.

– “Eu sei a história desse neno” –repetiu o vagabundo. E, trás uma solerte e bem medida pausa, começou:

– “Alá polo mil oitocentos e ~~trinta~~, uma beata que depois morreu de medo, viu sair do campo-santo florido e recendente da sua aldeia um velho mui velho em coiro. Aquele velho era um recém-nascido. Antes de sair do ventre da terra-mae escolhera ele mesmo esse jeito de nascimento. “Quanto melhor ir de velho para moço que de moço para velho!”, pensou sendo espírito puro. A Nosso Senhor chocou-lhe a ideia. Porque nom fazer a prova? Assim foi que, com o seu consentimento, formou-se no seio da terra um esqueleto. E depois, com carne de verme, fixo-se a carne do homem. E na carne do homem aformigou o calorzinho do sangue. E como todo estava listo, a terra-mae pariu. Pariu um velho em coiro.

De como depois o velho topou roupa e mantimento é cousa de muito riso. Chegou às portas da cidade, e, como ainda nom sabia falar, os ministros, depois de lhe botarem uma capa em riba, levárom-no diante do juiz, dizendo, como se tivessem sido testemunhas: “Aqui lhe trazemos este pobre velho que perdeu a fala com a tunda que lhe dérom uns ladrões mal entranhados: nem roupa lhe deixárom”.

O juiz deu ordens e o velho foi levado a um hospital. Quando saiu, já bem vestido e mantido, diziam-lhe as monjinhas: “Vai feito um bom moço. Até parece que perdeu anos”.

Daquela já aprendera a falar algo e fixo-se esmoleiro. Assim andou muitas terras. Alá em Lourdes estivo duas vezes; da segunda tam remoçado

(*) Adaptaçom de José-Martinho Montero Santalha. O texto vai normativizado tanto na ortografia como na morfologia –mas sempre com escrupuloso respeito ao léxico do autor.

que os que o conheceram da primeira cuidárom que fora milagre da Virgem.

Quando adquiriu experiência avondo, pensou que o melhor era manter secreta aquela estranha condiçom que o fazia mais moço quantos mais anos corressem. Assim, nom o sabendo ninguém –nom sendo um ou dous amigos fieis–, poderia viver melhor a sua verdadeira vida.

Trabalhou de velho e fixo-se rico para folgar de moço. Dos cinqüenta aos quinze anos a sua vida foi a mais feliz que se pode imaginar. Cada dia gostava mais às moças e andou liado com muitas e com as mais bonitas. E até diz-que uma princesa... Pero disso nom estou certo.

Quando chegou a neno, começou a vida a se lhe ensarilhar. Dava-lhe medo a surpresa com que o viam entrar tam ceive nas tendas a mercar lambetadas e joguetes. Algum rateiro de viseira calada tem-no seguido ao longo de muitas ruas tortas. E alguma vez tem comido as suas lambetadas a tremer de angústia, com as bágoas nos olhos e o almíbar nos beiços. A derradeira vez que o topei –tinha ele oito anos– andava mui triste. Pesavam, ademais, tanto no seu espírito de neno os recordos da sua velhice!

Logo começou a lhe escarabelhar dia e noite uma obsessom tremenda. Quando passassem alguns anos recolheriam-no em qualquer caleja **extraviada**. Quiçá alguma senhora rica e sem **filhos**. **Depois...** Quem sabe o que passaria depois! A lactância, os passeios num **carrinho**, com uma sonalha de axôuxeres na mãozinha tenra. E ao **remate...** **Oh!**, o remate punha espanto. **Cumprir** o seu sino de homem que vive ao revés e refugiar-se no seio da senhora rica –poda que quando ela dormisse– para ir ali **devecendo** até se trocar primeiro numa samessuga e depois em arúmia e logo em pequeníssima semente...”

O vagabundo ergueu-se mui pensativo, com as mãos nos petos, e deu alguns passeinhos todo amargurado. Ao cabo dixo:

– “Explico-me, si, explico-me que se chimpasse um tiro na sém o pobre rapaz”.

Os quatro bebedores de aguardente criam. Os cinco de alvarinho sorriam e duvidavam. O **tav**erneiro negava. Quando todos discutiam mais afevoradamente, o **tav**erneiro ergueu-se de súbito nas pontas dos pés e pujo-se a mirar todo ao redor com os olhos mui abertos. O vagabundo desaparecera sem pagar.

(in *Dos arquivos do trasno*, 1926)

A contribuiçom de Joan Coromines à Filologia Basca¹

José Luís Álvarez Enparantza, Txillardegui

(Univ. do País Basco)

Conhecidas as impressionantes dimensões da investigação de Joan Coromines, seria fatuidade irresponsável pola minha parte que, sendo eu simplesmente um linguista basco, nom especializado nas árduas matérias relacionadas com a Toponímia pirenaica, e na fonologia antiga da língua basca, pretendesse dar-vos aqui umha opiniom, à vez global e pormenorizada, do portentoso linguista catalám.

Mas nom quigem deixar de prestar ouvidos ao amável convite da Doutora Maria do Carmo Henriques, organizadora infatigável destes encontros em terras galegas. E limitarei-me a expor-vos o que o meu conhecimento parcial, como já reconhecim ao princípio, provocou na minha própria formaçom e nos meus sentimentos. Julgo que outros muitos *eus-kaltzales* diriam cousas parecidas.

Surge, em primeiro lugar, umha corrente de *gratidom*: ainda lateral no contexto global da sua obra, o trabalho investigador de Coromines à volta da língua basca, foi já *decisivo* em muitos aspectos. E muito especialmente neste bem concreto: no conhecimento que hoje possuímos da *extensom geográfica*, e das características propriamente linguísticas do euscaro de há 10 ou 20 séculos.

E surge, em segundo lugar, outra corrente paralela, de *humildade científica*: à leitura dos trabalhos de Coromines (e eu nom tive a oportunidade até aqui de estudar os nove volumes do seu gigantesco *Onomasticon Cataluniae*) todos nos sentimos, em maior ou menor medida, estritamente ignorantes. E esta tomada de consciência converte-se em aguilhom estimulante, para intentarmos ir muito mais além no estudo da nossa própria língua nacional.

Umha opiniom autorizada, a de Koldo Mitxelena, o maior linguista

(1) Traduzido do espanhol por Jesus Miguel Conde, apresentado no V Congresso Internacional da Língua galego-portuguesa na Galiza (Vigo, 1996).

produzido polo País Basco até hoje, pode servir-nos de introdução ao tema: «A contribuição de Coromines ao estudo da toponímia basca... é decisiva para a história das falas euscaras... Nom pode haver exagero ao afirmar que, do ponto de vista basco, a obra recente de Coromines constitui a maior novidade que desde há bastantes anos conhecêrom os nossos estudos» (*Boletín R. S. B. de Amigos del País*, 1966; 284).

Esta afirmação contundente, realizada há já trinta anos, foi corroborada umha e outra vez nos anos posteriores; polo que há que proclamar claramente que a obra de Coromines é essencial para o conhecimento da língua basca.

Num plano mais pessoal, nom tenho inconveniente em afirmar que a leitura dos trabalhos de Coromines transformou profundamente a minha visão diacrónica da língua basca. Basta ler o meu livro *Euskal Herria hel-buru*, designadamente as pp. 35-58, para assegurar-se do que estou a dizer. (A propósito disto, dentro de três meses aparecerá *Objetivo Euskal Herria*, versão castelhana do mesmo).

Padecendo os bascos, como bem sabeis os mais de entre vós, a divisão secular e a mutilação territorial do país, a leitura de Coromines constitui umha lufada de ar fresco no rosto. Já sabeis que o nosso pequeno país está reduzido a um minúsculo couto folclórico-financeiro: chamado antes «*irurac bat*», com /c/; e hoje, com sobeja impropriedade, «Comunidad Autónoma Vasca».

Desde tempo imemorial, e por razões essencialmente militares, os bascos *refugiamo-nos* nos Pirenéus e nas suas regiões limítrofes; convertendo-se as bacias ferazes do Garona e do Adur, ao norte; e as do Aragom e o Ebro, ao sul, em regiões de conflito permanente, de invasão estrangeira e de ocupação.

Os bascos intuimos isto desde sempre. Basta umha excursão inocente pelas terras da velha «Vascónia dupla: ibérica e aquitânica», mas com os olhos bem abertos, e receptivos à toponímia e à antroponímia encontradas, para voltarmos a casa com a convicção, apenas intuitiva mas insuperável, de que aos bascos *nos expulsárom* da maior parte do nosso solar originário.

Coromines, seguindo nisto o seu compatriota o medievalista Ramon de Abadal, confirma-nos nas nossas presunções com argumentos estritamente linguísticos; que ele maneja, dada a sua esmagadora erudição, com mestria e exactidão surpreendentes.

Começarei por umha anedota.

Desde há muitíssimos anos tinha eu desejos de conhecer *in situ* o celeberrimo mosteiro ribagorzano de Obarra. Sabia, polas minhas leituras, que o Rei Sancho o Maior de Navarra, a princípios do século XI, tinha chegado até ali; e se tinha feito com o controlo daqueles vales; que eram ainda entom (1025) euscaldunos; quer dizer, bascófonos.

É cada vez mais claro que Antso Nagusia tinha culminado umha *reconquista*, mais ou menos consciente, do solar vascom originário; empregando aqui essa palavra com muita maior propriedade que noutros casos que tam bem como eu conheceis.

À chegada a Obarra, para ser sincero, levei umha certa desilusom. O edifício existente hoje (o principal deles, digamos) pareceu-me muito pequeno. Eu esperava um género de Roncesvalles ou de Leire oriental. Extenso, ainda quando fosse em estado de ruína; como acontece com o que fica do mosteiro de San Victorián, junto de Arro, no Sobrarbe vizinho (e que foi também, lembro-o, outro feudo do já citado monarca navarro).

Obarra soava-me a vasconço; mas *obarra* nada significa hoje em euscaro.

Passárom vários anos até que tive a oportunidade de consultar detidamente a *Colección Diplomática de Obarra (siglos XI-XIII)*; publicada justamente em Pamplona (1964) por Ángel J. Martín Duque.

E assim me inteirei de que *Obarra* nom é senom o originário *Ubarra* castelhanizado. O nome aparece umha e outra vez com /U/ ao longo do século XI (*Uuarra*, *Huuarra* até). E isto é decisivo para umha pessoa com ouvido basco. O Vice-*Lendakari*² actual do País Basco chama-se *Ibarretxe*; mas todos conhecemos algum *Ubarretxena*...

Já o próprio Mitxelena escrevia na sua obra *Apellidos Vascos*, de 1953: «Nom é impossível que tenha existido umha forma ocidental **ubar*, var. de *ibar*... por exemplo em *Ubarrundia*, na Reja de San Millán» (Ap. V, p. 156).

Na realidade *ubar* nom é tanto «ocidental» como «periférico». Na toponímia riojana (ver *La lengua vasca en la Rioja y Burgos*, 1978, de J. B. Merino Urrutia) aparecem vários *Ubarra*: em Bañares (58), em Alesanco (64), em

(2) Vice-Primeiro Ministro do Governo Autonómico ou Regional. (N. do T.)

Fresneda (73), etc.

Esta distribuição geográfica do topónimo leva a supor que *ubar* é provavelmente anterior a *ibar*. E que o *Ubarra* ribagorzano é simplesmente umha apelação basca «da primeira geração», se se me permite a expressão. Umha última observação ao respeito: *Obarra* passa por ser um «prado risonho»³; e lemos (*Diccionario Azkue*): «*Ibar*: Vega⁴...».

Por outra parte, é extremamente significativo na inscrição «aquitânica» de Lerga (nom longe da fronteira administrativa actual entre Navarra e Aragom) fazer-se menção justamente de um *Abisunhar*; no que o componente *Abi* (aldeia quase despovoada nas beiras do Esera, em Ribagorza) nom é mais estranho a ouvidos bascos que a palavra *sunhar*, normal em suletino actual (*Diccionario Azkue*, II, 236: «olmo»). A palavra (*h*)*abia* significa «ninho», e *zumar* é o termo guipuscoano habitual para «ulmeiro».

Tudo isto implica um nível elevado de intercomunicação, humana e linguística, entre os diversos vales pirenaicos. *Abisunhar* é um termo rigorosamente homólogo de *Usunaritz*; mas desta vez *Usun* é um termo da Navarra oriental, nom longe de Leire; e *haritz* é a palavra habitual para designar «carvalho».

Há decenas, centos, de «coincidências estritas» deste género nos Pirenéus que se nom furtam à atenção de Coromines.

E aqui tocamos já umha das teses centrais de Coromines; que defende a sobrevivência, até bem avançada a Idade Média, de umha «ilha linguística» bascófona nos Pirenéus; que poderíamos situar, grosso modo, no Val d'Aran - Alta Ribagorza - Alt Pallars. Nessa zona nom há «nem um só topónimo de origem árabe» (*Survivance du basque...*, *Estudis de Toponímia Catalana*, vol. 1, 118).

Isto leva-nos a um redesenho drástico da geografia histórica da língua basca. Há presença basca clara nos Pirenéus Centrais (e ainda nos Orientais, até ao Col de la Perche); as terras baixas do Ebro em Navarra perdêrom a língua muito antes que outras montanhosas oficialmente catalãs; os Pirenéus de Pallars fôrom bascófonos até muito mais tarde que o Sobrarbe, situado justamente entre Navarra e Lérida. Parece que Aran e a Cerdanha fôrom também avançada bascófona em datas anteriores. A leste a fronteira marcavam-na as falas ibéricas; que Coromines jamais considerou bascas, apesar de coincidências produzidas polo contacto prolongado.

(3) «prado risueño» no original. (N. do T.)

(4) «Veiga». (N. do T.)

Coromines dá nomes a esses dialectos pirenaicos, pouco conhecidos «por enquanto»: *vasconço-ribagorzano*, *vasconço-palharês*, etc.

E concretiza, por exemplo, que o léxico do *euskalki* palharês estava «erdaldunizado» até 50% aproximadamente: «le lexique de cet ancien dialecte haut-pallarais a dû être, à peu près, par moitié roman et basque»⁵ (*Est. Top. Cat.*, I, 121).

Contudo, precisa Coromines, esse *euskalki* palharês conservava a sua fonologia originária: «les éléments romans et présentaient les déformations et les traits typiques de la phonétique historique du basque. Pas du catalan; ni, bien entendu, de l’aragonais»⁶ (*Survivance, Est. Top. Cat.*, I, 121; 1958).

Algumas anomalias fonológicas aparentes (existência, por exemplo, das oclusivas surdas *p*, *t*, *k*, em inicial), som mais arcaísmos bascos que inovações devidas a interferência: «Res no ens permet d’affirmer que el basc de l’Antiguitat mostrés la repugnància envers les sor-des inicials *T*- i *P*- que endevinem a través del lèxic basc modern, que només coneixem per les seves supervivències atlàntiques»⁷ (*azpimarraketa gurea da: Ver Entre dos llenguatges*, Ed. Curiel, Barcelona, 1976; vol. 2; 140).

Demos aqui, como vê o leitor, o texto *original* catalám, de Coromines; por a versom castelhana que publicou a revista *Fontes L.* V., em 1973, 13, 5-19, conter vários erros de montagem (até um parágrafo «saltado»); o que nos leva a pedir aos leitores interessados para seguirem o texto de Ed. Curiel, 1976.

Voltando às oclusivas surdas em inicial, assinalemos o facto bem conhecido polos fonólogos bascos, de em roncalês e em biscainho, dialectos periféricos, também existirem oclusivas surdas em inicial. Parece assim outro resto fonológico arcaizante.

Basta dar umha vista de olhos ao interessantíssimo livro *Toponimia euskérica en las Encartaciones*, do P. Sasía (discípulo do eminente P. Serrano) para descobrir análogas tendências no oeste de Biscaia: *Kandiaga*, *Paraia*, *Kaona*, *Karde*, *Turanko* (Mena, XI), paralelos surdos de *Gandiaga*, *Baraiazarra*, *Gauna*, *Garde*, *Durango*, em zonas nom periféri-

(5) «O léxico deste velho dialecto alto-palharês deve ser, aproximadamente, metade românico, metade vasconço». (N. do T.)

(6) «Os elementos latinos e (sic) apresentam as deformações e os traços típicos da fonética histórica do vasconço. Nom do catalám; nem, bem entendido, do aragonês». (N. do T.)

(7) «Nada nos permite afirmar que o vasconço da Antiguidade mostrasse repulsom polas surdas iniciais *T*- e *P*- que adivinhámos através do léxico basco moderno, que apenas conhecemos polas suas sobrevivências atlânticas». (N. do T.)

cas.

Tudo isto confirma a agudeza das análises de Coromines.

Também merece assinalar-se a *assimetria* que descobre Coromines ao norte e ao sul das cristas pirenaicas (algo que lembra o que conhecemos do Cáucaso). Ribagorza e Pallars, meridionais, aparecem como bascófonos persistentes; entanto que a Ariège nortenha nom apresenta traços bascos na sua toponímia: «És possible doncs que a la *meitat oriental d'Andorra* hi hagués gent de llengua diferent, com la de l'Arieia, on tampoc no es troben afinitats basques»⁸ (*Top. Andorra, Est. T. P.*, II, 37).

Mas o mais decisivo das teses de Coromines nom som as análises toponímicas *pontuais* (audazes sempre, geniais e surpreendentes nom poucas vezes: *Estaguja* / *Estávar*; *Edors* (1072), v. *iturres*; *Ezerre* (839), v. *ekhherri*; *Gallorsa*; etc., etc., impossíveis de resumir.

Um único desacordo, pola minha parte: nom acho que se poda sustentar que «en el basc antic “baix navarrès” es diria “*benabar*”»⁹; nem que “*Benafarro*” és el nom basc actual de l'anomenada Baixa-Navarra¹⁰ (*Est.*, II, 61) (?). Parece que Coromines toma aí por «Baixa-Navarra» (o chamado «Sexto Meirinhado», ultrapirenaico), a área geográfica na que se fala *dialecto Baixo-Navarro* na classificação de Bonaparte; que nom coincide com a Baixa-Navarra, «francesa». E deixa-se impressionar por apelações duvidosíssimas e modernas.

Mas a explicação proposta para *Err* (= *Ezerre*), a partir de *Ekhi* + *herri*, parece verosímil: *ekhi* (= «sol») é forma suletina e oriental; e a nom assibilação da oclusiva surda /k/, é fenómeno navarro em zonas próximas a Estella (*iken*, face ao habitual *izan*; verdadeiro elo intermédio entre *izan* e *ukan*, ambos auxiliares básicos na conjugação perifrástica actual). É sabido que nas regiões orientais de Navarra subsistírom, até à extinção dos dialectos, as formas nom assibiladas do género *bekala*, face às gerais género *bezala* (que é a escolhida no estándar chamado «Batua»).

Um bom resumo da posição fonológica a respeito do euscaro pirenaico mantida por Coromines pode encontrar-se na concisa recensom

(8) «É possível portanto que na metade oriental de Andorra houvesse gente de língua diferente, como a da Arieia, onde também nom se encontram afinidades bascas». (N. do T.)

(9) «No basco antigo “baixo-navarro” diria-se “benabar”». (N. do T.)

(10) «“Benafarro” é o nome basco actual da chamada Baixa-Navarra». (N. do T.)

de Mitxelena (BRSVAP 1966, XXII, 283-290; 1966).

Insiste Mitxelena em que o verdadeiramente determinante na demonstração de Coromines é o seu estudo dos topónimos de *origem românica*; que, ao sofrer alterações profundamente coincidentes com a observável nas zonas bascófonas, delatam a existência na região de uma população plenamente euscalduna, que impõe as suas regras fonológicas ao material fónico que cai *nos seus lábios*, se assim se pode dizer.

Costumava exemplificar Mitxelena esta ideia central utilizando o topónimo navarro *Guendaria* (perto de Zufá, zona de Estella, Navarra). A sonorização da oclusiva inicial, e a queda de /n/ intervocalico (lat. *centenaria*) bastam para afirmar com rotundidade que os falantes da zona eram euscaldunos. Para Mitxelena, que segue nisto a Coromines, esta prova vale tanto como um testemunho directo e documentado da praxe linguística da zona.

A impressionante listagem de regularidades *fonológicas* (até uma dúzia) que se assinalam no trabalho (*Survivance, Est. T. C.*, I, pp. 120-142), e que fundamenta o linguista catalão ponto por ponto, com listas consistentes de topónimos bem documentados, deixa encerrado o assunto: nos Pireneus Centrais, e em parte dos Orientais (até ao enclave de Llivia, a leste de Andorra), falou-se vasconço *até finais da Idade Média*.

Na proibição explícita, *por ordenança municipal* de 1349, de falar «bascuenz» no mercado de Huesca, achamos uma confirmação manifesta das teses de Coromines.

Há outro extremo fonológico em que a intervenção de Coromines contribuiu a esclarecer as cousas: na Navarra oriental produziu-se o deslocamento do acento para a direita, e isto em tempos linguisticamente recentes. (Pode ver-se informação a este respeito na minha própria Tese de Doutoramento: *Euskal Azentuaz*, 1984; ponto 3.4, pp. 270-273).

Às listas já conhecidas sobre este movimento do acento, acrescenta Coromines várias, extraordinariamente claras; comparando occitano-vasconço antigo - vasconço actual. Quem quizer conhecer o assunto com pormenor pode referir-se a «*De toponimia vasca y vasco-románica en los Bajos Pirineos*», Fontes L. V. 12, 1972; pp. 299-320. Nos topónimos

navarros (género *Eáurta*, *Ibízta*, *Orbáizta*, etc. observa-se um fenómeno idêntico de deslocamento para a direita: *Jaurriéta*, *Ibilziéta*, *Orbaizéta*, etc.).

Mas vou-me deter aqui, aguardando que as minhas digressões fonológicas tenham podido ser seguidas por vós.

Obrigado pola vossa atençom.

E obrigado, principalmente, em nome de todos os *euskaltzales*, ao exímio catalám em cuja honra este Congresso reuniu.

Umha receita de medicina popular, bilíngüe, em Cerdido no século XVIII

José-Martinho Montero Santalha

(Univ. de Vigo)

Um caderno manuscrito

Num pequeno caderno de papel, escrito com tinta em letra que me parece ser de fins do século XVIII, um membro da família Sábio, da freguesia de Cerdido¹, anotou de sua mão alguns dos foros que correspondiam a ele e a outros membros da família como colectores intermediários das rendas que o Hospital Real (ou Hospital dos Reis Católicos), de Santiago, possuía na zona da ria de Ortigueira, próxima a Cerdido².

A marca translúcida do papel, que talvez possa ajudar a datar mais exactamente o texto, apresenta umha silhueta estilizada de um quadrúpede que me parece ser um boi.

O caderninho constava originariamente de quatro folhas, formadas à sua vez por duas folhas dobradas e cosidas polo meio; mas a folha quarta aparece agora cortada (estaria em branco e seria empregada para outro uso), de modo que só se conservaram as outras três, ainda cosidas com fio branco: o que nos dá um total de 6 páginas. As medidas de cada folha som 10,5 x 15,2 cm., equivalentes ao formato que tradicionalmente se chamava “em oitavo” (isto é, a oitava parte de um duplo fólio).

Também na terceira folha (= páginas 5 e 6), derradeira das conservadas, restavam espaços em branco: a maior parte da página penúltima (= pág. 5) e toda a página final (= pág. 6) do caderninho. Estes espaços foram aproveitados mais tarde para escrever neles diversas anotações, das quais algumas parecem ser provas de pena e, segundo as aparências, alguma delas deve de proceder de diferente mão.

Ora, na parte superior da página derradeira (= pág. 6) anotou-se umha receita de medicina popular que apresenta certo interesse lingüístico, já que, iniciando em castelhano, conclui em língua portuguesa da

(1) Cerdido, a minha freguesia nativa, é umha das três paróquias que constituem o concelho do mesmo nome, no norte da província de A Corunha.

(2) O concelho de Cerdido pertence ao partido judicial de Ortigueira (província de A Corunha), de modo que esta vila foi tradicionalmente a capital jurídica da comarca.

Galiza. Apesar de tratar-se de umha breve frase de poucas palavras, o texto merece atençom, por ter sido redactado numha época em que, como é bem sabido, o testemunho de textos escritos na nossa língua na Galiza é tam escasso.

Dou, em primeiro lugar, o texto da receita com algum comentário, e logo, à maneira de apêndice, a transcriçom do resto do caderno completo.

Texto da receita

Embora o caderno se encontre bem conservado e a maior parte do seu texto seja de clara leitura, a página 6, onde se acha copiada a receita que nos interessa, aparece obscurecida, por ter permanecido dobrado o caderno e ser esta a cara que ficava exposta à luz e ao manuseio. Por isso, nesta página a leitura torna-se duvidosa nalguns pontos. Há ademais dous pequenos buracos produzidos por traça, que atravessam as três folhas pola zona central, mas que nom chegam a dificultar seriamente a leitura.

Eis o texto completo dessa receita (que ocupa 10 linhas de escritura), transcrito literalmente, numerando e marcando com barras oblíquas o início das linhas, e sinalando em negrito a parte redactada em português da Galiza:

- 1/ *Vn poco de miel* [?], *flor de malba, flores*
- 2/ *de Romero, y una poca de Salvia, todo*
- 3/ *Junto cocido en una olla con agua*
- 4/ *consumiendose* [?] *cerca de la tercia parte*
- 5/ *es eficaz remedio para el que tiene*
- 6/ *agua entre cueros beviendo quasi mor-*
- 7/ *na aquella agua* [signo] *laqual **e boa pra***
- 8/ ***oque esta inchado como un tonel p[o]r.***
- 9/ ***beber muita auga Sudado, que***
- 10/ ***entonces sale pola via meatica.***

Os dous orifícios de traça coincidem na linha 8, sobre as palavras *inchado* (na sua parte medial, sobre as letras *-ha-*) e *como* (no seu início, sobre a letra *c-*); mas, apesar disso, creio que nom pode haver dúvidas na restituicòm das letras afectadas, pois, à parte do que se pode deduzir do

contexto, conservam-se parcialmente.

No fim da receita, imediatamente depois da derradeira palavra (*meática*) parece haver umha espécie de assinatura breve, que me resulta impossível de decifrar.

Em versom regularizada graficamente, o texto português seria pois o seguinte:

“é boa pra o que está inchado como un tonel por beber muita auga sudado, que entonces sale pola via *meática*”.

Notas sobre a língua

Ainda que as formas coincidentes entre castelhano e português neste breve texto som abundantes (*que, está, inchado, como, un, tonel, por, beber, que, via*), parece seguro que essa parte final está em português da zona, e nom em castelhano, segundo se deduz das formas nom castelhanas *é, boa, pra, muita, auga, pola*.

Sudado ‘suado’, *entonces* ‘entom’ e *sale* ‘sai’ som formas também castelhanas, mas comuns hoje no português falado popularmente em Cerdido (como noutras zonas da Galiza), e seriam já habituais no século XVIII.

Merecem notar-se os vulgarismos *pra* ‘para’ e *auga* ‘água’, ainda hoje normais na fala da zona e de grande parte da Galiza. Em Cerdido, *pra* concorre com a forma ainda mais vulgar *pa*, que é mesmo a predominante.

No texto creio aparecer *muita*, ainda que nom é leitura totalmente segura; na actualidade a forma normal na zona é *moita*.

Polo sentido, suponho que, contra o que poderia pensar-se à primeira vista, *meática* nom é derivado do cultismo *meato* s.m. ‘conduto, canal’, termo científico de anatomia e de botânica, existente tanto em português como em espanhol (tomado do latim *meatus* / *meatus* s.m. ‘acçom de passar, passagem, curso, passo’, derivado do verbo *MEARE* ‘ir, passar, circular’, do qual é também derivado *PERMEARE*, donde procede o nosso *(im)permeável*), mas que é forma eufemística pseudolatina, inventada talvez polo autor a partir do castelhano *mejar* ‘mejar’ (que, como as correspondentes formas galego-portuguesas *mejar* e *mijar*, procede de um verbo do latim vulgar *MEJARE*, correspondente ao latim clássico *MEJERE*, todos com o mesmo significado ‘orinar’). “Via *meática*” quererá dizer, pois, ‘via

urinária’³.

Na parte castelhana da receita, nas linhas 6-7, aparece o portuguêsismo *morna* (que em castelhano se diz *tibia*)⁴.

O autor

A letra em que está escrita esta receita parece-me ser da mesma mão que a parte fundamental do caderninho (a referente aos foros): um membro da família Sábio, de Cerdido, como fica dito⁵. Segundo creio deduzir-se do texto dos foros, parece identificar-se com Estêvão Sábio.

Nom tenho dados para poder determinar se ele foi o redactor da receita, ou se pelo contrário se limitou a transcrevê-la de algum outro texto como simples amanuense. Visto o conjunto da receita, com a sua mistura de línguas, inclino-me pela primeira possibilidade⁶.

(3) Como em linguagem médica se fala de «meato uninarío», é possível que na mente do autor se tenha dado umha interferência entre o cultismo *meato* e o *meat* castelhano.

(4) No texto relativo aos foros, como se pode ver na transcrição que logo apresento, ocorre repetidamente outro portuguêsismo: a forma *herdero(s)*, que reflecte o português nativo *herdeiro(s)*, em lugar do castelhano *heredero(s)*.

(5) Ainda nos nossos dias, o apelido *Sábio* é frequente em Cerdido. Também pervivem ainda na freguesia outros dos apelidos de pessoas citadas no caderninho, como *Crego* e o meu apelido paterno *Montero* (castelhanização oficialista da forma portuguesa *Monteiro*, documentada em séculos anteriores e usada ainda habitualmente na fala comum para referir-se às pessoas que o levamos).

(6) Em geral conservo o texto tal como aparece; somente modernizo a pontuação e a separação das palavras, e adapto a acentuação nalguns casos e o uso de maiúsculas. Desenvolvo, entre colchetes, as abreviaturas. Para que se possa verificar o meu sistema de transcrição, ofereço como mostra o facsímil da primeira página.

APÊNDICE

Texto completo do resto do caderninho

Transcrevo integralmente o caderninho, sinalando as páginas e, mediante umha barra oblíqua, o início das linhas.

[pág. 1: fólho 1r:]

¹/ Fuero de Santo Adriano de Veiga⁷ ²/ q[u]^e. se paga al Hospital R[ea]^l. de Santiago.

³/ Se pone en tercios: vno es de Andrés ⁴/ de Parga, vecino de S[a]ⁿ. Pedro de Feás⁸, y sus con- ⁵/ sortes; el segundo es de d[o]ⁿ. Antonio Pé- ⁶/ rez, presv[í]t[ero], y sus consortes; el otro tercio ⁷/ es de los herderos [sic] de Andrés Piñeiro, y ⁸/ éste se pone en quintos, y me corresponde ⁹/ medio quinto. Del tercio de d[o]ⁿ. Antonio Pé- ¹⁰/ rez y Senrras toca á Gregorio Crego vn ¹¹/ quarto; y del quarto de d[ic]ho Gregorio me ¹²/ toca vn quarto. Y lo q[u]^e. se paga p[o]^r. d[ic]ho. fue- ¹³/ ro es vna anega de trigo, seis ferrados ¹⁴/ de zenteno y vn ferrado de mixo, y seis ¹⁵/ reales en dinero.

[pág. 2: fólho 1v:]

¹/ Fueros del Yndiano Bermúdez ²/ Fuero de Santiago de Mera⁹.

³/ Por éste se paga [sic] nueve ferrados de trigo, ⁴/ y diez reales en dinero, y p[o]^r. la hacienda ⁵/ q[u]^e. tiene en San Adriano quatro¹⁰ ferr[ados]. ⁶/ de zenteno y dos gallinas. Éste todo se par- ⁷/ te al medio, y vna mitad se junta al ⁸/ fuero de Mineixa¹¹; y la otra se pone ⁹/ en sestos, y de éstos me toca vno, y a Gre- ¹⁰/ gorio Crego de p[o]^r. medio; y del sexto que ¹¹/ tocó al religioso Piñeiro se pone en ¹²/ tercios, y vn tercio se pone al medio, ¹³/ y la mitad de d[ic]ho tercio toca a Sabio ¹⁴/ y a Gregorio Crego, y la otra mitad a los ¹⁵/ herderos [sic] de Juan Gómez; los otros ¹⁶/ dos tercios de d[ic]ho sexto se pone en quin- ¹⁷/ tos, y vno toca a Sabio, y a d[ic]ho Gregorio.

(7) Freguesia de Santo Adriano (de Veiga), do concelho de Ortigueira, na província da Corunha.

(8) Freguesia de (San) Pedro de Feás, do concelho de Carinho, na província da Corunha.

(9) Freguesia de (Santiago de) Mera, conhecia também como Mera de Baixo, ou simplesmente Mera, para distingui-la da vizinha freguesia de Mera da Ribá; ambas do concelho de Ortigueira.

(10) Trata-se da já citada freguesia de Santo Adriano (de Veiga).

(11) Mineixa é um lugar da freguesia de Santo Adriano de Veiga. O texto usa sempre *Mineixa* (com -n- em vez de -ñ-), nom sei se por lapso ou se talvez como tentativa de castelhanizar a forma tradicional.

[pág. 3: fóllo 2r:]

¹/ Fuero de Mineixa¹² y la mitad del de ²/ Mera¹³.

Éste se pone en sestos; toca vn ³/ sesto a Sabio y a Gregorio Crego, y de ⁴/ este sesto les quitan los legatados vn quin- ⁵/ to. Del sesto que tocó al religioso le qui- ⁶/ tan los legatados la tecia [sic: lapso por tercia] y quinta; y ⁷/ lo q[u]^e. queda se pone en tercios, y vn ter- ⁸/ cio se pone al medio: medio es de los her[deros]. ⁹/ de Juan Gómez; y el otro medio es de ¹⁰/ Sabio y de d[ic]ho Gregorio Crego; y los ¹¹/ otros dos tercios se pone en quintos, ¹²/ y vn quinto toca a d[ic]ho Sabio y Gre- ¹³/ gorio Crego. Por este fuero de Minei- ¹⁴/ xa se paga ocho ferrados de zente- ¹⁵/ no, dos de trigo y dos galli - nas.

[pág. 4: fóllo 2v:]

¹/ Fuero de Cabanán¹⁴ que se paga al ²/ Real Hosp[ita]¹ de Santiago entre los ³/ Sabios.

Se importa la paga diez ⁴/ y seis ferrados de [riscado: trigo] zenteno y ⁵/ doce de trigo, y veinte y vn reales, como ⁶/ consta del fuero¹⁵; y de ésta, toca vna ter- ⁷/ cia a los herderos [sic] de Batholomé Sa- ⁸/ bio, que se pone en quartos; vn quarto ⁹/ es de los her[deros]. de Blas do Rio¹⁶, y los otros ¹⁰/ tres de Esteban Sabio y Juan Mon- ¹¹/ tero de p[o]^r. mitad; y los tres reales que ¹²/ dan los de Blas do Rio por el legato ¹³/ q[u]^e. les hizo Fabiana Rodríg[ue]^z. su thia, ¹⁴/ los han de dar a Juan Montero.

¹⁵/ Por la porción que lleba con Miguel Lóp[e]^z. ¹⁶/ y sus consortes, le toca vn diez y octabo ¹⁷/ de vn tercio de vn sesto que tocó a Ju[an]. Rogo [?].

(12) Veja-se a nota precedente.

(13) É a freguesia de (Santiago de) Mera (=Mera de Baixo), dantes citada.

(14) Cabanán é lugar da freguesia de Landoi, do concelho de Carinho. Aparece documentado já desde época medieval, sob a forma *Cabanai* (?), na documentação pertencente ao antigo mosteiro de Pedroso, que tinha aqui propriedades (vid. Enrique CAL PARDO, *El monasterio de San Salvador de Pedroso en tierras de Trasancos: Colección documental*, Excma. Diputación Provincial, A Coruña, 1984, 362 pp., pág. 235: «In terra de Ortiguaria, [...] de ecclesiam Sancti Iacobi de Nandoy, medietatem; villa *Cabanai* cum tota sua directura», documento redactado arredor do ano 1111, mas conservado só em cópia moderna, do ano 1543).

(15) Parece fazer-se referência aqui a um documento de foro que talvez possa achar-se entre a documentação do Hospital Real de Santiago.

(16) Deve de referir-se ao lugar de O Rio, na freguesia de Cerdido, aqui usado já na função de apelido indicando procedência.

[pág. 5: fólio 3r:]

¹/ Con más cinco quartos que paga ²/ a los her[deros]. de Clara Fern[ánd]^{ez}. p[o]^r. las ventas ³/ que le hizo.

⁴/ Son fueros que paga Esteban Sabio¹⁷.

⁵/ Por mandado del señor Provisor ⁶/ de la Ciudad y ob[is]p[a]^{do}. de Mondoñedo.

Aqui conclui propriamente o caderno dos foros. Como já foi indicado, os restantes textos, entre os quais se acha a receita de que falamos, foram adidos posteriormente, aproveitando o espaço que ficara em branco, alguns escritos por mão diferente; vários deles devem de ser simples provas de pena, como fica dito.

Das duas seguintes notas, de mão diferente ao texto dos foros, a primeira foi intercalada antes das derradeiras linhas, arriba transcritas, dos foros, no espaço que ficara em branco no fim da linha 3, depois da palavra *hizo*; a segunda anotação ocupa as linhas finais (7-10) da página.

Jesús, María y Ju[an]¹⁸.

⁷/ Digo yo D. An- ⁸/ tonio Martínez de ⁹/ Parga q[u]^e. p[o]^r. la pre[sen]^{te}. ¹⁰/ visita damos licencia.

[pág. 6: fólio 3v:]

Aqui (linhas 1-10) é onde aparece a receita transcrita acima, da mesma mão que anotou a parte referente aos foros, segundo creio.

Na metade inferior dessa mesma página podem ler-se as anotações seguintes, quiçá também da mesma mão:

(17) Já fica dito que este Estevão Sábio deve de ser o autor e amanuense da maior parte destes textos.

(18) Nom se trata, como poderia crer-se, da expressom devota «Jesús, María y José», pois a abreviatura do terceiro nome corresponde claramente a *Juan*.

11/ *Digo yo d[o]ⁿ. Juan Antonio Sabio Ped [...]*

12/ *Por quanto [...] el señor Lizenciado* 13/ *d[o]ⁿ d[o]ⁿ Marina [?]*

14/ *d[o]ⁿ [...] maria*

15/ *P[o]r mandado*

Estes derradeiros apontamentos (linhas 11-15) parecem-me ser provas de pena.

Algo sobre Brais Pinto e as minhas relaçons com o fato

Luís González Blasco

(Santiago de Compostela)

Em memória de Reimundo Patiño

1. BREVE APROXIMAÇÃO AO GRUPO BRAIS PINTO

O grupo Brais Pinto constituiu-se em Madrid em 1958. Os seus membros iniciais eram Bautista Álvarez, César Arias, Alexandre Cribeiro, Xosé Fernández Ferreiro, Bernardino Graña, Ramón Lourenzo¹, Xosé Luís Méndez Ferrín e Reimundo Patiño; pronto (1959) se lhes uniria Herminio Barreiro. Como eles próprios se tenhem definido mais de umha vez, nom era um fato de intelectuais mas de estudantes e trabalhadores galegos residentes em Madrid decididos a trabalhar pola causa galega; este interesse e umha rebeldia juvenil eram os traços característicos do grupo. Porém, nom se deve esquecer a inestimável ajuda que sempre achárom em Xosé Ramón e Fernández-Oxea (*Ben-Cho-Shey*), membro do Partido Galeguista antes da guerra, represaliado, e que residia em Madrid nessa altura.

Umha das primeiras actividades que emprendeu Brais Pinto foi a ediçom de umha colecçom de poesia da que se chegárom a publicar cinco números: *Bocarradeira* de Ramón Otero Pedrayo (1958), *Poema do home que quixo vivir* de Bernardino Graña (1958), *A Noite* de Xosé Fernández Ferreiro (1959), *O que se foi perdendo* de Ramón Lourenzo (1959) e *Acoitelado na espera* de Xosé Alexandre Cribeiro (1960). Na lapela deste último livro anunciava-se a próxima ediçom de *Bandeiras neboentas* de Reimundo Patiño que nom saíria a lume até 1992 na editorial Espiral Maior, sete anos depois da morte do autor e com um colofom que seria bem do seu agrado:

BANDEIRAS NEBOENTAS

de

Reimundo Patiño

acabou de se imprimir

o día 26 de Xullo de 1992

no 40 Aniversario da execución

(1) Com esse apelido era conhecido Ramón Lorenzo em Brais Pinto e tal é o nome de autor que figura no seu livro *O que se foi perdendo*.

do guerrilleiro galego
Benigno Andrade “Foucellas”
no cárcere de A Coruña.

Na lapela posterior do primeiro volume que publicam os moços de Brais Pinto declaravam as intenções que os moviam ao começarem a sua colecção poética:

BRAIS PINTO é unha colección de poesía fundada por un fato de mozos galegos residentes en Madrid. É a única colección escrusivamente poética que subsiste no ámbito cultural galego. Pretende incorporar aos seus números as voces xóvenes e as derradeiras actitudes da modernidade creadora, sen esquecer aos mestres de sempre nin ás figures (sic) representativas do intre actual en Europa, coidadosamente tradocidas (sic) e anotadas.

Na lapela posterior dos seguintes volumes corrige-se a evidente gralha de *figures* e modifica-se levemente o final que fica da seguinte maneira:

nin as figuras representativas do momento cultural de Europa².

O facto de inaugurarem a colecção com um volume de Otero indica o respeito que sentiam por este vulto da cultura galega. O patriarca das letras galegas aceitou entusiasmado esta homenagem e viajou a Madrid para a apresentação do livro. Este respeito não se estendia, porém, a representantes salientáveis do grupo Galaxia.

Entre outras actividades do grupo devem-se salientar as veladas literárias celebradas para honrar a memória de Ramón Cabanillas (4 de Novembro de 1959) e a de Luís Pimentel (12 de Fevereiro de 1960). Também organizáram, em 1960, um curso de Língua e Literatura galegas que impartia, no local social do Centro Gallego de Madrid, Ramón Lourenzo; passariam anos antes de se organizarem cursos deste tipo dentro das fronteiras do Estado espanhol.

Em Outubro de 1960, Brais Pinto organiza um certame de poesia galega dotado com mil pesetas e a publicação da obra premiada. O prémio ganharia-o Afonso Gallego Vila —ilustrador do livro de Bernardino Graña— com *A cidade é gaivota tesa nas ondas do mar*, resultando finalista —entre outros— Avilés de Taramancos (na altura conhecido ainda como Avilés Vinagre) com *Pequeno canto para un peito xoven*. A obra premiada

(2) O pequeno texto de apresentação serve para dar-se uma ideia da filosofia lingüística de Brais Pinto: apesar de vulgarismos, diferencialismos e castelhanismos próprios do momento, a escolha de formas como *fato* ou *ao* não são próprias do isolacionismo lingüístico. Até a mudança entre o primeiro volume e os seguintes pode ser interpretada como um desejo de correcção.

nom se publicou polas dificultades económicas e humanas que atravessava Brais Pinto devidas à dispersom de muitos dos seus membros que abandonam Madrid por diferentes razons, académicas em alguns casos, profissionais em outros.

O fato nunca chegou a dissolver-se formalmente mas as suas actividades fôrom esmorecendo apesar da tentativa de renovar a produçom editorial em 1974. Neste renascer editorial, devido fundamentalmente a Patiño, mas no que também colabora César Árias, publicaríam-se *Fins do mundo*, relatos de Bernardino Graña ambientados no seu Morraço natal e baseados, alguns, em factos reais; *O naranxo*, contos de Ramón de Valenzuela ilustrados por Xaquín Marín e a obra gráfica *2 viaxes* de Patiño e Xaquín Marín. Este livro quer dar um forte impulso à nascente banda desenhada galega e está formada polo criaçom de Marín: *O longo camiño de volta dende as estrelas* e o de Reimundo Patiño: *A saga de Torna No Tempo*. Completam o volume textos dos catálogos de três exposiçoms: *O home que falaba vegliota*, de Patiño; *Dos pés á testa*, de Marín e da colectiva *Comic Galego* organizada em Compostela pola associaçom cultural O Galo. Todavía há que acrescentar umha *Cronoloxía apresurada (e polo tanto incompleta)* que nom duvido em atribuir ao próprio Reimundo apesar de nom estar assinada. Havia anos que Reimundo Patiño estava grandemente interessado pola banda desenhada, nom apenas como expressom artística mas também como instrumento de comunicaçom. Nesta nova andadura de Brais Pinto como editorial também se publicárom os “Cadernos da Gadaña” onde aparecêrom obras de grande interesse como os *Textos encol da arte galega* de Luís Seoane, os *Poemas caligráficos* de Novoneyra e a primeira ediçom do livro de Joám Guisám que se chamava, na altura, *Orixe certa do Faro de Alexandria e outros contos*.

2. A MINHA ENTRADA EM BRAIS PINTO

Eu estava em Madrid mas non conheci a existência de Brais Pinto até o verao de 1959 durante as minhas férias em Foz. Na minha vila natal veraneava Marina Mayoral, a quem me unia umha forte amizade alicerçada no nosso comum interesse pola cultura e a literatura galegas; nas nossas demoradas conversas informou-me das actividades do fato, falando-me muito especialmente de Patiño a quem conhecia apenas por referências de Ramón Piñeiro³ mas polo que sentia umha grande admiraçom.

(3) Durante bastante tempo Patiño e Piñeiro mantivérom relaçoms pessoais e epistolares. Estas relaçoms fôrom arrefecendo com os anos até se anularem completamente.

Quando em Outubro voltei a Madrid apresurei-me a contactar com o fato. Brais Pinto nom era algo fechado, assim que fum considerado imediatamente como um mais; melhor que um mais, eu era tratado como o benjamim do grupo e chamavam-me “o Rapaz” pola minha juventude relativa. Todos eram jovens mas eu ainda o era mais. Mesmo se me deu a entrada formal no fato com um ceremonial bem característico das atitudes vitais dos Brais Pintos. No exemplar de *A noite* que ainda conservo depois da minha dilatada peripécia vital di assim:

Pra Luis González Blasco, rapaz de Foz (Lugo), que entrou en “Brais Pinto” nesta data, e que pagou a indispensable xarra de viño. ¡Non te asustes do que poida ocorrer eiquí en plazo próximo.

X. F. Ferreiro
23-10-60

É curioso que na dedicatória de *O que se foi perdendo* nom figurem estes pormenores. Lourenzo era considerado como um “home sério” dentro do colectivo; o seu melhor amigo —bem diferente a ele no carácter— era Méndez Ferrín que fora companheiro seu de aulas em Compostela. Na altura Ferrín nom estava em Madrid debido a estar na tropa nas Ilhas Canárias. Esta circunstância fijo que ainda tardasse algum tempo em conhecê-lo. Reproduzo a dedicatória:

Pra Luis González Blasco, este libro antigo, decadente. Que a sua laboura de irmán galego e namorado de Galicia chegue a callar na arela desexada. Cunha forte aperta.

R. Lourenzo
Madrid 23-10-60

3. ALGUMHAS ACTIVIDADES DE BRAIS PINTO E A MINHA PARTICIPAÇÃO NELAS

As “actividades” de Brais Pinto eram múltiplas: umhas com transcendência cara ao exterior e outras nom. As primeiras som —lógicamente— muito mais conhecidas do que as segundas.

As actividades sem transcendência fóra do grupo eram muito variadas e numha classificação nom exaustiva poderiam-se dividir em: lúdicas, de formação política e tertúlias. As lúdicas começavam com umha reunião, geralmente numha pensom que com o tempo seria conhecida pola *Estranha prisom de Huntleigh*⁴ e na que vivia Patiño inicialmente mas pola que fôrom passando Bernardino Graña, Herminio Barreiro e algum mais; outras vezes começavam com umha comida em *La Región Gallega* e até

(4) Nome de um conhecido filme humorístico inglês da época.

com um magosto no campo. Nestas reunions começava-se falando do que for, podia beber-se em quantidades extraordinárias (havia momentos em que se chegava a beber polo çoco de Patiño)⁵; era freqüente que neste estado de bebedeira se passeasse pola Gran Vía ou por outros lugares céntricos de Madrid onde, sem molestar pessoalmente os viandantes, realizavam-se actos que os escandalizavam extraordinariamente. Quando nom se saía da *Estra-nha prisom de Huntleigh*, Patinho podia acabar destroçando os seus próprios quadros ou pintando febrilmente, quase despido, com pinturas acrílicas sobre grandes taboleiros pousados no chao movendo-se ao redor deles; numha destas sessons compujo Bernardino, mentres Patiño pintava, o seu poema “Oda mariña ás forzas de Patiño e Jackson Pollock” incluído no poemário *Profecía do mar* e que tem a dedicatória *Pra ti, Reimundo Patiño, ¡raio tolo!* A este tipo de actividades poderiam-se acrescentar outras como o ritual entre Patiño e Ferreiro (às vezes podia variar o interlocutor) quando se dirigiam a cear em *La Región Gallega*: ao passarem por diante de umha capela evangélica, Patiño dizia sempre: *Ferreiro, este o derradeiro reduto da cultura ocidental*, contestando-lhe Ferreiro: *Patiño, este é o último reduto da cultura ocidental*. Todas estas e outras actividades parecidas están, parcialmente, na base da caracterizaçom do grupo feita por um dos seus integrantes (Méndez Ferrín, 1984: 261):

O grupo “Brais Pinto”, concretado no café madrileño “Los Mariscos”, rúa de San Bernardo, ó redor de 1958, tivo un carácter anarcoide, paralelo e concomitante co movemento “beatnik” norteamericano e esluíuse ó comenzo dos anos sesenta.

O seu radio de actividade foi amplo e sobardou, con moito, a estrita preocupación poética. O pensamento nacionalista, progresivamente radicalizado na dirección marxista, foi obxecto de continua elaboración. De “Brais Pinto” parten, asimismo, moitas das ener-xías que levaron cara diante a empresa da “nova narrativa”. Neste mesmo senso, foi elaborado polo grupo un núcleo de doutrina que, dende bases informalistas, tentaba de renovar a pintura galega. Culminou este intento na creación do grupo plástico “A Gadaña”⁶.

Nestas actividades nom participavam todos os membros do fato. Por exemplo a César Arias, considerado como o mais sério do grupo, era raro achá-lo neste género de “actos”; porém, Arias era fundamental nas actividades de Brais Pinto; o trabalho que supunha a impressom e difusom dos livros da colecçom dificilmente seria levado a cabo de nom ser pola autoridade desta pessoa, respeitada e querida por todos.

Entre as actividades de formaçom política, salientava o estudo e debate de *Sempre en Galiza* que dava pé a mais amplos debates políticos.

(5) Assim lhe chamávamos ao çapato ortopédico que se via obrigado a utilizar.

(6) Mais argumentos neste sentido podem ver-se mais adiante no subapartado 4.1.

Nunca esquecerei a primeira vez que li a primeira edição de *Sempre en Galiza*; Patiño era o afortunado possuidor de um exemplar introduzido clandestinamente pelo seu tio Antón Patiño “o velho” e havia que guardar um turno rigoroso para aceder à sua leitura. Também não esqueci os comentários despectivos que sobre o livro me fizeram no círculo de Ramón Piñeiro quando cheguei a Santiago todo orgulhoso da minha leitura.

As tertúlias celebrávamo-las no café *Los Mariscos* próximo a *La Región Gallega* onde jantávamos frequentemente alguns membros de Brais Pinto. Estas tertúlias não tinham uma assistência fixa e por elas podiam aparecer pessoas que não pertenciam ao fato, como Xavier Costa Clavell, ainda que mantivessem cordiais relações com os seus membros. Os temas tratados eram muito variados: literatura, arte, política, etc.; certamente não faltavam conversações menos transcendentais e, sobretudo, o tema fundamental era Galiza —que, como os homens de *Nós*, considerávamos inscrita na cultura universal passando por cima da espanhola— e a sua liberdade. Uma anedota de Patiño reflete o carácter do grupo tal e como foi definido por Ferrín: muitas vezes lhe escutei uma acção de protesto que estava disposto a fazer: lançar-se um 25 de Julho envolto na bandeira galega desde o alto da fachada do Obradoiro quando Franco sair da catedral depois de fazer a “ofrenda” e procurando cair-lhe encima.

Nestas actividades não públicas de Brais Pinto participei desde a minha integração no grupo até a minha marcha de Madrid.

Enquanto às actividades com transcendência exterior nas que participei não foram muitas por se estarem acabando quando eu me integrei. Acabava de sair do prelo o livro de Cribeiro e participei na sua distribuição: metê-lo em sobres, franqueá-lo e levá-lo aos Correios.

Não lembro ter assistido aos cursos de Lourenzo no Centro Gallego, suponho que já teriam finalizado naquela altura. As nossas relações com o Centro sempre foram difíceis: estava dirigido pelo general Lobo Montero, parente de Franco, a quem entre nós alcunhávamos “Bobo Tontero”; o próprio Centro conhecíamos-lo sob o bem justificado alcunho de “Centro Manchego” (creio lembrar que era Patiño o autor destes sobrenomes). As nossas idas ao Centro eram bastante esporádicas e tinham como objectivo fundamental descobrir se aparecera alguma pessoa nova que pudessemos ganhar para a nossa causa. O nosso enlace fundamental ali era Ben-Cho-Shey e os nossos contertúlios mais habituais —na minha época— eram, para além de Ben-Cho Shey, Carlos Martínez

Barbeito e Ramón Cabanillas, filho, de volta do exílio mexicano; resultavam curiosas as longas conversas entre Ben-Cho-Shey e Barbeito: o primeiro sem falar umha palavra de espanhol e o segundo a falar castelha-no constantemente⁷. No Centro tivérom lugar os primeiros contactos entre Luís Soto e Brais Pinto. Eu nom estiven presente no primeiro mas si no segundo (é possível que —logo de tantos anos— me engane a memória e que eu conhecesse Soto em Santiago e nom em Madrid, mas creio que foi em Madrid).

Também participei no júri que outorgou o prémio a Afonso Gallego. Tivemos bastantes dúvidas entre Gallego e Avilés Vinagre e quem resolveu o assunto foi Patiño ao afirmar que conhecia poemas de Afonso Gallego bastante melhores de alguns dos que enviara; a decissom final —privada— consistiu em dar-lho a Afonso e no momento de dar a lume o livro incluir nel esses outros poemas de que falava Reimundo. Infelizmente a obra literária de Afonso Gallego permanece inédita.

4. MAIS SOBRE BRAIS PINTO E ALGUNS TESTEMUNHOS DA MINHA PERTENÇA

No livro de Suso de Toro sobre Camilo Nogueira, Joám López Facal afirma (1991: 27-29):

Lembro en Madrid, cando chego no 59 ou 60, dous núcleos ou tres de estudantes galegos. Un primeiro núcleo que se movía arredor do Centro Galego. Alí estaban os de “Brais Pinto”, César Arias, Raimundo Patiño, Ben-Cho-Shey, Ramón Lorenzo, Luís González “Foz”, Ferrín...

No contributo de Herminio Barreiro ao número que *Dorna* dedicou a Patiño: *Aqueles anos do Brais con Patiño*. (*Apuntes testimoniais, 1959-1964*) pode-se ler (1985: 28):

Ferrín voltaba a Galicia. Bautista era un volcán. O Rapaz (Luís González Blasco) apuntaba estratexias e iniciativas que cabreaban a algúns. Cribreiro aportaba unha visión partidaria sen concesións. Bernardino marchaba tamén. Ferreiro xa estaba na Coruña. Arias trataba de manter Brais Binto en base a necesidades nacionalistas elementais. Lorenzo estaba en Alemania. (...)

Em *Profecía do mar* Bernardino Graña dedicou-me o penúltimo poema, “Apocalipse”. Este poema compujo-o, ao tempo que o ia recitando, na

(7) Por este motivo, entre nós, chamávamos-lhe «Barbecho» e até lhe compúnhamos pareados como «a Barbecho, con una piedra en el pecho». Porém, estimávamo-lo e respeitávamo-lo. Barbeito era muito amigo de Ridruejo e sempre nos dava algunha información política da oposiçom nom comunista e do regime.

cafeteria “Compostela” de Santiago diante de mim. Fernández Ferreiro e outros celebrávamos entusiasmados o processo de composiçom do poema. Na sua terceira ediçom, anotada e editada por Xosé M. Millán Otero, figura a seguinte nota (1995: 118):

Lois González Blasco, Foz: Militante nacionalista achegado⁸ ao grupo Brais Pinto na súa etapa madrileña; membro destacado du-rante a dictadura da Unión do Pobo Galego e, xa a fins dos setenta e comezos dos oitenta, co-fundador de Galicia Ceibe (O.L.N.)⁹.

Outro testemunho da minha pertença a Brais Pinto acha-se no livro de Costa Clavell *Agora que vou morrer axiña...* mas dadas as características deste livro e a que nele se esclarecem certos pormenores sobre Brais Pinto julgo que bem merece um subapartado.

4.1. Brais Pinto na memória de Costa Clavell

Xavier Costa Clavell escreveu um romance bastante estranho em que se misturam duas açons; umha delas contém certos pormenores de carácter mais ou menos autobiográfico onde se narram factos reais nos que a memória do escritor joga um papel muito mais importante do que a sua imaginaçom. O livro resulta muito útil para conhecer o mundo de Brais Pinto e confirmar algumas das opinions de Ferrín. Vou reproduzir alguns parágrafos dele, umha parte tem a ver comigo mas outros reflectem o modo de viver dos Brais Pintos. Di Costa (1993: 47-48):

Foi naquel tempo cando coñecín a un fato de galegos que vivían en Madrid e que, andando o tempo, chegarían a ter sona en Galicia. Algúns deles foron os que formaron o hoxe ben coñecido grupo nomeado Brais Pinto, un afiador apócrifo que, segundo Fernández Ferreiro, recorrera toda Europa e chegou á mesma Rusia. A lenda inventouna Fernández Ferreiro, pois en realidade, o afiador chamado Brais Pinto nunca existira.

Eu adoitaba ir a “Los Mariscos”, un café situado na rúa de San Bernardo, case esquina coa de Noviciado, e naquel establecemento un camareiro, sabendo que eu era galego, levoume á mesa na que estaban sentados o pintor Reimundo Patiño e Fernández Ferreiro...

Tamén ían polo café “Los Mariscos”, ademais de Fernández Ferreiro, Bernardino Graña —outro fundador de Brais Pinto—, Ramón Lourenzo —igualmente fundador do grupo—, Bautista Álvarez, Herminio Barreiro, Crieiro, Blasco —que os da tertulia chamábanlle “O rapaciño”, porque era moi novo, e que despois acadou certa sona co alcume de “Foz”, o seu pobo—, nos mentideiros antifranquistas de Santiago e que viviu varios anos eisiliado en París, onde rematou a carreira na

(8) Este *achegado* atribuo-o à campanha já em marcha para negar a minha pertença ao grupo.

(9) Há umha inexactitude já que em Março de 78 participei na fundaçom do Partido Galego do Proletariado. Galicia Ceibe fundou-se o 21 de Abril de 79; também desta organizaçom —que nom substituí, mas coexiste durante bastante tempo com o PGP— fum co-fundador.

Sorbona, mentras traballaba na famosa editorial “Ruedo Ibérico”¹⁰. César Arias, que tivo moito que ver à hora de impulsar practicamente as edicións de Brais Pinto, home que traballaba nunha empresa cun bon soldo, e a quen o Patiño e mailo Ferreiro chamábanlle humoristicamente “Sarxento Batista”¹¹, anque no fondo o apreciase sinceramente e o alcume —derivado do carácter rexo do César— fose rematadamente inxusto.

Estou certo de que o bom amigo Costa me permitirá citá-lo *in extenso* em cousas que já nom me atingem pessoalmente mas que deitam luz sobre a atitude vital dos homes de Brais Pinto. Fago-o todavia por ser a obra de Costa pouco conhecida, sendo como é, umha fonte importante para o conhecimento do que foi Brais Pinto (1993: 51-54):

O Bernardino era un tipo moi especial. Tan pronto estaba ledo e brincaba igoal que se fose un cadeliño novo coma se sentía inesperadamente triste, deprimido, angustiado. (...)

Durante algún tempo hospedouse nunha pensión de mala morte na que compartía a habitación cun marroquí que tiña un posto de baratixas no Rastro madrileño. Tratábanse de hirmáns e o Bernardino axudáballe ó árabe polas mañáns dos domingos vendendo os chirimbolos máis heteroxéneos. O poeta era discípulo de Dámaso Alonso na Universidade e unha mañán domingueira o profesor achegouse ó posto cando ollou ó Bernardino e, abraiado, despois de comprobar que non se trabucaba, preguntoulle que facía alí. O poeta, avergoñado, só foi capaz de responder que estaba axudando a seu hirmán Mohamed.

A indumentaria de Bernardino Graña era, ás veces, do máis pintoresco. Téñoa olla -do no inverno cunha cravata de lazo amarela, unha bufanda a cadros de cor lila predominantemente e unhas alparagatas (sic) brancas de vran. Tan pronto bebía deica estar bébedo un día enteiro coma pasaba unha semán sen proba-lo alcohol.

O Ramón Lourenzo ia, anque menos co Patiño, o Fernández Fe-rreiro, o Méndez Ferrín ou o Bernardino Graña, bastante pola tertulia do café “Los Mariscos”. Era un home moi “ligón”. Parez ser que se lle daban as mulleres coma as moscas á mel. Ía sempre escrupulosamente peinado, coido que con fixapelo, coma un galán de cine dos anos trinta. Tiña unha intelixencia privilexiada e un coraxe para saír adiante nos estudos de moito sandiós. Díciase que era o discípulo preferido de Dámaso Alonso. O Ramón semellaba estar sempre de mal humor, anque ás veces botaba unhas gargalladas abertas, rotundas, que esvaían o seu suposto mal carácter. Aínda que hoxe é coñecido e xustamente admirado como o sabio filólogo que é, no Ramón había —e supoño que sigue habendo— un estupendo poeta. (...)

O Criqueiro, Pepe ou Pepiño como lle chamaban case tódolos seus amigos, por aqúelas calendas andaba metido nas cousas do cine.¹² (...)

Un mozo co que tiven moi boa amizade foi o Bautista Alvarez que estivera, coido, durante algún tempo no Seminario. Daquela, cando ia pola tertulia de “Los

(10) No libro de Costa cométem-se dúas leves inexactitudes ao falar de mim: nom me chamavam «o rapazinho» mas «o rapaz», tampouco acabei a carreira na Sorbona senom que comecei —e rematei— umha nova —*Linguistique Générale*— na universidade de París VIII (Vincennes).

(11) Existía também umha leve semelhança física. Doutro modo nunca sería alcunhado assim naquela altura em que todos admirávamos Fidel Castro.

(12) A Criqueiro nom cheguei a coñecê-lo durante a minha estadia em Madrid por nom coincidirmos cronologicamente em dita cidade. Os meus avatares biográficos figérom que nom chegasse a coñecê-lo até à reunión de Lugo de que falearei mais adiante.

Mariscos”, o Bautista era delgado e levaba un bigode que lembraba o de Clark Gable. (...)

Un rapaz que me tiña moita simpatía e me trataba coma un verdadeiro amigo era o Herminio Barreiro. Gracias a el, fumaba de cando en cando, un puro habano dos que lle mandaba seu pai, que non sei que posto ocupaba no porto de Vigo, e que Herminio me regalaba a min. Até entón eu non chegara a fumar en Madrid mais que, ás veces, unha faria. O Herminio Barreiro era xa naqueles tempos o único marxista declarado naquela inesquecible tertulia. (...) O Herminio vivía, xunto co Reimundo Patiño e penso que tamén co Bernardino Graña e máis outros rapaces, nun piso da rúa das Infantas¹³. Alí pillei unha bebedeira de pai e moi señor meu. (...)

Todos este homes —moi xóvenes naqueles anos— e, por suposto, tamén moito máis xenerosos e valentes—, cheos de ideais galeguistas e solidarios, axudáronme dabondo nos primeiros tempos do meu porco exilio en Madrid...

Citarei outros parágrafos nos que aparecen Ferrín e Patiño (1993: 100-101):

Ás veces, cando estaba moi necesitado, atrevíame a pedirlle cinco ou dez pesos ó Patiño, cantidades que nunca me negou nen eu lle paguei endexamais. O Patiño era un home dunha grande xenerosidade, a pesares do francimento do seu entrecollo, xesto habitual nel, pero que coído adoutaba artificialmente as máis das veces, para dar imaxe de home enviso en trascendentais lucubrazóns. Era moi argallán e gostáballe embromar á xente. De min dixo un día que eu era fabricante de moeda falsa e que tivera un grande fracaso ó falsificar billetes de setenta e cinco pesetas. Dixo que estaba procesado por falsificación de moeda.

O Ferrín, rindo a gargalladas, defendeume:

—Iso non é falsificación de moeda, hom. Ó non circular billetes legais de setenta e cinco pesetas o que el fixo non é ningún delito. É un xogo de humor, unha proba da súa condición de artista...

—Iso é o que di o xuíz encargado do seu proceso, que non remata de xuzgalo e condenalo ¿Non sí, meu amigo?

Eu limíteime a sorrir.

A generosidade de Patiño e o seu particular sentido do humor —assi como o de Ferrín— ficam bem reflectidos neste trecho. Poderiam-se acrescentar muitas outras anedotas, referidas ao próprio Costa, bastante mais graves que nom vou contar. Quando Costa levava tempo sem aparecer por “Los Mariscos” sempre se lhe inventavam —sobretudo por Patiño— tremendas aventuras nas que nunca saía bem parado; nom sei como Costa sempre chegava a ter algunha noticia e muito aginha aparecia pola tertulia sem fazer referência nengumha ao que se lhe tinha inventado.

Mais adiante narra mais anedotas de Patiño em que aparecen algumas das suas frustraçons e novamente a sua generosidade sem limites (1993: 106-108):

(13) Trata-se d'A *estranha prisom de Huntleigh*.

Cheguei a coñecer moitas cousas deles, anécdotas especialmente protagonizadas por cada un dos que ían polo café “Los Mariscos”. De quen máis cousas soupen foi tal vez do Patiño. Algunhas coñecinas por seres (sic) testigo presencial eu mesmo e a maioría contábamnos un periodista que ía ás veces polo café de cuio nome non me lembro. Este xornalista, moi mediocre profesionalmente, galego tamén coma todos nosoutros era un tipo frustrado e con malo leite dabondo.¹⁴ (...)

El foi o que me contou que o Patiño fora, unha noite cun amigo seu que chegara da Coruña, co que fixera a carreira de Comercio, de putas, de dormida. Seica, segundo o xornalista de marras me contou, o Patiño, que levaba tempo dabondo sen botar un polvo —unha serán díxome que as mulleres non existían, que eran un invento de Franco para nos alienar—, calzouse as botas aquela noite e botoulle varios manívetes á furcia coa que lle tocou íres (sic) ó leito. O xornalista díxome que, cada dúas horas aproximadamente, despois de se correr, chamaba moi educadamente á rameira petándolle cun dedo nun hombreiro e dicíalle: “¿Otro, por favor?”. E que, xa, satisfeito momentáneamente o seu apetito sexual, descabalgaba do corpo dela e dáballes as gracias moi compridamente. Serían xa as seis ou sete da mañanciña e o Patiño tiña botado polo menos tres ou catro polvos, cando ó chamar á súa compañeira de dormida, que naqueles intres botaba un ben gañado sono, ela respostou cabreada: “Pero, bueno ¿es que no me vas a dejar descansar? Ni que hiciera diez años que no hubieses jodido con una mujer”.

Outra anécdota do Patiño era a que contaban os seus amigos do seu quixotesco comportamento cunha moza marroquí, famenta e pobremente vestida, á que o meu inescitíbel amigo lle daba a miúdo cartos para comer. Eu cheguei a coñecela. Non era fea e tiña un corpo ben proporcionado, pero a miseria debuxábase, non só nas súas roupas senón tamén na súa faciana e no seu corpo desnutrado. Os compañeiros de tertulia dicíanlle ó Patiño de coña que era a súa amante. Estou seguro que o Patiño era o único deles que non se deitaba coa marroquí e cos (sic) seus tratos coela limítábanse a axudala no que podía.

Así era o meu amigo, que, denantes de morrer, chegou a ser un pintor de recoñecida valía.

A primeira das anécdotas é evidentemente apócrifa. O propio narrador autodiegético —*alter ego* de Costa— non ousa contá-la directamente, limitando-se apenas a pô-la em boca de umha personagem bastante estranha. Contodo, é possível, porém, que o conto ciculasse nos meios de Brais Pinto e achegados; eu próprio creio que o ouvím. Trata-se de umha dessas anécdotas fictícias que circulavam polo grupo e eram características do peculiar sentido do humor que nel havia. A base da anécdota estava na autêntica frustração sexual que sofreu Patiño durante muitos anos; frustração que também se dava em muitos outros jovens —eu próprio— da sua geração e das seguintes. No caso de Patiño estava agravada polos seus defeitos físicos. É umha de tantas cousas que temos que agradecer ao nacional-catolicismo da época. Felizmente, Patiño acabaria achando em Mari umha companheira ideal que guarda a sua memória —e boa parte da sua obra— zelosamente.

(14) Se realmente existiu este jornalista, eu non o lembro em absoluto.

Seguirei citando a obra de Costa Clavell (1993: 125-128):

O Bernardino Graña dicía que estaba namorado dunha maniquí que había nas Galerías Preciados e sempre que pasaba por alí mirábaa con ollos de cordeiro dego lado, embelezado. Botaba diante da maniquí uns intres e seica lle dicía apaixonadas verbas de amor. Con-táramo o Patiño que presenciara o (sic) escea dúas ou tres noites.

Tamén me contou o Patiño unha lexendaria pelexa que tiveran o Ferrín e máis eles cuns madrileños nunha tasca. Os meus dous amigos entraran no establecemento cuns valdepeñas de máis, moi farrucos, e ó ouvir que un grupo que arrodeaba unha barrica que facía de mesa, sobor da que había varios vasos de viño, cantar o “Cara al Sol”, empezaron a gritar cara ós madrileños: “¡Viva Galicia ceibe, carallo! ¡Abaixo o fascismo!”. Os outros, ó principio, olláronnos despreciativamente, sen lles facer moito caso. Mais, cando o Patiño e o Ferrín, que pediran na barra dous tintos, escomezaron a cantar o himno ós supostos falanxistas, que eran unha media dúcia (sic) estes recolleron o reto. Un deles berrou: “¡Callaos, gallegos de mierda”.

Ó ouvir o aldraxe o Patiño e máis o Méndez-Ferrín (sic), coma dous novos quixotes, anque bastante bébedos, respostaron: “¡Hijos de puta!”, “¡Fascistas!”. Armouse unha grande liorta na que, como era de supoñer, tendo en conta que os meus amigos eran triplicados en número polos seus contrincantes, ademais de que tiñan máis viño entre peito e costas, o Patiño e máis o Ferrín levaron a peor parte. Déronlles unha soberana tunda. Golpearon neles durante uns interminábeis seis ou sete minutos, até que o dono da tasca conseguiu separalos.

O Patiño díxome que lle puxeran a cabeza derriba dunha barrica e empezaron a caír sobor do seu corpo golpe tras golpe. Mentres lle zoscaban labazadas sen parar, o meu amigo, sumido nunha nuboeira, metade polo viño trasfegado, metade pola malleira que lle propinaban, pensaba, entre sospiros: “¡Algún día pararán, carallo!”.

O Méndez-Ferrín, que era moito máis corpulento, aínda resistiu uns intres, reparando hostias e puñadas entre os inimigos que o arrodeaban e acosaban, pero levou tamén unha boa soba.

Unha noite que o Patiño e máis eu estiveramos recorrendo tascas durante catro ou cinco horas, bebendo viño a destallo, atopámonos á beira do pazo da duquesa de Alba, tumbados, sen forzas para nos erguer e coa cabeza turba polo exceso de alcohol. Coido que debemos de dormir unha soneca. Despois, cando o entendimento empezou a clarexar un pouco as nosa mentes, o Patiño escomezou a filosofar coma adoitaba encol do senso da vida. Rematou aquela leizón maxistral coesta frase, que moitos días repetíamos os dous como unha pregunta que tiña moito de ritual:

—Pero, ¿qué carallo facemos aquí embaixo destas árbores?¹⁵

Lémbrome moi ben nestes intres da escea que protagonizou unha mañán, das poucas mañáns que eu saín á rúa, durante anos, nunha estación de Metro, en Argüelles. Non recordo agora o motivo —talvez estaba interrompida a liña por algunha avería e o tren non chegaba á estación—, pero o caso foi que os pasaxeiros protestaban tumultuariamente e, nun intre dado, ollei coma o Ferrín tomaba, con ar líder revolucionario, a palabra e arengaba apaixonadamente ós viaxeiros, que o escoitaban en silencio, moi atentamente. Non sei moi ben o que dicía o Ferrín, pero recordo a súa gallarda figura ergueita, coa man dereita dirixida cara os ouvintes, ós que tiña engaiolados. Gardo na memoria esta imaxe e sempre a vencello á famosa

(15) Esta frase era característica nom apenas de Patiño mas também de Ferreiro e constituía um dos «ritos» de Brais Pinto.

fotografía de Lenin dirixíndose con xesto de irresistible veemenza ás multitudes.

Tamén gardo na memoria —esto contáronmo, non recordo quen, na tertulia da rúa de San Bernardo— a intervención do Ferrín nunha asamblea do Centro Galego de Madrid, do que foi presidente durante unha chea de anos o Xeral Lobo Montero. O Ferrín levantárase para facer unha protesta contra non sei que das actividades da Xunta Directiva, pero Lobo Montero a penas lle deixou falar, interrompíndoo coes - tas democráticas palabras: “No sé para que se molesta usted, si aquí todos estamos unánimes...”.

*Teño presente igoalmente a imaxe de Fernández Ferreiro, sempre argallando grolas (sic) e inventando lendas, coma a da muller do abrigo verde da que dicía estar namorado e que non lle quería presentar a ninguén, e non o podía facer pola sinxe - la razón de que aquela muller non existira nunca e era unha invención máis do autor de **Morrer en Castrelo de Miño**. Este amigo meu foi asimesmo o inventor do ulcismo, unha especie de surrealismo máxico cheo de atraíntes posibilidades lite - rarias, cuio escorredizo miolo só o Ferrín era capaz de apreixar analiticamente.*

Por unha vez a citaçom será breve (1993: 156-157):

Ía, ás veces, sempre que a fame podía máis ca vergoña, a xantar ou a cear nunha casa de comidas populares que había na rúa de Noviciado e que se chamaba “La Región Gallega”. O establecemento era unha especie de cuartel xeral gastronómi - co dos mozos do grupo “Brais Pinto”, de xeito especial do Patiño e máis do Fernán - dez Ferreiro, que eran clientes diarios, polo mediodía e pola noite. Comíase alí moi ben, uns guisos caseiros, ben feitos e que custaban un precio máis ben barato. O que servía era un fillo do dono —tamén ás veces unha filla—, boísima persoa, que tiña comigo un trato de favor, case o mesmo que lles facía ó Patiño e máis ó Fernández Ferreiro, que foron os que me levaron a “La Región Gallega”.

A descriçom que se fai no libro do cuartel xeral gastronómico de Brais Pinto nom pode ser mais exacta.

Mais unha breve, e derradeira, citaçom, onde transparece a generosi - dade de Patiño (1993: 170-171):

Aquel día non xantara nen ceara. Non tiña un can e dérame vergoña ir ver ó Patiño ó Banco¹⁶ e pedirlle cinco ou dez pesos. Estaba canso de lle dar calotes e, ás veces, aínda que el nunca me negara o que lle pedía, sempre pequenas cantidades, pero que a min tirábanme do atoladeiro inmediato no que adoitaba estar encerellado económi - camente, non tiña forzas para dar o paso e prefería pasar fame antes de voltar a foder ó meu amigo pedíndolle un préstamo que sempre era de conto pola miña parte, pois nunca lle paguei unha peseta das moitas que me ten emprestado.

5. A MINHA ÚLTIMA REUNIOM COM O GRUPO BRAIS PINTO

O 10 de Dezembro de 1982 começara eu a traballar como profesor nom numerário de Língua e Literatura em Burela. Fora o ano em que a introduçom do ensino da Língua e Literatura em COU obrigara a

(16) Patiño começou traballando na sucursal do «Banco de La Coruña» em Madrid, situada na rua Infantas. Quando este Banco foi absorvido polo Banco de Bilbao, mantivo-se a sucursal de Infantas e nela continuou Patiño.

Consellería de Educación a contratar novo persoal.

Nom lembro exactamente o día, mas deveu ser pouco antes das férias de Natal, em que recibim um telefonema no liceu: era Fernández Ferreiro que nom sei como conseguira localizar-me. A sua chamada tinha como objectivo informar-me do desejo de Patiño de reunir todos os “Braís Pintos” o doze de Janeiro de 1983, día da inauguración da sua exposición “Pinturas 1977-1982” no Círculo das Artes de Lugo.

Foi para mim —e para todos nós— um día memorável. Estávamos todos e algum mais como Novoneyra (muito achegado ao fato), o pai —e creio que também o tio— de Patiño, Benxamín Casal e pode que algum outro cuja presenza nom lembro. A imprensa fijo-se eco da exposición e do reencontro publicando-se várias fotografías, como a reproducida no número 9 de *Dorna* e a aparecida em *La Voz de Galicia* o 16 de Janeiro de 1983¹⁷. Na reproducida em *Dorna* estamos estritamente os membros de Braís Pinto, na publicada em *La Voz de Galicia* também están Casal e Novoneyra.

Depois desta houve outras reunions do grupo mas eu já nom assistim nem fum convidado. A primeira foi bem triste e nom houve convocatória: tratava-se do enterramento de Patiño (o melhor de todos nós). Quando se produziu o fatal acontecemento da sua morte, eu estava de férias em Portugal; nom me inteirei até o meu regresso quando o querido amigo já estava soterrado. Fum visitar o pai à Corunha para chorarmos juntos a dolorosa perda e tivo a gentileza de me regalar o catálogo da exposición antolóxica que se celebrou em Madrid no Centro Cultural del Conde Duque sob o patrocínio da Consellería de Cultura da Xunta de Galicia e a Cámara Municipal de Madrid. Aquele verao de 1985 ainda estivera eu com Patiño na Corunha. Lembro-me de que —entre outras cousas— discutíramos da normativa do galego.

6. AS MINHAS RELAÇÕES POSTERIORES COM OS ANTIGOS DE BRAIS PINTO

As minhas relações com os antigos membros do grupo seguírom a ser cordiais —mais que cordiais— até o meu enfrentamento com Ramón Lorenzo (mais correcto seria dizer o seu enfrentamento comigo). Foi a finais de Julho de 84; eu vinha de aprovar —em Ponte-Vedra— as oposições livres para o corpo de professores agregados de Língua e Literatura. Encontrei Lorenzo em Santiago, na popularmente conhecida

(17) De ambas as fotografías voltarei a falar.

como “Costa da Camélia”. Ele sabia que eu me apresentara às oposições e perguntou-me pelo resultado, dixeram-lhe que aprovara. Felicitou-me e acrescentou, mais ou menos literalmente: “Agora nom te vaias fazer lusista”. A minha contestação foi que tal cousa era impossível dado que já era reintegracionista. Ramón Lorenzo excitou-se terrivelmente mentres eu tratava de calmá-lo dizendo-lhe que tal cousa nom tinha nada a ver com a nossa amizade pessoal, velha de tantos anos, mas ele começou a insultar-me e insultar colectivamente todos os “lusistas”. A grandes berros, que chamavam a atençom dos passantes, dizia que estávamos acabando com o galego. Eu nom queria argumentar e, quando podia, dizia que se tratava de umha escolha lingüística e que o galego podia ser perfeitamente defendido desde posiçons reintegracionistas sem negar que também pudesse sê-lo desde outra opçom que o nom fosse. Rematou dizendo que os lusistas devíamos ser todos metidos num comboio e enviados a Lisboa; ao retrucar-lhe que podia dizer *trem* como os brasileiros, a sua exaltaçom nom tivo limites. Vendo o escândalo público que estava armando —eu falava sempre em tom mesurado e sem alçar a voz—, fum-me e aí terminárom as minhas relaçons com ele.

Com os outros membros do antigo Brais Pinto seguim mantendo relaçons muito cordiais, apesar de nom sempre coincidirmos em matéria normativa. O próprio Ferrín, com o que mantenho diferenças políticas e sobretudo lingüísticas de importância, continua sendo amigo meu e na dedicatória autógrafa do seu último livro *No ventre do silencio* escreveu:

Ao meu mellor amigo de onte, de hoxe e de mañá. A Luís González Blasco. Unha aperta.

Xosé L. Méndez (a última parte da assinatura é ilegível)

Maio 1999

Porém, Ferrín sabe que tenho criticado em várias publicações as suas teses lingüísticas.

7. AS ÚLTIMAS REUNIONS DE BRAIS PINTO

Como dixeram mais acima, depois da de Lugo, houve outras reunions do grupo às que nom fum convidado. Suponho que a razom nom é outra que um veto por parte de Lorenzo e aqui começa umha manobra por parte de alguns isolacionistas, discípulos de Lorenzo, na que se chegou a negar nom apenas a minha pertença a Brais Pinto mas o meu nome e até a minha própria existência como demonstrarei no seguinte apartado com apoio fotográfico.

8. A MINHA PROGRESSIVA DESAPARIÇOM

Para além de nom se me citar como pertencente a Brais Pinto, nem tam sequer como achegado, há dous testemunhos gráficos que som umha boa prova do que dizia ao final do apartado anterior.

A fotografia que figura na página 29 do número 9 de *Dorna* tem um pé que di o seguinte:

Arriba: Reimundo Patiño, Bernardo (erro por Bernardino), Bautista, Ferrín, Herminio e Ferreiro.

Abaixo: César Arias, Lorenzo, Crieiro e outro.



Pois bem, esse “outro” som eu. É mágoa para o desconhecido “autor” do pé da foto que na página 28 da mesma revista —precisamente en face— apareça o parágrafo de Hermínio Barreiro em que se cita o meu nome e ao que me referim mais acima. O coordenador da revista é Luís González Tosar e o seu comité de redacçom está formado por Henrique Monteagudo Romero, Ramiro Fonte Crespo, Xosé Antonio López Dobao e Xesús Otero Molares; a revista está domiciliada no *Departamento de Filoloxía Galega* da Universidade de Santiago. A maioria dos responsáveis conhecem-me pessoalmente e o resto sabem de mim. Nom sei a quem deles atribuir a minha passagem ao anonimato, também ignoro se foi iniciativa pessoal ou se se obedecia algum tipo de consignas.

Muito mais grave me parece o ocorrido no livro de conversas com Xosé Luís Méndez Ferrín de que som autores Xosé M. Salgado e Xoan-M. Casado. Na página 237 do livro reproduz-se a fotografia aparecida em *La Voz de Galicia* o 16 de Janeiro de 83, falsificando-a vilmente da grosseira forma que se pode apreçar nos

documentos
adjuntos. A falsificação
nom tem outro ob-
jectivo que fazer-me
desaparecer da foto-
grafia -quicá o res-
ponsável gostaria de
fazer-me desaparecer
na realidade? A fal-
sificação é tam to-
sca que o pobre César
Arias, que estava re-
clamando a minha
atenção, fica em po-
sição completa-
mente absurda.

Nunca existírom no Círculo das Artes os estranhos objectos que figuran no centro da fotografia. Tendo em conta que nom conheço Xoan-M. Casado e as

relaçons de de-
pendência exis-
tentes entre X.
Manuel Salgado
e Ramón Loren-
zo nom tenho
nengumha dúvi-
da em fazê-lo
pessoalmente
responsável de
tamanha vileza.

Infelizmente
esta fotografia
foi reproduzida,
inocentemente,
em alguma
outra publica-



com. Destarte, a minha “desaparição física” vai-se consolidando.

9. CONCLUSOM

Parece ser que na guerra sem quartel que o isolacionismo lhe tem declarado ao reintegracionismo vale todo, pelo menos para alguns dos seus mais sectários partidários. O facto de ser reintegracionista, “agravado” neste caso por ter ocupado durante muitos anos cargos de responsabilidade no Conselho da AGAL e durante alguns menos o de Vice-presidente do seu Conselho, justificaria os intentos de reescrever a história para me ir eliminando paulatinamente da mesma até chegar ao inqualificável intento de me fazer “desaparecer fisicamente”; com funda tristura chego a pensar que, se lhes for possível, esta minha desapareção física nom se limitaria ao puramente gráfico. É lamentável que as diferenças de opinião em matéria lingüística cheguem a tais extremos e desde agora fago um chamado para umha civilidade no debate científico. Nos últimos tempos pudérom-se ver alguns sinais esperançadores nesse caminho. Oxalá continuarem mas o mal que se fijo já é irremediável e nom espero dessas gentes que reparem o mal causado confessando publicando as suas tórpidas manobras.

BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V.(1985): *Dorna, expresión poética galega*, n. 9. Universidade de Santiago e Xunta de Galicia. Santiago.
- Costa Clavell, Xavier (1993): *Agora que vou morrer axiña...* Edicións do Castro. Sada
- Cribeiro, Xosé Alexandre (1960): *Acoitelado na espera*. Brais Pinto. Madrid.
- Fernández Ferreiro, Xosé (1959): *A noite*. Brais Pinto. Madrid.
- Graña, Bernardino (1958): *Poema do home que quixo vivir*. Brais Pinto. Madrid.
- Graña, Bernardino (1974): *Fins do mundo*. Brais Pinto. Madrid.
- Graña, Bernardino (1995): *Profecía do mar*. Xerais Vigo.
- Lourenzo, Ramón (1959): *O que se foi perdendo*. Brais Pinto. Madrid.
- Méndez Ferrín, X.L. (1984): *De Pondal a Novoneyra*. Xerais. Vigo.
- Maín, Xaquín e Patiño, Reimundo (1975): *2 viaxes*. Brais Pinto. Madrid.
- Otero Pedrayo, Ramón (1958): *Bocarribeira. Poemas pra ler e queimar*. Brais Pinto. Madrid.
- Toro, Suso de (1991): *Camilo Nogueira e outras voces*. Xerais. Vigo.
- Valenzuela, Ramón de (1974): *O Naranxo*. Brais Pinto. Madrid.

O compromisso ético-político na literatura... (galega)¹

Luís G. Soto

0. A literatura comprometida²

Sob o rótulo «literatura comprometida» cabem, a traços largos, três formulações ético-políticas³ do labor artístico-literário: o compromisso do autor, o compromisso co destinatário e o compromisso na escrita. Ainda, cumpre acrescentar umha quarta modalidade, normalmente ausente e excepcionalmente patente: o compromisso lingüístico.

As duas primeiras formulações som mais bem políticas e nelas o compromisso é, em certo modo e com matizes diferentes, externo à obra, podendo chegar —e polo geral, no segundo caso, chegando efectivamente— a aderir-se a esta. Por esta exterioridade do compromisso, estas formulações resultam, muitas vezes, aparentemente alheias à literatura. A terceira fórmula é mais propriamente ética e nela o compromisso, que agora é inscrito na escrita, é interno —inerente— à obra. Esta resulta às vezes entom, ao entretecer-se a aposta ética coa proposta artística, aparentemente desprovida de compromisso. A quarta fórmula, possível só na literatura dumha língua —como a galega— cerceada por um conflito

-
- (1) As reflexons vertidas no presente trabalho surgen, em boa parte, ao carom e ao fio dalguns textos de Roland Barthes, junto com outros da literatura galega (em especial, de Eduardo Pondal), comentados num nosso seminário de doutoramento sobre «A ética da escrita», que, alternando com outros, levamos celebrando, desde 1989, na Universidade de Santiago de Compostela. Agradeço aos participantes as suas enriquecedoras críticas e propostas, achegadas ao longo destes anos.
- (2) Normalmente, coloquialmente, a literatura comprometida é definida ora por exclusom desvalorizadora (efectuada desde «fora», desde um campo alheio ou desde o outro campo) ora por oposiçom revalorizadora (efectuada desde «dentro», desde o próprio campo) face à literatura pura: quer dizer, a pura literatura sem adjectivos... ou sem atributos. Tal partiçom, como veremos, tem umha pertinência limitada. No entanto, dessa concepçom vulgar convém reter um par de notas, conotadas polo qualificativo «comprometida»: que fazer essa literatura significa «ter um compromisso» e «estar num compromisso».
- (3) A médula teórica, no nosso trabalho, é constituída polo aporte de Barthes. Da sua obra, no nosso seminário sobre «A ética da escrita», revisitamos os seguintes textos: *Le degré zéro de l'écriture*, Paris, Seuil, 1953; «Littérature et méta-langage», «La réponse de Kafka» e «Écrivains et écrivants» in *Essais critiques*, Paris, Seuil, 1964; «L'effraction du sens», «L'exemption du sens», «L'incident» e «Tel» in *L'empire des signes*, Genève, Skira, 1970; «Préface» in *Sade, Fourier, Loyola*, Paris, Seuil, 1971; *Le plaisir du texte*, Paris, Seuil, 1973; *Leçon*, Paris, Seuil, 1978; «Longtemps, je me suis couché de bonne heure...» e «On échou toujours à parler de ce qu'on aime» in *Le bruissement de la langue*, Paris, Seuil, 1984. Oferecida esta relação, omitimos a seguir as citas destes (e assimesmo doutros) textos de Barthes, tendo em conta que —em especial ao falar de literatura «radical»— haveriam de ser numerosas.

lingüístico, participa um pouco dos traços gerais das três anteriores.

A teor disso, o compromisso do autor, o compromisso co destinatário, o compromisso na escrita e o compromisso lingüístico podem, respectivamente, ser enquadrados nas epígrafes seguintes: literatura e hegemonia; literatura «social»; literatura «radical»; literatura «essencial».

1. Literatura e hegemonia

De entrada, o compromisso do escritor, entendido como a sua filiação política e/ou a sua militância intelectual e pessoal públicas, pode ser completamente independente do seu trabalho literário. Com efeito, só na medida em que o autor se implique na sua obra, esta incorporará algo das suas escolhas ético-políticas (i.e.: da sua ideologia, da sua cosmovisão, etc); mas, este escritor comprometido nom tem que —e acotio nom persegue— implicar-se na sua produção artística. Ainda mais, este escritor comprometido até mesmo, no limite, nom deve (é-lhe quase vedado) misturar o seu empenhamento político-intelectual co seu trabalho literário: ao contrário, procurará aparecer ante o público (no mercado literário), através da image gerada pola avaliação estético-artística da sua obra, como um escritor convencional. Quer dizer, um autor normal: um criador artístico, um escritor profissional.

Por outras palavras, o combate deste escritor —cuja acção partidária ou militante pretende, em último extremo, mudar o mundo— nom consiste em converter politicamente —orientando os seus conteúdos— a literatura, senom que radica em expropriar politicamente —deslocando os seus detentores— a instituição literária. O combate deste escritor inscreve-se, pois, na luta pola hegemonia cultural⁴: aqui, o que está em jogo nom é a eficácia política de tal ou qual obra literária senom que, a vaza em liça, é a propriedade política da instituição literária,... visando obter umha rentabilidade estritamente política (em síntese: umha legitimação, desde eleitoral até governamental) dessa apropriação —essa «soberania» conquistável— estritamente estética.

(4) Estes nossos presupostos entroncam coas reflexons de A. Gramsci sobre a hegemonia e em torno à cultura, a literatura, os intelectuais e até a filosofia, detectáveis —espargidas— nas antologias *Cultura y literatura* (Barcelona, Península, 1967), *Introducción a la filosofía de la praxis* (Barcelona, Península, 1970), *Política y Sociedad* (Barcelona, Península, 1977), entre outras. Historicamente, esta formulação do compromisso favoreceu —designadamente e sobretudo, em Itália — um florescimento cultural —por fora, e até contra, da canónica do «realismo socialista»— na órbita do comunismo. Basta pensar no cinema de Pasolini. Por outra parte, esta dissociação entre os empenhamentos político e estético foi —é — praticada por multitude de artistas (em geral, nom só escritores).

Em consequência, a literatura produzida por este escritor é maiormente —quer ser— perfeitamente convencional, respondendo às demandas do público (as preferências dos leitores e/ou as tendências da crítica sancionadas —consagradas— polo mercado e/ou pola academia⁵). Mas, ainda que a sua literatura esteja isenta do seu compromisso, o escritor este —comprometido pola sua vinculação a algum contra-poder— nom deixa de atopar obstáculos (e, por outra parte e em menor medida, de receber apoios) na sua carreira profissional, segundo os poderes com que se enfrenta (e os poderes em que descansa). Sobre a sua obra paira com freqüência a suspeita de ser partidária, havida conta que, ao contrário, qualquer poder soberano —e todo o que cai sob o seu manto— goza da presunção de universalidade. De igual modo, o escritor nom comprometido (aquele que nom inquieta, nem coa sua pessoa nem coa sua obra, o/s poder/es reinante/s) é umha figura da universalidade: a sua obra costuma ser apresentada (e/ou publicitada) —no mercado, na academia— nom só como puramente artística senom tamém como incluindo contidos, se nom mesmo transcendentais, transcendentes, alheios portanto a qualquer particularismo humano.

2. Literatura «social»

Doutro lado, o compromisso co destinatário⁶, entendido como a remissom —ou a simple dedicação— da obra a um receptor último que é —mas que, na opiniom do escritor, nom deveria ser— marginal dentro do público literário ou que mesmo está —mas que, na opiniom deste autor, nom deveria estar— excluído do consumo literário, acarreta já —ainda que seja mínima— umha mudança na concepção da literatura e nas feições da obra. Com efeito, escrever para um público minoritário —que é reduzido porque está minorizado— ou até para um público potencial —que é futurível porque está impossibilitado— implicará provavelmente desatender, ou polo menos descuidar, as preferências vigentes, dominantes e maioritárias.

(5) Sob esta denominação incluímos o conjunto de instituições (as universidades, as publicações especializadas, as próprias academias,... etc) que ministram os critérios de validade estética, dizendo que é (e que é o que é) «belo», «sublime»,... em definitivo, o literariamente bom e mau.

(6) Entroncamos, aqui, ao falar de «literatura social» e de «compromisso co destinatário», cos presupostos de J.P. Sartre expostos em *Situations, II* (Paris, Gallimard, 1948), fundamentalmente no influente e debatido ensaio «O que é a literatura?». Desse modo, a produção literária de Sartre —a narrativa e, mais caracteristicamente, o teatro— constitui umha boa mostra desta literatura. Que conta, por outra parte, com inúmeros cultores (seguidores e cultivadores).

Contodo, esta literatura —digamos— para os oprimidos ou, melhor ainda, para os despossuídos (i.e.: os submetidos, os marginais e os excluídos a respeito do/s poder/es reinante/s), em geral, nom difere grandemente da convencional. Pois, às vezes, porque o escritor, fazendo dos despossuídos o seu destinatário último e indirecto, continua a falar (primordial e directamente) ao público real. E, outras vezes, porque o escritor, ao fazer dos despossuídos o seu destinatário primordial e directo, tem entom que empregar as fórmulas literárias convencionais, já que estas constituirám —muito provavelmente— o único cânone conhecido e prestigiado a olhos desse seu público nascente.

Por outro lado, a escolha dos despossuídos como destinatários nom obedece, polo geral ou quase nunca, a umha predilecçom pola sua particularidade (quer dizer, à sua condiçom presente: o seu submetimento, a sua marginalidade, a sua exclusom), senom que responde à convicçom do escritor de que aqueles constituem um germe de universalidade. Mais exactamente, essa escolha é devida ao convencimento de que os despossuídos —detentores porém, até mesmo ignorando-o eles próprios, dumha essência (e umha correlativa potência) larvada(s) e impedida(s) no seu desenvolvimento— representam a «boa» (a verdadeira) universalidade: ou seja, umha universalidade virtual, germinal ou emergente, progressivamente realizável e abolidora de toda a presente negatividade, oposta à «má» (a falsa) universalidade —umha particularidade encober-ta pola sua pretensom totalizante— do público reinante (procedente e composto dos sectores —as classes, os géneros, as raças, etc.— socialmente dominantes). Em conseqüência, este escritor procura transtrocara na sua obra (no interior da literatura) as situaçoms e posiçoms vigentes no seu mundo (no exterior da literatura): quer dizer, os equilíbrios forçosos (de pobres e ricos, mulheres e homes, negros e brancos, etc.) e as condiçoms forçadas (de pobres, mulheres, negros, etc.), perseguindo em geral antes a dissoluçom do conflito que a inversom do antagonismo.

Fora disto, esta literatura —que vamos chamar «social»— nom se aparta grandemente das fórmulas convencionais. Designadamente, nom renuncia a oferecer umha image (ou a facilitar umha projecçom) especular, bem que alterada e refractada, do seu possível público: fundindo e cindindo aqueles que dominam (que som os que constituem, integram e conformam, o público corrente: os poderes e sujeitos subjugantes, agora questionados) e aqueles que resistem (que som os que constituem, engrossam e modulam o público emergente: os poderes e sujeitos submetidos, agora encorajados). Decorrentemente, a circulaçom e recepçom desta literatura, que promove desde a neutralizaçom do jogo de forças

sociais até a mudança de papéis dos contendentes sociais, nom é — enquanto se mantiver (e costuma fazê-lo) dentro do cânom geral normal— especialmente problemática. Assi, dum lado, sobre o público corrente, cuja concepçom e apropriaçom do mundo som questionadas e atacadas, desde o momento em que é aceita, a obra terá efeitos reconciliatórios e/ou catárticos (efeitos estes que nom necessariamente temhem umha traduçom na realidade, comportando umha sua efectiva modificaçom). E, por outro lado, sobre o público emergente, cuja existência e potência som afirmadas e encorajadas, desde o momento em que é reconhecida, a obra terá efeitos identificatórios e/ou coesionadores (efeitos estes que tampouco temhem necessariamente nengumha incidência na sua prática, acarretando umha sua efectiva mudança).

Em qualquer caso, a fortuna desta literatura comprometida —a sorte destas obras «sociais»— depende muito da sua capacidade (a sua aptitude) para mediar entre as partes em liça (os bandos em luita): noutro caso, quando o produto literário se decanta polas forças resistentes e/ou é assumido apenas polos poderes emergentes—, entom sob a acusaçom de partidismo político (e, portanto, ideologismo) esse produto resistente/emergente é —por parte do público (pola crítica) dominante— desprovido de qualidade literária (estética, artística) e deslocado da cultura, ficando confinado e sendo valorizado no âmbito dumha subcultura⁷.

3. Literatura «radical»

Por último, o compromisso na escrita⁸ incide sobre a obra mesma, afecta o âmago da literatura. Para este tipo de escritor comprometido, escrever nom é cumprir cumha actividade profissional senom que é realizar um exercício virtuoso. É próprio da sua obra ultrapassar as convençons literárias, desactivá-las (amolecê-las) menos enfrentando-se a elas que desviando-se delas. Este escritor procura, ante todo, escrever «bem», situando esta «bondade» mais alá e/ou por fora da correcçom definida e exigida pola gramática da língua e pola retórica da literatura.

(7) De essa maneira, mesmo a literatura especializada polo seu público segundo as convençons do mercado (por exemplo: a infantil, a juvenil, a feminina, agora a feminista,...) é nom raro contraposta, com intençons desqualificadoras, à literatura sem adjectivos.

(8) O visado aqui é, pois, o que Barthes chama a «ética da escrita». Da sua reflexom sobre a literatura, cabe citar —a título de exemplo— duas referências constantes: B. Brecht, M. Proust.

Para ele, o que pode —o que logra— dizer está inextricavelmente ligado às palavras com que dizê-lo. Concentrando-se no seu trabalho sobre a linguagem, perseguindo tornar dizível e/ou deixar dito «algo»⁹, este escritor experimenta —conhecem-se e questionam-se na sua escrita— os limites, as restrições e as obrigações da sua língua, a literatura e até a cultura.

3.1. Abalar —sacudir, remover, agitar— a cultura

Assi, a respeito do dizível, a cultura dispom sempre dum regime ideológico e retórico¹⁰, umha regrage —nem sempre uniforme e estável— segundo a qual é estabelecido (produzido e distribuído) o permitido, o prescrito e o proibido. Para o escritor, muitas vezes, as restrições som devidas mais às prescrições assinaladas e às permissões consentidas (i.e., ao facto de poder dizer só aquilo que lhe é prescrito e aquilo que lhe está permitido) que às proibições impostas (i.e., ao facto de ter vedada a dicção daquilo que é proibido). E, normalmente, o escritor, antes que lutar co inefável, tem que fazê-lo co proscrito, que toma formas várias —desde a simple rejeição até o total repúdio— com dicibilidades —presenças e expressões— diversas: o contra-dito, aquilo que é combatido; o inter-dito, aquilo que é reprimido; e o indizível, aquilo que, inadmisível, é banido, ficando fora, excluído e bloqueado.

Pois bem, a linguagem literária devido ao seu estatuto ficcional¹¹ —quer dizer, ao seu carácter nom-factual e nom-veritativo—, permite alargar o regime de dicção vigente no espaço público: é esta umha circunstância com frequência aproveitada polo escritor que pratica a literatura «social» para fazer umha obra politicamente subversiva. Neste caso, a inscrição do dito no âmbito da ficção (a criação literária), deslocando-o da realidade —o feixe de factos ou panóplia de eventos— e até do registo discursivo (da notícia ao panfleto) abrangidos pola política, outorga-lhe umha caução estético-artística, que refreia e até suspende o policiamento discursivo ideológico-retórico característico da política, sem privar essa obra dumha ressonância política. Mas, também acontece exactamente o contrário: o cariz estético-artístico da produção literária pode assimesmo ser alegado para restringir, dentro da literatura, a liberdade de expressão existente —o elenco do dizível corrente— no espaço público (quan-

(9) Ese «algo» pode ser mesmo o silêncio.

(10) Ou, noutros termos, «umha liberdade de expressão», assente segundo os casos com violência e legitimação variáveis. Obviamente, o que está em jogo nom é só a «expressom» senom também a difusom, a recepção, a comunicação, etc.

(11) Sobre a ficcionalidade, e em geral sobre o regime —os caracteres— da literariedade, incide G. Genette em *Fiction et diction*, Paris, Seuil, 1991.

do menos, nalgumas zonas).

Por suposto, o outro escritor comprometido, aquel cujo compromisso é jogado na própria escrita, tem que enfrentar, na sua obra, a clausura ideológico-retórica —os imaginários— que lhe marca a sua cultura. E também ele procura —tenciona— safar-se dela —deles—, logrando a sua obra, havida conta que a exterioridade absoluta é umha absoluta impossibilidade, desmarcar-se por espaços e por momentos, mas sem achar um lugar estável para assentar (e de onde assestar) a sua recusa, a sua aposta. Ora, nom é só que esta obra nom disponha dum acolhimento previsível: quer dizer, nom é só que esta obra, ao nom surgir por umha procura social —quando menos— virtual e/ou nom contar cum público interessado —quando menos— potencial (enfim, ao nom corresponder a umha perspectiva compartida —i.e., ao nom dever-se a algum interesse ou, antes de nada, a algum imaginário partilhado— por escritor e destinatários), nom disponha em conseqüência dumha acolhida —umha recepçom crítica e leitora— previsível,... senom que esta obra tem umha recepçom —umha assimilaçom— difícil, porque na sua escrita é inscrita, pondo nela umha fissura ou umha mácula crítica, umha desconfiança —um distanciamento— a respeito da literatura.

3.2. Abalar —sacudir, remover, agitar— a literatura

Por outras palavras, estoutro escritor comprometido, fugindo do enclaustramento e encapsulamento ideológico-retórico, nom acha acougo no domínio da literatura. Pois, a sua palavra —a sua escrita— nom encontra refúgio ajeitado no regime da ficçom, em síntese, na mendacidade literária propiciadora dumha enunciaçom alienante e dumha recepçom alienada; vendo-se este escritor por outra parte, ao fazer literatura, necessariamente obrigado a inscrever a sua obra —em pureza, a escrever— numha language ficcional. Em conseqüência, para estas obras, a única saída é umha soluçom de compromisso: combinar a asserçom literária (e nom renunciar, portanto, à literatura) e a negaçom da literatura (e denunciar, portanto, o literário). Com isto, na obra é inscrita umha verdade —algo é dito— a par e polo viés da patentizaçom (a ostensom crítica) da falsidade (o carácter ficcional) da literatura.

Dalgum modo, o escritor translada, coa sua obra, as suas reticências face à literatura perante o leitor. Este é levado a umha recepçom —umha leitura— desencantada (consciente) e trabalhosa (activa), ao dextrar nessa obra, em que é deposta e reposta a literatura, umha reactivaçom e desactivaçom do literário que, evidenciado e re/assumido pola escrita,

nom deixa de embrulhar —já que lhe cabe veiculá-la— qualquer mensagem inteligível. Com efeito, ao mostrar —exibindo— a tal umha mentira manifesta— a ficcionalidade da literatura, estas obras dificultam —embaraçam, estorvam e até empecem— a leitura alienada, na qual, se é de tipo alucinatório, a ficção é tomada por realidade e, se é de tipo ilusório, a ficção é tomada por verdadeira representação da realidade. Ora, a alucinação e, sobretudo, a ilusão estético-artísticas constituem o regime —a forma— normal do consumo literário, informando a atitude e a prática leitoras habituais do público corrente¹². Ademais de na literatura convencional, isto é igualmente válido quando se trata de obras «sociais». Compreende-se, entom, a soidade destoutro escritor comprometido: quer dizer, as dificuldades na circulação e as resistências na difusão da literatura «radical». Pois, frente à alucinação e à ilusão que fascinam, empurram e arrojam o leitor na obra, a consciência da ficção —o descobrimento, a exposição e a percepção da artificiosidade do artifício literário— refreia —desdoura— as incantações —a taumatúrgia— da literatura e, se nom elimina o interesse pola tal obra, induz —exige— umha reflexividade —umha pensatividade— no leitor¹³.

Ora bem, isto nom quer dizer que, neste tipo de obras, a mensagem inteligível esteja em condições de ser depurada da ficcionalidade e tornada verdadeira: como se o leitor, captando o abalamento do literário, com dar umha outra volta à torniqueta¹⁴, pudesse escorrer a literatura da escrita e obtivesse —lesse nesse mesmo texto— um outro género de discurso, nom-ficcional, cujas proposições poderiam ser declaradas verdadeiras ou falsas, julgadas boas ou más, etc. Com efeito, a colocação entre parênteses do literário, característica destas obras comprometidas, nom fai (mais) verdadeiras as suas mensagens: abandona-as simplesmente (mais) abruptamente no âmbito (da indagação) do possível, onde —por obra da crítica e/ou dos leitores— as mensagens percebidas podem ser incorporadas por outros discursos, estes si, veritativos, justificáveis, etc.

3.3. Abalar —sacudir, remover, agitar— a linguagem

Neste ponto, que poderia ser denominado a livração do conteúdo (ou apresentação das mensagens), a literatura «radical» comporta um outro

(12) Lembrando a S. Freud, valeria dizer que o público leitor consome, com maior ou menor consciência, os «sonhos diurnos» do escritor.

(13) É bem significativa, a este respeito, a problematização do papel do actor no teatro desde finais do XIX e, sobretudo, pelas vanguardas históricas, como mostra D. Plassard em *L'acteur en effigie* (Lausanne, L'âge d'homme, 1992).

(14) Ou seja, tal o giro mental que o leitor, a teor do seu título *The Turn of the Screw*, deve proporcionar à história —a anedota— desse romance de Henry James.

empenhamento: estas obras incorporam umha consciência lingüística, contêm alguma problemática de language, abrangendo desde o questionamento até a afirmação —e muitas vezes alternadamente e até simultaneamente ambas as cousas— da língua e dos discursos plasmados —colhidos e filtrados— na sua escrita.

Dalgum modo, para este escritor comprometido, a língua nom representa simplesmente um meio para um fim —um material de trabalho que ele deve saber usar— mas é, aquém e além disso, umha mediação essencial —constitutiva, instituidora— da realidade humana, polo que representa para ele, como escritor, um campo e umha ocasiom de exploração do mundo e de experimentação da vida, seja qual for a temática abrangida e mesmo sendo nula a sua implicação pessoal na escrita. Ora, este conhecimento —e reconhecimento— da language —a língua, os discursos— libertam o escritor da ilusom de servir-se dela e alertam-no das forças que, nela, estão prontas para servir-se da sua palavra. Daí, umha obra —umha escrita— marcada pola desconfiança, a prevenção e o distanciamento a respeito da enciclopédia (os nomes consagrados), o dicionário (os sentidos canônicos) e até a própria gramática (as regras da dicção), enfim, a respeito da language estabelecida, os seus falares e os seus dizeres¹⁵.

Em consequência, nesta escrita, surgindo —sobrevindo— na balbúrdia da language (que nom chega a desaparecer, já fulgure como o seu trasfondo, já figure como o seu acompanhamento), a expressom exacta —a palavra trabalhada— conduz, antes que à ortonímia, à heteronímia e leva menos à monosémia que à polisémia. Propriamente, o que acontece é que, nestas obras, nom costuma dar-se a umha sem a outra: a ortonímia sem a heteronímia, a monosémia sem a polissemia. Assim, mesmo quando umha escrita —destas que abalam a language— persegue obstinadamente um sentido, nom deixa de abrir —nom cessa de deixar— à sua passagem umha multiplicidade de sentidos. Nom é estranho, entom, que esta literatura comprometida tenha umha recepção difícil, umha leitura refractária e trabalhosa: a apresentação das suas mensagens (a livração do seu conteúdo) está inçada de cláusulas, chamadas, lacunas,... até ao ponto de que, muitas vezes, o seu efeito maior é umha suspensom (ou, ao contrário, umha manifestação) da language —língua e/ou discurso— no leitor. E, outras vezes, o que fica desta escrita é umha indigitação dalgumha realidade (objectos, eventos, gentes,...), com todo o que isto —digamos, bater coas «cousas mesmas»— tem de turbador para o leitor, que é —vê-se— de improviso chamado à consciência da sua existência (da sua individualidade, da sua biografia, da sua história, etc.).

(15) Exemplo tópico e limite é *Finnegan's Wake* de J. Joyce.

Certamente, estes efeitos, característicos da literatura «radical» nom som nem privativos nem exclusivos dela, senom que, dum jeito ou doutro, podem seguir-se de qualquer obra literária, polo menos quando é objecto (ou se é passível) dumha «leitura comprometida»¹⁶. Nom cabe dúvida, porém, que na literatura «radical» tenhem umha intensidade e um sentido diferentes, mais marcados e perturbadores.

4. Literatura «essencial»¹⁷

Existe ainda, na situação excepcional do conflito lingüístico, umha outra formulação —umha modalidade específica— do compromisso literário: o compromisso lingüístico. Este consiste em optar ao escrever literatura, havendo duas —ou mais— línguas concorrentes, por aquela que —como a galega— é cerceada no seu desenvolvimento e que, polo geral, subsiste em precário ou, mais rara vez, persiste sob ameaça.

Essa, a agredida e/ou ameaçada, é o que poderíamos denominar umha língua «em questom», pois a sua existência é questionada —visando tendencialmente a sua negação— pola opressom efectivada por umha outra língua que, jogando com vantagem, está a disputar-lhe falantes, usos e território. Das línguas enfrentadas, umha dispom dos recursos sócio-económicos e/ou, sobretudo, jurídico-políticos de cuja carência parcial ou total a outra se ressentente, de tal jeito que esta é deixada à vontade dos seus falantes, sem o reforço de qualquer obriga categórica (que imponha o seu uso para o acesso à esfera jurídico-política) ou até hipotética (que aconselhe o seu uso para o progresso no âmbito económico-social). Nas guerras lingüísticas, pois, umha parte tolhe e eiva a outra com meios e em pagos extra-lingüísticos.

Daí que umha literatura «essencial» esteja chamada, nom só a testemunhar da existência precária (e a tendencial potência) da língua em questom, senom assimesmo a veicular a essência —quer dizer: a memória, entidade e projecção vária—, individual mas sobretudo colectiva,

(16) Pois, a literatura «radical» comprende desde a grande obra (normalmente, diferente da oficialmente engrandecida) até ao escrito marginal (normalmente, coincidente co oficialmente marginalizado). Ora, o consenso institucional é instável, cambiante, vulnerável. Sempre cabe entom fazer crítica e história literárias —digamos, citando a H.R. Jauss — «como provocação», quer dizer, revisionistas, revolucionárias, etc.

(17) Ainda fazendo —como em «literatura e hegemonia», em «literatura social» e em «literatura radical» — umha similar abordagem abstracta, ao falar de literatura «essencial» estou a pensar no exemplo concreto da literatura galega na sua história contemporânea. Tomo por modelo de comprensom o trabalho de R. Carvalho Calero, a sua *Historia da literatura galega contemporânea* (Vigo, Galaxia, 1975, 2ª ed.) e os seus estudos complementares.

dos seus falantes¹⁸. Ora, a tal literatura nom sempre serve a esses fins.

Convém, portanto, relativizar o alcance e implicações do compromisso assumido ao escolher umha língua como literária. Com efeito, escrever (umha) literatura «essencial» pode, numha conflagração lingüística, cumprir funçons e ter efeitos bem diferentes, abrangendo desde favorecer até prejudicar a língua em questom. De entrada, certamente, a mera existência da (sua) literatura representa umha posição ganhada para a língua ameaçada. Mas, essa literatura, assi como pode servir como «cabeça de ponte» para o avanço da língua em perigo, assimesmo pode servir como «quinta coluna» para a penetração da língua agressora, cousa que tamém pode facilitar de ela servir como «terra de ninguém», obnubiladora do conflito. Nesta complexa tessitura, o compromisso lingüístico é dificilmente redutível à simples escolha dumha língua como literária. O seu sentido, assi como em geral o papel jogável pola literatura «essencial», está muito ligado aos outros três compromissos possíveis: o compromisso do escritor, na procura da hegemonia; o compromisso co destinatário, próprio da literatura «social»; e o compromisso na escrita, próprio da literatura «radical».

4.1. Compromisso lingüístico e compromisso do escritor

De entrada, convém precisar que o compromisso lingüístico é, antes que nada, a assunção polo escritor dumha língua como própria: quer dizer, é um compromisso que se substância «por consequência» no âmbito literário, mas que se subscreve, primordialmente, no terreno lingüístico. Certamente, esta premissa —a militância lingüística, a luta em prol da língua— pode nom passar dumha mera (e falsa) suposição. Este compromisso leva, portanto, umha presunção de posicionamento a cargo do escritor, que obviamente há ser corroborada pola prática como falante militante na arena lingüística.

Convencionalmente, pois, a adopção dumha língua (em questom) para fazer literatura («essencial») indica a posição que aparentemente se toma (a parte a que o escritor supostamente adere) na conflagração lingüística¹⁹. Ainda mais, esse (suposto) duplo compromisso literário–lin-

(18) Sobre o literário galego, nesta perspectiva, tenhem incidido, entre outros, A. Figueroa e X. González-Millán. Vejam-se, por exemplo, de entre os seus trabalhos: de X. González-Millán, *Resistencia cultural e diferencia histórica*, Santiago, Sotelo Blanco, 2000; e de A. Figueroa, *Nación, Literatura, Identidade*, Vigo, Xerais, 2001.

(19) Conflagração, obviamente, nom só lingüística. A este respeito, sobre a adopção do galego como língua literária, e máxime porque se trata dumha atitude fundacional, som muito interessantes as «Duas palabras d'autora», com que Rosalía apresenta as suas *Follas Novas*, Madrid, 1880.

güístico, subscrito polo escritor e falante, implica propriamente pôr a literatura ao serviço —subordiná-la ao discorrer— da luita da língua. O que, como temos assinalado ao falar de «literatura e hegemonia», nom significa dotar a expressom literária duns contidos precisos, neste caso relativos ao conflito lingüístico. É mais, a literatura essa é por força «essencial»: com independência de fundos e formas, polo mero achar-se a (sua) língua em questom. Por outras palavras, para este escritor comprometido, fazer literatura «essencial» é, antes de nada, escrever «seja como for» —e até, mesmo com probabilidade e inclusive muitas vezes, segundo os padrons literários da língua opressora e dominante— para defender e desenvolver a própria língua oprimida e dominada. Obviamente, sem esta finalidade, manifesta numha patente militância na conflagraçom lingüística, nom cabe falar de compromisso do escritor. Pois bem, sem este, o compromisso lingüístico semelha desembocar num paradoxo, resultando em primeira instância, sem a confluência dos outros compromissos (co destinatário e na escrita), dificilmente mantível.

Assi, nom parece facilmente sustentável o compromisso lingüístico dum escritor que nom seja militante e/ou falante da língua em que escreve, quando esta —a sua existência— se acha em questom. Toda vez que, nessas circunstâncias, falar é já lutar e que a militância começa e remata —ou seja, basicamente consiste— no emprego da língua, o compromisso de aquele que excepto como escritor se decanta pola língua agressora é verdadeiramente frágil, contraditório e inconsistente: a sua posiçom, de entrada e quando menos, semelha dúbia e equívoca e, já por isto mesmo, ao cabo muito provavelmente resulta nídia e inequívoca. Pondo de parte algumas excepcionais intençons catárticas e expurgatórias, o pretendido por este literato, que lingüisticamente se situa no bando contrário, nom pode ser senom acceder à condiçom e usufruir o estatus de escritor (que lhe som inalcançáveis na sua língua), talvez —por vezes— sem pretender a exploraçom e expropriaçom que, na outra comunidade lingüística, esta exploraçom artística acarreta. Contodo, ora visado ora ignorado ora até nom-desejado, o efeito do seu labor é, polo geral, a sabotage do desenvolvimento da literatura e sobretudo do funcionamento da língua questionadas. Em conseqüência, o pretenso compromisso lingüístico é desactivado e invertido na sua eficácia pola açom em sentido contrário do «compromisso» do escritor.

Ora, a ausência deste último (quer dizer, o descompromisso do escritor coa comunidade lingüística a que pertence a sua literatura) nom produz sempre, sobre o compromisso lingüístico, esse efeito demolidor. Designadamente, nom o produz quando esse escritor, ainda que nom

milita, é falante e a sua língua, achando-se em questom, nom padece o estado de excepçom (próprio da guerra aberta) senom que desfruta dumha situaçom de para-normalidade (própria dumha guerra fria), graças a umha institucionalizaçom política (umha «estabilizaçom») do conflito lingüístico. Contodo, mesmo neste caso, o compromisso lingüístico quase sempre requer a confluência com um ou cos dous restantes (co destinatário e na escrita) para evitar o paradoxo da eficácia invertida. Enfim, o sentido desse contributo exclusivamente literário (que, sem aqueloutros pode bem devir umha exaçom nom-exclusivamente literária) dependerá, em grande medida, do papel que jogue a literatura na luita da língua.

4.2. Compromisso lingüístico e compromisso co destinatário

O compromisso co destinatário semelha ineludível numha literatura chantada numha conflagraçom lingüística. Precisamente, nessa situaçom de conflito com freqüência acontece que nom poucos —e até muitos— dos possíveis destinatários —a comunidade de falantes questionada— nom som efectivos receptores literários. Com efeito, esses falantes soem ser utentes avergonhados a respeito da língua própria: se som monolíngües, som aglóssicos, porque despreçam a sua competência e experimentam o desconhecimento da outra língua como umha carência traumática; se som bilíngües, som diglóssicos, porque infravalorizam a sua língua e sobreestimam a outra. Assi as cousas, os falantes dumha língua esmagada por outra nem sempre som —ou querem ser— conscientes da sua situaçom nem estam —ou querem estar— posicionados na contenda. Em consequência, numha tal língua parece nom poder haver literatura sem fazer nela umha apelaçom ao falante. E, salvo acidentalmente, respondendo à apelaçom do escritor só devém leitor o falante posicionado, bem seja porque assi o estivesse previamente bem seja porque tal devenha por efeito da interpelaçom. É o que cabe denominar «leitor partidário».

Incidentalmente, ocasionalmente e transitoriamente, umha literatura «essencial» pode contar com outros receptores interessados que nom tomem partido pola língua (sem que, necessariamente, o fagam contra ela). A estes leitores «nom-partidários», essa literatura —que nom age sobre eles como um reclamo lingüístico— oferece-lhes umha sorte de satisfaçom estética. Isto significa, na prática, negar a essa língua todo acto de fala excepto a comunicaçom literária. O que, por outra parte, é muito aproveitável e bem rentável para os inimigos dessa língua, quer dizer, os impulsores da sua reduçom e anulaçom. Ora, essa situaçom é absoluta-

mente instável e insustável: o devalo da língua cercea implacável a literatura, condenada a referir-se a si mesma e esquecer-se da vida e o mundo, cifrados de contínuo numha outra língua. Por isso, o leitor nom-partidário só pode dar-se ao lado dos leitores partidários,... ou mentres haja umha reserva de falantes espontâneos que —inconsientemente, involuntariamente— termem da língua questionada. Ora, nessas condiçõs, a literatura —o escritor—, para subsistir, nom pode deixar de comprometer-se cos potenciais destinatários, fazendo contínua apelaçom aos falantes visando convertê-los em leitores partidários.

Na verdade, umha literatura lingüisticamente comprometida tem ainda umha outra possibilidade de existência: dispor duns receptores «cativos», contar cuns leitores «recrutados». Isto é possível quando a língua em questom goza dumha certa institucionalizaçom, designadamente ocupando coa sua literatura algum lugar no ensino. Ora, neste caso, a produçom literária tenderá a deixar de ser «essencial» para tornar-se, sob a aparência da normalidade, «para-normal».

Nos estudantes, pois, o escritor encontra uns leitores recrutados, com independência de que sejam partidários ou nom-partidários e sendo —ao serem num certo grau bilíngües— provavelmente, por inscientes e nom cõscios, alheios ao conflito das línguas. Este relacionamento forçoso, e até —com probabilidade— forçado, cortocircuita o compromisso lingüístico, que até pode ser um obstáculo —um motivo de rejeiçom— para a circulaçom e recepçom (dessa literatura) dentro desse circuito institucional (o ensino). De facto, o compromisso há de ser formulado tanto quanto o permita ou o obrigue o aparelho educativo, segundo os imperativos que lhe som assinalados polas agências sociais —maiormente, instituições jurídico-políticas— ante as que este —o sistema educativo— há de responder. Ora, se umha destas agências, ademais de recrutar os leitores através do ensino, intervém na produçom literária, seja editando ou seja patrocinando, resulta ainda mais restringido o compromisso, seja apagando-o ou seja marcando-o. Em qualquer caso, o escritor —a sua obra— já nom se compromete co destinatário mas, antes, co intermediário que, além de facilitar a publicaçom, subministra os receptores cativos.

Nas nossas época e sociedade, porém, o efectivo intermediário nom é nem a instituição política nem a instituição educativa mas umha instituição mercantil: umha empresa editora²⁰ que marca as linhas, parâmetros ou directrizes, segundo as que o produto literário resultará previssi-

(20) Um estudo do panorama no último quartel do século XX: R.M. Verdugo Matê, *A indústria editorial em Galiza*, Santiago, Laiovento, 1998.

velmente vendível ao patrocinador e ao estudante. Certamente, na medida que a editora tencione chegar ao mercado livre —quer dizer, ao consumidor só condicionável por propaganda e publicidade— o escritor terá a liberdade e a necessidade de procurar o leitor partidário. Para chegar a este, haverá que recorrer a explicitar —anovar, ensaiar— o compromisso partilhado. Daí, a sua persistência, curiosamente pelas exigências (dum segmento) do mercado. Pola contra, quando o destinatário é o leitor recrutado, esse compromisso ou bem se sujeita a umha fórmula canónica ou bem —mesmo no estereótipo formulário— tende a desaparecer. O carácter residual, que o compromisso ao cabo tem em ambos estes casos, é devido à necessidade de oferecer, ao patrocinador e ao leitor recrutado, o produto literário mais admissível, que é o homologável segundo as convenções literárias académico-mercantis dominantes, quer dizer, as «inter-nacionais» e as «intra-nacionais» da/s grande/s língua/s. Como as suas literaturas nom ham enfrentar o questionamento lingüístico, nelas nom é contemplado polo geral um compromisso semelhante. Em consequência, o que nom existe no modelo homologante tende a desaparecer —ou a reduzir-se ao mínimo— na imitação homologada.

Com isto, junto coa interpelação ao destinatário, tende —na literatura «para-normal»— igualmente a eliminar-se o compromisso na escrita.

4.3. Compromisso lingüístico e compromisso na escrita

De entrada, o compromisso lingüístico parece necessariamente conduzir ao compromisso na escrita, exactamente a umha específica modalidade consistente em reflectir —abalar— na escrita a conflagração lingüística. Certamente, este compromisso pode arrastar consigo os outros abalamentos —remoções, sacudidas— (da cultura, da literatura, da language) que comportam o radicalismo literário, mas nom é fácil nem corrente que a literatura «essencial», ainda que muitas vezes aparentemente o faga devido à sua instabilidade, enverede polos caminhos e discorra polos trilhos da literatura «radical».

Obviamente, aquela reflexom —esse abalamento na literatura do soçobro da língua no mundo e na vida— pode veicular-se através dumha enorme variedade de procedimentos tanto temáticos, ao nível do fundo, quanto remáticos, ao nível da forma. Dalgum jeito, o conflito lingüístico transparece na obra, que condicionada por ele se constitui, quer dizer, é construída precisamente apesar e contra dele. A sua presença no texto pode ser manifesta ou larvada, contínua ou pontual, no âmago ou nas

margens, como motivo ou como pormenor,... etc. Por exemplo, a nível temático, a reflexom do conflito pode desde abranger o conteúdo, fazendo umha encenaçom —por extenso— do combate, até adubar o conteúdo, propiciando um retorno —ocasional— do reprimido. Do que se trata, pois, é de produzir um efeito de realidade, alertando e encorajando ao público leitor, que —como já temos indicado— é assimesmo conseguível a meio de recursos remáticos e marcas formais, como procedimentos estilísticos e registos lingüísticos.

Convém, contodo, aclarar que, com esse efeito de realidade, em nenhum caso se trata de «reproduzir o conflito» dentro da obra literária, co que aquel tem de eivante e tolhente para o desenvolvimento literário (e lingüístico). Muito ao contrário, a reflexom essa procura, mostrando-a na literatura, a superaçom do conflito e a supressom da ameaça (o levantamento do questionamento) que pende sobre a língua. Por isso, a literatura «essencial» opta às vezes por prescindir —suprimir toda representaçom— do conflito. Adquire entom um sentido utópico, antecipando —literariamente— umha situaçom —lingüística— desejada polo público leitor partidário²¹. Ora bem, se a exclusom do conflito na literatura é sistemática vale bem pensar que o efeito (perseguido/conseguido) será o contrário: hipnótico, letárgico. Com isso, tal literatura perde, obviamente, o seu carácter «essencial».

Pois bem, isso costuma acontecer quando a produçom literária devém «para-normal» e é dirigida ao consumo de leitores recrutados. Segundo temos já dito, o trabalho literário, entom, é submetido aos parâmetros «homologadores»: em conseqüência, ausente no/s modelo/s, desaparece este compromisso —a reflexom do conflito—, resultando rejeitado (forcluído) na escrita homologável. Por suposto, dalgum jeito persiste: naquelas obras com que se procura atingir o segmento de mercado só atingível pola publicidade e propaganda. Certamente, a alguns chegará-lhes com que a obra literária seja «como» as da/s outra/s língua/s, mas outros demandarám algo que especificamente e singularmente lhes concirna (precisamente, pola especificidade e singularidade da sua situaçom).

No limite, porém, a literatura «essencial» nom pode prescindir do compromisso na escrita, assi como —numha ou outra medida— dos com-

(21) Sobre literatura (em galego) e representaçom (de Galiza), é verdadeiramente exemplar a leitura que F. Casal fai de Manoel-Antonio no seu artigo «O habitáculo suspenso. De catro a catro: literatura galega e modernidade», in *Nova Renascença*, nº72/73, Porto, Fund. Eng. António de Almeida, 2001.

promissos do escritor co destinatário. Em especial, esta literatura há de ser, à sua maneira, assimesmo «social». Pola contra, em conseqüência, sem algum dos outros compromissos e, sobretudo, carecendo dessa dimensom «social», o chamado compromisso lingüístico fica num disfarce que mal camufla umha açom de expropriaçom e sabotage literário-lingüística. Actua, pois, no sentido contrário que a literatura «essencial», esta votada a termar, ao través do soerguemento dumha comunicaçom literária, da manutençom dumha comunidade lingüística. Além disso, esta escrita «essencial»²² obra em geral como qualquer literatura... comprometida.

5. A modo de conclusom

Recapitulando, os efeitos da literatura que o compromisso acentua — até trasmutá-los por vezes — som: oferecer umha inteligibilidade; designar umha realidade; reflectir umha língua; iluminar umha literatura; atestar umha existência. Convém reparar, ainda que seja sumarissimamente, nalgumhas diferenças.

Primeiro, oferecer umha inteligibilidade?: Toda literatura di algo «significativo», mas o próprio da comprometida é ora proporcionar um/uns sentido/s escamoteado/s ora retirar um/uns sentido/s imposto/s

A seguir, designar umha realidade?: Toda ela pode fazê-lo, já que a ficçom é sempre apoiada no real, mas o próprio da literatura comprometida é descobrir — mesmo só, lembrar — umha realidade, ainda que só tenha a entidade dum pormenor, insignificante mas pungente (chamativo e inquietador).

Logo, reflectir umha língua?: Toda literatura emprega (e glorifica) umha língua, mas o próprio da comprometida é desenvolvê-la, subtraindo e facultando a/s palavra/s, o verbo, as vozes.

Ainda, iluminar umha literatura?: Fai-no toda ela, que ao cabo se cons-

(22) Sobre E. Pondal como escritor radical: L. G. Soto, «L'inachèvement éthique chez Pondal», in *op. cit.*, n°12, Pau, Publications de l'Université de Pau, 1999. Posteriormente, apareceu em galego: «O inacabamento ético en Pondal», *A Trabe de Ouro*, n°41, Santiago, Sotelo Blanco, 2000.

troi sobre si própria, repetindo-se para armar-se e citando-se para lustrar-se, mas o próprio da comprometida é, além disso, ao evidenciar o literário, desarmar-se e deslustrar-se para, esvaecendo-se, evidenciar outra coisa.

Enfim, atestar uma existência?: Toda literatura representa «algo» e/ou «alguém», desde o individual até o colectivo, mas o próprio da comprometida é franquear o irrepresentável, soerguendo uma comunicação e/ou tornando uma comunidade «improváveis».

**Contributos para a análise da situação legal do galego
em sentenças do Tribunal Superior de Justiça da Galiza e na praxe**

Nemésio Barxa

(Advogado da Academia Galega de
Jurisprudência e Legislação)

I.—A língua galega gera-se numha zona que ia desde o mar Cantábrico até o rio Douro quando a formação das línguas romances na desmembração do império romano e a descomposição do latim, alô polos séculos VIII e IX.

Aparece um galego incipiente, fortemente vinculado ao latim vulgar descomposto, que, como indica Menéndez Pidal, pola maior cultura e densidade de população galega, tivo decisiva influência na fala da nobreza da corte de Leom, em luta neste espaço geográfico co castelhano que também nascia por aquelas datas; no correr da reconquista o galego retrocedeu em Salamanca, Leom e Samora onde se assentou plenamente o castelhano, e espalhou-se até o Algarve, no Sul da península.

Por avatares políticos que depois sublinharemos, o território actual da Galiza nos começos da Idade Moderna ficou afastado do evoluir normal do idioma ao Sul do rio Minho. Mas podemos adiantar que a nação portuguesa se formou nas terras da Galiza, no condado de Portugal; nom nasceu Portugal no território da antiga Lusitânia, que tinha capital em Mérida (na actual Extremadura), carecendo de realidade o nome de Lusitânia na formação de Portugal, como expressa Teófilo Braga em *A pátria portuguesa*, e ainda salienta que “variando outra vez os limites da Galiza até o Tejo o nome de Lusitânia ficou sem realidade...”. Em terras da Galiza formou-se a independência de Portugal e a língua da nova nação portuguesa; foi Galiza berço de Portugal e em concreto o condado portucalense, destacado administrativamente da Galiza, que chegava até o Mondego. A língua galego-portuguesa foi símbolo dessa nacionalidade, expressom da sua cultura, da maneira de ser próprios a umha e outra beiras do rio Minho.

José Joaquim Nunes (*Compendio de Gramática Histórica Portuguesa*) destaca como a língua galega, procedente da zona ocidental do norte da península, absorveu na sua marcha para o Sul as formas dialectais que se falavam ao sul do rio Douro e que passárom a ser dialectos da língua da nação portuguesa; e ainda segue a dizer que na reconquista do Sul, feita

polos homes do Norte, a língua romance que falavam estes, e que era o galego-português, absorveu ou identificou-se com a que ali se empregava.

A língua galega, que se estendeu pelo centro do Portugal actual, também pouco pode dizer-se que fosse importada da Galiza pela razão simples de que era fala das terras do Sul como do Norte do rio Minho; era a língua do velho condado portucalense e da antiga Galiza, que nos dois países viveu por séculos sem diferenças numa e noutra parte. No Cancioneiro da Ajuda (séculos XII e XIII), em que abundam os poemas anónimos, é impossível diferenciar que poeta é português e qual galego pela língua que emprega e ainda nos Cancioneiros da Vaticana e Colocci-Brancuti, em que predominam poesias de poetas já individualizados, também se pode coligir pela língua a origem ou proveniência territorial do escritor.

A língua galego-portuguesa, que passou a ser a língua nacional de Portugal, pudo ter sido também a língua comum aos outros povos hispânicos do ocidente da península agrupados no reino de Leom, reino em que, nos primeiros séculos da reconquista, foi a sua língua culta.

A língua, como vínculo sagrado, ligou os dois povos artificialmente divididos, Galiza e Portugal. Quando o fado histórico os separou, como sinala Emilio González López (*Grandeza y decadencia del reino de Galicia*), cada um deles sentiu nos momentos de crise esta comunidade de origem, língua e tradições e aspirou a reconstruir, ao seu jeito, a unidade rota. Portugal ao longo da história na Idade Média teve como principal política a incorporação das terras ao Norte do Minho; e na Galiza apareceram gentes e movimentos com as mesmas arelas. Teófilo Braga (em *A pátria portuguesa*) expressa que na história de Portugal se reflectem duas oscilações: o reino da Galiza que luta pela sua independência contra a absorção castelhana, estende-se primeiramente até o Douro e logo até as ribeiras do Tejo; o Condado de Portugal nas suas lutas pela autonomia procura em primeiro lugar incorporar à Galiza e só depois de repelidas estas ambições —manifestadas ainda no reinado de Fernando I de Portugal, na segunda metade do século XIV—, é quando se completa o território nacional a expensas dos árabes do Alentejo e do Algarve.

Interessa salientar como o idioma galego nasce e evolui num espaço geográfico determinado e numa confluência histórica de vários séculos, séculos precisamente de formação e destaque do idioma originário, que ainda seguia a ser utilizado para os usos cultos e escritos, o latim. Neste espaço geográfico atinge o seu máximo esplendor no século XII com os trovadores galego-portugueses e, já divididos politicamente, segue a

intercomunicação até os séculos XIV e XV nos que a corte portuguesa atrai à maior parte dos poetas portugueses, prosistas e tradutores; polo que nascimento e evoluir do idioma é comum; a fenda política que se produz já irreversivelmente na segunda metade do século XV vai ocasionar um diferente progredir do idioma no norte e no sul do rio Minho; mas isto nom pode considerar-se como nascimento de um novo idioma no território de Galiza sob soberania espanhola para pretender agora, por interesses políticos, umha divisom entre galego e português quando se trata de um só idioma com variedades próprias de diversas zonas e de umha evoluçom autóctone qual pode ser o caso do brasileiro, o angolano, moçambicano, etc. ou incluso dentro do próprio território nacional português. Acaso nom há mais semelhanças entre a fala de Galiza e da região do Minho que entre esta e o português falado no Algarve? Nom foi casualidade que até a invasom mussulmana Braga fosse a capital galega por excelência; no político, religioso, social e cultural a verdadeira capital da Galiza.

Ponto que considero importante é o comportamento da classe governante portuguesa coa comunidade lingüística e cultural da sua mesma raiz, no norte do rio Minho. Desde D. Dinis, aquel rei português que polo século XII (1.300) ainda tivo arelas sobre a parte desganhada da comunidade galega que ficava ao norte do rio Minho, e tinha umha visom clara; desde a possibilidade perdida do rei Afonso V de Portugal e dona Joana; e desde as ambiçons do rei dom Fernando I de Portugal, o reino de Portugal voltou costas para a comunidade histórica lingüística e cultural que formava parte da sua própria historia, língua e cultura e que sofria submetimento à língua e cultura alheias e ainda à história que tampouco lhe era própria. Portugal, vencido em Toro, perde o seu antigo lugar de parceiro igual no jogo político peninsular para conformar-se com ser umha pequena naçom que se obstinava em manter a sua independência frente a um vizinho muito mais forte. Ignora a Galiza para nom molestar ao vizinho, renuncia a umha terra e a umha parte da sua própria comunidade histórica e cultural e dá-se por séculos o fenómeno do povo português a desconhecer o povo galego, desconhecimento propiciado polos governantes; ficam só as pequenas e inevitáveis relaçons de vizinhança nas terras imediatas a um e outro lado da fronteira.

No pronunciamento militar do 36 nem o solo português foi terra de acolhida para os galegos fugidos da barbárie franquista senom trampa maldita da que regressavam para as cadeias fascistas ou a morte nas bermas.

Só depois da popular revoluçom do 25 de abril os poderes públicos

portugueses lembrá-rom que no Norte outra comunidade irmã, outra comunidade da mesma fala e cultura, suportava o duplo jugo fascista (político e cultural) e prestá-rom ajuda aos nacionalistas que daquela tentávamos derrubar o regime e atingir a autodeterminação do nosso povo.

Com posterioridade voltou o silêncio e a ignorância. Ainda que existe umha certa inter-relação cultural e económica, o povo português continua no desconhecimento, penso que consciente, da situação galega que subjaze baixo governos supostamente autonómicos mas vinculados a fortes interesses de partidos centralistas ou economias foráneas. O português nom considera à Galiza como o seu berço comum nem a língua galega como o seu próprio idioma mas como um dialecto do castelhano; nem entende as arelas arredistas de umha boa parte do povo galego, ilusionados como estão com o espanhol. (Umha sondagem realizada em Portugal poucos anos atrás revelou que umha percentagem superior a 40% dos portugueses gostaria ser espanhol).

Os poderes oficiais portugueses (fora dos governos revolucionários do 25 de abril) nunca tomáron conta dos movimentos sociais galegos e os canais das relações culturais som os organismos delegados dos estamentos oficiais espanhóis ou autonómicos, sempre interessados em calar a voz autêntica do povo.

A Galiza tem como idioma cooficial o seu idioma, o galego, o mesmo que se fala em Portugal, Moçambique, Cabo Verde, etc., mas nunca foi chamada às reuniões da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) porque, em definitivo, Portugal demitiu do seu papel de defensor da língua e cultura galego-portuguesa, da sua língua e cultura, polo menos no que atinge à Galiza, seguindo a linha tradicional de nom molestar ao vizinho mais poderoso, de nom criar fontes de problemas, ainda a custa de permitir o genocídio de parte da sua comunidade cultural e idiomática.

Os galegos ficamos sós na nossa luta por defender a nossa língua e a nossa identidade cultural. Penso que Portugal deveria sentir vergonha do seu abandono e da sua cobardia ante o feito que denunciámos. Nom se distinguiu Portugal pola defesa do seu legado cultural fora da metrópole. Em certa altura já o Ministério de Educação de Angola afirmava que a cooperação entre os PALOP e Portugal no domínio da Educação “quase não tem passado da declaração de intenções”.

II.—Pois bem, depois de cinco séculos durante os quais a potência dominante e colonizadora estivo à procura de desfazer todo o autóctone e impor a sua idiossincrasia, língua, costumes, instituições jurídicas,

organização administrativa, ensino, etc.; quando a terrível pressom exercida converte num milagre o feito de que o povo conserve coloquialmente língua, costumes e modos; quando o desprezo polo galego resulta evidente e notório a todos os níveis sociais, educacionais, de convivência e na administração; quando é coutada qualquer relação cultural (já nom digamos de outro tipo) com Portugal, igualmente denostado e escarnecidos os seus cidadãos criando umha imagem de inferioridade para que necessariamente o galego se integra-se na cultura do *Imperio hacia Dios* e da unidade de destino, fugindo de qualquer veleidade para a importante e própria cultura portuguesa; depois de todo isto os mandarins do poder central que administram as migalhas na Galiza co permiso dos seus principais e os que por médio de achegamentos espúrios, pretendem subir ao carro dos subsídios e das ajudas económicas, dizem-nos que o galego e o português som duas línguas diferentes, só porque polo meio existe um rio tam nosso, tam galego-português que até se chama MINHO. E co enganoso argumento de que ao ter-se desenvolvido por separado passárom a ser nom dous ramos do mesmo árvore senom duas árvores independentes.

Com este panorama nom é surpreendente que a reacção, os grupos mais espanholeiros unidos aos chamados galeguistas militantes de umha Galiza submetida a Espanha e os mais tíbios no tema idiomático unissem os seus esforços em sacar adiante umha normativização do idioma que o desliga das suas raízes portuguesas para convertê-lo num apêndice do castelhano. O antigaleguismo militante e solapado, os partidos centralistas sustentadores do aparelho político e detentadores da Junta de Galiza (o chamado Governo autónomo) ideiam o submetimento do galego ao castelhano co engano de dar-lhe novo pulo; os novos mandarins com dinheiro público orquestram e montam o aparelho propagandístico, certames, ajudas, subsídios, publicações, congressos... para os que aceitem a nova normativa. E os aproveitados, os ressentidos, os estômagos agradecidos, os enganchados na pirâmide do poder ... submetem-se ou manifestam a sua aprovação à normativa oficial, castelhanizante e depreciada.

Naturalmente escuitam-se vozes discordantes, mas tratam de assimilá-las co oferecimento de prebendas ou de asfixiá-las negando-lhes o pám e o sal, exercendo discriminações e até perseguição, como ocorre coa AGAL, com que empregam a táctica do silêncio, de ignorá-la aparentemente, de negar-lhe qualquer tipo de subsídios ou ajudas, impedir-lhe o acesso aos circuitos culturais oficiais, rejeitar a produção literária em reintegrado, negando subsídios para as editoriais que nom aceitam a normativa oficial e obrigando-nos a um esforço económico superior ás nos-

sas possibilidades e ao que nos estamos obrigados já que nem temos vocação de mártires nem de salvadores, só de defensores das nossas raízes e da nossa identidade cultural.

O direito do vencedor que nos veu imposto coa brutal repressão dos Reis chamados Católicos amassou novamente a sua horrível face co pronunciamiento fascista do General Franco, sem que no intermédio tivesse desaparecido, e mostra-se agora muito mais subtil, aproveitando aparências de democracia, legalidade, autogoverno e a cumplicidade interessada de colaboracionistas.

III.—Qual a situação da Justiça co galego e do galego na Justiça? Temos que partir do facto de que Justiça é um poder do Estado, Estado que ainda que chamado “das Autonomias” apenas conhece umha mínima descentralização administrativa até a irrupção dos nacionalistas bascos e cataláns na política estatal, arrancando parcelas de autogoverno. Mas no que se refere á língua galega segue plenamente o caminho tracejado polos partidos centralistas e espanholistas: a desfeita do idioma até convertê-lo numha inútil ferramenta de trabalho por ser apenas um apêndice depreciado do idioma castelhano, que assinaria o seu certificado de defunção.

As disposições que autorizam e prevêm o emprego do galego na e pola Administração de Justiça, tanto autonómica como central, fôrom já examinadas em comunicação apresentada no II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza.

Polo ano de 1923 Linares Rivas escrevia a sua obra dramática *La mala Ley*, referida às novas disposições legais sobre a herança que aplicadas á Galiza significárom o fim dos patrimónios rurais rentáveis. Más leis padeceu este país avondo e fundamentalmente desde o reinado xenóforo dos chamados Reis Católicos co seu dispositivo de “doma y castración del reino de Galicia”, até a lei que nos deixava sem voto em Cortes e muitas mais que nos é caso de recordar.

De novo aparece a “má lei” na ditada pola Junta de Galiza núm. 3/83, designadamente na disposição adicional ao estimar como critério de autoridade no uso correcto da língua galega o estabelecido pola Real Academia Galega, entidade que nunca foi Academia da Língua e integrada na actualidade por pessoas totalmente desvinculadas da realidade do país (ainda que pudesse ter sido germe numha determinada altura do grupo político irreal chamado “realidade galega”) ou virados para a língua espanhola.

Nom é teima do que vos fala nem acusação gratuita essa alegada ubi-

quaçom intelectual dos membros da Academia Galega e do seu mentor, o ILG, no espanhol; quem senom chamaria a umha letra do seu vocabulário “cu”? Todos sabemos que ali onde as costas ou espalda perdem o seu casto nome, ali por onde volcamos ao exterior os nossos humores, chama-se “cu”, palavra que igualmente empregamos para indicar, rifando, aos miúdos o que é rejeitável de tocar —“caca e cu”. Quem poderia, pensando em galego, chamar inadequadamente “cu” a umha letra do abecedário? Olhade se pensam em espanhol que quando denominam ao “xis” o chamam “equis”, precisamente polo som único que tem em espanhol “eks” e nom o chamam polo som principal e maioritario que tem em galego “xis”; o emprego do “eñe” exclusivo do espanhol, etc.

Pois bem, a má lei deixa nas maos dos incapazes e incompetentes, mas claramente espanholistas na sua concepção lingüística, “o critério de autoridade para o uso correcto da língua galega”.

A desorientação é notória; nom fôrom escuitados os lingüistas neste tema e cada quem continua a escrever como estima mais oportuno, longe do grande debate que era preciso em matéria de tanta importância. Rapidamente tomam cartas no assunto as Conselharias de Educação e de Cultura repartindo dinheiro à esgalha para todos os que empregassem esse galego ainda mais deturpado e tributário do castelhano, invento do ILG, enquanto que castigavam aos que nom se pregavam e submetiam à ser cúmplices na morte da sua língua.

Curiosamente no preâmbulo da Lei 3/83, de Normalização lingüística, exprime-se que “sometido a esta despersonalización política e a esta marxinación cultural, o povo galego padeceu unha progressiva depauperación interna que xa no século XVIII foi denunciada polos ilustrados e que, desde mediados do XIX, foi constantemente combatida por tódolos galegos conscientes da necesidade de evita-la desintegración da nosa personalidade” (sic) (daquela o Sr. Fraga, desde o Ministério de desinformación perseguia asanhadamente á cultura galega e aos “galegos conscientes da necesidade de evita-la desintegración da nosa personalidade”). E ainda continua: “un dos factores desa recuperación (refere-se à nossa personalidade colectiva e da sua potencialidade criadora) é a lingua, por se-lo núcleo vital da nosa identidade” (sic). Recuperar é “reaver o perdido”, “readquirir”, “continuar, depois dumha interrupção”, mas nom é criar algo novo em base ao refugallo decadente que chega da desfeita; o perdido foi o evoluir normal do idioma polo que devemos readquirir o idioma no ponto no que foi perdido. De acordo co próprio preâmbulo da lei temos que reintegrar-nos ou “restabelecer”, “restaurar” o idioma; que nom é o que fai a Academia Galega nem o ILG.

IV.—Que acontece nos Julgados e Tribunais? A situação é grotesca. O Tribunal Superior de Justiça de Galiza, Sala 3ª do Contencioso-Administrativo admite a trâmite uma demanda interposta pelo companheiro Isaac Alonso Estravis redigida em galego-português, dita providencia ao respeito e dá traslado á parte demandante, Universidade Galega ou Universidade de Compostela; quando a demandada se opom e manifesta que a demanda não está redigida em espanhol nem em galego “normativizado” senão em “português” o Superior Tribunal recaba informe da Academia Galega para que diga se os escritos estão redigidos em galego ou em português; o Presidente da Academia (vice-rei, naquela altura, do Governo central em Galiza) manifesta coa concreção que o caracteriza que “os devanditos escritos, na sua totalidade, producidos nos recursos e expedientes de referencia, não se axustan en absoluto á normativa ortográfica nem morfolóxica declaradas oficiais pola Xunta de Galicia no seu Decreto 173/82 de 17 de novembro “ (sic); ante a gravidade do caso reúne-se o Pleno da Sala e resolvem que “apreciando que los escritos de interposición del recurso y demanda ni ortográfica ni morfológicamente adoptan alguna de las modalidades en uso de la lengua gallega ... la causa alegada de inadmisibilidad (não estar redigido no idioma espanhol ou no idioma da Autonomia que correspondesse) resulta necesaria”. Esta sentença de dezembro de 1989 foi recorrida perante o Tribunal Supremo, quem, sem entrar no problema apresentado, aproveitou uma alegação de inadmisibilidade proposta pola Universidade Compostelana e resolveu que “una vez que se ha planteado la cuestión de inapelabilidad basada en que el litigio merece la calificación de asunto de personal en el cual no está en juego la separación de empleado público inamovable ni la de su ingreso en tal situación, es forzoso declarar indebidamente admitida la apelación”. O motivo do recurso era que o galego e o português são uma mesma língua. Mas o que aqui convém salientar é que o nosso Tribunal Superior de Justiça não distingue o galego do português (quer dizer que não há diferença apreciável) e só porque o Delegado do Governo investido de Presidente da Academia diz que esses escritos nem morfológica nem ortograficamente se correspondem ao galego, apercebem-se de que se lhes colou uma demanda escrita num idioma estrangeiro, seguindo o seu razoamento.

O autor desta Comunicação que frequentemente emprega o galego-português nos seus escritos forenses, tem-se encontrado com situações abraiantes; na Sala do Contencioso do Tribunal Superior não tiveram problema até agora, ainda que há escritos nos quais assumo totalmente o reintegrado e outros em que me movo num estrato superior aos mínimos,

tendo em conta que defendo intereses alheios e que nom podo correr riscos de que me rejeitem um escrito (perdendo tal vez o prazo para a sua apresentaçom) por questons lingüísticas ou ortográficas nas quais nom é solidário o defendido.

Nos Julgados de Cela Nova e Verim nom admitírom a trámite outros tantos escritos por nom estar redigidos na normativa oficial. O recurso baseado na nom obrigatoriedade de acatar a normativa fora do ensino e de que se nom se me podia descriminar constitucionalmente por razom de língua menos se me poderia discriminar por razom de ortografia, foi sempre estimado.

Perante o Tribunal Superior de Justiça, Sala do Penal, apresentou-se queixa contra a Junta de Galiza pola discriminaçom que supunha a Ordem do 20 de janeiro de 1993 e a Resoluçom de 22 do mesmo mês e ano, em que se establecia que as obras estejam escritas em língua galega normativizada; a Sala do Penal, nom consta o Relator, ditou Auto de 10 de março de 1993 por que se acorda o arquivo das actuaçons baseado em que “o critério normativizador establecido na Lei 3/82 e no Decreto 173/82 reviste eficácia jurídica verbo de todos os ámbitos com transcendência oficial do idioma galego”.

Nós apresentamos dous recursos contencioso-administrativos perante o Tribunal Superior de Justiça de Galiza, um por conta de AGAL e o outro por “Editorial Laiovento”, impugnando em via administrativa resoluçons da Conselharia de Cultura em que se denegam subsídios às duas recorrentes polo feito de nom seguirem as suas publicaçons a normativa oficialista do galego.

Ambos fôrom rejeitados por considerar o Tribunal (Secçom segunda da Sala do Contencioso-administrativo) que “nom se promove recurso indirecto ningún contra a Orde de cobertura, discute o contido dun dos seus artigos, concretamente o 4º, sendo así que ó participar no seu ámbito aceptou aquel, polo que tal debate agora contraria os seus propios actos”, acrescentando que “a cerna do asunto non ven a ser discusión sobre o alcance ou usos posibles da lingua galega, senon, sinxelamente, se a demandante cumpria na sua solicitude tódolos requisitos da Orde de 20 de xaneiro de 1993...” (Sic), no recurso da AGAL; e “que para la decisión de si la resolución de la Consellería de Cultura de la Xunta de Galicia aquí impugnada había denegado adecuadamente o no las subvenciones que en el caso habían sido pedidas por la Editorial ahora recurrente en convocatoria anunciada al efecto por la Orden consellerial de 2 de diciembre de 1992 no es necesario entrar en el examen del problema metajurídico de la

mayor o menor idoneidad entre una u otra de las variantes ortográficas y morfológicas del idioma gallego a que ya se refería la sentencia de esta Sala en Pleno de 15 de diciembre de 1989; a propósito de la diferenciación entre variantes del gallego, de un lado y el portugués por el otro; variantes fundamentalmente reducidas a dos: la llamada reíntegracionista y la calificada de norma básica por el Decreto autonómico de 17 de diciembre de 1982 (aunque habrá de interpretarse a la luz de la posterior Ley de 15 de junio del año siguiente); ni tampoco es preciso ocuparse, en trance del uso escrito del idioma, de la obligatoriedad según los casos del empleo de esa norma básica ... sino que el tema del debate en el presente se ha de centrar en si la resolución recurrida respeta o no las condiciones o bases de la convocatoria para tener derecho a la subvención...” (sic), no recurso de “Editorial Laiovento”; fugindo por este portelo de ter-se manifestado sobre o problema de fondo apresentado que era o da legalidade e obrigatoriedade da norma politicamente imposta.

Como se pode observar as sentenças divergem só no emprego do idioma; umha essa mistura de galego com espanhol que a Junta chama galego e outra em florido castelhano; a Junta sempre utiliza o “castelhano” porque nom acredita no porvir da língua espúria por ela criada.

A sentença de AGAL está recorrida perante o Tribunal Supremo.

Umha sentença que abre um portelo á esperanza na via contencioso-administrativa em matéria de liberdade ortográfica e morfológica do idioma galego na Universidade, é a do Tribunal Superior de Justiça de Galiza, Sala do Contencioso-Administrativo, Seção 3^a, de data 4 de maio de 1993, derivada de recurso interposto pola Universidade de Vigo contra a ilegalidade declarada polo Consello da *Xunta* de determinados artigos do Projecto de Estatutos da Universidade. O magistrado-Relator é dom Franciso-Javier D’Amorín Viéitez e no ponto correspondente ao artigo 254 (declarado ilegal pola Junta) que admite outras opções ortográficas do idioma galego, manifesta a sentença (que declara legal o artigo) que “a prescripción daquel artigo responde á finalidade legítima de posibilitar a publicación de traballos que empreguen outras regras ortográficas do idioma galego asumidas e praticadas en eidos intelectuais e por capas sociais que atopan o seu fundamento e legitimidade em razóns históricas, consuetudinarias, xeográficas e de polimorfismo lingüístico que se está a debater precisamente no lugar onde corresponde, a Universidade, foro de debate científico e cultural. Consecuentemente constituiría um atentado ó direito á liberdade ideológica, científica, de expresión e de libre circulación das ideas, todo intento por parte dos poderes públicos de seiturar, có gallo da defensa a ultranza dunha normativización oficial, posturas lingüística

que, non apartándose do seu común de orixe e convivencia idiomáticas, se amosen como discrepantes e ata críticas ca normativa oficial” e Decreto Normativizador, establecendo no art. 7 que a *Xunta de Galicia* poderá autorizar aquelas publicacións que total ou parcialmente se aparten da normativa aprobada, tendo en conta razóns de índole histórica, didáctica ou outras semellantes; previsión reproducida no artigo anulado” (sic).

Alem disso é muito o camiño a percorrer até chegar a esse grande debate cada vez mais preciso e urgente. O poder político pode ter submetidos aos intelectuais e pseudo-intelectuais baseando-se na normativização para subsidiar os seus livros, repartir ajudas, promover trabalhos, convocar Congressos, etc..

Dado anedótico: no Tribunal Superior de Justiça de Galiza, Sala do Contencioso-Administrativo existe um Magistrado que redigia as sentenças nas que era Relator em galego reintegrado (norma de Agal); foi tal a pressom social e jornalística que sobre ele exerceu a *Asociación de Funcionarios de Administración de Xusticia*, de total intransigência no que à normativização respeita, que acabou passando à escrita em espanhol.

Em qualquer caso, devemos salientar a escassa receptividade dos governos centrais e dos partidos políticos de implantação estatal para com o problema da língua. No concreto tema do seu emprego no âmbito da justiça o primeiro atranco com que batemos é a própria Lei Orgánica do Poder Judicial que no seu artigo 231 estabelece de jeito imperativo que “em todas as actuaciones judiciales, os juizes, magistrados, fiscais, secretários e demais funcionários de Julgados e Tribunais empregarán o castelhano, língua oficial do Estado”; admitindo no parágrafo 2 que “poderán usar também a língua oficial própria da Comunidade Autónoma, se nengumha das partes se opuser...”, portanto fica nas maos destes funcionários e do seu voluntarismo (“se ninguém se opuser”) o emprego do galego nas actuaciones judiciales. Em pergunta efectuada no Congresso ao governo por Deputado galego (Francisco Rodríguez, do BNG) sobre este tema obteve como resposta que “na Administración de Justiça há que empregar o castelhano, língua oficial do Estado, ainda que se fomente o emprego das línguas cooficiais” (esta notícia é posterior a ter redigido o texto da comunicação, pois data de abril de 1997 acrescentado-a ao texto no momento da sua entrega definitiva para inclusom nas Actas). O tema portanto está claro: castelhano ou, se houver vontade do funcionário actuante e ninguém se opuser, esse híbrido invento do Governo autonómico; em qualquer caso assassinato do idioma da Galiza.

V.—Do ponto de vista profissional do Congresso pode ser que tanto

este como anteriores tenham obtido satisfação para os assistentes linguistas e literatos. Mas entendo que socialmente nenhum deles teve a transcendência devida nem respondeu ao esforço económico, intelectual e pessoal realizados. No III Congresso propugem para as conclusões a necessidade dumha resolução do Congresso sobre o estado da língua na Galiza; a proposta foi rejeitada. Um importante congressista dixo-me, perante a rejeição, que os galegos éramos ineficazes já que não tirávamos proveito do trabalho que fazíamos.

Hoje, como remate da minha Comunicação passo a propor de novo a Conclusão daquela rejeitada, pensando em que a gente que acode ao Congresso tem que comprometer-se com o que aqui se pretende ou bem o Congresso deixaria de ter valor socialmente para converter-se unicamente num foro profissional sem incidência na sociedade. Neste caso pessoas como eu sobraríamos pois nem somos professores nem linguistas e se as conclusões do Congresso não servem para a incidência social e incluso política que buscamos, não seria o nosso lugar, ainda que continuasse sendo encontro intelectual importante para os especialistas da matéria.

Portanto, para que o V Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza seja realmente operativo e prático e não fique em mera retórica, estudos linguísticos ou literários e pouco mais, deveria tomar a Conclusão redigida em, mais ou menos, os seguintes termos:

O CONGRESSO, E NOMEADAMENTE OS FILÓLOGOS E ROMANISTAS QUE O INTEGRAM, REAFIRMAM O FACTO DE QUE O GALEGO E PORTUGUÊS SOM UMHA SO E MESMA LÍNGUA, NASCIDA NA ANTIGA GALLAECIA E DERIVADA DO LATIM.

IGUALMENTE O CONGRESSO ACORDA EXORTAR OU DIRIGIR-SE AOS PODERES PÚBLICOS, DESIGNADAMENTE PARLAMENTO GALEGO, JUNTA DE GALIZA, CONSELHO DA CULTURA, TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA DE GALIZA..., PARTIDOS POLÍTICOS, ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS COM IMPLANTAÇÃO NA GALIZA, PARA QUE SE ABSTENHAM DE PROMOVER A CRIAÇÃO ARTIFICIOSA E SUBSTITUIÇÃO DE OUTRA LÍNGUA NA GALIZA OU FACILITAR O SEU USO, OU AFASTAR A FALA PRÓPRIA, O GALEGO-PORTUGUÊS, DA LÍNGUA E NORMA PADRÃO, ATACANDO A SUA UNIDADE ESENCIAL.

CHAUDARCAS (Pereiro de Aguiar),
Quinta do Limoeiro, Novembro de 1996.

Linguagem e Cultura dos Direitos Humanos em Portugal: Garrett, um doutrinador dos Direitos Humanos*

Rui Dias Guimarães

(Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro)

A
René Cassin,
Alfonso Ortega Carmona,
Alfredo Perez Alencart

Começo por felicitar Comissão Científica e a Comissão Organizadora deste Encontro Internacional de Educação para os Direitos Humanos.

Exmo Senhor Presidente da Comemoração do 50º Centenário dos Direitos Humanos, Mário Soares. Exma Senhora Secretária de Estado da Educação, Ana Benavente. Exma Senhora Presidente do Instituto de Inovação Educacional, Maria E. Bredertode Santos:

Estamos aqui, hoje, para relançar a Educação para os Direitos Humanos. É muito bom e significativo estarmos nesta casa a reflectir sobre assunto tão importante para o desenvolvimento da humanidade e de Portugal.

Os Direitos Humanos têm uma longa história e com ela uma longa luta de homens valorosos que dedicaram suas vidas ao serviço da humanidade.

Por essa razão, resolvi trazer à nossa memória o tempo histórico e o tempo humano dos inícios do século XIX na luta pela liberdade e direitos fundamentais do homem. Sem esquecer Portugal.

Por isso, o tema que vamos tratar é *Linguagem e cultura dos direitos humanos em Portugal: Garrett, um doutrinador dos direitos humanos*.

Como é sabido, foi a partir da II Guerra Mundial que as Declarações de Direitos adquiriram uma consciência vital para a humanidade, face às atrocidades cometidas e aos perigos que a própria humanidade corria.

Consciente, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem a 10 de Dezembro de 1948. A Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das

* Conferência proferida na Fundação Calouste Gulbenkian, no Encontro Internacional Educação para os Direitos Humanos, de 5-7 Dezembro 2000.

Liberdades Fundamentais incorporou-a no Conselho da Europa, em 1950. Portugal, atrasado e amordaçado, só viu consignada a interpretação e integração dos direitos fundamentais, segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Constituição Portuguesa de 1976.

Ocorrerá a revolução democrática do 25 de Abril de 1974. Os portugueses viveram afastados da consciência europeia e do próprio desenvolvimento europeu. Mas esse fenómeno já ocorrera, infelizmente, no passado, e repete-se por diversas vezes.

Visamos três objectivos:

- destacar o combate cívico pela liberdade e Direitos Humanos em Portugal muito antes do século XX;
- demonstrar a relação profunda entre linguagem, cultura e Direitos Humanos;
- considerar os Direitos Humanos como língua social.

Dada a complexidade do texto político, a sua abordagem torna-se interdisciplinar. A metodologia toca, por isso, aspectos semióticos, linguísticos, históricos, antropológicos e análise de conteúdo do texto jurídico, recorrendo também a comparações.

Devido também à extensão panorâmica da matéria em análise, iremos restringir-nos brevemente às primitivas Declarações de direitos individuais.

Sem dúvida que tiveram influência na revolução de 1820 e na Constituição Portuguesa de 1822. Os «direitos e deveres individuais dos portugueses» nela consignados - que muito sangue fizeram correr -, são uma espécie de gérmen dos Direitos Humanos. Contêm, no mínimo, o seu espírito.

Esses «direitos e deveres individuais dos portugueses» da Constituição de 1822 colhem também influências estrangeiras. Inserem-se num paradigma sendo a presença mais influente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada em França em 1789.

Mas é a luta da linguagem e da cultura pela lei já texto que focamos. Não só o texto simplesmente já escrito na Constituição e depois escalpelizado.

Mas sobretudo uma espécie de *poiesis* em que se faz e desfaz. Essa luta tenaz contra a tirania e o absolutismo em que a linguagem é, de facto, uma arma. Arma de diferentes tipos textuais.

Não só o panfleto político, directo e denunciador. Também o texto literário como palavra do homem livre. Palavra que vai à consciência do

homem e nimba no imaginário.

Sim! Disso foram exemplares os poemas panfletários de Almeida Garrett distribuídos no Porto na revolução de 1820! Circularam como panfletos de mão em mão. Poemas que o levariam à condição de exilado, três anos mais tarde.

1. ALMEIDA GARRETT POLÍTICO DA LIBERDADE

Almeida Garrett (Porto, 1799 – Lisboa, 1854) ocupa um lugar de destaque na vida política e social portuguesa e nas ideias doutrinárias. Foi um homem de exílios e de combates cívicos. É também considerado um dos escritores maiores da nossa literatura.

A sua família era originária dos Açores. E foi aí, na bela ilha Terceira, que se refugiou com a família aquando das invasões francesas de 1809.

Em Coimbra, estudou Direito e abraçou as ideias liberais. Nessa altura, escreveu os poemas doutrinários da liberdade e do liberalismo. Torna-se um entusiasta da revolução liberal de 1820.

Obrigado a exilar-se em Inglaterra, em 1823, aí escreve os poemas *Camões* (1825) e *Dona Branca* (1826) considerados introdutórios do Romantismo em Portugal.

De regresso à Pátria, em 1826, torna-se jornalista e político. Mas o absolutismo de D. Miguel, em 1828, obriga-o a novo exílio na Inglaterra e França.

Daí parte para a Ilha Terceira e integra o exército liberal. Desembarca no Mindelo, perto do Porto, em 1832, sempre em luta pelo liberalismo e contra o absolutismo. Seria, mais tarde, o grande reformador do teatro português. Garrett foi um homem de grandes combates cívicos, ponderados equilíbrios e prudência.

2. AS PRIMITIVAS DECLARAÇÕES E OS DIREITOS DO HOMEM

Retomando o sentido inicial, torna-se possível distinguir, de certo modo, um marco histórico da luta da grande família Humana em relação às Declarações de Direitos. Antes e depois da II Guerra Mundial.

Integrado na luta dos povos por melhores condições de vida, o sistema político liberal, aliado à luta pela liberdade e independência e à soli-

dariedade humana na luta contra a barbárie, é o terreno onde nascem os Direitos Humanos.

É sempre a luta contra o poder absoluto. Contra a tirania e a crueldade. Contra a exploração desgarrada do homem pelo homem.

Em 1689, na afirmação do parlamentarismo britânico e na libertação eclesiástica, os Lordes e os Comuns, apresentaram uma petição ao príncipe de Orange. Ficou conhecida como *Bill of Rights*. Lei que declara os direitos e liberdades dos súbditos e determina a ordem de sucessão.

Trata-se de uma lista de 13 pontos de uma petição por antigos direitos e liberdades. Ressalta a afirmação do parlamentarismo britânico. Uma mais eficaz justiça social, eleições livres e liberdade de expressão, entre outros aspectos. Foram as bases do novo regime britânico.

Em 1690, ainda na consolidação do parlamentarismo britânico, surgem *Dois tratados do governo civil* que põem fim ao absolutismo e postulam a existência de direitos individuais: a liberdade, a igualdade e a propriedade.

Em 1776, a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* inclui um parágrafo sobre os direitos do cidadão: «Consideramos como verdades evidentes que todos os homens foram criados iguais, que foram dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre eles a vida, a liberdade, a procura da felicidade.»

Sem dúvida que, no espírito dos Direitos Humanos, está plasmado o espírito de independência e liberdade. Mas a Constituição dos Estados Unidos, de 1787, já não contém a *Declaração de Direitos*.

Em 1789, a Assembleia Nacional francesa promulga a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* considerada a mais influente. Foi um passo de gigante para o desenvolvimento do constitucionalismo.

As monarquias absolutas começaram a ter os seus dias contados. Os direitos e deveres individuais começaram a ser divulgados e defendidos. Uma vez mais, combatia-se a tirania.

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, elaborada pelos representantes do povo francês, constituído em Assembleia Nacional, consta de 17 artigos.

Os direitos do homem e do cidadão afirmam-se inequivocamente, desde o postulado de que «os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos», «à liberdade de associação política», à definição de «liberdade que consiste em poder fazer o que não danifique o outro», à «presunção de que todo o homem é inocente até ser declarado culpado»,

a afirmação da liberdade de opinião, liberdade religiosa, liberdade de imprensa, inviolabilidade da propriedade individual.

Em 1793 e 1795 promulgaram-se emendas constitucionais que esclareciam alguns direitos individuais e constitucionais.

Contudo, a imposição das constituições pelos franceses, ainda que recheadas de aspectos positivos para o desenvolvimento humano, com a invasão de territórios estrangeiros contrariavam esses mesmos princípios e causaram reacção pela independência.

A partir de 1793, promulgaram-se declarações de direitos e deveres em diversas constituições de vários países.

Para Portugal, assume particular importância o Título I *Dos direitos e deveres individuais dos portugueses* promulgado na Constituição Portuguesa de 1822. A reacção contra o absolutismo.

Como já afirmamos anteriormente, a partir da II Guerra Mundial, a *Declaração universal dos Direitos do Homem*, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e subscrita em 1950 pelos Estados do Conselho de Europa, assumiu um novo carácter programático e educativo.

4. OS POEMAS DOUTRINÁRIOS DE GARRETT DE 1820

Em 24 de Agosto de 1820, no Porto, durante a revolta popular, circulou um pequeno livrinho de versos panfletários de Almeida Garrett. Incluía o poema *Liberdade* entre outros.

Esses poemas doutrinários e panfletários distribuídos na revolução de 1820, mais outros de datação seguinte, foram incluídos no livro *Lyrical de João mínimo*, publicado posteriormente.

O poema com o título «A Liberdade» e uma espécie de subtítulo em que se lê «Em Vinte e Quatro de Agosto» é um verdadeiro hino aos Direitos Humanos e à própria liberdade e à revolução liberal.

Denunciam-se os ferros e os grilhões e afirmam-se as mãos livres dos homens! Homens anteriormente escravos, agora desalgemados, homens livres!

Afirma o patriotismo fundado no ser humano. Denuncia as masmorras onde se encarceraram as palavras.

Afirma o homem e a liberdade, a tenacidade no combate contra a tirania vil e o fanatismo. Franqueadas as aferrolhadas portas o homem

alcança os sagrados direitos.

Interessam-nos os poemas políticos de 1820 a 1823. Da erupção na Revolução Liberal à Constituição Portuguesa de 1822.

A Pátria foi sempre um grande valor humano, sobretudo uma Pátria universal. À Pátria, é outro grande poema. Datado de 30 de Agosto de 1820, também ligado à revolução Liberal e aos Direitos Humanos. É um poema doutrinário e didáctico, em plena revolução. Tudo em plena revolta popular.

«Outra vez os pulsos roxos»...«Crimes só geram o crime» diz Garrett no seu estilo equilibrado. Equilibrado e lúcido em relação à Europa. A Europa ensanguentada onde não regrou a prudência.

Europa ensanguentada onde se disfarça a ambição, a intriga e a inveja. Europa da qual só viram uma máscara da liberdade.

Recitado na sala dos actos grandes de Coimbra, o poema «Ao corpo académico», datado de novembro de 1820, ergue uma voz contra o despotismo e a tirania. Denuncia o exercício do poder pelo ignorantismo, ignorância fanática e opressora. E termina: «Sejamos sempre portugueses, / Vivamos livres...ou morramos homens».

«O Brasil liberto», poema escrito em Janeiro de 1821. Oito meses depois, em Setembro de 1821 deu-se a proclamação da Independência do Brasil. É um longo poema escrito no período revolucionário, no tom equilibrado mas vibrante.

Afirma o valor da liberdade dos povos, condena a opressão, denuncia a cobiça do ouro dessas «terras inocentes», denuncia as atrocidades e os crimes. Indica a beleza da flor de liberdade dos povos que só querem «alva luz». Viveremos como irmãos, diz Garrett, mas alerta para salvarem seus tesouros «antes que os roube o monstro».

A liberdade de imprensa é um dos Direitos Humanos. É esse precisamente o título de outro poema. Exige a publicação da verdade e a condenação da calúnia. Clama pela liberdade de imprensa para que traga ao país a razão e a justiça que andam foragidas e desterradas.

Em Julho de 1822, escreve o poema «A Guerra Civil». Tece uma alusão directa à Ibéria. Ao «sangue civil fraterno». Louva os que tombam pela liberdade. A 23 de Setembro de 1822, é promulgada a Constituição Política Portuguesa que afasta o absolutismo.

Em 1823, é abolida a vigência da Constituição de 1822. Fruto dos absolutistas e D. Miguel.

Garrett, após a «vilafrancada» absolutista viu-se forçado ao primeiro

exílio em Inglaterra.

Em 1823, escreve o poema «O Cárcere». Preso entre bandos vis de malfeitores, como um criminoso. Sofreu na pele a luta pela liberdade.

Exilado em Inglaterra escreve «O Exílio» sofrido por muitos que lutaram pela liberdade e Direitos do Homem.

Mas regressaria a Portugal em 1826 e voltaria a estar exilado novamente em 1928.

Em 1877, publicaram-se o «Escritos Diversos» do Visconde de Almeida Garrett.

Entre eles, um datado de 1821 com o título «Vinte e Quatro de Agosto». Trata-se de um texto doutrinário sobre a liberdade, o liberalismo e os direitos dos concidadãos.

Na clássica formulação de Iouri Lótman, a linguagem modeliza dois sistemas: o sistema modelizante primário e o sistema modelizante secundário.

O sistema modelizante primário está mais ligado à estruturação psicológica do homem. O sistema modelizante secundário, onde se incorporam formas de arte e até a religião, relaciona-se com a formação de um sistema de consciência.

O sistema de consciência em que os valores como os dos Direitos do Homem são infixados, tem muito a ver com o texto artístico.

Segundo Eugénio Coseriu, a linguagem é uma *enérgeia*, uma actividade livre. Pertence ao intrinsecamente humano quando «o homem é livremente activo» e transformador do mundo.

Disso não teve a menor dúvida Garrett. Lutou em todas as frentes: escreveu e falou como soldado, escreveu e falou como tribuno parlamentar, como inspector. Escreveu e pronunciou todas as palavras de uma palavra - a da cultura da palavra do homem livre.

5. A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1822: DIREITOS E LIBERDADES

A ditadura militar de 1926 suspendeu a Constituição de 1911 e com ela os direitos e liberdades fundamentais. A Constituição Política de 1933 instalou uma ditadura militar. Só, de facto, em 1974 se adquiriu a liberdade. Em 1976 introduziram-se os direitos e liberdades fundamentais baseados nos Direitos Humanos.

Este tema tem arrastado consigo tanto de hipocrisia como de verdade.

Por um lado os que se bateram pelos Direitos Humanos e liberdade. Por outro, os que vieram a reboque movidos pela conveniência.

Mas a história portuguesa pela liberdade é longa e traz consigo muito sofrimento. Por isso, remontamos à nossa origem, à nossa fonte.

Em 24 de Agosto de 1820, no Porto, um movimento militar, com adesão popular, revolta-se contra o regime absoluto, controlado por interferência inglesa. Põe-se em causa o Antigo Regime absolutista da sociedade portuguesa.

Constituiu-se a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Do Porto caminha-se para Lisboa pela revolução liberal.

Após a fusão dos movimentos liberais de Lisboa e do Porto, eclode, então, a revolução portuguesa. Decorreram várias escaramuças entre liberais e absolutistas que se arrastaram.

D. João VI, no Brasil, jurou as bases de uma futura Constituição. A 20 de Março, promulgou-se a Extinção do Tribunal do Santo Ofício. O fim da Inquisição repressiva e cruel. A afirmação dos princípios liberais e dos direitos humanos.

Período muito conturbado este. Em 1822, com o regresso da família real a Portugal, vinda do Brasil, o Rei D. João VI, com o juramento das bases da Constituição, iniciou a monarquia constitucional em Portugal.

No Brasil, o príncipe D. Pedro acompanhou a onda liberal autonomista da América e proclamou a independência do Brasil. Foi aclamado imperador do Brasil, a 12 de Outubro.

A proclamação da Constituição Portuguesa que se afasta do absolutismo ocorreu a 23 de Setembro. D. João VI fez o juramento constitucional a 1 de Outubro.

Em 1823, D. Miguel absolutista revolta-se contra o liberalismo. A vigência da Constituição de 1822 é abolida.

A reacção liberal fez-se sentir. D. Miguel perde e D. João VI decreta o seu exílio para Viena, dissolvendo a Junta anterior.

As lutas entre liberais e absolutistas não terminam. Em 1832 dá-se o desembarque do exército liberal na praia do Mindelo, perto do Porto. Entre eles vinha Garrett, do seu segundo exílio, de armas na mão.

Ainda houve o cerco do Porto pelas forças absolutistas de D. Miguel, durante cerca de um ano. Mas sem grandes resultados práticos.

As Constituições Portuguesas repartem-se por 1822, 1826, 1838, 1911, 1933 e 1976.

Importa, para nós, salientar o pioneirismo da Constituição Portuguesa de 1822, como consequência da revolução de 1820 e a beber em fontes anteriores.

«Os direitos e deveres individuais dos Portugueses» foram, pela primeira vez, consignados na Constituição. São, na totalidade, 19 artigos. Importantes embriões dos Direitos Humanos.

Defende-se a liberdade, a segurança e a propriedade e a segurança pessoal. Ninguém pode ser preso sem culpa formada. A casa não pode ser violada. A propriedade é um direito inviolável.

Proclama-se a liberdade de pensamento e da sua expressão como «um dos mais preciosos direitos do Homem». À liberdade de expressão junta-se a liberdade de imprensa.

A lei torna-se igual para todos. «Fica abolida a tortura» e qualquer forma de repressão. Institui-se o direito ao exercício de cargos públicos. Pode haver reclamações e denúncias de infracções da própria Constituição.

O texto jurídico explícito, como uma lista de direitos e deveres, redigido por políticos, traz um rasto de sangue e sofrimento. Outros textos, e linguagens profundas.

6. OS DIREITOS DO HOMEM COMO LINGUAGEM E IMAGINAÇÃO

Os Direitos do Homem, para alguns, são postulados para sistemas políticos. Esses postulados têm por base valores inquestionáveis, axiomáticos, como direitos naturais do homem.

Os Direitos do Homem, como vimos, advêm de uma longa luta do liberalismo. Mas não só do liberalismo. Da democracia. Democracia e liberalismo. A democracia é muito importante. Ela introduz o factor corrector da solidariedade social.

A democracia combate o liberalismo desenfreado e recoloca os Direitos Humanos no seu devido lugar, na justiça social.

Atribuir um carácter quase científico aos Direitos Humanos, como postulados sistemáticos para as sociedades do presente e do futuro pode ser demasiado arrojado. Mais nos inclinamos como linguagem, imaginação e imaginário do homem.

«A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro», disse

Einstein.

Pensamos nos Direitos Humanos mais como códigos. Linguagem e imaginação. Códigos de conduta baseados naturalmente em valores profundos. Tanto para sociedades e estados como para pessoas.

Códigos de uma linguagem sistemática. A língua-mãe do homem em sociedade.

Uma língua social. No horizonte dos horizontes da *Procura da Língua Perfeita* de Umberto Eco.

CONCLUSÕES

Fica, creio eu, bem evidente que Garrett não foi um simples escritor. Mesmo a esse nível, foi o introdutor do Romantismo em Portugal.

Sem dúvida que é um homem de uma grande alma onde se espelha o céu. Onde a paz e a bondade universais têm o seu canteiro.

Duas vezes exilado político na Europa. Esgrimiou com a pena e a espingarda. Desembarcou no Mindelo para defender a liberdade e os direitos fundamentais.

Sempre se pautou pelo equilíbrio e pela prudência. Se queria, por um lado, a liberdade, por outro exigia a responsabilidade.

Se queria a revolução liberal, por outro lado alertava para os excessos dos crimes geradores de crime.

Como poucos, conciliou a renovação com a tradição. Cultivou a revolutio, o revolver, para o retorno e a retoma da tradição vivificada.

Empenhado no combate cívico a todos os níveis, faz do absolutismo o grande inimigo e da liberdade e dos direitos fundamentais a sua bandeira.

Teve grande influência na Revolução Liberal de 1820 e na Constituição Portuguesa de 1822 onde viu consignados «Os direitos e deveres dos Portugueses». Inaugurara-se o constitucionalismo em Portugal.

Até chegarmos à Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, houve, como acabamos de verificar, um longo percurso.

As primitivas Declarações e os Direitos do Homem remontam já ao séc. XVII, a 1689 na consolidação do parlamentarismo britânico com Bill

of Rights e os Dois tratados do governo civil. No séc. XVIII, em 1776, a Declaração de Independência dos Estados Unidos inclui também uma Declaração de Direitos.

Mas a influência da França foi decisiva, em 1789, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Serviu de modelo a muitos países europeus, incluindo Portugal.

Político consciente, Garrett plasmou em texto literário as liberdades e direitos fundamentais, os conteúdos políticos dos Direitos Humanos. Fê-lo da melhor maneira. Como um doutrinador.

Distribuiu esses verdadeiros salmos sobre a liberdade e o homem em plena revolta popular. Em plena revolta popular a 24 de Agosto de 1820. Estalara a revolução liberal. Era o início da modelização de um novo sistema de consciência.

A Constituição Portuguesa de 1822 viu consignados «Os direitos e deveres individuais dos portugueses» gravados a ferro e fogo.

Os Direitos do Homem, tal como os concebemos actualmente, tornam-se códigos de uma linguagem sistemática e de imaginação.

Linguagem de uma língua perfeita que fala Garrett:

*«Tenho coração que é livre e é d'homem,
Livres como ele, minha voz, meu brado.»*

BIBLIOGRAFIA

- AMNISTIA INTERNACIONAL INFORMAÇÃO (vários números)
- COSERIU, Eugeniu, *El Hombre y su Lenguage*, Madrid, Gredos, 1985.
- Constituição Política Portuguesa de 1822.
- ECO, Umberto, *A Procura da Língua Perfeita*, Lisboa, Presença, 1996.
- FILIBECK, Giorgio, *Direitos do Homem – de João XXIII a João Paulo II*, Estoril-Cascais, Príncipia – Publicações Universitárias e Científicas, 2000.
- GUIMARÃES, Rui Dias, *Discurso europeísta e conceitos políticos de Fernando Pessoa*, Salamanca, U. Pontificia, 1996 (dissertação de mestrado em Estudos Europeus)
- GARRETT, Almeida, *Liberdade*, Porto, 1820.
- GARRETT, Almeida, *Lyrice de João mínimo*.
- HELDER CÂMARA, *A defesa dos direitos Humanos*, Recife.
- VIEIRA DE ANDRADE, J. C. , *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Coimbra, Almedina, 1987.
- LOTMAN, Iuri, *A Estrutura do Texto Artístico*, Lisboa, Estampa.
- MIRANDA, Jorge; PEREIRA DA SILVA, Jorge, *Constituição da República Portuguesa* (2ª ed.), Lisboa, Príncipia, 2000.
- NAÇÕES UNIDAS, *Direitos Humanos e Serviço Social – Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social*, Lisboa, Departamento Editorial ISSS, 1999.
- NAÇÕES UNIDAS, *Relatório do desenvolvimento humano 2000*, Lisboa, Trinova Editora, 2000.
- ORTEGA CARMONA, Alfonso, *Scripta Fulgentia* Año II-Nº4-1992/2- Julio-Diciembre, pp. 161-172.
- PEREZ ALENCART, Alfredo, *El Derecho Comunitário Europeo de la Seguridad Y la Salud en el Trabajo*, Salamanca, Tecnos, 1993.
- SOARES, Mário, *Escritos do Exílio*, Lisboa, Bertrand, 1975.

A caracterização ideológica das personagens em *A noite*, de José Saramago

Sílvia Capom

(E.O.I. de Vigo)

Tratando-se de umha obra assentada em factos históricos ainda muito recentes que pervivem na memória de todas e todos, parece-nos interessante fazer umha análise de *A Noite*, de José Saramago. A experiência da noite do 24 de Abril de 1974 no interior de um jornal salazarista, e as reacções das trabalhadoras e trabalhadores do jornal respeito da Revolução dos Cravos som o eixo fundamental arredor de que gira esta obra. Nela, verificam-se duas posições ideológicas —e, paralelamente, vitais— em confronto: por umha parte, o desejo de continuidade do regime, e por outro, o desejo de câmbio. Parece-nos de interesse o modo em que nesta obra Saramago utiliza os recursos do teatro para criar um abismo não só ideológico mas moral entre quem defende o salazarismo e quem defende as liberdades. Ambas posições distribuem-se respectivamente nas personagens que com seu comportamento e actos contribuem para a vigência do regime e as personagens que defendem as suas ideias anti-salazaristas de umha maneira mais ou menos manifesta. A caracterização ideológica destas personagens desenvolve-se em diferentes aspectos e atinge mesmo atitudes que poderíamos chamar “vitais”, e que se vivem em *A Noite* identificativas de cada ideologia. Fundamentalmente, som duas as classes de recursos que afondam no conflito entre o salazarismo e o anti-salazarismo: a simbologia que conlevam certos nomes e as etiquetas semânticas referidas às personagens e o particular modo em que se distribuem umhas e outras.

1. SIMBOLOGIA

Devemos fazer referência em primeiro lugar a umha salientável simbologia nos nomes tanto do próprio jornal (*A Noite*) como do protagonista (o Torres). O primeiro parece referir-se à obscuridade intelectual do momento político em que dito jornal se publicava e que ele representa, período ditatorial e, por tanto, de ausência de liberdade. *A Noite* é, pois, umha noite das ideias, do pensamento, da liberdade, e dentro dessa noite sobrevive, firme nos seus princípios, o Torres. Eis o nome chave do prota-

gonista, que como torre simboliza a resistência contra o sistema vigente.

2. FONTES DAS ETIQUETAS SEMÂNTICAS.

2.1. Juízos chegados de forma directa polas acotaçons

Se a maneira habitual de caracterizar umha personagem é a de dar dados directamente nas acotaçons, neste caso ditos dados convertem-se em comantários aprovatórios ou reprovatórios das atitudes das personagens. Evidencia-se a presença de umha voz implicada nas acotaçons, voz que introduz valoraçons das personagens, e que tem, portanto, um valor acrescentado para além da funçom de introdutor das coordenadas espaciais e temporais em que se desenvolve a obra.

2.2. Atitudes

2.2.1. O conjunto das personagens que apoiam o regime adoptam três atitudes básicas:

- Servis (Valadares no primeiro acto: “O senhor director nunca atrasa o jornal; o senhor director é o jornal”).
- Falsas (Valadares, no primeiro acto: “Torres, dominando a irritação, entrega-lhe o papel. Valadares finge que lê”).
- Intriguistas (segundo acto: “Josefina junta-se apressadamente ao grupo dos homens. Murmuram”).
- Torpes (no segundo acto umha das acotaçons indica expressamente “Ironia fácil” nas palavras do Valadares).

2.2.2. O conjunto das pessoas contrárias ao regime.

A personagem mais fundamente analisada delas é o Torres. Porém, neste caso nom há nas acotaçons caracterizaçons interessantes, como acontece com as outras personagens. O Torres é caracterizado apenas polo seu diáfano modo de agir. As acotaçons, no caso das outras personagens, eram necessárias para desmascarar a sua hipocrisia, evidenciando ou esclarecendo que os seus actos, palavras, etc., eram puro fingimento. Também som úteis para salientar ou comentar atitudes pouco correctas, como a de murmurar.

Havendo nas acotaçons umha degradaçom moral das personagens salazaristas em confronto com a atitude diáfana do Torres, podemos dizer que há umha caracterizaçom ideologizada das personagens por parte de umha espécie de voz narrativa interessada,

escondida em forma de acotações comentadas, quiçá por darem estas umha maior sensação de objectividade do que o modo narrativo.

2.3. Caracterização por dados procedentes doutras personagens

Como se correspondesse a umha disposição psicológica colectiva dos salazaristas, o falar de um terceiro constitui-se num importante meio de caracterizar o Torres, sendo muito mais frequentes as caracterizações deste em boca dos outros do que ao contrário. O Torres apresenta umha maior tendência a falar de si, de aquilo que fai e aquilo que pensa.

De qualquer maneira, fica clara a divisom em dous grupos de pessoas, acontecendo que num deles recusam e criticam continuamente o Torres:

- Valadares, no primeiro acto “Há uma certa indisciplina”, respondendo o Director “O Torres é incorrigível (...) mas são competentes”.
- Diálogo desenvolvido entre o Valadares e o Torres (no fim do acto primeiro): “Torres, você sabe que no plano estritamente profissional é um dos redactores mais competentes desta casa, não sei mesmo se o mais competente (...) Você provavelmente não dá por isso, mas olhe que fere muito as pessoas” (...) “Mas sei muito bem que você poderia ter responsabilidades muito diferentes neste jornal, se não fossem as suas... as suas manias... Um profissional como você, cheio de experiência, com uma sensibilidade do ofício, um tacto, que pouca gente tem que se lhe compare” (...) “Você sabe muito bem que a Administração não o vê com bons olhos” (...) “Primeiro, você tem muitos defeitos, mas não tem esse, não é intriguista” (...) “Você não tem nenhuma consideração pela classe a que pertence”
- Também a Josefina se refer ao Torres: “Grandes milagres o Torres, imagine-se, com a cara que tem, de quarta-feira de cinzas (...) menina tem cuidado. Olha que o Torres não é de confiança” (...) “Claro, o senhor, para nós, colegas antigos, não dá confiança”.

Vemos como de facto é a atitude do Valadares no exercício das suas funções de chefe que cria os conflitos. A esta atitude respondem uns e outros, conforme a sua ideologia, de maneiras diferentes, já que é o próprio paradigma ideológico que condiciona o modo de entenderem a sua profissão e que cria confrontos no trabalho.

2.4. Caracterização procedente da opinião e conduta das personagens

O Torres, a Cláudia e o Jerónimo som as únicas personagens cuja opinião política é dada pela exteriorização expressa das suas ideias. A con-

duta dos outros, especialmente quando é impropriedade, é pontualmente comentada nas acotações.

Destarte, poderíamos dizer que as personagens ideologicamente afins ao regime são caracterizadas pela sua conduta e pelos comentários das acotações, enquanto as outras expressam por si próprias as suas opiniões.

2.5. O conflito verbal

O confronto materializa-se sempre num conflito verbal em que o signo linguístico tem, por tanto, uma importância singular. E até neste aspecto o Torres vai sair vitorioso, já que ele exibe sempre uma capacidade de expressão, uma eloquência, muito mais desenvolvida do que o Valadares, que fica consideravelmente degradado. Como consequência deste domínio, é o Torres que vai manejar o Valadares até conseguir tomar o controlo da situação. É o único caso em que o Torres não explicita o que está a fazer ou pensar.

3. CONCLUSÃO

Assim, com esta breve análise, podemos ver como a apresentação das personagens e a sua caracterização ideológica, basicamente conservadora ou progressista, é desenvolvida nas acotações de modo tendencioso, ao se realizar uma identificação maniqueia das personagens anti-salazaristas com um comportamento eticamente pulcro, enquanto as personagens conservadoras são apresentadas como falsas, hipócritas, e corruptas. Não há lugar na obra para um só acto reprovável do Torres, como também em nenhum momento as personagens salazaristas se comportam de maneira correcta, pois parecem responder a um valor funcional cujo alvo seja representar a mesquindade, valor a que em nenhum momento são alheias.

A modo de conclusão, podemos dizer que todas as técnicas de caracterização das personagens têm uma única finalidade: estabelecer uma abissal diferença moral entre as personagens afins ao regime fascista e as subversivas, quer dizer, ideologizá-las e valorá-las moralmente. Sem embargo, isto, ao estarmos num texto teatral e não narrativo, leva a que as acotações acrescentem à sua função de estabelecer as coordenadas espaciais e temporais certas conotações subjectivas mais próprias da narração, e criando um estilo bem particular.

O contencioso basco e o dilema do prisioneiro

Xavier Vilhar Trilho

(Univ. Santiago de Compostela)

Apressuramo-nos a fazer este artigo sobre a questão basca e pedimos a quem o edite que o edite pronto, não seja que se publique depois de que se aprovem essas medidas legislativas contraterroristas, que talvez poderiam permitir qualificar de apologia do terrorismo inclusive uma posição equidistante como a que vamos a desenvolver. Posição equidistante não entre os que assassinam e os assassinados senão que —sendo contrária aos que matam— também é contrária àqueles que põem a unidade do Reino de Espanha por cima do direito dos bascos a se autodeterminar. Poderíamos dizer, reproduzindo as palavras do arcebispo de Pamplona, que “no coincidimos con los terroristas” mas “no por eso tenemos que coincidir siempre y en todo con los contrarios”¹.

MUDAR DE ATITUDES: SER DEMOCRATAS ANTES DO QUE NACIONALISTAS

Há uns meses em que o Chefe do Governo do Reino de Espanha, o Sr. Aznar, exortava os nacionalistas moderados bascos a que havia que ser democratas antes do que nacionalistas. Mas o Sr. Aznar não se faz a si mesmo tal exortação, já que ele se comporta como nacionalista espanhol antes do que como democrata, pois antepõe a unidade do Reino de Espanha ao reconhecimento do direito a que uma parte do que se chama o povo espanhol se possa pronunciar por se constituir, por decisão maioritária dessa parte, num povo politicamente à parte, quer dizer, em titular do poder constituinte. Se a quase maioria, quando não a maioria, dos bascos parece ser favorável, como mínimo, a perguntar-se sobre a constituição de um âmbito de decisão soberano para *Euskal Herria*, um democrata tem de permitir que os bascos se façam tal pergunta. Como sustenta Walker Connor, um Estado democrático e multinacional moderno não pode denegar as aspirações das suas minorias sem minar a sua pretensão de ser uma democracia.

(1) *La Voz de Galicia*, 27 de Janeiro de 2001

Não se pode esgrimir que a Constituição espanhola não permite a autodeterminação do País Basco, porque, ainda que assim fosse, haveria que argumentar que a Constituição deve estar feita para servir à democracia e não a democracia para servir à Constituição. A este respeito vem a ser exemplar aquele ditame do Supremo Tribunal do Canadá de 28 de Agosto de 1998, segundo o qual —ainda verificando que não se pode achar no direito constitucional interno do Canadá nem no direito internacional expressos preceitos que lhe dêem uma cobertura legal— não se poderia negar o direito de secessão à província do Quebeque, no suposto de que, perante uma pergunta claramente formulada sobre a secessão, uma maioria clara de quebequenses se pronunciasse a favor da secessão; e sempre que, a continuação, se produzisse uma negociação entre o Quebeque e o resto do Canadá, na que, como resultado da mesma, ficassem garantidos em todo o caso os direitos fundamentais da pessoa e os direitos das minorias no Quebeque separado. Maneira de argumentar do Supremo Tribunal do Canadá, da que se depreende a ideia de que a secessão do Quebeque é um problema político, que deve ser resolvido através de uma negociação política e não algo que deva esperar a que se reforme a Constituição do Canadá para o poder fazer legitimamente viável. Se entre os objectivos, que se procuravam com a aprovação da Constituição espanhola de 1978, figura —como proclama o seu Preâmbulo— o “estabelecer uma sociedade democrática avançada”, não se compreende como se poderia conseguir uma democracia avançada sem admitir a possibilidade de que uma parte do povo espanhol possa, por voto da maioria da mesma, decidir em se converter num povo à parte. Nenhuma Constituição pode estar por cima da vontade da maioria de uma parte do povo de querer constituir-se em povo à parte. Como se pode dizer que o bloco constitucional-estatutário é algo indiscutível quando é precisamente o que está sendo discutido? Por cima da Constituição está o direito de autodeterminação, porque, entre outras coisas, toda Constituição é, precisamente, produto da autodeterminação de um povo.

As dificuldades em determinar o *autós*, o sujeito da autodeterminação (por exemplo, no caso basco, se o sujeito deve ser o conjunto de pessoas com vizinhança civil ou administrativa² em cada uma das províncias bascas por separado, em toda a actual Comunidade Autónoma do País Basco

(2) Segundo o art. 14.3 do Código Civil espanhol, a vizinhança civil adquire-se: 1.º) por residência continuada durante dois anos no território de direito comum, ou num dos territórios de direito especial ou foral, sempre que o interessado manifeste ser essa a sua vontade; e 2.º) por residência continuada de dez anos, sem declaração em contrário durante este prazo. Similar critério é também o que segue a lei catalã reguladora das selecções desportivas, que entende que um desportista é seleccionável para uma selecção desportiva catalã, se tem dois anos de residência na Catalunha uma vez recenseado ou dez anos de residência se não se tem produzido tal recenseamento. Não bastaria com a simples vizinhança administrativa, a

só ou juntamente com aquelas outras pessoas que têm a vizinhança civil ou administrativa em Navarra) e as dificuldades de carácter procedimental na fixação da modalidade de celebração do referendo (formulação da pergunta, inequivocidade da mesma, percentagem necessária de participação das pessoas com direito a voto, maioria exigível —absoluta ou qualificada?— para o triunfo das alternativas em jogo, tempo de latência durante o qual não se poderia celebrar outro referendo de autodeterminação) não podem constituir uma escusa para impedir a realização do referendo de autodeterminação, pois são superáveis através de uma negociação entre todas as partes implicadas. A mesma Constituição espanhola admite —na sua disposição transitória quarta— um suposto limitado de utilização da figura do referendo para casos dessa natureza, segundo o qual Navarra se pode incorporar ao regime autonómico basco por decisão da maioria dos membros do Parlamento navarro, ratificada por referendo da maioria dos votos válidos exprimidos do corpo eleitoral navarro. Por que, então, não estar abertos a permitir que os bascos decidam num referendo convocado pela maioria do Parlamento basco se querem deixar ou não de estar integrados no Reino de Espanha?

O Governo do Estado não pode qualificar como não democrática a reivindicação do âmbito basco de decisão do pacto de Lizarra pelo facto de que entre os que o reivindicam também figurem os violentos etarras, porque um princípio democrático —que as decisões adoptadas pela maioria dos bascos sejam respeitadas pelos Estados espanhol e francês— não deixa de ser democrático pelo facto de que entre as forças políticas que o reivindicam figure uma violenta, da mesma maneira em que, como diziam os antigos gregos, a verdade não deixa de ser verdade diga-a Agamémnon ou o seu porqueiro. As palavras do porta-voz de *Herri Batasuna* Arnaldo Otegi (“aspiramos... a que a los bascos se nos permita decidir y que se respete por parte del Estado español y del francés lo que el pueblo basco decide. Si el pueblo basco decide no ser independiente, nosotros lo vamos a aceptar... Nosotros consideramos que una vez hecho ese ejercicio ya hemos ganado, independientemente de que la fórmula independentista se

que, para gozar da condição de política de membro das Comunidades Autónomas, exigem os artigos correspondentes dos Estatutos de Autonomia. Por exemplo, o art. 3.1 do actual Estatuto de Autonomia da Galiza dispõe que «*A efectos do presente Estatuto gozan da condición política de galegos, os cidadáns españois que, de acordo coas leis xerais do Estado, teñan veciñanza administrativa en calquera dos municipios de Galicia*». Para a aquisição da vizinhança administrativa é —segundo a formulação da pré-constitucional Lei de Regime Local de 1955— suficiente com a solicitude dos espanhóis maiores de idade ou emancipados que tivessem residido, pelo menos, durante seis meses continuado, dentro dos limites dalgum dos municípios da respectiva Comunidade Autónoma ou basta com a inscrição, de toda pessoa que viva em Espanha, no censo do município no que habitualmente resida mais tempo durante o ano (de acordo com a fórmula do texto refundido das disposições legais vigente, em matéria de regime local, aprovado por Real Decreto Legislativo 78/1986).

materialice o no”³) são impecavelmente democráticas. O problema dos nacionalistas bascos não é que sejam nacionalistas antes do que democratas senão o de que alguns deles (os etarras) são violentos antes do que nacionalistas, pois para obrigar o Governo do Estado a aceitar o âmbito basco de decisão chegam a converter num absoluto a violência, até o extremo de causar a morte indiscriminada entre a população civil indefesa (nisto consiste o terrorismo) e matando selectivamente pessoas pelo simples facto de expor opiniões contrárias à sua linha política nos meios de comunicação ou por ostentar um cargo de vereador municipal de partidos políticos adversários. Suprimir uma vida alheia só está justificado quando é o único meio para conservar a própria, o uso da violência só é justo quando vem a ser o único meio para evitar males maiores dos que se produziam de não recorrer a ele: supostos nos que sob nenhum conceito cabe encaixar essas acções mortíferas da ETA. Gente do próprio entorno político do mundo *abertzale* radical, como o vereador dissidente de EH do Concelho de Balmaseda, Pascual Gallastegi, têm manifestado que “en política no vale todo”, pelo que também não entende que se possa matar a alguém por “pensar de manera diferente y manifestarlo, o por pertenecer a otra organización por muy opuesta que sea y, mucho menos, usar la ceguera del coche-bomba”⁴. O histórico dirigente de HB, Iñaki Aldekoa, tem dito que inclusive num contexto no que a luta armada tivesse alguma legitimidade política, não estaria justificada qualquer acção violenta, porque “en las guerras también hay límites a respetar”⁵. Aldekoa afirmava que ainda que a guerra seja “justa”, atentar “contra civiles desarmados o beligerantes, sea cual sea sua adscripción ideológica, política o étnica” é “un crimen de guerra”⁶. Não acontece assim no lado dos que se enchem a boca da retórica da antiviolença, mas não deixam de ser uns fariseus quando não reconhecem que, infelizmente, o habitual nos processos de libertação nacional tem sido o uso da violência, pois como sinceramente tem dito *Txillardegí*: “Ahí están los casos de Irlanda y Argelia o el propio de Pepe Botella en España, las cosas siempre terminaron a tiros. Después de los tiros viene la negociación. Ya sabemos que eso no es democrático, pero no hay otra solución”⁷. Não por acaso os russos bombardeiam os chechenos e estes põem bombas.

(3) Numas delarações à imprensa, recolhidas em *El Correo Gallego*, 30 de Novembro de 2000.

(4) Declarações recolhidas em *El País*, 20 de Dezembro de 2000.

(5) Em *El Mundo*, 13 de Agosto de 2000.

(6) Em *El País*, 13 de Agosto de 2000.

(7) Declarações de José Luís Álvarez Enparantza, *Txillardegí* (principal figura intelectual da primeira ETA e senador de HB nos oitenta), efectuadas em 1987, das que se faz eco Patxo Unzueta em *El País* de 13 de Agosto de 2000.

Para que se possa começar a solucionar o problema basco os nacionalistas espanhóis devem ser democratas antes do que nacionalistas e os nacionalistas bascos violentos devem ser não violentos antes do que nacionalistas. Os etarras devem abandonar a violência sem esperar a que a se possa celebrar um referendo de autodeterminação em Euskadi e o governo do Estado deve permitir a celebração em Euskadi e Navarra de um referendo de autodeterminação ainda que siga existindo a violência etarra. Não se têm celebrado em Euskadi eleições legislativas, autonómicas e locais durante todos estes anos de regime democrático apesar da existência da violência etarra? O eleitorado basco é dos mais estáveis do mundo, pois nem sequer nos períodos de acrescentamento da violência etarra se sentiu constrangido para mudar substancialmente o sentido da votação, a não ser curiosamente para aumentar, embora minimamente, o voto favorável ao PP. Talvez o PP com a sua actual política de assimilar o PNV e EA com a ETA busque, ainda tendo de suportar nas carnes dos seus próprios militantes a violência etarra, tirar partido eleitoral da presente mortífera ofensiva da ETA?

A DILUCIDAÇÃO COOPERATIVA DO DILEMA DO PRISONEIRO COMO MODELO DE SOLUÇÃO PARA O CONTENCIOSO BASCO

Pode parecer de uma ingenuidade angelical pedir que a ETA abandone a violência sem esperar a que simultaneamente o Governo do Estado permita que sejam os bascos os que tenham o poder de decisão e que o Governo do Estado permita que sejam os bascos os que tenham o poder de decisão sem esperar que ETA abandone antes as armas. Nem a ETA nem o Governo do Estado podem escudar-se em que para adoptar essas atitudes tem de haver simultaneidade na adopção das mesmas. Tanto a ETA como o Governo do Estado deveriam estar interessados em dar esse primeiro passo de forma unilateral, pois —ainda que só fosse por próprio interesse estratégico— isso poria a bola no telhado do competidor. Se o Governo decide *motu proprio* dar a palavra e a decisão aos bascos obriga os violentos etarras a deixar a violência e se os violentos etarras decidem por própria iniciativa abandonar a violência obrigam o Governo a dar a palavra e a decisão aos bascos. Deveria produzir-se uma verdadeira carreira entre o Governo do Estado e a ETA para ver quem é o primeiro em fazer a cedência, porque isso suporia para quem o fizesse apontar-se o primeiro tanto na resolução do conflito. As partes no conflito basco não podem permanecer no roque inicial e a esperar que a parte contrária seja a que mova peça. As partes no contencioso basco estão obrigadas a

cooperar para resolver o problema, inclusive ainda que não queiram ou não possam negociar pública e formalmente entre si a solução, pois uma das condições para que possa ter sucesso um processo negociador é a de que se negocie sem dizer que se está a negociar.

O Governo do Estado e a ETA estão na situação de ter de buscar a solução cooperativa do *dilema do prisioneiro*, na procura da qual os dois detidos —acusados sem provas suficientes de cometer um crime e interrogados por separado e sem, portanto, poder saber um o que declarará o outro— devem renunciar a obter individualmente o óptimo para cada um deles (a consecução da liberdade através de inculpar a outro e sempre que este permaneça em silêncio, quem seria castigado com vinte anos de prisão), para alcançar (através de não culpar-se reciprocamente, por meio do silêncio compartilhado) o menos mau para os dois (cinco anos de prisão e não os dez que lhes corresponderiam de ter confessado os dois o ser autores do crime). A ETA tem de abandonar definitivamente as armas sem estar certa de que se vá a reconhecer aos bascos o direito de autodeterminação e os governos do Estado devem facilitar a realização de um referendo de autodeterminação no País Basco sem saber se a ETA vai deixar definitivamente as armas. Tanto quanto mais demorar a ETA a abandonar as armas mais corre o perigo de ser desmantelada sem poder capitalizar politicamente o ter abandonado a violência por própria iniciativa. Assim mesmo, os governos do Estado deveriam estar interessados em permitir que os bascos se perguntem num referendo o tipo de relações que querem manter com o Estado espanhol, porque tanto quanto mais demorarem a permiti-lo, mais aparecerá que o farão sob a chantagem da violência etarra, caso de que alguma vez se virem obrigados a tolerar tal consulta por não terem sido capazes de eliminar policialmente a ETA. Aqui é sábia a sabedoria popular: mais vale um mal acordo do que um bom pleito.

A tomar de forma unilateral a atitude de dar a palavra e a decisão aos bascos está obrigado politicamente um Governo não só por pretender ser democrata senão também porque não é policialmente capaz de proteger os cidadãos da violência etarra. Se defender a vida dos cidadãos tem de ser um dos objectivos que justifica a existência do Estado, não se lhes pode pedir aos cidadãos, que —entretanto não se consiga erradicar policialmente o terrorismo etarra— suportem estoicamente as mortes contínuas em nome de uma hipotética futura solução policial do problema. Os cidadãos menos susceptíveis de ser protegidos (aqueles contra os que atenta a ETA) não podem ser coelhos de laboratório, nem para que a ETA experimente quantas mortes deles são necessárias para conseguir que os

governos do Estado negociem com ela, nem para que os governos do Estado experimentem até onde esses cidadãos podem suportar a ineficácia policial na erradicação do terrorismo. A ETA é responsável pelas mortes que causa e o governo é responsável de não ser capaz de evitar politicamente as mortes que ETA causa. Se para evitar os contínuos atentados contra a vida dos cidadãos, isto se pudesse conseguir através de uma negociação política com o mundo político do entorno etarra, que busque uma solução democrática e pacífica do contencioso basco, porque não tentá-lo? Não tem chegado a um acordo político, o Acordo de Stormont, o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha (país onde reinam as regras da democracia política e do Estado de direito) com os representantes políticos do IRA e das forças paramilitares unionistas?

Para resolver o problema basco haverá que buscar formas inovadoras, imaginativamente flexíveis, como a do *Abraço de Vergara* entre o general liberal Espartero e o carlista Maroto, que acabara a sanguinária segunda guerra carlista com a fórmula de reconhecimento parcial dos direitos forais bascos e navarros dentro da unidade constitucional liberal do Reino de Espanha. Talvez hoje, através da fórmula de ceder atributos da soberania clássica do Estado a *Euskal Herria* —igual que com a integração no *euro* se tem cedido à União Europeia a competência sobre a regulação da moeda sem a preceptiva modificação da Constituição—, se poderia achar um via de solução do problema basco, transferindo progressivamente ao País Basco parte daquelas competências que a Constituição define, pela natureza das mesmas, como próprias do Estado. E em relação com a União Europeia se poderiam achar fórmulas —igual que um Estado, como Dinamarca, pode formar parte da União Europeia ao mesmo tempo que parte do seu território (a Gronelândia) não— nas que uma parte de um Estado, como poderia ser o caso da *Euskal Herria*, actuaria em certos campos como um dos membros de pleno direito da União Europeia, ao mesmo tempo que noutros se computaria como parte integrante do Reino de Espanha, para que este não se pudesse sentir prejudicado pela falta desse território.

O EXEMPLO DO ACORDO DE STORMONT

O Acordo de Stormont, comporta não só medidas “militares” e penitenciárias como o abandono e entrega das armas por parte dos activistas republicanos e unionistas, a excarceração —que se está a produzir estes dias— daqueles activistas que tinham sido condenados por múltiplos delitos de sangue pelos tribunais britânicos, a retirada do exército britâ-

nico do Ulster e a eliminação do carácter sectário protestante da polícia desse território (o *Royal Ulster Constabulary*), como também comporta cedências políticas por todas as partes implicadas no conflito. Com efeito, cedências políticas como: a supressão por parte da República da Irlanda da referência existente no art. 2 da sua Constituição, segundo o qual o território nacional estava constituído pela totalidade da ilha da Irlanda; o reconhecimento mútuo por parte do IRA das forças paramilitares unionistas de que o Ulster pode ser tanto irlandês como britânico se assim o decidem os seus habitantes; a modificação feita pelo Reino Unido da Acta da Irlanda do Norte —que desde 1921 é parte integrante da Constituição britânica—, para permitir que os nor-irlandeses possam decidir através de um referendo (cuja convocatória se pode reiterar cada sete anos) se querem formar parte da República da Irlanda ou continuar sendo parte do Reino Unido; a garantia de representação proporcional da minoria católica no Governo e no Parlamento autónomos do Ulster⁸; e a criação de organismos conjuntos, como o formado por membros eleitos do Parlamento autónomo do Ulster e do Parlamento da República da Irlanda —com poderes executivos sobre âmbitos tais como turismo, educação ou saúde— e a conferência intergovernamental integrada por representantes da República da Irlanda e do Reino Unido para estudar a totalidade das relações e intensificar a cooperação entre os dois Estados⁹. O Acordo de Stormont é resultado de o IRA chegar ao convencimento de que com o terror não ia conseguir, pelo menos num curto espaço de tempo, a reintegração do Ulster na República da Irlanda e de se convencer o governo do Reino Unido da Grã-Bretanha de que não resolveria, pelo menos num tempo breve, o conflito do Ulster nem sequer com medidas que iam além do simplesmente policial, como o envio do exército, e outras policiais mas de duvidosa constitucionalidade como o confinamento sem juízo prévio de suspeitos de actos de terrorismo. O Reino Unido da Grã-Bretanha admite que os habitantes de uma parte, o Ulster, do seu território possam decidir se querem seguir formando parte do

(8) A composição e a tomada de decisões das instituições políticas do Ulster serão agora as próprias de uma democracia de tipo consociativo (contraposta à democracia tipo *Westminster*, baseada na decisão da maioria), pois o Acordo de Stormont prevê um conjunto de medidas de equilíbrio para evitar que a maioria unionista domine as instituições de autogoverno. Com efeito, o novo Parlamento autónomo do Ulster é um Parlamento de 108 deputados eleitos por um sistema proporcional, cujas decisões mais transcendentais deverão ser adoptadas por consenso «paralelo» entre os representantes das forças políticas das duas comunidades (protestante e católica) do Ulster, ou por uma maioria de 60% dos votos, que por sua vez esteja integrada, pelo menos, por 40% dos deputados de cada uma das comunidades. À frente do poder Executivo, atribuído ao Parlamento, há um primeiro ministro de uma comunidade e um vice-primeiro-ministro da outra, apoiados por 10 ministros, e cuja linha de governo submeter-se-á necessariamente aos princípios de gestão intercomunitária.

(9) Uma síntese do Acordo de Stormont tem aparecido no *El País* de 14 de Abril de 1998. Para uma leitura do texto completo em inglês, pode consultar-se o endereço de Internet: www.nio.gov.uk/agreement.htm.

Reino Unido ou passar a formar parte da República da Irlanda. Ainda não sendo homologáveis as circunstâncias dos conflitos irlandês e basco, o que sim é extrapolável a *Euskal Herria* é a forma de resolver o conflito (dar a palavra aos directamente implicados, permitir que os habitantes de uma parte do território do Estado se possam autodeterminar) seguida no Acordo de Stormont.

Em qualquer caso, chegue-se ou não a um acordo, a abandonar de forma unilateral a violência está obrigada a ETA não só já moral e legalmente senão também politicamente, porque não só desprestigia o nacionalismo democrático não violento —necessário para que o objectivo soberanista dos nacionalistas bascos consiga uma maioria social—, mas também porque a sua estratégia de luta armada, que sacrifica vidas de pessoas (inclusive militantes dissidentes) até pelo simples facto de terem opinado em contra da sua linha política, não consegue que os governos do Estado se vejam obrigados a negociar, pois estão podendo suportar a pressão de uma sangria interminável de mortos. A pressão da ETA pode ser suportada, porque os governos do Estado podem lograr convencer à população de que os mortos são danos colaterais, que de momento não se podem evitar mas que sim se conseguirão evitar no futuro com uma maior eficácia policial. Pode ser suportada também, porque a ETA não percebe o efeito de que mesmo a sua rotineira actividade sanguinária habitua a população civil a ver tal actividade como uma catástrofe, face à qual —como acontece perante as catástrofes provocadas pelos fenómenos da natureza— não fica mais remédio que a suportar estoicamente. A abandonar a violência está obrigada a ETA também por razões “militares”, pois não tem sido capaz de converter a chamada luta armada numa guerra popular de massas de libertação nacional dado que a sua estratégia militar fica confinada no gueto da guerrilha urbana. Ora bem, também é certo que o Governo do Estado não pode confiar unicamente toda a sua estratégia à via policial, porque, na medida em que não consiga ser eficaz num prazo de tempo não demasiado longo, pode deixar de contar com a aquiescência popular, como se começa a adivinhar nas palavras da jornalista Gemma Nierga, que clausuravam a manifestação de protesta contra a morte de Ernest Lluch: “Estoy convencida de que Ernest, *hasta con la persona que lo mató* (itálico nosso), habría intentado dialogar; ustedes que pueden, dialoguen, por favor”¹⁰.

É surpreendente que tenha de ser um bispo o que dê lições de política aos políticos, como quando monsenhor Setién se declara partidário, sem

(10) *El País*, 24 de Novembro de 2000.

reservas, do diálogo com ETA para acabar com a violência, criticando que se utilizem, como argumento para o rejeitar, exigências éticas que camuflam interesses políticos¹¹. Alguns destacados socialistas catalães (como o ex-ministro e actual senador Jordi Solé-Tura, o catedrático de Ciência Política Josep Maria Vallès ou a vereadora de Cultura do Concelho de Barcelona Marina Subirats) vão aprendendo a lição, quando já afirmam que “rechazar la posibilidad de conversaciones con ETA es retrasar la pacificación”, quando asseguram que “la superación de la violencia no será posible sin una disposición a abrir conversaciones, también con aquellos que hoy se han convertido en enemigos de la democracia y la convivencia”, quando constataam que a resposta ao conflito basco “no ha de ser sólo policial”, quando proclamam que “el diálogo y negociación son instrumentos que no pueden ser rechazados en un conflicto que dura más de 35 años”, quando dizem que “los poderes públicos tienen la obligación de establecer un escenario de paz, y la paz, como ha dicho el obispo Desmond Tutu se hace con los enemigos”¹². Que significa isso de que nunca se negoceia com delinquentes? Em Argel não negociara o governo do PSOE mesmo com a ETA? Não se negociou o “pacto del capó” com o golpista Tejero na madrugada de 24 de Fevereiro de 1981? Não negociam o Estado de Israel e os palestinianos? Nalgumas ocasiões não negociam os governos com os sequestradores de aviões para salvar a vida dos passageiros reféns? Não negociou o Governo dos Estados Unidos de América com o regime fundamentalista dos *aiatolás* a libertação dos reféns da Embaixada norte-americana no Teerão. Se o Governo italiano daquela altura tivesse negociado como as *Brigate Rosse* não se teria salvo a vida de Aldo Moro?¹³ Não negoceia o Governo colombiano com os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias de Colombia? Não negociaram a transição política as forças políticas democráticas com os franquistas? É bem curioso que se tenha negociado com os testamenteiros políticos dos golpistas de 1936 a transição política à democracia e se diga que não se pode negociar com os bascos o direito de autodeterminação? Porque não se tem instaurado no Reino de Espanha uma cultura

(11) Numa entrevista em Radio Euskadi, recolhida parcialmente em *El Mundo*, 20 de Dezembro de 2000.

(12) Palavras do documento intitulado *Por el diálogo*, impulsionado por *Iniciativa per Catalunya* e subscrito por políticos desde formação, por esses destacados políticos socialistas catalães e por escritores como Manuel Vázquez Montalbán, intelectuais como Xavier Rubert de Ventós e artistas como Lluís Llach ou Maria del Mar Bonet (*El Mundo*, 20 de Janeiro de 2001).

(13) Moro numa carta dirigida à que em breve seria a sua viúva tinha escrito sobre a necessidade de que o Governo italiano negociasse a sua libertação: «No fundo se trata de um intercâmbio de prisioneiros, como o que se pratica em todas as guerras (e esta o é no fundo), com a expulsão dos prisioneiros libertados fora do território nacional». Noutra carta, cujo destinatário era Cossiga (ministro do Interior naquela altura), Moro suplicava aos seus colegas que salvassem a sua vida, porque «o sacrifício dos inocentes em nome de um abstracto princípio de legalidade é inadmissível».

de negociação política depois de tantos anos nos que se nos tem “comido o coco” com a ideia de que o fundamento da Constituição da actual Monarquia parlamentar é o consenso entre as duas Espanhas? A trégua foi uma oportunidade perdida pela ETA para fazer permanente o abandono da violência e por parte do Governo do Estado uma ocasião não aproveitada para buscar algum tipo de solução política, que estaria então legitimada pela ausência de violência. Se ao final se acabará negociando —como é frequente nos conflitos do tipo como do basco— não seria melhor que a actividade terrorista da ETA e a imperícia policial dos governos do Estado nos evitem uns quantos mortos mais?

A VIA QUE, EM TODO O CASO, NÃO CONDUZ À SOLUÇÃO

Nem a ETA com os seus atentados mortais consegue o seu objectivo de forçar a negociar aos governos do Estado nem estes conseguem erradicar ilegal (com o terrorismo de Estado dos GAL) ou legalmente os etarras. Tanto uns como outros devem tomar consciência de que, por tais vias, não estão a conseguir os objectivos que se propõem. Consequentemente, por pura racionalidade prática, a ETA está obrigada a ensaiar o deixar a violência e os governos do Estado a deixar de confiar única e exclusivamente na via policial e tentar a via da negociação política para resolver o contencioso basco. Se a ETA não deixa incondicionalmente a violência viria a demonstrar que sempre estará disposta a condicionar violentamente a solução política que se dêem livremente os habitantes de *Euskal Herria*. E se —para não permitir que os habitantes de *Euskal Herria* se perguntem directamente sobre a sua relação com o resto do Reino de Espanha— os governos do Estado se escudam na existência da violência da ETA e em que é necessária a revisão de uma Constituição, que de facto não poder ser revisada (por causa da exigência, praticamente impossível de ser satisfeita, de maiorias de dois terços dos membros de duas sucessivas *Cortes Generales*), isto viria a ser a prova de que também não o permitirão quando não exista a violência da ETA e de que por cima da promoção de uma sociedade democrática avançada e dos valores superiores do ordenamento jurídico põem o formalismo do respeito à letra dos artigos que regulam a revisão da Constituição. Se bem é certo que por cima do direito de autodeterminação está o direito à vida, também é certo que por cima da *indissolúvel unidade da Nação espanhola* do art. 2 da Constituição está o direito dos bascos a decidir democraticamente se querem formar parte dessa unidade.

O isolamento da violência etarra, que diz que procura o Governo do

Estado, não se consegue criminalizando o nacionalismo democrático e não violento do PNV e EA, encarcerando as cúpulas do movimento *abertzale* de desobediência civil e da coordenadora de alfabetização em *euska* - *ra* de adultos, considerando a trégua e o diálogo como armadilhas e não aceitando discutir sobre a autodeterminação. Se se criminalizam os projectos pacíficos de desobediência civil, que outras vias ficam abertas para os que estão em desacordo com a ordem constitucional? Limitar o diálogo a com quem se concorda —como se faz no recente pacto contra o terrorismo entre o PP e PSOE e como se já se fez, com uma mais ampla base, no pacto de *Ajuria Enea*— não tem muito sentido, porque com quem também há que dialogar é com aqueles com os que não se está de acordo. Como tem dito o bispo Desmond Tutu, a paz se faz com os inimigos. Mais de seiscentas pessoas, na sua maioria procedentes do mundo nacionalista basco e inclusive da esquerda *abertzale*, tem feito no manifesto baptizado como *Documento de Zaramaga*, um apelo tanto à ETA como aos Estados espanhol e francês para que resolvam o conflito através da ausência da violência, a via do diálogo e o respeito à vontade da cidadania de *Euskal Herria* livremente exprimida¹⁴. A ETA também não conseguirá com o uso das armas somar as forças necessárias para alcançar a maioria social favorável à independência e isolar, assim, as forças políticas espanholistas. O contencioso basco não se resolverá sem renúncia da ETA ao seu objectivo de conseguir através do terror forçar os governos do Estado a uma negociação política e sem renúncia dos governos do Estado à via de resolver exclusivamente o problema basco através da perseguição policial, sem negociação política dalgum tipo. Os actuais governos do Estado não deveriam esquecer que nem sequer a feroz ditadura franquista com o seu estado de excepção permanente foi capaz de acabar com a ETA. De não ser as partes do contencioso basco conscientes do delineamento do problema que temos feito aqui, muito nos tememos que só será o passo do tempo quem resolva o problema. O problema basco morrerá com o tempo, o mau é que entretanto morrerão outras pessoas mais nesse tempo em que demorar a morrer o problema.

A Poesia Completa de Lorenzo Varela¹

Ediciós do Castro, dentro da sua colecção “Biblioteca del Exilio” deu a lume a finais do ano 2000 a *Poesía completa* de Lorenzo Varela. Este título, inexplicavelmente seguido na capa pola numeración latina *I*, faria supor que se trata dum primeiro volume, aginha a completar com um segundo. Mas, fora da capa, em nengum outro lugar da obra (nem na lapela em que se consignan os projectos futuros da “Biblioteca del Exilio”) se fala dumha continuidade na publicación dos textos poéticos de Lorenzo Varela. Polo contrario, o editor, Xosé Luis Axeitos, indicará dentro do livro: “Estimamos que nada de la creación poética del autor, conocido (*sic*) hasta la fecha, está ausente de nuestra edición; por ello hemos aventurado el título de *Poesía Completa*” (p. 35).

O primeiro de agradecer a esta edición parte já do facto de que se divulgue o labor cultural dum escritor que, como exilado, pertence a um grupo particularmente

pouco presente na memória do nosso sistema literário. Outras das suas virtudes mais consideráveis, ao nosso entender, reside nas úteis bibliografias *de* e *sobre* Lorenzo Varela que Xosé Luis Axeitos oferece introdutoriamente. As bibliografias que concernem aos nossos escritores exilados som particularmente difíceis de fazer, devido à dispersão geográfica do seu labor intelectual e ao agitado momento histórico em que se produziu a sua forçada diáspora.

Antes desta, o mais próximo a umha edición da poesia completa de Lorenzo Varela dera-se à luz hai mais de 20 anos, em 1979, e sintomaticamente também da mão das Ediciós do Castro². Já em 1990, X. Carlos López Bernárdez fijo para Xerais umha edición escolar da maior parte da obra em galego do poeta.³ Outra publicação mais recente da obra de Lorenzo, e que incompreensivelmente X. L. Axeitos nom consigna na sua bibliografia, é a feita por Xosé Manuel Maceira Fernández dos *Catro poemas pra catro grabados* e *Lonxe*.⁴ A edición de Maceira, ainda fazendo parte dumha antologia da nossa literatura no exílio portenho, repro-

¹ *Poesía completa, I*, Lorenzo Varela, ed. de Xosé Luis Axeitos, Ediciós do Castro, Biblioteca del Exilio nº 3, 2000.

² *Poesía*, Ediciós do Castro, Sada - A Coruña, 1979. No mesmo ano, editáron-se alguns poemas soltos mais sob o título de *Homaxes*, Ediciós do Castro, Sada - A Coruña, 1979.

³ *Poesía galega*, X. Lorenzo Varela, ed. de Xosé Carlos López Bernárdez, colección “Biblioteca das Letras Galegas”, Xerais, Vigo.

⁴ “Catro poemas pra catro grabados” e “Lonxe” in *Literatura na diáspora bonaerense. Antoloxía*, ed. de Xosé M. Maceira Fernández, colección A Nosa Literatura, A Nosa Terra, Vigo, 1997, pp. 13-22 e 63-88.

duz o “Limiar” de Arturo Cuadrado e a dedicatória de Varela, no que di respeito a *Lonxe*, assi como os importantíssimos (básicos, mais bem) desenhos de Luís Seoane incluídos tanto nos *Catro poemas pra catro grabados* (realmente, neste caso os poemas fôrom feitos para ilustrar os gravados) como em *Lonxe*. Excepto a dedicatória, que também se apresenta na edição de Axeitos, o resto dos paratextos antecitados nom se podem achar nem na edição de X. Carlos López Bernárdez nem na que é objecto desta resenha. É particularmente grave esta carência na edição de Axeitos, pois este di seguir as publicaçons feitas por Ediciós do Castro em 1979, que si apresentam os desenhos e mais o “Limiar”. Por outra banda, o normal é editar os textos conforme for a vontade última da sua autora ou do seu autor e nom seguindo a primeira edição, que foi o que fijo Ediciós do Castro no 79 e, portanto, o que tamém acontece para a “Biblioteca del Exilio” no ano 2000. Assi, por exemplo, o primeiro verso da terceira estrofe do poema “María Balteira”, dentro dos *Catro poemas pra catro grabados*, fala d’ “o cabrón do inferno”, quando a última publicação deste poema em vida do autor, no ano 1951, dizia “o demo

do inferno”⁵. Outra mudança de relevo, dentro do mesmo poemário, é a ausência dos versos onomatopaicos da composição “María Pita”, que incluiu (ou corregiu) Lorenzo Varela tamém no 51. Haveria alguma divergência mais a assinalar, mas estas duas som especialmente significativas porque já apareciam marcadas com nota de rodapé na citada edição de López Bernárdez e, assim mesmo, tampouco incorre nestes erros a edição de Maceira.

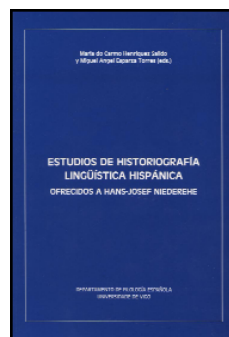
A colecção em que se introduz esta *Poesía completa* de Lorenzo Varela é um projecto espanhol em que os autores galegos nom som explicados na sua dinâmica peculiar, senom dentro da ideia totalizadora do “exílio espanhol”, que obscurece as realidades peculiares das naçons sem Estado, como é a galega. Todas as indicaçons paratextuais desta edição da poesia de Lorenzo Varela, também a introdução de Xosé Luis Axeitos, están redigidas em língua espanhola. Igualmente, os poemas escritos em galego por Lorenzo Varela som traduzidos ao castelhano em nota de rodapé, o qual o professor Axeitos indica que é umha norma editorial (p. 36). Parece, portanto, que ainda que o livro esteja editado por Ediciós do Castro e se venda nas livrarias galegas, o seu desti-

⁵ O verso é importante por ser interpretável como umha referência dilógica a Franco.

natário nom é o público galego, senom o espanhol. Nesse sentido, é claro que consideramos favorável para o nosso sistema literário ser conhecido além do seu espaço social originário (ainda que também falta lhe fai ao sistema literário galego ser sujeito de reconhecimento e prestígio na própria Galiza), mas isto nom quer dizer editar para os de fora e com língua de fora o que necessita urgentemente ser conhecido aqui, e apresentado aqui com o idioma de aqui.⁶

Carlos Manuel C. Torres

***Estudios de Historiografía Lingüística
Hispánica. Ofrecidos a Hans-Josef
Niederehe***



A Universidade de Vigo publicou em 1999 um volume⁷ de homenagem a Hans-Josef Niederehe, um dos máis reputados especialistas em historiografia lingüística. A institución docente galega aderiu deste modo a homenagem da Universidade de Tréveris a um dos seus docentes mais prestigiosos, pola colaboración científica que teve com Galiza. Entre os seus contributos há de se lembrar aqui a sua presença activa no *V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, organizado pola Asociación Galega da Língua em 1996.

Nas 153 páginas deste volume inclui-se umha “Apresentação”,

⁶ Já postos a ser “universalistas”, como é que nom se reproduz a tradução para inglês dos poemas de Lorenzo feita em 1951 polo poeta escocês William Shand?

⁷ HENRÍQUEZ SALIDO, María do Carmo e ESPARZA TORRES, Miguel Ángel, (1999), *Estudios de Historiografía Lingüística Hispánica. Ofrecidos a Hans-Josef Niederehe*, Vigo, Universidade de Vigo, Departamento de Filología Española.

de Maria do Carmo Henríquez Salido, que explica os motivos que levárom a este empreendimento; um trabalho de Miguel Ángel Esparza Torres sobre a trajectória do homenageado, em que refere 133 publicações; e nove estudos, de Carlos Costa Assunção, Ángel Esparza Torres, F. González Ollé, Maria do Carmo Henríquez, Johannes Kramer, Juan M. Lope Blanch, Antonio Quilis, Joaquín Sueiro Justel e Amadeu Torres, especialistas de universidades e de centros de investigação de Galiza, Portugal, Espanha, Navarra, México e Alemanha.

Entre os trabalhos merece especial destaque o intitulado (1999:73-96) “As ‘rectificações’ nas edições da *Gramática* do Professor Ricardo Carvalho Calero”, de Maria do Carmo Henríquez Salido. A investigadora compara as sete edições da *Gramática elemental del gallego común* para apresentar as (1999:73) “rectificações muito relevantes, correlativas com a situação em que se achavam os estudos e as investigações sobre o galego e o estado em que se encontravam os usos desse idioma”, que introduze Carvalho Calero nas sucessivas edições; por mais que se reconhecesse poucas linhas antes que “a concepção e a estrutura desta gramática, que o próprio autor

qualifica de normativa, apesar do tempo transcorrido entre a primeira e a última edição, não vai variar substancialmente”.

Henríquez analisa a evolução dos pressupostos teóricos de que partiu Carvalho Calero, continuadores da corrente da romanística universal e da tradição galeguista; e os motivos pedagógicos, didácticos e mesmo artísticos que motivárom o seu trabalho, de maneira que (1999:78) “o texto será acrescentado, corrigido, revisto e renovado nas sucessivas edições e, nomeadamente, na sétima, conforme avançavam os tempos e conforme se debilitava o regime imperante, que possibilitava a liberdade com que um professor pode expressar a sua doutrina a propósito da língua galega”. A investigadora mergulha em opiniões de Carvalho Calero, recolhidas na modelar entrevista de M.A. Fernán-Vello e F. Pillado Mayor publicada por Sotelo Blanco em 1986; coloca em diálogo o contributo de Carvalho com a tradição das gramáticas galegas; apoia-se no extraordinário estudo de Martinho Montero Santalha *Carvalho Calero e a sua obra* (editado por Laiovento no ano 1993) e, após comparar as partes da *Gramática* de Carvalho nas diferentes edições, conclui que se observa (1999:95) “umha progressiva aproximação à con-

cepçom unitária da língua galego-portuguesa moderna e conseqüente restituiçom da ortografia histórica-etimológica em galego, bem manifesta já na 7ª ediçom” e “umha clara consciência da necessidade de separar a língua popular da língua culta na constituiçom do galego comum, pois que a língua popular nom deve ser a única base para construir o galego exemplar”.

Nom é a primeira vez que Henríquez Salido se ocupa na sua produçom científica dos contributos lingüísticos de Carvalho Calero. A professora viguesa consolida-se como umha das principais canonizadoras deste eminente labor de quem foi o primeiro catedrático de Língua e Literatura Galega, e nome central do Reintegracionismo. Este trabalho de Henríquez Salido é digno do maior destaque, por insistir num aspecto de Carvalho que nom é aceite na Galiza de hoje polos grupos que governam, que focam toda a atençom sobre a sua investigaçom em Literatura e buscam deixar de parte o seu contributo lingüístico, tam fulcral, por razons que é fácil compreender. Há que salientar igualmente a coerência e firmeza de Maria do Carmo Henríquez, intervindo decisivamente nas lutas que se están a travar nas últimas décadas na Universidade galega entre os defensores de posiciona-

mentos diferentes sobre a ortografia –e nom só— do galego, sendo ela um dos mais claros e prestigiosos referentes do Reintegracionismo.

Neste volume merecem ainda mençom especial o trabalho de Carlos Assunção (1999:25-37), sobre “A Gramática de Reis Lobato (1770) e a Gramática de la Lengua Castellana da RAE (1771): duas gramáticas do poder”, onde estuda as (1999:27) “primeiras gramáticas escolares vernáculas oficiais de Espanha e Portugal”; as duas coincidentes, entre outras questons, em fazer apologia das respectivas línguas sobre a Latina, com apoio dos poderes oficiais, dentro das lutas que se davam na altura para atingir a sua imposiçom. Também temos que destacar o estudo de Amadeu Torres (1999:143-152) sobre “Marcas lexicais e jurídico-semânticas trecentistas no Testamento de D. Lourenço Vicente”, onde salienta o “plano intercomunicacional” detectável no códice testamentário de quem foi (1999:143) “um prelado socialmente interventivo, enérgico e reformador” e quem, entre as missons que desempenhou, chefiou a comissom que, no ano 1387, foi a Celanova para acompanhar D. Filipa de Lencastre até à catedral do Porto, para casar com o rei.

Joám M. AraújoJoám M. Araújo

Talía na Crónica de Nós. Dez anos de Teatro Galego (1990-1999)



Principia este volume⁸ advertindo os autores, já na sua primeira frase, que o estudo está (2000:11) “a medio camiño entre a crónica e a reflexión”. O seu trabalho ocupa até à página 176, o a continuación incluem-se, em 101 páginas adicionais, textos dramáticos de Manuel Lourenzo, Xoán Carlos Mexuto, e outro colectivo de responsabilidade de X. C. Couceiro, Á. Cuña, F. Dacosta e mais B. Muñoz.

É muita a informação que se contém na parte teórica do livro sobre as companhias teatrais galegas, tanto profissionais como de amadores, e as condições em que realizam o seu trabalho. Também se salientam as publicações, certames, críticas e possibilidades de

formaçom, com umha comprida bibliografia e um extraordinário “Apéndice”, em que figura a quase totalidade das produções para teatro estreadas e/ou publicadas no período focado. O leitor pode fazer-se umha boa panorámica desses dez anos, e atingir os assuntos centrais e o seu estado da questom.

Contodo, umha carência deste estudo é a ausência de umhas conclusons, em que se valorizasse esse período e se fizesse balanço dos logros atingidos e dos reptos que ficam para o teatro galego, que ainda continua a lutar por lograr umha situação mais central dentro do panorama cultural galego. Essa valorização era especialmente útil se se tem em conta que, nessa década, houve na Galiza um governo politicamente monocolor, cuja actuação foi contestada em diferentes ocasiões polo mundo do teatro, e nom só. Cilha Lourenço e Carlos Vizcaíno nom ocultam problemas, mas nota-se em falta no seu contributo um maior esforço interpretativo. O facto de mergulharem na última década do século XX era também motivo para umha visom mais abrangente a respeito das posições que ocupou o teatro galego durante a centúria, e os reptos para o XXI.

O volume, porém, é muito

⁸ LOURENÇO MÓDIA, Cilha e VIZCAÍNO FERNÁNDEZ, Carlos, (2000), *Talía na Crónica de Nós. Dez Anos de Teatro Galego (1990-1999)*, Ourense, Abano Editores.

recomendável: em primeiro lugar pela sua originalidade, ao combinar investigação e criação, algo não precisamente habitual na Galiza; mas também por respeitar, sem exclusões, as diferentes opções que convivem no país, algo que também não é ainda norma, lamentavelmente; e por esse extraordinário repositório sobre as produções de uma década, pois em nenhum outro lugar se oferece um panorama tão exaustivo desse período.

João M. Araújo

***Em louvor de Viana e outros Poemas,
um poemário português***



O Professor Amadeu Torres (Castro Gil), da Universidade do Minho e mais da Universidade Católica de Braga, bem conhecido pelos seus estudos sobre Gramática e Literatura Portuguesa, oferece mais um poemário⁹, como amostra da actividade literária a que tem dedicação, com publicações desde o ano 1948. Este volume está integrado por três partes: “Em louvor de Viana”, em que inclui composições de homenagem à sequecentenária urbe, datadas desde a década de 50 até o próprio 1999; “Outros Poemas”, por sua vez com duas epígrafes, uma sobre “Aldeias, costumes, tradições” e mais outra sobre “Os nossos poet-

⁹ TORRES, Amadeu, (1999), *Em Louvor de Viana e outros Poemas*, Braga, Edições Humanitas.

as”; e finaliza com um “Apêndice Poético-Musical”, em que se incluem hinos da sua autoria e mais duas partituras. Conforma-se assim um livro de 187 páginas, que finaliza com a explicação justificativa de que “após as homenagens aos 50 anos literários do autor em 6 de Dezembro de 1998, tem um objectivo novíssimo que antes inexistia, qual o de agradecer a todos quantos as promoveram e nelas participaram”.

Amadeu Torres partilha com Pablo Neruda que “Não há material antipoético se se trata das nossas realidades”, segundo assinala a “Explicação breve” (1999:13) que inicia este poemário. Isso previne o leitor sobre as primeiras composições, nas quais se encontram tradições, motivos populares, acontecimentos, comemorações, monumentos... que, com um excepcional telurismo, festejam poeticamente as terras de Viana do Minho. E o mesmo acontece com outros lugares nos textos que iniciam a segunda parte.

Especial relevo tem a epígrafe “Os nossos poetas”, com dedicatórias a 35 literatos de diferentes épocas. Os nove últimos intitulam-se “Trovadores minho-galaicos”, “Eduardo Pondal”, “Rosalia de Castro”, “Ramom Cabanilhas”, “Paz Andrade”, “Iglésia Alvarinho”, “Carvalho Calero”, “Ernesto Guerra da Cal”,

“Da Cal— Retrato breve”, e “D. Jenaro Marinhãs”. Som composições que se podem filiar na melhor tradição portuguesa, e nas quais se efectua um apelo ao entendimento entre as terras de ambas as margens do Minho. Assim, no dedicado a Pondal (1999:145) lemos:

*O teu clamor de bardo convidou
A unir regiões que um idioma irmana:
A terra da Galiza e a lusitana,
Que um evento da história esconjurou.*

O de Rosalia finaliza (1999:147) com o verso “*Tu, Rosalia, és bem o Alto Minho e a Galiza*”. Ou ainda o intitulado “Carvalho Calero”, que principia (1999:155) com esta estrofe:

*Nascido no Ferrol como Guerra da Cal,
Destino semelhante em guerra partilhaste.
E por Galiza mátria, como ele, pugnaste
Para dignificar comum torrão natal.*

Alguns dos poemas estão motivados por efeméride concretas, como o dedicado a Jenaro Marinhãs, com ensejo dos seus 90 anos, em que afirma (1999:161), na última estrofe:

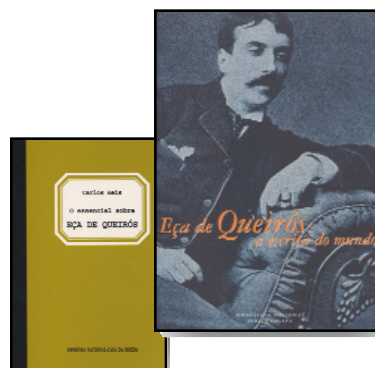
*Lançou sementes na Galiza irmã.
Elas foram brotando. E o amanhã
Pode ser o da real Lusofonia.*

Amadeu Torres é bem conhecido pelo Reintegracionismo. A revista

Agália viu-se honrada com a sua produção, e tem participado directamente em actos organizados pela Associação Galega da Língua e por outras entidades, como as Irmandades da Fala de Galiza e Portugal. Numha das últimas vezes respondeu ao convite da AGAL para intervir, em Vigo, na homenagem a Manuel Rodrigues Lapa. Deste modo, como o próprio Lapa, Teixeira de Pascoaes, Jacinto do Prado Coelho, Alberto Machado da Rosa, e outros, Amadeu Torres revela-se digno continuador dos defensores da ideia portuguesa no Sul do Minho, que na Galiza teve, e tem, correspondência.

Joel R. Gómez

***Eça de Queirós: a escrita do mundo
e O essencial sobre Eça de Queirós,
de Carlos Reis***



No ano 2000 começou com força a celebração do *Ano Queirosiano*, que visa comemorar o centenário da morte de José Maria Eça de Queirós. Com tal ensejo sucedêrom-se em Portugal e no estrangeiro diferentes eventos, para além de edições comemorativas e difusom de novos materiais respeitantes a este produtor, que afiançam a inegável centralidade que ocupa dentro do Campo Literário Português.

Entre as publicações merecem salientar-se as duas objecto da presente recensom, unidas polo facto de ser responsabilidade do Professor Doutor Carlos Reis, quem por sua vez ocupa um lugar central dentro do queirosianismo, ao ser o Presidente da Comissão Organizadora do Centenário (um

organismo oficial promocionado pelo Governo de Portugal) e, além disso, exercer como director da edição crítica da produção queirosiana, em andamento desde 1992, e ser figura principal da Associação de Amigos de Eça de Queirós, da Fundação Eça de Queirós e da revista *Queirosiana*.

Estes dous trabalhos partilham, aliás, o serem difundidos por editoras oficiais, com a particularidade de se tratar um deles de umha publicação de luxo, com orientação de preferência para especialistas, e o outro um estudo mais para o grande público. Os dous se caracterizam igualmente pelo reconhecimento que neles se fai do labor de Ernesto Guerra da Cal, essa figura principal do Reintegracionismo, e também indiscutido mestre dos estudos queirosianos, como repetidamente foi assinalado quer polo próprio Carlos Reis, quer por outros muitos críticos e estudiosos nas últimas décadas.

Com ensejo da exposição *Eça de Queirós: a escrita do mundo*, inaugurada na Biblioteca Nacional de Lisboa –organismo de que também é director Carlos Reis– em 6 de Junho, publicou-se um volume¹⁰ com o mesmo título, explicativo e complemento dos materiais fornecidos na mostra (umha mostra que tem igual-

mente Carlos Reis como comissário científico), e nom só.

O volume começa com textos de Manuel Maria Carrilho, na altura Ministro da Cultura, quem explicita o acordo do Conselho de Ministros para as comemorações do centenário e assinala esta exposição como (2000a:7) “momento cimeiro” das mesmas; e de José Saramago, o narrador português vivo com maior capital simbólico, que acrescenta ainda mais a centralidade queirosiana ao lembrar as suas leituras e assinalá-lo como modelo. Na continuação, Carlos Reis oferece dous estudos em que analisa a evolução de Eça e informa de diferentes questões respeitantes ao espólio –que apresenta como (2000a:16) “entidade estruturante”– do produtor homenageado. Os primeiros textos queirosianos, os momentos principais de *Os Maias* ou de Fradique Mendes, entre outros; as viagens e a residência no estrangeiro, ou o relacionamento com os vultos da sua geração vam aparecendo nas sucessivas páginas. O reconhecimento de Guerra da Cal encontra-se em diferentes momentos, como numha referência (2000a:18) à sua *Bibliografia Queirosiana* como “precioso instrumento de trabalho que nunca louvaremos suficientemente”.

¹⁰ REIS, Carlos (coord.), (2000a), *Eça de Queirós: a escrita do mundo*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Edições Inapa.

Incluem-se aliás quatro textos emblemáticos para a canonização de Eça: de Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, Machado de Assis e Moniz Barreto, seus contemporâneos. E finaliza com um itinerário explicativo das quatro partes da exposição — “Aprendizagem da escrita: 1866-1871”, “Escrita do real: 1871-1880”, “Outros mundos possíveis: 1880-1888” e “Eterno retorno: 1888-1900”—, mais uma vez responsabilidade de Carlos Reis, onde o reconhecimento e protagonismo de Da Cal é extraordinário, pois aparece permanentemente como fonte principal, com continuadas citações da antes assinalada *Bibliografia Queirosiana*, obra cimeira de investigação polos seis tomos e mais de 3.000 páginas de que consta.

Nas quase 300 páginas da luxuosa edição de *Eça de Queirós: a escrita do mundo* há que salientar igualmente a riqueza das ilustrações e das reproduções de materiais que acompanham os textos, e o interesse dos índices; elementos que ajudam a conhecer melhor a produção queirosiana.

*O essencial sobre Eça de Queirós*¹¹ é uma proposta bem diferente: em pouco mais de um cento de páginas, este volume duplo da popular colecção “O essencial sobre”,

da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vulgariza e sintetiza os principais aspectos da biografia e da produção queirosianas, com especial destaque dos temas e figuras mais conhecidos, a sua linguagem e a sua fortuna literária, tanto em vida como nas vicissitudes da edição dos seus trabalhos após a sua morte. Finaliza com uma elementar e imprescindível bibliografia activa e passiva, figurando nesta última com destaque mais uma vez a *Bibliografia Queirosiana* e o estudo *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*, os dois principais contributos de Guerra da Cal sobre o irrepetível produtor. Refere-se Carlos Reis a este último livro como (2000b:107) “estudo fundador sobre o estilo queirosiano” e reconhece que nele aparecem “enumerados e comentados” os principais elementos do estilo do centenário escritor.

Estes dois trabalhos de Carlos Reis constituem, sem sombra de dúvida, dois dos principais contributos às comemorações centenárias. Neles confirma-se como a Literatura é um elemento identificador das sociedades, e por isso se dá uma intervenção directa nela das diferentes instituições. Os dois partilham como característica principal o estarem centrados no labor do literato homeageado, explicitando as sucessi-

¹¹ REIS, Carlos, (2000b), *O essencial sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

vas escolas literárias a que se filiou —embora também se atendam trabalhos que Reis qualifica de paraliterários, como os jornalísticos e o epistolário, entre outros—, e as mudanças da sua ideologia —pela sua atitude “não rígida”, como assinala no segundo dos volumes (2000b:57)—, para participar nas lutas observadas no seu tempo no Campo Literário Português; e também com (2000b:60) “propósito de intervenção social”.

Em ambos os casos prima uma focagem metodológica que teve em Guerra da Cal o principal iniciador. Carlos Reis confirma-se deste modo como um dos nomes cimeiros do queirosianismo, ao qual já tinha oferecido contributos de primeira orde¹² e a que continuava a dar outros de imenso valor e mesmo renovadores, como, neste mesmo ano, a “Introdução” da edição crítica de *O Crime do Padre Amaro*, em colaboração com Maria do Rosário Cunha, publicado igualmente pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda; ou

umha nova proposta digitalizada, em que usa as mais modernas técnicas informáticas para aproximar Eça ao ensino, publicada pela Porto Editora.

A centralidade das questões biográficas e do textocentrismo queirosiano continuam a primar na maioria dos contributos que se apresentáram e/ou editáram nesta primeira parte do centenário¹³. Essa linha de trabalho continuará a dar frutos. No entanto, parece chegado o momento de que o queirosianismo avance mais para a frente e, ultrapassando os pressupostos dominantes antes assinalados, estude também, na sua complexidade, o processo de canonização de Eça, que se espalhou durante todo o século XX e que alcança a sua culminação precisamente com a celebração deste centenário.

Nesse longo processo, para além dos próprios trabalhos de Eça e dos seus contemporâneos, envolveram-se numerosos críticos literários, escritores, historiadores,

¹² Os dois trabalhos principais fôram, sem sombra de dúvida, *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós* (3ª ed. em 1984, na editora Almedina de Coimbra); e *A construção da narrativa queirosiana* (volume de colaboração com Maria do Rosário Milheiro, datado em 1984, fundamental para conhecer o espólio do escritor; editado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda). Outros contributos dispersos em diferentes revistas e obras colectivas, reuniu-os em parte no volume *Estudos Queirosianos*, publicado em 1999 pela editora Presença, onde se encontra parte do melhor de 25 anos de queirofilia. Edições de textos; organização de encontros, entre os quais é merecedor de destaque, neste ano, o *IV Encontro Internacional de Queirosianos*, celebrado em Setembro em Coimbra; orientação de trabalhos académicos, colaboração com instituições... som amostras de uma dedicação queirosiana muito preferente no seu trabalho científico, que ajudou por sua vez à sua consagração actual dentro da crítica literária portuguesa como figura de principal relevo.

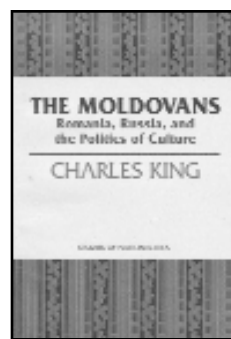
¹³ Desse modo também se reconhece o valor e a actualidade de Guerra da Cal, homenageado ao se convocar o prémio internacional de investigação “Professor Ernesto Guerra da Cal”, como um dos acontecimentos centrais das celebrações da efeméride.

políticos, e outras muito diversas personalidades, em Portugal e no exterior, que favoreceram a eliminação dos entraves que persistiam desde o século XIX e que empeciam a plena canonicidade do agora unanimemente celebrado autor de *A Relíquia*. Nesse processo, é claro que Carlos Reis, como o próprio Guerra da Cal, entre outros, ocupam posições que é preciso colocar no seu justo lugar. Um trabalho que está por fazer e que resultará imprescindível para entender o porquê hoje não se discute que Eça ocupe, com Camões e Pessoa, um lugar privilegiado no centro do cânone português.

Joel R. Gómez

Compostela, Dezembro de 2000.

***Os moldavos: Roménia, Rússia e as políticas de cultura,*
de Charles King**



a Klaus Bochman

Umha das frentes dialécticas entre reintegracionismo e isolacionismo visa a procura de contextos internacionais de índole sócio-linguística onde assentar similitudes com o próprio conflito galego. É assim que desde o isolacionismo se alude, entre outros, ao eslovaco¹⁴, ao esloveno¹⁵, ou o bielorusso¹⁶. Pola sua parte, desde o reintegracionismo tenhem-se situado, igualmente entre outros¹⁷,

¹⁴ Hemida, A., 2000, "Norma Lingüística e Consciencia nacional: o caso eslovaco". *A Trabe de Ouro* 44: 53-58.

¹⁵ Monteagudo, H. (dialogando com C. Nogueira) em www.vieiros.com/noticia.asp?Ed=18&N=8372.

¹⁶ Santamarina, A., 1995, Norma e Estándar. Em *Estudios de Sociolingüística Galega*, Galaxia, Vigo:71. "Áchase, xa que logo, o galego (como o eslovaco e o checo, o croata e o serbio [...]), o macedonio e o búlgaro [...], o noruegués e o danés, konkani e

¹⁷ Eu próprio em 2001, O Galego (Im-)possível, Laiovento, Santiago, tenho argumentado similitudes, de diferentes ángulos, com o flamengo, valenciano, malaio, suíço-alemão, quebequês, valdostano e provençal, entre outros.marathi [...], o bielorruso e o ruso (ou o polonés segundo a época [...] nun deses casos de clasificación problemática".

os contextos flamengo¹⁸, valenciano¹⁹ ou cosovar²⁰.

Este artigo pretende dar a conhecer um manual fundamental em torno ao conflito moldavo, publicado em Stanford, Califórnia, pela Hoover Institution Press no ano 1999 sob o título de *The Moldovan: The History, Culture, Language and Contemporary Politics of the People of Moldova*. O autor, Charles King, é professor assistente na *School of Foreign Service* e no *Department of Government* na Universidade de Georgetown. Entre as suas publicações inclui-se *Nations Abroad: Diaspora Politics and International Relations in the Former Soviet Union* (como coeditor) e numerosos artigos em torno à área oriental da Europa.

Os compartimentos do manual respondem a um critério cronológico envolvido com a soberania do território: I) antes e durante a inserção na Grande Roménia, II) durante a inserção na URSS e, finalmente, III) durante a independência. Antes de referenciar cada uma das partes do volume acho pertinente uns apontamentos geográficos, pelo que possam servir de situacionamento. A actual *República de Moldova*, nome

oficial, soma 33.700 km² e em 1989 contabilizava 4.335.360 habitantes. É a menos urbanizada das ex-repúblicas soviéticas com 40% da população a trabalhar no sector primário. Por fim, situacionalmente está encaixada entre a Ucrânia e a Roménia, dado este que tem marcado a sua história de um jeito fulcral.

A tradução tencionou ser o mais respeitosa possível com o original, seleccionando aqueles trechos que podiam ter maior interesse para um contraste com o contexto galego.

Parte 1: Bessarábia entre a Roménia e a Rússia

No Leste da Europa, de largo predomínio eslavo, existe uma ilha de latinidade constituída fundamentalmente polos estados romeno e moldavo, numa mancha que se espalha aos países vizinhos. Isto nom se traduziu numa realidade gregária comum, de facto ou imaginada, no Medievo. Na verdade, nas crónicas da altura e segundo o escritor, frente aos valacos, os habitantes do território em análise eram moldavos, frente aos polacos e

¹⁸ Carvalho Calero, R., 1983, "O Voo do Flamengo". Em *Da Fala e da Escrita*, Galiza Editora, Ourense: 69-71.

¹⁹ Maceira, José Luís, 1994, "O dialeto valenciano-central da língua catalã e o seu interesse para o estudo dos falares galegos do português"; *atas do Congresso Internacional de Língua, cultura e literaturas lusófonas, Temas do ensino de lingüística, sociolingüística e literatura*, Pontevedra-Braga.

²⁰ Álvarez Emparantza, J.L., 1989, "Modelos de Normalización Lingüística en Yugoslavia", em *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, AGAL, Santiago: 69-73.

húngaros eram romenos e frente aos turcos eram cristãos. Ao período feudal seguiu o domínio turco que abrange desde 1538 até 1812 e a este o russo, 1818-1918, que ocupou a maior parte do que é a actual Moldávia, e que conhece o nome de Bessarábia.

Em 1854, o russo tornou-se o único idioma oficial, o moldavo foi desterrado das escolas e os livros romenos proibidos. Em 1871 passou de ser umha região imperial a umha província. Outra medida russificadora do território foi a subordinação da igreja bessaraba ao patriarcado moscovita. Ora, a questão não era tanto russificar como lograr a lealdade ao czar e ao império. Quanto às cidades, estas ficaram povoadas por russos, judeus e moldavos russificados enquanto os moldavo-falantes ficavam relegados no âmbito rural. No entanto, a revolução de 1905 dará ímpeto a discussões radicais e círculos literários que já se começaram a formar entre os intelectuais bessarabos na segunda metade de XIX:

- 1) Em torno ao jornal *Basabia*, nucleia-se um grupo que exige o autogoverno e a oficialização do moldavo. Depois de um ano e após publicar o incendiário poema *Romenos, acordai!* é clausurado pelo poder local. O seu sucessor, que durou meses, estava já escrito em dois formatos, cirílico e latino.
- 2) Em torno ao semanário *Moldovanul* está representada a cara mais moderada do nacionalismo local em Bessarábia, a representar os interesses dos nobres moldavos leais a Sam Petesburgo, cujos partidários eram reticentes a repletar a legitimidade do regime czarista. Este grupo rivalizava com os pan-romanistas.
- 3) Membros das elites russas e moldavas com um grau de lealdade inquebrantável à Rússia e ao Czar.

No entanto, o grau de precariedade era altíssimo. Como notava um escrito da época: a imensa maioria dos professores não tinham qualquer familiaridade com a cultura romena -desconheciam o alfabeto latino- e nenhuma consciência nacional.

O final da I Guerra Mundial suporá a eclosão da Grande Roménia a incluir a Bessarábia, sem qualquer tipo de consulta popular, fruto de umha votação parlamentar quando as tropas romenas somavam vários meses a ocupar o território. Este novo estádio teve várias repercussões:

- 1- Infraestruturas e meios de comunicação social a unir ambos os territórios.
- 2- Romanização legislada de judeus, ucranianos e russos: ensino, religião, administração. Igualmente, procedeu-se a romanizar a população moldavófona mas sem grande sucesso. A introdução, pela primeira vez no território, do alfabeto latino frente ao cirílico do russo esteve longe de popularizar-se.
- 3- As elites moldavófonas que votaram a unificação, por sua parte,

manifestaram-se incapazes de competir com as elites romenas, e em poucos anos eles foram absorvidos pelos velhos partidos políticos, os liberais e o Nacional dos Camponeses, e qualquer mostra dos bessarabos como um bloco distintivo regional tinha desaparecido completamente.

Pela sua parte, o poder soviético, agora dominante na Rússia esteve longe de renunciar à Bessarábia. Além das pertinentes reclamações diplomáticas, em 1924 era criada a República Autônoma Soviética Socialista de Moldávia no interior da Ucrânia, com 7.516 km², nom albergando nem um terço de população moldava. As intenções evidenciavam-se nesta publicação soviética: a criação da MASSR é o começo da libertação da Bessarábia. Logo que o crescimento económico e cultural da Moldávia tenha começado, os dirigentes da Roménia aristocrática ham-se ver incapazes de manter o seu domínio na Bessarábia.

Esta estratégia que se empregou noutras latitudes [Carélia-Finlândia ou Buriat-Mogol] tinha sempre a mesma focagem: o esforço por empregar políticas nacionalistas e de construção nacional como ferramentas de política exterior, quer dizer, contrárias às reivindicações de “nacionalistas burgueses” nos estados vizinhos utilizando os

seus próprios termos.

Um dos subcapítulos mais reveladores, na minha apreciação, é o intitulado “Forging a Soviet Moldovan Nation”, onde se descrevem as linhas fulcrais dos esforços soviéticos por construir um novo indivíduo nacional e linguístico para o Universo das nações e das línguas.

Começa indicando que o estabelecimento da MASSR em 1924 serviu a duas importantes metas na emergente política exterior da União Soviética. Primeiro, a nova república facilitava a penetração da propaganda soviética no reino de Roménia, aliás, preparando o terreno para uma revolução socialista romena. Segundo, assegurava-se que a questão bessaraba ficasse como um assunto a tratar nas políticas internacionais e uma espinha para os diplomatas romenos na Liga das Nações. No entanto, a origem dos esforços por construir uma identidade moldava distintiva nom respondia apenas às necessidades da política exterior soviética. A construção nacional moldava na MASSR emergiu nom só como um simples produto suplementar do expansionismo soviético mas como realmente o resultado de uma interacção de objectivos centrais de política exterior, existindo formas de identidade indígena, e as agendas de elites culturais e políticas no interior mesmo

da república autónoma. Os planificadores culturais eram conscientes da importância fulcral da política que veio a ser conhecida como “moldavização”, mas eles não eram mais do que simples executores da política elaborada pelo poder central soviético. Disputas profissionais entre linguistas e historiadores e uma crença genuína entre muitos deles de estar a ajudar a libertar os moldavos da opressão dos padrões capitalistas de Bucareste, desempenhou um papel na conformação de uma ideologia de diferenciação nacional na década de 20.

Esta moldavização abrangia várias vias:

1) Criação de uma língua moldava. Um dos seus principais construtores, Pavel Chior, argumentava que o padrão romeno, inchado de galicismos, tornara ininteligível para a população moldava e que “podemos usar esta diferença entre a língua da classe dominante e a classe explorada, se não queremos perder de vista aspectos da nossa ortografia”²¹

No que diz respeito ao corpus, a primeira tarefa dos especialistas foi seleccionar um dialecto que servisse de base para um padrão literário moldavo, recaindo esta função na da Bessarábia central. Quanto ao alfabeto, a adopção

do latino e progressiva galicização do romeno desde o século XIX tivera escassa influência na Bessarábia. Os principais textos pré-revolucionários emanados de autores moldavos, nomeadamente gramáticas e dicionários, empregavam a ortografia cirílica. Os linguistas moldavos, na defesa desta ortografia, falavam mesmo de uma dívida com aqueles precursores. Para coordenar tudo isto nasce, em 1926, O Comité Científico Moldavo [CCM], encarregado de um estudo que compreendesse a região e a cultura da população moldava, assim como a difusão deste conhecimento científico.

As figuras da moldavização foram várias: o já citado Pavel Chior, cuja consciência política coincidiu com o nascimento do Estado Soviético e Leonid Madan. Firme defensor da independência do moldavo a respeito do romeno, elaboraria uma gramática, editada em 1929, que recolhia em grande medida os argumentos e dados tirados de um Congresso celebrado três anos atrás sob o título de “Diferenças entre romeno e moldavo”. Os seus argumentos alicerçavam em:

- As influências que numerosos povos exerceram sobre o moldavo a respeito do romeno [polacos, tártaros, turcos, gregos, russos, ucranianos...]
- Diferenças raciais, como a estrutura

²¹ pag. 64.

do crânio ou a cor do cabelo e os olhos.

-A incidência da Revolução que acelerara a diferenciação, umha língua proletária frente a umha língua burguesa.

No terreno mais concreto da terminologia, as raízes populares usadas pela subsecção eram, na verdade, principalmente empréstimos russos ou decalques, destinados primariamente a incrementar a distância entre o moldavo e o romeno padrom. Muitas, no entanto, teriam sido ininteligíveis para os camponeses moldavos, e algumas mesmo mais do que os termos de inspiração francesa que foram introduzidos na literatura romena desde 1860.

Eis alguns exemplos:

II) Moldovizando as massas.

Em 1923, inicia-se em todo o território soviético a política de *indigenização* que incluía varias acções no caso concreto da Moldávia: 1) moldavizar os quadros dirigentes 2) umha especial atenção às mulheres, nomeada-

mente, às analfabetas 3) construir escolas moldavas e promover neste campo o moldavo 4) criar umha indústria editora em moldavo 5) espalhar a revolução e construir o socialismo através de programas educacionais na língua nativa, campanhas maciças de alfabetização e outras áreas de educação pública.

No que respeita ao primeiro ponto, a política seguida permitiu um incremento inicial da presença de moldavos mas foi precisamente neste sector onde se concentraram as purgações que em 30, sob a acusação de nacionalismo chovinista, se operaram em todos os territórios nom russos da União Soviética. O ensino do moldavo chocou com a falta de técnicos qualificados e escassa motivação dos e das alunas, umha vez que os estádios educativos mais altos estavam em ucraniano. Quanto às publicações é esclarecedora a história do jornal *Plugarul roº*. Sempre escrito em cirílico, numha primeira fase fora fortemente criticado por ser

<i>Romeno</i>	<i>Russo</i>	<i>Moldavo</i>
autoadministrare	samoupravlenie	sîngurcîrmuiri
cravată	galstuk	galstush
dic_ionar	slovar	slovári
monoton	odnoobraznyi	unofelnic
februari	fevral	făurari

“demasiado romeno” enquanto a gramática e o vocabulário usado pela corpo editorial eram denunciados por estranhos aos camponeses. Nos últimos 20 moldovanizou-se totalmente adoptando a gramática de Madan e entom foi atacado por artificial e ininteligível, escrita numha estranha língua inventada por um quadro editorial mais preocupado de diferenciar a língua do romeno do que comunicar-se com os camponeses moldavos. Por fim, no que diz respeito à alfabetização das massas e à política educativa, constatou-se o fracasso por vários motivos: a intransigência das instituições locais, o baixo nível de instrução dos camponeses e a sua desconfiança dos programas políticos de educação, a falta de instrutores preparados e materiais educativos, e os incompreensíveis neologismos das diferentes publicações. Tudo isto, empeceu o trabalho da CCM.

III) Ataques aos moldavizadores.

A finais de 1920 e começos de 1930, por toda a União Soviética teve lugar ataques decisivos contra as elites que levaram adiante a indigenização: escritores, académicos, figuras políticas... Os esforços na Bielorrússia por desrussificar a língua foram denunciados como umha tentativa de romper os laços entre a Bielorrússia e o resto da União

Soviética. A mesma acusação receberam os otomanizadores em Azerbaijão. Em 1930, na Moldávia, umha resolução especial do Comité central apoiava levar a cabo umha luta mais decisiva contra o chovinismo moldavo, considerado como um desvio pela direita. Isto colocava a Chior e o CCM num beco sem saída; pressionados para construir umha cultura moldava, em parte para servir os interesses dos estrategos soviéticos, eram agora criticados quando a cultura que eles construíram falhava devido ao peso da influência reitora dos russos.

Em 1931 Chior é enviado a Moscovo e ocupa o seu lugar Ivan Ocinschi, o qual passara a maior parte da sua vida fora de MASRR e que devia servir para travar a influência de Madan e outros moldavizadores radicais. O Comité da CCM demitiu-se e desde entom *Madanismo* e *Madanista* passou a designar nom só a artificialidade em política cultural, mas a tentativa de “separar a cultura moldava da benéfica influência de russos e ucranianos”.

IV) A construção nacional invertida: o alfabeto latino.

Umha resolução local do partido em 1932 anunciou a transição ao alfabeto latino. Porque? Para facilitar a influência soviética.

ca em Roménia e acelerar o dia em que o poder soviético incluiria nom só a Bessarábia ocupada mas as terras romenas ao oeste do Rio Prut. O próprio Ivan Ocinschi contemplava agora vantagens neste alfabeto, entre outras, facilitar a aprendizagem doutras línguas, nomeadamente o esperanto ou ser mais fácil de aprender.

Embora a campanha de latinização tivo escasso impacto no território tomado na sua totalidade, sim que operou trocas significativas ao nível da cultura oficial moldava. Com a introdução do alfabeto latino, a língua usada nas escolas, publicações, administração e outras esferas tornou moldava apenas polo nome. Aliás, era romeno assim como a reedição da gramática de Madan, na que participou o próprio autor, que se fiço por inteiro romena.

V) O regresso ao alfabeto cirílico.

Em 1938, umha resolução do Comité central executivo da MASSR oficializa a grafia cirílica novamente: “Inimigos do povo operando em Moldávia tenhem levado a cabo umha política hostil na frente da construção nacional e cultural, poluindo a língua moldava com palavras e termos romenos de salom burguês e introduzindo o alfabeto latino o qual é ininteligível para os trabalhadores moldavos”²² Um editorial de *Moldova Socialistă* era transpa-

rente a este respeito: a transição para o alfabeto russo é um grande golpe contra o Trosquista-Bukarinista-burguês-nacionalista-inimigos-do-povo-agentes-do-fascismo que desejam romper a florescente Moldávia soviética da União Soviética. Durante semanas, listas de palavras foram preparadas para ilustrar a “poluição da língua moldava por palavras romenas” e distribuídas no partido e as instituições locais. Ora, no novo padrom nom se incluíram os neologismos dos anos 20 polo que o novo padrom nom era mais do que umha versão cirílica do romeno literário - um compromisso entre os construtores radicais de cultura de 20 e a igualmente radical política pro-romena de 32. Esta cirilização foi maciça em todos os territórios soviéticos. No caso da MASSR, o giro para a direita da política doméstica romena -com o triunfo do totalitarismo- provocou em parte este movimento ortográfico relegando a anterior política de aproximação cultural de 1932.

Os diferentes quadros políticos e culturais da MASSR foram removidos, Madan, Pavel Chior e o próprio Ocinschi acusados de nacionalistas, burgueses e qualificativos semelhantes. A MSC foi duramente atacada e purgada. Dos nove membros do politburó

²² pag. 85.

local elegidos em 37 só um sobreviveu até Setembro desse ano, acusados de “inimigos do povo”. Os primeiros secretários do Partido local assim como os membros do Comité Executivo Central foram arrestados e executados. Nada ficou que certificasse a existência das elites culturais e políticas moldovanizadoras. As publicações de Madan e os seus colegas da MSC foram banidas das bibliotecas (3.321 volumes).

2.

Moldávia como umha república soviética

Se a segunda guerra mundial supujo a integração da Bessábia na Roménia, a segunda, aliada Roménia com as potências fascistas, traduziu-se na integração da Bessábia na União Soviética após 90.000 vítimas da onda de repressão e deportações que imediatamente seguiram à anexação. Umha reestruturada Moldávia emergirá com 2,4 milhões de hab., dos quais 68,8 moldavos, e umha extensão de 33,700 km².

Em termos demográfico-económicos desenvolver-se-iam dous universos, um rural e moldavo, a trabalhar no sector primário e a indústria agrária ligeira e um outro mais urbano, eslavo e geralmente população emigrante a trabalhar na indústria pesada.

Isto terá as suas correspondências nos quadros dirigentes, tendo que esperar até 1989 para que o primeiro secretário seja natural da Bessarábia. Os restantes serão da Transnístria, a Moldávia mais russificada ou ucranianos. Igualmente, a percentagem de moldavos no Partido Comunista da Moldávia em 1940 era de 17,5% frente a 52,5% de ucranianos (embora estes só representassem 11,1% na totalidade do território). Outras minorias importantes eram a russa, a gaugaze (turcos cristãos ortodoxos), os judeus e os búlgaros. Aliás, as elites locais não eram moldavófonas.

I) Relações soviético-romenas e a questão bessaraba.

No que diz respeito à atitude das elites romenas, a atitude mais comum foi o silêncio. Após a guerra, os comunistas romenos se encontravam na difícil situação de pagar tributo a um regime estrangeiro que tinha anexado porções significativas de território romeno e que continuava a elogiar a anexação como umha evidência do internacionalismo benevolente da União Soviética.

No entanto, a partir de 60, a Roménia embarca-se numha hesitante política de diferenciação a respeito da União Soviética em certas áreas. Houve certas disputas entre Moscovo e Bucareste a respeito de Bessábia que funcio-

navam mais como um barómetro do conjunto das relações entre ambos os países do que uma causa de controvérsia em si própria.

II) A Romanização silenciosa dos intelectuais moldavos.

Com a anexação moldava por parte da URSS, a política soviética centrou-se no cultivo de uma identidade diferenciada moldava, mas longe da indigenização extrema anterior. No terreno da ortografia, frente às seis mudanças do período entre 1925-1941, até 1989 apenas a introdução de uma nova letra marca a escrita moldava. A nova política podia resumir-se em romenos e moldavos eram diferentes mas sem tentar realmente construir esta diferença.

Será no período soviético, a pesar das críticas das elites culturais moldavas contra a russificação, quando se viva a tranquila aceitação do padrão literário romeno (embora com ortografia cirílica) como a norma linguística para a MSSR e, por extensão, a gradual romanização da vida intelectual moldava. De facto, em 1980, excepto o alfabeto e os empréstimos russos, pouco havia que distinguisse os dois códigos, aliás, acontecera uma convergência gradual na gramática, a pronúncia e o léxico. Não se publicou qualquer dicionário

moldavo-romeno (embora isto sim teria sido possível com um dicionário baseado nas falas dos camponeses ao estilo de Madan).

A criação de um Instituto de Língua e Literatura permitiu a emergência de uma geração de expertos nascidos em Bessarábia dedicados a promover uma feição correcta de língua que era invariavelmente romeno urbano mais do que palavras distintivamente moldavas e construções encontradas no país. Desde o momento em que os mais educados e mais alfabetizados falantes de moldavo não manifestavam os traços que os definiriam essencialmente como moldavos, a dissonância entre a palavra erudita e o facto linguístico tornou cada vez mais aparente.

A isto há que unir, em finais de 60 e em 70, quando os debates entre eruditos romenos e moldavos estavam no seu zénite, a aparição de um amplo número de publicações em Ocidente denunciando as políticas nacionalistas soviéticas e a desnacionalização romena da Bessarábia.

III) Tendências sociais na Moldávia soviética.

Em 1989, após a Ucrânia e a Bielorrússia, a Moldávia era a república mais russificada, onde apenas 11,2% dos russos étnicos tinham um domínio fluído do moldavo, percentagem que era

similar para os restantes grupos étnicos. Isto compensava-se em parte com a progressiva moldavi-zação que se operou nos centros urbanos, de 14% em 1897 até 46% em 1989. Um outro dado de interesse era que enquanto noutras minorias, nomeadamente os ucranianos, dava-se umha expansom do russo como língua materna e central, no caso moldavo, os moldavos romenos tendiam a expandir o seu repertório linguístico mais do que a adoptar o russo às custas da sua língua ancestral.

Em termos demográficos, em 1989, presenciava-se umha economia baseada na agricultura, umha sociedade amplamente rural com o campo povoado principalmente por membros do grupo indígena e as áreas urbanas por umha massa de imigrantes recentemente chegados do campo a competir com populaçoms russas, ucranianas... que sustiveram as rédeas do poder político e económico. Os moldavos étnicos que se deslocaram as cidades nom abandonaram a sua língua nacional e passaram a morar num ambiente em que seriam facilmente atingidos, por jornais, TV e outras formas de comunicação de massas.

IV) Língua e mobilização étnica sob a perestroika.

As maiores mudanças políticas tiveram lugar em meados de 1988 quando as políticas de Mikhail

Gorbachev de reestruturação económica e abertura política começaram a transformar o sistema soviético. Um dos objectivos da perestroika era o emprego de todas as línguas nacionais (incluído o russo) nas escolas. O primeiro secretário da MSSR, Semion Grossu, no entanto, acentuava que qualquer dos problemas linguísticos na república seriam resolvidos fomentando o grande “bilinguismo nacional russo”, quer dizer, promovendo o uso tanto de moldavo como de russo, antes que dando prioridade a umha sobre a outra.

Em torno ao verão de 1988 surgiram movimentos organizados que o C. King etiqueta como informais, e a incluir eminentes escritores, jornalistas e educadores que reclamavam ao Partido Local incrementar as possibilidades educativas na língua moldava e tratar aqueles aspectos que ficaram proibidos na história bessaraba. Ainda nom eram um partido político, umha vez que só o Partido Comunista podia deter esse posto. Segundo avançou o ano, três demandas destes grupos cobraram maior relevância: que o governo republicano reconhecesse a identidade entre as línguas romenas e moldavas, que o moldavo fosse declarada a língua oficial da MSSR, e umha mudança para o alfabeto latino.

Desde o Partido, os círculos

conservadores denunciavam os seus movimentos como umha ameaça contra a ordem pública fomentada por "nacionalistas" e "kulaks". No assunto da língua, a posição dos quadros dirigentes do partido não se alterou:

- 1) Nenhuma língua deveria ter um estatuto oficial privilegiado
- 2) Havia que desenvolver plenamente o bilinguismo nacional russo uma vez que o russo era a língua natural da comunicação inter-étnica entre o moldavo e as repúblicas soviéticas.
- 3) O alfabeto cirílico servira durante muito tempo aos moldavos e correspondia-se exactamente à estrutura fonética do moldavo, não só a transição ao alfabeto latino afectaria negativamente ao desenvolvimento cultural da nação e tornaria a população da república analfabeta, como o custo do equipamento para a mudança tipográfica tornaria proibitivamente caro.

Quanto as relações entre moldavos e romenos as teses oficiais eram:

Não existe qualquer dúvida de que moldavo e romeno são línguas do mesmo grupo românico. Entre elas, de facto, não existem mútuas diferenças. Porém, o reconhecimento de este facto, a identidade [de moldavo] com outras línguas do seu mesmo grupo românico, não poder servir como uma razão real para

renunciar a uma em favor da outra.

Isto é, romeno e moldavo eram, ao mesmo tempo "idênticos e diferentes".

A reacção dos informais provocou a retracção do governo e a concessão de uma gradual transição para o alfabeto latino. É mais, desde o poder argumentou-se que a transição para o alfabeto latino suporia uma vantagem económica ao poupar-se um 10% de caracteres por página. No resto, não houve ainda cessões. O próprio Grossu afirmava que na sua morada o russo e o moldavo eram falados com absoluta igualdade de frequência. No que respeita à identidade do moldavo, era evidente que a latinização da ortografia aproximava tanto as duas línguas literárias que era mesmo impossível distingui-las. Os argumentos oficiais tornaram então mais "bizarros" arguindo Grossu que embora a grafia fosse a mesma, seguiam sendo línguas diferentes já que romenos e moldavos "falavam de jeito diferente" ou no terreno dos símbolos, via-se inviável a bandeira romena que usavam os informais já que era usada por outro estado: o Chad.

Com motivo das eleições, os informais tiveram a possibilidade de demonstrar o seu poder e apoios, e embora não pudessem concorrer como partido, conseguiram vários escanos como inde-

pendentes e provaram que tinham tornado umha formidável ameaça para a hegemonia do PCM".

Em 1989, o Soviete Supremo da MSSR adoptava três novas leis para a língua que declaravam o moldavo como a língua oficial da república, ordenava a transição para o alfabeto latino, reconhecendo implicitamente a unidade das línguas moldava e romena, e propunha um extenso programa para estender o uso do moldavo no governo, no ensino e na economia nacional. Em Maio desse mesmo ano nascia o Frente Popular de Moldávia, e pouco depois duas minorias estabeleciam as suas próprias plataformas nacionais, Edinstvo, eslava e Gagauz Halki, gaugaza.

Desde este momento as demandas do FPM deixaram-se de concentrar na questão linguística: total soberania nacional, a incluir o controlo local de todos os recursos e o poder de veto sobre aquelas leis que contraviessem as leis da república, assim como controlo sobre as relações com poderes estrangeiros, umha lei de cidadania e o direito de secessão da URSS.

Este movimento nacional inclui umha variedade de actores políticos diferentes, todos os quais foram brevemente unidos sob o lema do renascimento nacional e a reestruturação polí-

tica. Secundaram mudanças culturais -e eventualmente políticas- por razões que frequentemente tinham menos a ver com o sentimento nacional do que com que assegurar as suas próprias posições na tumultuosa política da era Gorbachev.

3.

Independência e conflito

I) Políticas, Identidade e Reforma depois da União Soviética.

Nas eleições de 1990, 27% dos escanos do Soviete Supremo caíram em candidatos vinculados ao FPM e com o apoio de comunistas reformistas obtiveram o completo controlo do corpo legislativo. Em 1991, o parlamento proclamou a República de Moldávia. Umha versão da bandeira romena tornou símbolo nacional. Pouco antes, foram proclamadas as repúblicas da Gaugázia e do Dnestr moldavo.

No que diz do FPM, umha vez alcançados os seus objectivos, abria-se um campo de questões a dilucidar. Para os pan-romanistas, a lógica culminação das actividades do Frente passavam não só pela destruição da identidade moldava mas também do estado moldavo. Para as figuras mais moderadas, os propósitos da organização eram promover o incremento dos laços culturais e

económicos com Roménia, entanto se procedia mais lentamente com a uniom política.

Em 1992, o FPM tornou partido político, o Frente Popular Democrata Cristám e nos seus estatutos incluiu-se a seguinte política de intenções: o FPDC mantém o seu estatuto como um movimento nacional e unionista cujo maior objectivo é a reintegração no estado unitário romeno. Igualmente, foi rechaçado o nome de "República de Moldávia" em favor de "Bessarábia". Esta tomada de posição supus o declive do FNM e a perda de boa parte dos seus apoios, dando lugar a novos partidos ou a passagem dalguns dos seus líderes para a Roménia.

Um desses partidos, o Congresso da Intelectualidade, recolhia nos seus estatutos umha "integração gradual no económico e o espiritual com a Roménia" em lugar da imediata uniom político demandada pola velha Frente. O cisma entre o pan-romanismo duro e brando permaneceu na cena política moldava vários anos depois da independência. Outro resultado da radicalização da militância pan-romena quanto às relações com Roménia e a CEI foi a radicalização daqueles grupos que apoiaram a independência moldava. O mais destacado, o Partido Democrático Agrário, composto na sua maior parte

polos anteriores comunistas agro-culturais e a elite agro-industrial, os quais repetidamente acentuavam que a Moldávia nom deveria tornar umha simples província nem da Roménia nem da Rússia. A asa mais radical deste grupo mesmo brandia um renovado moldovarismo que tornou um dos princípios da Plataforma Agrária e umha ideologia promovida polo porta-voz mais proeminentes deste grupo, Mircea Snegur.

Através de 90, a geografia política moldava tornou mais complexa. Nas primeiras eleições parlamentares post-soviéticas de 1994 vários eram os programas. Num extremo das gamas estavam os pan-romanistas que contemplavam na unificação com a Roménia a única salvação para um país ameaçado pola crise económica e o separatismo territorial. No outro extremo, a coalizom ultraconservadora que rechaçava o movimento nacional e demandava o retorno a Uniom Soviética. Outros grupos apoiavam o mantimento de um estado moldavo independente participando nalgumha, mas nom em todas as estruturas da CEI, Comunidade de Estados Independentes, herdeira da URSS. Outros, em fim, encorajavam os votantes a ignorar os apelos nacionais e a encarar a privatização e a reforma agrária.

Os resultados destas eleições foram: Partido Agrário Democrático [moldavistas] 43,2%, Bloco Unido socialista [russistas] 22,0 %, Bloco de camponeses e intelectuais [pan-romanistas moderados] 9,2 % e Frente Popular Democrata-Cristão 7,5% [pan-romanistas]

No que diz de Snegur, primeiro presidente da República independente de Moldávia, que no passado falara de da necessidade de fechar a integração cultural e económica com Bucareste, desde a sua nova situação, denunciou o pan-romanismo como de traição e acusou os escritores e historiadores de Moldávia por duvidar da legitimidade e fundamento histórico do nosso direito a ser um estado, a chamar-nos a nós próprios de povo moldavo. Quanto a língua, regressava-se a discursos anteriores: "Na minha opinião como falante médio desta língua [moldavo], não podemos negar que os nossos irmãos ou as nossas irmãs [na Roménia] falam um pouco diferentemente do que o fazemos nós. A aceitação desta diferença foi característica através da história, e não sei porque agora estamos a fazer como se pudessemos esquecer isto."²³

Os discursos de Snegur levantaram as críticas dos intelectuais, em

especial historiadores e linguistas. Uma carta aberta do presidente do Instituto de história fazia um paralelo entre a Moldávia/Roménia com Milão ou a Veneza/Itália.

O certo é que o moldavinismo de Snegur ajudou ao seu partido a alcançar a maioria absoluta enquanto os pan-romanistas não alcançavam 17% dos votos válidos. Um referendo patrocinado pelo governo pouco depois das eleições constatava que 90% dos participantes votaram sim a uma república independente no interior das fronteiras post-soviéticas. [Porém, em 96, o mesmo Snegur reclamará que o romeno seja declarado língua oficial e dois anos depois aliara-se com os herdeiros do Frente Popular para as eleições parlamentares]

Outro dos triunfadores foi o Bloco Unido Socialista, formado pelo movimento Edinstvo e o Partido Socialista, o herdeiro mais directo do antigo Partido Comunista, e que reclamavam, entre outras coisas, o uso do russo como língua oficial.

O novo parlamento desfez muitas das reformas frentistas dos primeiros 90: substituir o hino "Acorda, Roménia" por um outro, temporariamente "A nossa Língua". A língua oficial foi descrita como "moldavo" e o artigo 13 que versava sobre ela não fazia já qualquer referência às relações entre aquela e o romeno. Os testes de língua para obter emprego público foram suspensos.

Em 1996, no entanto, Snegur é derrotado nas presidenciais por Petru Lucinschi, que fora o penúltimo primeiro secretário do Partido

²³ pag. 156.

Comunista Moldavo e que ideologicamente estava perto do seu rival excepto na sua convicção de que Moldova estaria melhor restabelecendo os seus vínculos com a Rússia.

As parlamentares de 98 vam supor umha troca importante com a vitória do Partido dos Comunistas com 30,1% dos votos, seguidos da pan-romena Convenção Democrática de Snegur com 19,4%, um aliança de partidos a apoiar a Lucinschi, com 19,1% e os pan-romenos moderados do Partido de Forças Democráticas com 8,8%. No entanto, os compartimentos no interior da política moldava permaneciam inalteráveis: um bloco pan-romeno apoiado pola pequena e criativa intelectualidade, e moldavos que saíram beneficiados com as reformas dos primeiros 90; um bloco vasto centrista comprometido a manter as suas posições de poder no interior do sector da agricultura privatizada e agro-industrial e motivado mais polo patronato que pola ideologia de partido; e umha ressurgente esquerda composta tanto polos desafectas minorias étnicas com as mudanças posteriores a 1989 como um crescente quadro de moldavos insatisfeitos com as brigas políticas e a declínio de nível de vida causado pola transição económica.

No que diz da Roménia houve muitos movimentos: foi o primeiro país em reconhecer a independência da Moldávia. Em dias, estabeleceram-se acordos quanto a embaixadas e consulados; em meses, os bilhetes de identidade de romenos e moldavos serviam para mover-se livremente

no país vizinho; oferecimento de livros e docentes; vínculos religiosos... Ora, no que diz das relações entre as elites políticas, estas balançaram entre a irmandade pan-romanista e denúncias de denúncias ásperas segunda quem governar em Chinisau embora o pragmatismo presidia mesmo as actuações daqueles dirigentes menos pro-romanistas. O certo é que à euforia de 1991, com a independência, seguiu um processo de moderação em ambos os países. Além da Roménia, no entanto, as políticas de identidade moldava também eram afectadas por outros processos domésticos e internacionais. A longa história de laços com a Rússia, as crises do separatismo territorial no sul e leste e, mesmo mais importante, a natureza evidentemente multiétnica de Moldávia criava reptos particulares para um novo estado independente.

II) O enigma Transnistria.

A independência de Moldávia e as políticas nacionalistas provocaram a radicalização das minorias eslavas. Este conflito deixou na primeira metade de 1992, 1000 mortos e 130.000 deslocados e refugiados, um conflito que envolveu as tropas russas de Alexander Lebed que afirmava a necessidade de proteger os russos locais contra a política genocida do governo moldavo.

Historicamente, Transnistria nunca fizera parte das terras tradicionais de assentamento romeno. De facto, em 1989, os moldavos somavam 39,9% da população enquanto ucranianos e russos contabilizavam

53,8%. Ainda, os quadros dirigentes moldavos estavam sobre-representados por este território e durante o período soviético tornou-se umha componente central do sector de defesa soviético e a sua indústria pesada. De resto, Transnístria virou com a sua alta concentraçom de pessoal militar um dos territórios mais soviéticos dentro da União.

As leis linguísticas e a ascensom de umha nova geraçom de políticos bessarabos ameaçaram a posiçom dos transnístrios dentro da hierarquia política e social. A sua reacçom ao movimento nacional nom foi umha revolta de minorias mas umha revolta por umha elite deslocada contra aqueles que ameaçavam deslocá-los dos seus lugares. O centro da oposiçom era a rede do partido local e das instituiçons estatais em Transnístria, particularmente os comités executivos da raion [divisom administrativa] e os comités coordenados dos negócios industriais.

Quando o parlamento moldavo votou a favor do moldavo como língua oficial, os poderes locais transnístrios votaram contra, na base de que as leis de língua nom eram válidas ao leste do rio. Um referendo celebrado em 1990 mostrava 96% da populaçom favorável a um estatuto de autogoverno no interior da MSSR. Em 1991, a maior parte do território já nom estava sob o controlo de Chinisau. Em cooperaçom com os gaugazes, reclamava-se umha federaçom tripartida com a Moldávia.

O conflito armado foi favorável às elites transnístrias, e desde entom este território, que só foi reconhecido

internacionalmente pola própria Rússia, funciona como um estado independente, com constituiçom, bandeira, hino nacional e moeda. Convocam-se eleiçons regulares, embora non-democráticas, para presidente, parlamento e autoridades locais. Dispom de um exército de 5000/6000 efectivos provavelmente melhor preparado que o moldavo. Também, a oposiçom moldavista foi arrestada acusada de crimes contra os estados transnístrio e um deputado da FPM soma umha década preso entanto os professores de moldavo foram obrigados a leccionar com o alfabeto cirílico se nom querem ver as escolas encerradas.

Com umha potente elite entrincheirada no poder em Tiraspol [capital do território], o preço mínimo do acordo parece ser o reconhecimento, de iure, do poder que a elite transnístria exerce já de facto - umha elite cuja compromisso com a democracia, os direitos humanos e o mercado som altamente duvidosos.

III) Os gaugazes.

Turcos de religiom cristá ortodoxa, somavam em 1989, 197.768 membros na União Soviética dos quais 153.468 na Moldávia, concentrados nas raions meridionais. No entanto, o conflito gaugaze evolui de forma diferente ao transnístrio. Principalmente, envolvia e envolve, demandas mais a favor de direitos para umha pequena e compacta populaçom étnica do que a devoluçom de poder a autoridades locais.

A regiom habitada polos gaugazes tem sido tradicionalmente des-

promovida pelos diferentes dominadores. Pela sua parte, a presença de gaugazes na educação universitária, na docência ou na administração estava amplamente infra-representada. A economia assentava na agricultura, embora ser umha região com um clima árido e em 1990 a metade dos meninos das escolas do distrito de Comrat [cabeça do território] tinham desordens funcionais no crescimento.

Os problemas sociais tinham a sua correspondência na esfera cultural. Em 1989, eram a minoria que tinha umha maior percentagem de utentes fluentes do russo. O gaugaze fai parte da sub-família meridional de línguas túrquicas com o turco, o azeri e o turcomano, embora estava muito influenciado pelo moldavo e o russo. Não existia muita demanda entre os gaugazes para um uso além do familiar e oral do gaugaze. O Politburó moldavo aprovava um alfabeto cirílico em 1957 e um programa provisional para ensinar gaugaze que anos depois foi abandonado por programas só em russo. Desde a 2ª guerra mundial só 30/40 livros foram publicados em gaugaze.

Na década de 90 umha série de medidas foram agilizados desde o governo moldavo: reviveram festivais tradicionais e de cultura folque, nasceu um semanário "Língua mai", abriu-se umha universidade com dinheiro público e contributos privados, aumentou a demanda escolar, surgiram livrarias, uniões de escritores, quotas na TV e rádio moldavas, etc.

No entanto, apesar destes suces-

sos, os conflitos no interior da própria comunidade gaugaze eram um sério impedimento. Alguns líderes culturais buscavam inspirar umha renascença turca, reordenando a historicamente eslavizada Gaugázia para as suas raízes turcas. Outros abraçavam os componentes russos da cultura gaugaze e apoiavam manter fortes laços entre as comunidades gaugazes locais e a Federação russa. Por razões óbvias, o governo central moldavo tendia a apoiar o primeiro dos grupos, encorajando as trocas de estudantes com Ancara e Istambul, e aprovando em 1993 um alfabeto latino para o gaugaze aprovado pela Sociedade oficial turca da Língua em Ancara. Estas divisões culturais, no entanto, som indicativas das mais extensas disputas políticas que vieram à tona em 90, nomeadamente após a criação de um distrito administrativo separado gaugaze em 1995.

De facto, em 1990, em torno ao movimento Povo Gaugaze já se manifestavam estas duas ópticas. Embora todos contrários ao panromanismo do Frente Nacional, uns, a elite do velho partido e da raion, tentavam primariamente manter o controlo dos recursos locais dentro da esfarelante União Soviética. Outros, em troca, visavam inspirar umha renascença nacional gaugaze, tal como os seus homólogos em Chinisau tiveram logrado com a cultura nacional moldava. Porém, não foi até 1994 com a vitória do Partido Agrário Democrático que o problema gaugaze começaria a dar movimentos para a sua resolução.

Do mesmo jeito que Mircea Snegur e outros líderes moldavos usaram o movimento nacional nos últimos 80 para suplantam os seus rivais no interior das estruturas estatais e de partido em Chinesau, os líderes locais em Comrat visavam a mobilização popular dos gaugazes como um veículo útil para extrair concessões políticas e económicas do governo central. A língua e os símbolos empregados polos gaugazes pareciam apontar para a separação da Moldávia mas a demanda essencial era, de facto, maiores quotas do controlo local que Chinisau tinha começado a arrancar de Moscovo. A lei sobre a autonomia gaugaze promulgada em 1995 criava "umha unidade territorial autónoma" como "a forma de autodeterminação para os gaugazes" e como "umha parte integrante da república de Moldávia." Como a população gaugaze apresentava certa dispersão, foram realizados referendos nas diferentes localidades para dirimir a sua pertença a esta nova entidade. Três seriam as línguas oficiais, gaugaze, moldavo e russo e em caso de "umha troca no estatuto da República de Moldávia"-presumivelmente, a união com Roménia- os gaugazes reteriam o direito a determinar o seu próprio destino. Enfim, esta cláusula colocava às forças unionistas em Chinisau e Bucareste um grande desincentivo para qualquer movimento em direcção à unificação. Após 1995, a região gaugaza não representou um problema para Chinisau.

Quanto à Turquia, reconheceu a independência moldava e dois

meses depois estabeleciam-se relações diplomáticas plenas. Em 1994 assinaram-se acordos de cooperação económica, comércio e projectos de desenvolvimento económico. O presidente turco Süleyman Demirel foi o primeiro alto mandatário em visitar a Moldávia independente e, entre outros aspectos, anunciou umha ajuda orçamental que em boa medida ia ir destinada às infraestruturas do território gaugaze. Na visita ao território falou dele como "umha sólida ponte de amizade entre Turquia e Moldávia".

Através da sua embaixada em Chinisau, assim como da Agência Turca pola Cooperação e o Desenvolvimento, Ancara agilizou apoios significativos no terreno financeiro e educacional aos gaugazes em 1991. Perto de 200 estudantes preencheram vagas nas universidades turcas no curso 1992-93, número que se manteve em anos vindouros. Reciprocamente, estudantes e professores turcos acudiram a Universidade de Comrat. Dinheiro turco financiou também as livrarias turco-gaugazes e numerosos projectos de intercâmbios entre artistas, músicos e apresentadores de TV. Para a transição ao alfabeto latino, Ancara doou umha equipa íntegra de imprensa. A escola superior aberta em Iadir-Lunga foi fundada por fontes privadas, provavelmente ligadas indirectamente polo líder religioso turco Fetullah Gülen. Os gaugazes tornaram, enfim, em tema de interesse para os intelectuais turcos e numerosos livros viram a luz.

A implicação turca em Moldávia

nom foi bem-vinda por todos. As mais extremas facções pan-romenas no parlamento moldavo foram altamente críticos razoando que se se fortalecerem os laços com a Turquia, encorajaria as ánsias independentistas gaugazes por umha plena federação da República Moldava. Porém, o papel da Turquia permaneceu muito moderado, e se de algo provavelmente serviu aos interesses moldavos foi para prover umha alternativa a Rússia como um pólo natural de aliança para os gaugazes.

Desde 1995, nem desde as elites gaugazes há interesse em ressuscitar as demandas separatistas de 1989/90 nem desde a alta política moldava se visiona retroceder na legislação autónoma.

Por fim, as recentes explorações por umha companhia petroleira norte-americana na procura de gás natural coloca a especulação de tornar-se a região uns futuros emirados do mar Negro.

IV) Um nacionalismo negociável

As terras moldavas orientais, tanto antes como depois da anexação da Bessarábia, estavam povoadas amplamente por camponeses analfabetos com poucos laços com as cidades cosmopolitas. Eles estiveram separados politicamente do grupo co-étnico mais próximo -os romenos- nas duas últimas centúrias ou mais, e estiveram ausentes dos pontos históricos fulcrais da formação da consciência nacional romena. Eles foram objecto de políticas culturais contraditórias: russificação no Império russo, romanização no período de

entre-guerras, russificação descontínua na Moldávia autónoma e soviétização plena no período soviético.

Na Moldávia post-soviética as políticas de identidade tornárom mais complexas. O FPM veio ser dominada pola asa pan-romena o que provocou a reacção das minorias étnicas até que, as próprias disputas internas no Frente permitírom a emergência da elite de partido e a velha agricultura, agora transformados em defensores da soberania moldava. Um estado independente moldavo é agora mais um elemento das políticas europeias. A união com Roménia tem mesmo perdido atractivo. Para os moldavos, a promessa de união com umha economicamente desesperada Roménia acarretava poucas vantagens. Para os romenos, receber no seu seio a ucranianos e russos era dificilmente umha proposição atraente. Ainda mais, como a Moldávia continuou a desenvolver as estruturas de um estado independente e a produzir novas gerações de líderes com lealdade ao Estado moldavo, e nom a qualquer nação transfronteiriça, a independência tornou mesmo mais atractiva. Porque ser Presidente da Câmara de Chisinau, decorre a lógica, se podes ser presidente de Moldávia?

Valentim Rodrigues Fagim

ADVERTÊNCIA E CORRIGENDA



mapa desenho de Servando Rodríguez

Aproveito o espaço que me fornece a *Agália* para fazer algumas aclarações a respeito do meu “Apontamentos para descrever o espanhol que se fala em Olivença”, aparecido no número 61. Uns problemas informáticos impediram que o texto fosse corrigido a tempo para chegar à imprensa; quando enviei a última versão, com o mapa da região oliventina que vai neste número, a antiga já estava no prelo. Na nota (3), p. 106, dever-se-ia ter acrescentado outro artigo do GIFO (Grupo de Investigación del Folklore Oliventino), “Algunas consideraciones sobre el folklore musical de Olivenza”, in *Saber Popular* 8 (1993), pp. 37-66. Além disso, também houve um bailezinho de notas. Peço imensas desculpas e remeto a seguinte corrigenda:

<u>Página</u>	<u>Linha</u>	<u>Diz:</u>
108	nota (11)	Idem n. 7.
112	25	<i>p(ara e)l año</i>
113	25	<i>eclipsarse</i>
	nota (18)	Vid. <i>op. cit.</i>
115	penúltima	<i>frijón</i> ‘judía’ (do port. nota (22) Idem n. 20.
117	15	escorpión
	35-36	<i>quarro</i> / cerdo / cochino / marrano / puerco ‘porco, bácoro’. Cf. port. porco, bácoro
118	19-20	‘curandeiro, solda’ (em esp. oliventino, também <i>solda</i>).

<u>Deve dizer:</u>
Idem n. 8.
<i>pa(ra e)l año</i>
<i>eclipsar-se</i>
Vid. VÁZQUEZ CUESTA & Mendes da LUZ, <i>op. cit.</i>
<i>frijón</i> (do port.
Idem n. 21.
<i>escorpión</i>
<i>quarro</i> / cerdo / cochino / marrano / puerco ‘porco, bácoro’. Cf. port. <i>porco</i> , bácoro
‘curandeiro’.

Manuel Jesus Sánchez Fernández

O fortuíto maravilhoso

Numha viagem a Paris, aí polo ano 1995, instalei-me num pequeno hotel, mui perto da praça de Saint-Michel, regentado por umha família do Porto. Depois de vários dias, comecei a visitar as livrarias de velho. Fazia tempo que andava à procura da edição de um livro de aquarelas e desenhos de Kandinsky, editado em Basel. Mui perto do hotel estava a livraria “Mouvements” na rua de Saint-André des Arts. Entrei aquela manhã decidido a buscar o incontrável livro. Passei horas remexendo nas estantes e nas moreas de livros da cave da livraria. Quando já estava disposto a marchar decidim voltar as costas e revisar a última morea de livros que o gentil livreiro ia colocando ao meu lado. Entre essa última morea chamou a minha atenção um pequeno caderno de capas vermelhas com o título escrito a mão, numha excelente caligrafia: *Birmania’s post cards of Rita Malú*. Um tremor percorreu o meu corpo. Abri-no. Era um diário. Cada página manuscrita, um dia, cada dia, umha fotografia, cada fotografia um lugar: Cada anotação ia encabeçada com o dia e o mês, mas não o ano. Gostei daquela intemporalidade, como se o tempo não importasse demasiado, só a vivência, o acontecido. Toda viagem nasce para o sonho, toda viagem é umha viagem interior, matinei...

O fortuíto maravilhoso acudira a mim naquela primavera de 1995. Como em Casablanca: *sempre nos ficará Paris*.

M+A

